

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Márcia Regina Soares de Araujo

DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS DA AGRICULTURA MUNDIALIZADA: A SOJA
NOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS DE URUÇUÍ-PI

Rio Claro (SP)

2016

MÁRCIA REGINA SOARES DE ARAUJO

DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS DA AGRICULTURA MUNDIALIZADA: A SOJA
NOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS DE URUÇUÍ-PI

Tese apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)

2016

910.91 Araujo, Márcia Regina Soares de
A663d Determinações territoriais da agricultura mundializada : a
soja nos espaços rurais e urbanos de Uruçuí-PI / Márcia
Regina Soares de Araujo. - Rio Claro, 2016
201 f. : il., figs., gráfs., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: José Gilberto de Souza

1. Geografia agrícola. 2. Cerrados piauienses. 3.
Capitalismo monopolista. 4. Homogeneização da paisagem e
do território. I. Título.

Márcia Regina Soares de Araujo

DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS DA AGRICULTURA MUNDIALIZADA: A SOJA
NOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS DE URUÇUI-PI

Tese apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Trabalho aprovado em: 23 / FEVEREIRO / 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gilberto de Souza (UNESP/ Rio Claro - SP)
Presidente

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves (IG/UNICAMP/Campinas - SP)
Examinador

Prof. Dr. Amauri Tadeu Barbosa Nogueira (FARA/UNIESP/Araraquara - SP)
Examinador

Profa. Dra. Natália Freire Bellentani (UFSCar/ São Carlos - SP)
Examinador

Profa. Dra. Valéria de Marcos (FFLCH/USP/São Paulo - SP)
Examinador

À linda flor de Açucena, Alice.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, sobre todas as coisas, pela fé na Sua existência e vigorosa ação nas nossas vidas. Agradeço enormemente por tudo.

A todos os meus professores e professoras, da Educação Infantil à Pós-Graduação, dos primeiros traços ilegíveis à Tese, por me terem despertado o gosto pelo conhecimento, e feito da minha vida escolar uma aventura instigante, dinâmica e, sobretudo, muito feliz. Lançaram sementes que germinaram.

Ao meu querido, competente, amável, e educado orientador, Professor Doutor José Gilberto Souza, porque são poucos os que sabem o sentido de *ser mestre*. Grata pela compreensão sempre!

À Banca de Qualificação, pelas sugestões competentes e pertinentes, Professores Doutores Amauri Tadeu Barbosa Nogueira e Vicente Eudes Lemos Alves, que também estiveram presentes na banca final do trabalho, com as Professoras Doutoradas Natália Freire Bellentani e Valéria de Marcos.

Novamente agradeço ao Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, por seu apoio na construção das primeiras ideias desse projeto, ainda em 2008. De fato, a alegria de ter sua ajuda, ao longo desses anos, atuando prontamente para a construção de fontes de conhecimento para o seu Estado de origem, o Piauí, é regozijante!

Ao meu querido Professor Doutor José Luís Lopes de Araújo, pela atenção, paciência, broncas (risos) e amizade. Um ser humano raro, uma figura ímpar!

Ao Sr. Pedro Soares da Silva (homônimo de meu pai), ex-funcionário do IBGE no Piauí (e hoje servidor aposentado), pelas valiosas contribuições e pela atenção a mim dispensadas, durante o processo de pesquisa.

Às minhas colegas de curso Prof. Dra. Livia Tátia Martins e Profa. M.Sc. Françoise Fontenele, aproximadas pela angustiante aventura de sermos mães zelosas e doutorandas, muitas vezes carregadas de culpa, mas cientes do papel formador para os nossos rebentos.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, por meio do Edital PROPI 05/2012, pela concessão de apoio financeiro ao desenvolvimento de pesquisa científica (ProAGRUPAR-PG).

Aos colegas Profa. M.Sc. Dayse Batista, Prof. M.Sc. Francismar Holanda, Prof. Dr. Paulo Henrique Bueno, por sua ajuda, quando ainda trabalhavam no IFPI Campus Uruçuí. Às amigas e colegas de trabalho Prof. Esp. Vanda Santana e Profa. Dra. Renata Cunha, IFPI Campus Parnaíba, e a Profa. M.Sc. Fabiana Pessoa, pelo apoio imprescindível.

Aos presentes que o IFPI me deu, ex-alunos e hoje amigos (as). Em Parnaíba (PI): Larissa Militão, Lucas Moura, Camila Santos, Mikaelly Soares, Lanna Letícia e Inessa Racine. Em Uruçuí (PI): Nicole Agnes e Wemerson Moraes. Todos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, cada um à sua maneira. Grata pela amizade, respeito e consideração!

Aos servidores do Sesc Avenida, em Parnaíba (PI), em particular aos que atuam na Biblioteca, pelo excelente atendimento a mim prestado, por ocasião das horas de estudo em que necessitei desse serviço.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Uruçuí, pela atenção e presteza, em particular, à dona Lindalva, sempre prestativa e atenciosa.

A todos os sujeitos de pesquisa que se dispuseram a partilhar informações para a execução deste trabalho.

À minha *FAMÍLIA*, Francisca de Fátima Araujo (mãe), Pedro Soares da Silva (pai), Antônio Marcos, Regiane e Eduardo (irmãos), Evandro Apolinário (companheiro), e todas as queridas tias, pela dádiva da existência. Compartilharam as angústias, as dificuldades, dedicaram apoio e orações, cada um à sua maneira, cada um dentro de sua limitação, mas estou certa de que o pensamento positivo e o desejo de felicidade que a mim dedicaram certamente existiu e sempre foram os mais verdadeiros. Agradeço e também dedico com todo amor!

E um agradecimento especial para as duas joias da minha vida: *Ylanna Rayssa* Queiroga de Araujo (amada sobrinha) e *Alice Açucena* de Araujo Apolinário (amada filha). Portadoras dos mais belos sorrisos (adoro ouvi-los!), agradeço pelo amor e pela beleza com que enfeitam os meus dias, desde a notícia primeira da chegada de ambas. Vocês me realizam!

Grata por tudo, sempre!
Márcia Regina S. de Araujo

Ao Piauí,

Quando pisei nesse espaço, ainda não sabia que era para além do voo de andorinha.

Depois de viver suas gentes e forjar meu ser em sua terra,

Estranhei para, então, compreender os significados de quem tem cada vez menos chão e mais cercados – e constrói seus laços em meio a antigas lutas e novos afetos.

No palco dessa história, tomando por berço esse território, concebi uma lenda para narrar o que se ama e não está escrito: Alice Açucena.

Margareth Bezerra

RESUMO

O processo de monopolização capitalista na agricultura que a região dos cerrados piauienses vivencia remete às transformações territoriais e à recomposição no território de ordem técnica e orgânica. Essa reestruturação territorial adorna fatores que induzem as cidades preexistentes a se revestirem de acordo com as dinâmicas oriundas do campo. Nesse sentido, a presente Tese tem como objetivo central compreender as novas dinâmicas do espaço rural/urbano dos cerrados nordestinos decorrentes do avanço recente do agronegócio na região, em particular o município piauiense de Uruçuí. A metodologia empregada neste trabalho constou de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, construção de dados a partir de instituições públicas e privadas, observação direta, diário de campo, levantamento cartográfico e iconográfico; por fim, a elaboração da tese. A trilha metodológica percorrida propiciou a constatação de elementos aparentemente dissimétricos, como homogeneização e desigualdade que aparecem fartamente nas determinações territoriais do município. A homogeneização das paisagens é reflexo da agricultura mundializada e se traduz na constituição de uma paisagem monocromática. No âmbito das relações sociais de poder, as ações hegemônicas do capital obliteram parcela significativa da comunidade local desse processo. Como um dos elementos fundadores da dinâmica econômica presente no município está a aplicação de recursos que dizem respeito aos créditos agrícolas, e que despertou o interesse de produtores capitalizados das mais diversas regiões do País. Outro fator ímpar que garante a constatação da desigualdade social se refere ao comportamento altamente concentrador da estrutura fundiária da região. Ao longo do trabalho, foi possível identificar as determinações territoriais da lógica da produção de *commodities* impressas nesse município, pela ação do capital monopolista e financeiro. Essas determinações também oportunizaram observar claramente que o pêndulo das oportunidades se direcionam em grande medida para os sujeitos que aportam no município providos de capital. A administração pública ineficiente e a baixa absorção de mão de obra por parte do setor privado demonstram quão segregador é esse processo. A inadiplência, a falta de oportunidades e o alijamento da população camponesa, homens e mulheres não conseguem dialogar com o discurso de desenvolvimento e prosperidade, ventilada aos quatro cantos do país pelo discurso hegemônico. A realidade é que a produção nos cerrados piauienses tem, de fato, alcançado patamares elevados de produção e produtividade; no entanto, a promoção de ganhos é unilateral, o que amplia os desníveis e injustiças sociais dos quais grande parcela da comunidade local é vítima.

Palavras-chaves: Cerrados piauienses. Uruçuí. Agricultura mundializada. Capitalismo monopolista. Homogeneização da paisagem e do território. Índice de Gini. Relação cidade-campo.

ABSTRACT

The process of capitalist monopolization in agriculture which the region of the Savannas of Piauí experience refer to territorial transformations, and a recomposition in the territory of technical and organic reasons. This territorial restructuring adorns several factors that induce the pre-existing towns to adapt according to the dynamics from the field. In this regard, this thesis is mainly aimed to understand the new dynamics of rural-urban area of northeastern savannas arising from the recent development of agribusiness in the region, in particularly a town called Uruçui. The methodology employed in this work consisted of bibliographic survey, field research, construction of data from public and private institutions, direct observation, field journal, cartographic and iconographic survey and, finally, the elaboration of the thesis. The methodological tools used provided the observation of elements apparently dissymmetric as homogenization and inequality that appear widely in the territorial regulations of the town. The homogenization of landscapes is a reflection of the mundialization of the agriculture and translates in the constitution of a monochromatic landscape. Within the framework of social relations of power, the hegemonic actions of the capital obliterate significant portion of the local community in this process. As one of the founding elements of economic dynamics present in the municipality is the application of resources relating to agricultural credits that aroused the interest of capitalized producers from different regions of the country. Another unique factor that ensures the evidence of social inequality refers to high concentrator behavior of the agrarian structure of the region. Over the course of the work it was possible to identify territorial determinations of the logic of production of commodities demonstrated in this municipality by monopoly capital and financial action. These determinations also nurture observe clearly the pendulum guide opportunities largely for producers who come in the municipality with capital. The inefficient public administration and low absorption of labour by private sector demonstrate how segregated is this process. Failure pay, lack of opportunities and the decrease of the rural population, men and women are unable to engage in dialogue of development and prosperity spread to the all corners of the country by the hegemonic discourse. In fact, The reality is that production on the savannas of Piauí has achieved high levels of production and productivity, however, the promotion of gains is unilateral which broadens gaps and social injustices from which large portion of the local community is the victim.

Keywords: Savannas of Piaui. Uruçuí. Mundialized agriculture. Monopolistic capitalism. The homogenization of landscapes and of the territory. Gini coeficiente. Urban-rural relationship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	– Banco Central do Brasil
CAI	– Complexo Agroindustrial
CCIR	– Cadastro de Certificados de Imóveis Rurais
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMDEPI	– Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
FINOR	– Fundo de Investimentos do Nordeste
FISSET	– Fundo de Investimentos Setoriais
GTDN	– Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	– Instituto de Terras do Piauí
ITR	– Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
PDRI	– Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PIB	– Produto Interno Bruto
PND	– Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA	– Polo Agropecuário e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	– Programa de Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
POLONORDESTE	– Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PRODECER	– Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
PRODEPLAR	– Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	– Localização do município de Uruçuí, Piauí, Brasil.....	29
Figura 2	– Localização do Domínio Morfoclimático Cerrado (PI).....	30
Figura 3	– Domínios morfoclimáticos do Brasil.....	46
Figura 4	– Expansão dos cultivos agrícolas em Uruçuí, Piauí, Brasil (1980-2010).....	110
Figura 5	– Origem dos proprietários por Estado da Federação e porcentagem das áreas das propriedades no município de Uruçuí-PI (2005).....	118
Figura 6	– Evolução da área urbanizada de Uruçuí, Piauí, Brasil (1980 - 2010)...	146

FOTOS

Foto 1	– Cultivo de soja no município de Uruçuí (PI).....	43
Foto 2	– Pinturas rupestres. Parque Nacional da Serra da Capivara, município de São Raimundo Nonato (PI).....	82
Foto 3	– Época de colheita da soja. Silo móvel em segundo plano.....	108
Foto 4	– Máquina agrícola e a colheita.....	108
Foto 5	– Preparação para o cultivo I.....	108
Foto 6	– Preparação para o cultivo II.....	108
Foto 7	– Cultivo de milho.....	108
Foto 8	– Município de Benedito Leite (MA), ao fundo, adornado pelo rio Parnaíba.....	147
Foto 9	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) <i>Campus</i> Uruçuí	147
Foto 10	- Universidade Estadual do Piauí (UESPI) <i>Campus</i> Uruçuí	147
Foto 11	– Ônibus e transportes de cargas transportados através de balsas no rio Parnaíba.....	148
Foto 12	– Embarcações e ponte em último plano.....	148
Foto 13	– Ponte José Martins Neiva.....	149
Foto 14	– Pequenas embarcações utilizadas após a inauguração da ponte.....	149
Foto 15	– Residências. Bairro Portal dos cerrados, 2015.....	152
Foto 16	– Casa abandonada. Bairro Portal dos cerrados em 2015.....	153
Foto 17	– Parque infantil na praça. Bairro Portal dos Cerrados, 2015.....	153

Foto 18	– Ruas sem pavimentação asfáltica.....	154
Foto 19	– Terrenos baldios.....	154
Foto 20	– Serviços públicos ineficientes.....	154
Foto 21	– Bairro Novo Horizonte.....	154
Foto 22	– Valorização imobiliária: Loteamento Novo Horizonte.....	155
Foto 23	– Valorização imobiliária: Loteamento Novo Horizonte.....	155
Foto 24	– Valorização imobiliária: Loteamento Novo Horizonte.....	155
Foto 25	– Valorização imobiliária: Loteamento Novo Horizonte.....	155
Foto 26	– Unidade da Bunge Alimentos em Uruçuí (PI).....	160
Foto 27	– Fazenda Tunísia, Uruçuí (PI).....	161
Foto 28	– Consumo produtivo: Multinacional norte-americana da área de produção agrícola. Uruçuí (PI).....	163

GRÁFICOS

Gráfico 1	– Piauí: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas – 1999 a 2012.....	56
Gráfico 2	– Taxa de urbanização do Brasil.....	81
Gráfico 3	– Evolução do IDHM – Uruçuí, Piauí, Brasil.....	85
Gráfico 4	– Série histórica da população do município de Uruçuí, Piauí, Brasil.....	86
Gráfico 5	– População urbana e rural do município de Uruçuí, Piauí, Brasil.....	88
Gráfico 6	– Brasil: Produção de soja (1980-2010).....	92
Gráfico 7	– Evolução da área ocupada por culturas no município de Uruçuí, Piauí (1950 - 1989).....	101
Gráfico 8	– Utilização das terras no Município de Uruçuí: de 1940 a 1995.....	103
Gráfico 9	– Retomada da produção de feijão e algodão no município de Uruçuí (em hectare).....	104
Gráfico 10	– Evolução da área ocupada por culturas no município de Uruçuí, Piauí, entre os anos 1989 e 2012.....	107
Gráfico 11	– Utilização das terras no município de Uruçuí (PI): 1995 e 2006.....	111
Gráfico 12	– Uruçuí: PIB e setores da economia 1999 a 2012.....	112
Gráfico 13	– Uruçuí (PI): Produto Interno Bruto.....	113
Gráfico 14	– Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas – município de Uruçuí, Piauí, Brasil. 1999 – 2012.....	114
Gráfico 15	– Evolução do preço da terra no município de Uruçuí (PI), 2001 a 2011	124
Gráfico 16	– Índice de Gini para o município de Uruçuí (PI), segundo dados do	

	INCRA, com linha de tendência.....	128
Gráfico 17	– Evolução do quantitativo de estabelecimentos rurais de acordo com os Censos Agropecuários, Uruçuí (PI).....	130
Gráfico 18	– Evolução das áreas dos estabelecimentos rurais de acordo com os Censos Agropecuários, município de Uruçuí (PI).....	131
Gráfico 19	– Índice de Gini para o município de Uruçuí (PI), segundo dados do IBGE, com linha de tendência.....	132
Gráfico 20	– Índice de diversidade produtiva (Homogeneização da Paisagem), município de Uruçuí (PI).....	137
Gráfico 21	– População urbana e rural do município de Uruçuí, Piauí, Brasil.....	142
Gráfico 22	– Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 1970 e 1980.....	157
Gráfico 23	– Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 1981 e 1990.....	158
Gráfico 24	– Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 1991 e 2000.....	159
Gráfico 25	– Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 2001 a 2010.....	160
Gráfico 26	– Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 2011 e 2013.....	162
Gráfico 27	– Distribuição das empresas por bairros. Município de Uruçuí (PI).....	165
Gráfico 28	– Origem do proprietário da empresa.....	166
Gráfico 29	– Situação de residência dos empresários originários de outros municípios.....	167
Gráfico 30	– Grau de escolaridade dos entrevistados (%)......	168
Gráfico 31	– Ramo de atividade predominante da empresa entrevistada.....	169
Gráfico 32	– Evolução do quadro de funcionários da data de abertura da empresa até abril/2015.....	173
Gráfico 33	– Evolução do quadro de funcionários da data de abertura até abril de 2015 referente às empresas que obtiveram ampliação no seu quadro de funcionários.....	173
Gráfico 34	– Situação do imóvel em percentagem: próprio ou alugado.....	178
Gráfico 35	– Percepção sobre a existência da influência do campo sobre a dinâmica econômica do município.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Alíquotas do Imposto Territorial Rural – Lei 9.393/96.....	28
Tabela 2	– Índice de Gini do Estado do Piauí, Brasil.....	71
Tabela 3	– IDHM e Indicadores – Uruçuí, Piauí, Brasil.....	86
Tabela 4	– Série histórica da população do município de Uruçuí, Piauí, Brasil...	87
Tabela 5	– Série histórica da população rural e urbana do município de Uruçuí, Piauí, Brasil.....	88
Tabela 6	– Áreas das culturas existentes no Município de Uruçuí, Piauí até 1989 (em hectare).....	99
Tabela 7	– Utilização das terras no município de Uruçuí: de 1940 a 1995 (em hectare).....	102
Tabela 8	– Evolução da área ocupada por culturas no município de Uruçuí, Piauí, entre os anos 1989 até 2012 (em hectare).....	105
Tabela 9	– Utilização das terras no município de Uruçuí: 1995 e 2006 (em hectare).....	109
Tabela 10	– Estados de origem dos proprietários dos imóveis rurais do município de Uruçuí: evolução nos anos de 1990, 1991 e 2005.....	115
Tabela 11	– Evolução do preço da terra, por hectare, no município de Uruçuí-PI (2001-2011).....	126
Tabela 12	– Imóveis rurais e áreas, em hectares e porcentagem, no município de Uruçuí (PI).....	127
Tabela 13	– Uruçuí (PI): Índice de Gini segundo dados do INCRA.....	128
Tabela 14	– Estabelecimentos e área segundo grupos de área do município de Uruçuí (PI).....	129
Tabela 15	– Uruçuí (PI): Índice de Gini segundo dados do IBGE.....	132
Tabela 16	– Registro das atividades econômicas no município de Uruçuí, Piauí, segundo ano de instalação.....	164
Tabela 17	– Tempo de residência dos empresários não originários de Uruçuí.....	167
Tabela 18	– Tempo da atividade atual.....	169
Tabela 19	– Ramo de atividade anterior exercida pelo empresário.....	170
Tabela 20	– Empresários que exercem outra atividade.....	171
Tabela 21	– Atividade atual é a principal.....	172
Tabela 22	– Tipo de mão de obra.....	174
Tabela 23	– Mão de obra predominante.....	174

Tabela 24	–	Faixa de faturamento médio mensal.....	175
Tabela 25	–	Origem do capital das empresas.....	176
Tabela 26	–	Volume investido por ano (em reais).....	176
Tabela 27	–	Investimento inicial (em reais).....	177

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	22
2.1	Objetivos da pesquisa.....	24
2.1.1	Objetivo geral.....	24
2.1.2	Objetivos específicos.....	24
3	SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	33
4	HISTÓRICO DA AGRICULTURA PIAUIENSE.....	45
4.1	O domínio morfoclimático dos cerrados.....	45
4.2	O agronegócio e a agenda das questões ambientais no município de Uruçuí	47
4.3	Projetos de desenvolvimento para a região dos cerrados.....	49
4.4	Os cerrados piauienses e a grilagem de terras.....	59
4.5	A mundialização do capital e a acumulação por espoliação: o Piauí no contexto da agricultura mundializada.....	62
4.6	Consenso de Washington e a agricultura mundializada.....	68
4.7	A concentração fundiária e o índice de Gini.....	70
5	O AGRÁRIO E O URBANO: QUESTÕES CONCEITUAIS E EMPÍRICAS NO MUNICÍPIO DE URUCUI.....	73
5.1	Relação cidade-campo: breve análise histórica.....	73
5.2	Indicações sobre a relação cidade/campo no Brasil.....	78
5.3	Uruçuí: de território indígena a território da soja.....	82
6	AS DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS DA LÓGICA DE COMMODITIES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE URUCUI.....	90
6.1	Da agricultura moderna à agricultura mundial.....	90
6.2	O rural no Brasil: breve discussão conceitual.....	95
6.3	Agricultura piauiense e matriz produtiva agrícola: da agricultura tradicional à agricultura mundializada.....	98
6.3.1	O contexto da agricultura tradicional.....	98
6.3.2	A modernização da matriz produtiva agrícola e a agricultura mundializada.....	104
6.4	O financiamento agrícola e a abertura para os novos espaços para a agricultura mundializada.....	114
6.5	A Bunge Alimentos e os cerrados piauienses.....	120
6.6	Valor das terras, concentração fundiária e desníveis sociais.....	123
6.7	Homogeneização da paisagem e do território.....	134
7	DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS DA PRODUÇÃO DE COMMODITIES NO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE URUCUI (PI).....	139
7.1	Quando o rural se assenta no moderno e essa lógica moderniza a cidade	139
7.2	Expansão urbana, agricultura moderna e a relação campo/cidade uruçuiense.....	145
7.3	Paisagem urbana: o ponto de vista da homogeneização e diferenciação do espaço urbano em Uruçuí.....	150

7.4	Um esquema histórico da dinâmica da economia urbana do município de Uruçuí.....	156
7.5	Caracterização das empresas situadas em Uruçuí (PI).....	165
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
	REFERÊNCIAS.....	190
	APÊNDICES.....	196
	ANEXO.....	200

1 INTRODUÇÃO

A dilatação da fronteira agrícola para os cerrados nordestinos remonta o contexto da inserção da agricultura brasileira, nos circuitos espaciais de produção da agropecuária mundializada, lógica marcada pela monopolização do território na agropecuária nacional, através do controle sobre a produção e a circulação de mercadorias, particularmente a soja. Em verdade, os primeiros sinais do processo de monopolização do território no meio agropecuário, em âmbito nacional, referem-se a ações empreendidas pelos governos militares pós-1964, quando se ambicionavam a ocupação da região central do Brasil e a atenuação da dívida externa através da exportação de produtos primários (ARAÚJO, 2006). Por certo, a referida ocupação e questões relativas à balança comercial, levada a cabo via modernização agrícola, representam indícios da mudança no curso das ações políticas e econômicas que, mais tarde, seriam implementadas pelos governos posteriores ao Regime Militar.

No âmbito geopolítico internacional, viviam-se momentos de crise; mas a partir do final da década de 1980, elementos externos passaram a figurar imperativos para a reconfiguração da situação política e econômica mundial, sobretudo dos países periféricos. Em realidade, a América Latina tornou-se o alvo de medidas ditadas pelos países centrais, incisivamente os Estados Unidos, a partir do Consenso de Washington. As diretrizes que moviam esse conjunto de ações para a América Latina introduziram e consolidaram a inserção desses países na economia mundial.

Esse foi um momento em que a perspectiva de uma solução a partir da política de substituição de importações e de desenvolvimento que passaram a dar uma nova configuração à economia nacional e a sua inserção internacional consolidando a ampliação da pauta de importações. Esse quadro foi construído por meio da tomada de financiamentos externos, que resultou, na década seguinte, em uma grave crise fiscal ao Estado brasileiro. Contraditoriamente, a resposta a essa situação foi dada no setor primário, com a ampliação da agricultura agroexportadora, forçosamente isso como estratégia de obtenção de divisas para equacionar os déficits na balança de pagamentos decorrentes do estrangulamento energético (alta do petróleo) de pagamentos de serviços da dívida.

Nesse contexto, o processo de acumulação se realizava em grande medida, no processo produtivo, diferentemente do que ocorre na atual fase do capitalismo rentista em que grande parte de seus ganhos, ainda que lastreados em processos produtivos, estruturam sua autovalorização e acumulação via derivativos e ações (capital fictício). Assim, a agricultura

nacional, ao longo dos anos de 1980 e 1990, foi um dos alvos centrais para a consolidação dessa empreitada, mediante assunção dos pacotes tecnológicos, os chamados elementos da “Revolução Verde”.

No Nordeste, essa incorporação começa a apresentar sinais em meados dos anos de 1970, mas ela efetivamente se realiza de forma tardia, sendo nos anos 1990, o quadro mais evidente de incorporação de suas estruturas produtivas (terras) a esta lógica de acumulação pela produção de *commodities* (ALVES, 2006; ARAUJO, 2006). Um processo que coordenado pela lógica de incorporação da agricultura brasileira, no contexto do modo de produção capitalista nas escalas regional, nacional e internacional, em que o Estado se apresenta como agente viabilizador, em consonância aos interesses econômicos, consolidou políticas e programas, que contribuíram para a constituição dos cerrados nordestinos como novo celeiro produtivo (ARAUJO, 2006).

No cenário dos anos de 1990, considera-se que a abertura comercial do Brasil para o mercado internacional foi a mola propulsora para o início da especialização produtiva no âmbito das *commodities*, fato que se consolidou inicialmente na região Centro-Oeste e se espalhou para as regiões Norte e Nordeste. Conforme assinalado anteriormente, o projeto de internacionalização da economia brasileira se deu no âmbito das prescrições do Consenso de Washington, fins de 1980, evento que demarca o ajuste brasileiro ao capital monopolista financeiro.

A homogeneização das paisagens, resultantes da subsunção da economia agrícola à monocultura e da intensa mecanização do campo traz, na esteira dos acontecimentos, efeitos substanciais na reconfiguração dos espaços regionais, incidindo nos meios rurais e urbanos. O advento da internacionalização da economia brasileira e a modernização da agropecuária dão a tônica para novas configurações espaciais, sociais, ambientais, econômicas, políticas etc.

No contexto dos cerrados nordestinos, considera-se, portanto, que a dinamização da atividade agrícola nos municípios tem se traduzido simultaneamente em uma dinâmica específica nas áreas urbanas, pelo fato de estar atrelada ao setor produtivo rural, acarretando transformações peculiares às cidades que sediam principalmente atividades que se relacionam ao setor terciário, que, por sua vez, se expandem e caracterizam uma nova dinâmica nestas espacialidades urbanas. Nesse sentido, assim como o espaço rural, os espaços urbanos seguem mudanças importantes com crescimento expressivo.

Na fronteira agrícola, a nova urbanização se submete aos anseios das atividades agrícolas e a eles se subordina, isto é, organiza sua vida

econômica e social ao ritmo e às necessidades da produção da agricultura moderna (ARAUJO; ALVES, 2008, p. 16).

Com vistas a aprofundar estudos realizados no âmbito dos espaços nordestinos produtores de soja, propõe-se realizar este estudo que tem como objetivo compreender as determinações territoriais do espaço urbano e rural dos cerrados nordestinos, decorrentes do avanço recente da agricultura moderna na região, em particular, focalizando o município piauiense de Uruçuí.

É flagrante que a racionalidade econômica capitalista propulsora da ideia desse fenômeno da modernização no campo tem rebatimento sobre o urbano em Uruçuí, pois as transformações naqueles espaços produtivos refletem mudanças no espaço rural e urbano que são indissociáveis. Compreende-se, ainda, a partir deste trabalho, que as transformações territoriais no campo demandam atividades urbanas diferenciadas. Ao se tratar de cidades de fronteira agrícola essas novas demandas urbanas compreendem um conjunto de elementos que atendem o meio rural, mas mediada pela alteração do efetivo migratório e demográfico do município, produzindo mais complexidade à vida social; promovem alterações nos preços das terras (urbanas e rurais); ampliam a desigualdade e a segregação socioespacial, dentre outros elementos que perfazem as características primordiais do estilo concentrador e segregador do sistema capitalista monopolista. Assim, constrói-se um novo cenário respaldado pelo capital monopolista no campo, que edifica territórios determinados pela homogeneização e diferenciação das paisagens e dos territórios, traduzidos em determinações territoriais analisadas neste trabalho.

A forte integração da economia urbana é uma das características da agropecuária moderna (ELIAS; PEQUENO, 2008), o que fez superar a dicotomia cidade-campo. Nesse sentido, o termo cidade do campo (SANTOS, 1993) vem traduzir teoricamente aquelas cidades que se articulam às redes do agronegócio por meio da ramificação das atividades produtivas, que viabilizam o desenvolvimento da agricultura comercial moderna. Portanto, a abertura dos cerrados nordestinos para a moderna produção agrícola suscita uma releitura espacial que extrapola o campo à medida que modifica e incorpora as pequenas cidades interioranas à lógica da produção capitalista.

A organização deste trabalho estrutura-se em sete capítulos. O primeiro capítulo trata de uma breve introdução ao tema da agricultura mundializada no Piauí. O segundo capítulo tratará sobre o percurso metodológico que proporcionou a construção da pesquisa. O terceiro trata dos conceitos território e territorialidade. O quarto abordará o histórico da agricultura piauiense, passando por temas fundamentais como a inserção da agricultura piauiense no

contexto da mundialização do capital e a repercussão dessas questões na concentração fundiária do estado. Em seguida, o quinto capítulo abordará questões conceituais e empíricas referentes ao município de Uruçuí, partindo de uma breve discussão sobre o rural e o urbano no Brasil. O sexto capítulo, por sua vez, analisará as determinações territoriais da lógica das *commodities* no espaço agrário uruçuiense. O sétimo capítulo também abordará as determinações territoriais da lógica das *commodities* no município, no entanto, debruçando-se sobre o espaço urbano de Uruçuí. Por fim, as considerações finais constituem o encerramento do trabalho, cujo objetivo é expor o saldo da construção científica alcançado com a pesquisa ora apresentada.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

“[N]ão há ciência sem o emprego de métodos científicos”, afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 83, grifo das autoras). Mediante esta afirmação, pretende-se demarcar, neste capítulo, o método científico que embasou, dirigiu e propôs o ponto de partida para a construção dos dados e a consecução de sua interpretação, com vistas a contemplar os objetivos da pesquisa em tela, além do ponto de chegada (e novas partidas) para as conclusões que os citados métodos e interpretações permitiram apontar.

Entre método e métodos, Marconi e Lakatos estabelecem a diferença ao considerar o primeiro como nível amplo e de abstração mais elevado de abordagem dos fenômenos da sociedade e da natureza. Dessa forma, considera-se como método:

O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83).

Ainda com relação a método, pode-se considerar “os procedimentos mais amplos de raciocínio” (SEVERINO, 2002, p. 162), enquanto em um âmbito mais restrito estariam os métodos, ou métodos de procedimento que, por sua vez, “[p]ressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio do particular” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106). Severino considera os métodos, em particular, ou *técnicas* como “procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados” (SEVERINO, 2002, p. 162).

Nesse caso, os métodos não têm a necessidade de serem exclusivos, sobretudo por sua multiplicidade. Para as ciências sociais, existe a possibilidade de se lançar mão de um conjunto deles ao mesmo tempo. Quais sejam: método histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista (Cf.: MARCONI; LAKATOS, 2003).

Assim posto, consideramos com Minayo que o “campo científico, apesar de sua normalidade, é permeado de conflitos e contradições” (2003, p. 13), e isso põe em xeque o mito da neutralidade científica, já que se afinam pensamentos em que se tem a ciência como conhecimento comprometido, ou seja, que ela, a ciência, “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento” (MINAYO, 2003, p. 13). Isso, por fim, corrobora a tese da falsa neutralidade axiológica e metodológica, pois a escolha dos procedimentos de pesquisa

(ou métodos de procedimentos) passa pelo quadro de valores em que o pesquisador está inserido. Assim também ocorre com a opção, eivada de ideologias, da escolha das técnicas de pesquisa (THIOLLENT, 1994).

Por conseguinte, centrado no âmbito das ciências humanas, esse trabalho é norteado pelo método dialético, que “integra em sua abordagem a própria lógica do pensamento reflexivo e científico” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEET, 1991, p. 67).

Em se tratando de métodos específicos, fez-se uso dos métodos histórico, comparativo e estatístico. Acrescente-se que, embora se trate de pesquisa qualitativa, esse trabalho não prescinde de estratégias quantitativas consideradas fundamentais para a chegada aos objetivos propostos.

O estudo da relação cidade/campo, urbano/rural, nas cidades do cerrado piauiense, a partir da agricultura mundializada nos cerrados nordestinos, deve ser percebido dentro da intencionalidade de projetos hegemônicos, relativos às empresas de âmbito privado, estatal, nacional e internacional, em um contexto macro, que imprimem marcas que transcendem a aparência intuitiva dos fatos em construção naquele espaço.

É nessa senda que houve a proposição da construção de questões, problemas de pesquisa, que têm por fim apontar qual dificuldade se pretende resolver no decorrer da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003). Dessa forma, apresenta-se a seguinte questão: — Em que medida a espacialidade das cidades dos cerrados piauienses, em particular Uruaú, sofre transformações a partir da consolidação da agricultura mundializada?

Com base nesta questão inicial, encaminha-se para a elaboração das hipóteses de pesquisa, pois se considera com Lefebvre que “[n]ão há ciência sem hipóteses teóricas” (2008, p. 14). Formular hipóteses teóricas é um direito e uma necessidade do pensamento científico. A hipótese, nesse sentido:

Está vinculada a uma concepção epistemológica e metodológica. O conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto *já* real. Em contrapartida, ele não constrói necessariamente seu objeto em nome de uma teoria prévia do conhecimento, de uma teoria do objeto ou de ‘modelos’. Para nós, aqui, o objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo em que a hipótese refere-se ao objeto. Se esse “objeto” se situa além do constatável (empírico), nem por isso ele é fictício (LEFEBVRE, 2008, p. 14).

Em conformidade com essas orientações, supõe-se que a espacialidade das cidades do agronegócio se consolida como campo de ação de poder; portanto, seus territórios se expressam não apenas pela lógica econômica das atividades, empregabilidade, formas de

produção (*commodities*) e lógicas de acumulação (concentração fundiária e valor da terra), mas também de forma simbólica, demarcando sua territorialidade, pela ideologia do desenvolvimento da modernização do campo, do crescimento econômico, mediado pela imagem do agronegócio. Para que essa dinâmica seja apreendida, são perseguidos os seguintes objetivos:

2.1 Objetivos da pesquisa

2.1.1 Objetivo geral

- Analisar as determinações territoriais rurais e urbanas nos cerrados nordestinos, decorrentes do avanço recente da agricultura mundializada, em particular a produção da soja, no município piauiense de Uruaú.

2.1.2 Objetivos específicos

- Identificar o processo de *commoditização* na agricultura brasileira, a partir de uma análise do Estado do Piauí.
- Caracterizar o processo de expansão produtiva agrícola e suas transformações fundiárias e econômicas produzidas pela expansão da cultura da soja.
- Verificar os processos de estruturação urbana, na lógica dos estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais, sua instalação, bem como a origem dos capitais, grau de dependência e articulação à sojicultura.
- Identificar as lógicas de expansão urbana, nos elementos de infraestrutura e demografia.

Para a viabilização desta pesquisa e para que os objetivos propostos fossem alcançados, recorreu-se a instrumentos de investigação, como a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira realizada por meio de consulta em livros, artigos científicos e fontes pesquisadas em *websites*, e a segunda com documentos encontrados em arquivos públicos e instituições públicas e privadas.

Outros instrumentos de investigação foram utilizados, como, por exemplo, o diário de campo, importante recurso do método etnográfico; foi utilizado constantemente ao longo da pesquisa, e importa para o registro dos fatos sociais, de modo imediato ou consecutivo ao seu acontecimento. Concorde-se com Venâncio e Pessoa (2009), para quem este instrumento

ainda é pouco utilizado nos cursos de Pós-Graduação das universidades brasileiras e, dessa forma, buscou-se ressaltar a relevância desse elemento para a construção da pesquisa. Importa o uso desse instrumento para que não se atribua unicamente à memória a tarefa de guardar tudo o que se deu durante o procedimento da pesquisa de campo.

Dessa forma, ressalte-se o emprego do diário de campo como recurso metodológico, ao considerar que ele contribui para o enriquecimento da pesquisa, na medida em que se toma nota das observações dos fatos concretos – inclusive aqueles relacionados às paisagens – e de diversos eventos que permeiam a vida social. No diário de campo, pode-se ainda, além de registrar o cotidiano, descrever as “maneiras de sentir das pessoas, lugares, situações e objetos” (BRANDÃO, 1982, p. 13), além de se introduzir à pesquisa, a rotina da observação atenta, a descrição e a reflexão sobre os acontecimentos ao longo da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas constituem poderosos instrumentos para qualquer trabalho científico, pois ajudam a estabelecer um contato efetivo com os sujeitos de pesquisa, haja vista ser considerada uma técnica de observação direta para a construção dos dados primários (THIOLLENT, 1987). Como método operacional, foi utilizada no intuito de esclarecer e aprofundar questões acerca dos comportamentos dos sujeitos sociais envolvidos nos processos estruturais das transformações capitalistas no espaço rural e urbano do Estado do Piauí e particularmente no município de Uruçuí.

Desta feita, o total de 335 empresas, exercendo atividades no município e registradas no Departamento de Arrecadação e Tributos da Secretaria Municipal de Fazenda do Uruçuí, até o dia 17 de julho de 2013, constituiu o universo de elementos considerados para a pesquisa direta. O universo das empresas foi categorizado em: atividades industriais, atividades industriais agrícolas, atividades comerciais, atividades comerciais agrícolas, serviços, serviços agrícolas, outros, outros agrícolas e sem declaração de atividade. Esta última categoria surgiu por causa da não classificação da empresa no documento (Alvará de funcionamento), perfazendo apenas uma empresa. A amostragem escolhida constituiu-se em 20% para esse levantamento, seccionando, ainda, para a pesquisa de campo e realização das entrevistas, 20% de cada categoria.

O questionário foi constituído por questões abertas e fechadas, e aplicado entre os dias 13 e 16 de abril de 2015. Esse processo foi difícil considerando-se que os empresários ou responsáveis pelas empresas, por várias vezes, davam a entender que omitiam informações, sobretudo quando o assunto se referia ao faturamento das empresas. Em outros casos, o horário comercial, em que ocorreram as arguições, dificultou o processo devido à chegada e ao atendimento aos clientes. Alguns empresários ou responsáveis desmarcaram a visita, o que

fez com que não fossem contabilizados esses estabelecimentos dentre o percentual dos 20%. De posse dos dados, procedeu-se a organização, tabulação, confecção de tabelas e gráficos, e para análises posteriores.

Os sujeitos sociais investigados no processo de entrevista foram os empresários do município de Uruçuí. A necessidade de conhecê-los, tendo-se em vista a percepção de que estes se fazem presentes em todos os ramos de atividades que estão na raiz da transformação pela qual passa o município, é apenas um dos elementos que justificam a escolha. Sabe-se que ao tempo em que orientam as transformações que acometem o município são também por elas orientados. Além do mais, estão presentes no processo de estruturação urbana, são heterogêneos e podem contribuir com a construção do conhecimento de características particulares relativas: ao tamanho e ao papel que as atividades econômicas desempenham, as mercadorias que disponibilizam para o campo e para a cidade, a origem e destino dessas mercadorias, a diversidade das demandas dessas empresas, assim como as dificuldades e vantagens apontadas em relação ao contexto atual em que vive o município de Uruçuí.

Salienta-se que este estudo tratou essencialmente a produção moderna agrícola e como essas atividades apresentaram determinações territoriais no município. Nesse sentido, as atividades econômicas instaladas tendem a apresentar uma associação ao segmento agropecuário modernizado, tanto em relação às atividades comerciais quanto à prestação de serviços.

Importa acrescentar, ainda, que existem outros sujeitos sociais que participam desse processo, que sofrem diretamente o impacto decorrente desse avanço do agronegócio, os trabalhadores e camponeses que foram excluídos e expropriados de seus bens de reprodução de vida, por causa da valorização da terra urbana e rural, além do encarecimento de diversos produtos. No entanto, para o recorte feito para esse trabalho, não serão perscrutados nessa oportunidade.

Conforme mencionado anteriormente, as pesquisas documental e cartográfica foram realizadas em instituições públicas e privadas para a composição dos dados secundários. Nesse item, destacam-se as visitas aos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Prefeitura Municipal de Uruçuí e Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Uruçuí.

Após discorrer sobre essas questões, fez-se a exposição de como foi realizada a operacionalização do projeto, ou seja, de que forma as categorias e os conceitos de análise “emanam” do empírico. Como afirma Netto (2015)

As categorias “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias; as categorias próprias da sociedade burguesa só tem validade plena no seu marco. (NETTO, 2015,p 14).

Nesse sentido, as novas dinâmicas que reorganizam o espaço das cidades do agronegócio, em particular Uruçuí, foram apreendidas mediante as seguintes categorias e conceitos:

Para identificar o processo de *commoditização* na agricultura brasileira, a partir do Estado do Piauí, procedeu-se à análise de uma conjunção de dados sobre utilização da terra e produção agrícola, observando as dimensões das áreas ocupadas, no período 1950 até 2012. A partir de então, foi construído o gráfico que evidencia o índice de diversidade produtiva (homogeneização da paisagem), segundo metodologia de Souza (2008). Esses dados ainda foram responsáveis pela caracterização do processo de expansão produtiva da soja e transformações econômicas no município.

Em relação às transformações na estrutura fundiária e econômicas, procedeu-se a construção de um banco de dados com o quantitativo dos imóveis rurais e áreas no município em apreço, de acordo com os Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), dos anos de 1990, 1991, e triênios 2000 / 2001 / 2002 e 2003 / 2004 / 2005. Ressalte-se que as diferenças entre os quantitativos de áreas e imóveis rurais entre os anos de realização dos cadastros foram apontadas pela superintendente do INCRA no Piauí como resultado na depuração do sistema, que foi realizado diversas vezes com o intuito de eliminar duplicidade de certificados rurais. Esse fato, portanto, justifica a flutuação entre os números de cada ano em que o cadastro foi realizado.

A partir da consolidação desses dados, foram abstraídos alguns elementos que serviram de base para o presente trabalho. Além da concentração fundiária, foi possível organizar dados referentes à origem dos proprietários dos imóveis rurais, o que levou à investigação quanto à origem dos titulares dos imóveis e, dessa forma, ao fluxo migratório para a região, bem como a dimensão, em hectare, desses imóveis. Apenas no CCIR do triênio de 2000 / 2001 / 2002 não foi possível tratar essa informação em razão de todos os imóveis terem sido cadastrados com endereços do próprio município de Uruçuí. Foi, também, construído, a partir dos dados do CCIR, o índice de Gini que tem como finalidade a

determinação da concentração fundiária, cujas classes foram construídas a partir da legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Lei 9.393/96 (Tabela 1).

Tabela 1 – Alíquotas do Imposto Territorial Rural – Lei 9.393/96

Classes de Área	Área Total do Imóvel (ha)	(GU) - Grau de Utilização (%)				
		>80	>65-80	>50-65	>30-50	0-30
1	Até 50	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
2	Maior que 50 até 200	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
3	Maior que 200 até 500	0,10	0,60	1,30	2,30	3,30
4	Maior que 500 até 1000	0,15	0,85	1,90	3,30	4,70
5	Maior que 1000 até 5000	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
6	Maior de 5000	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00

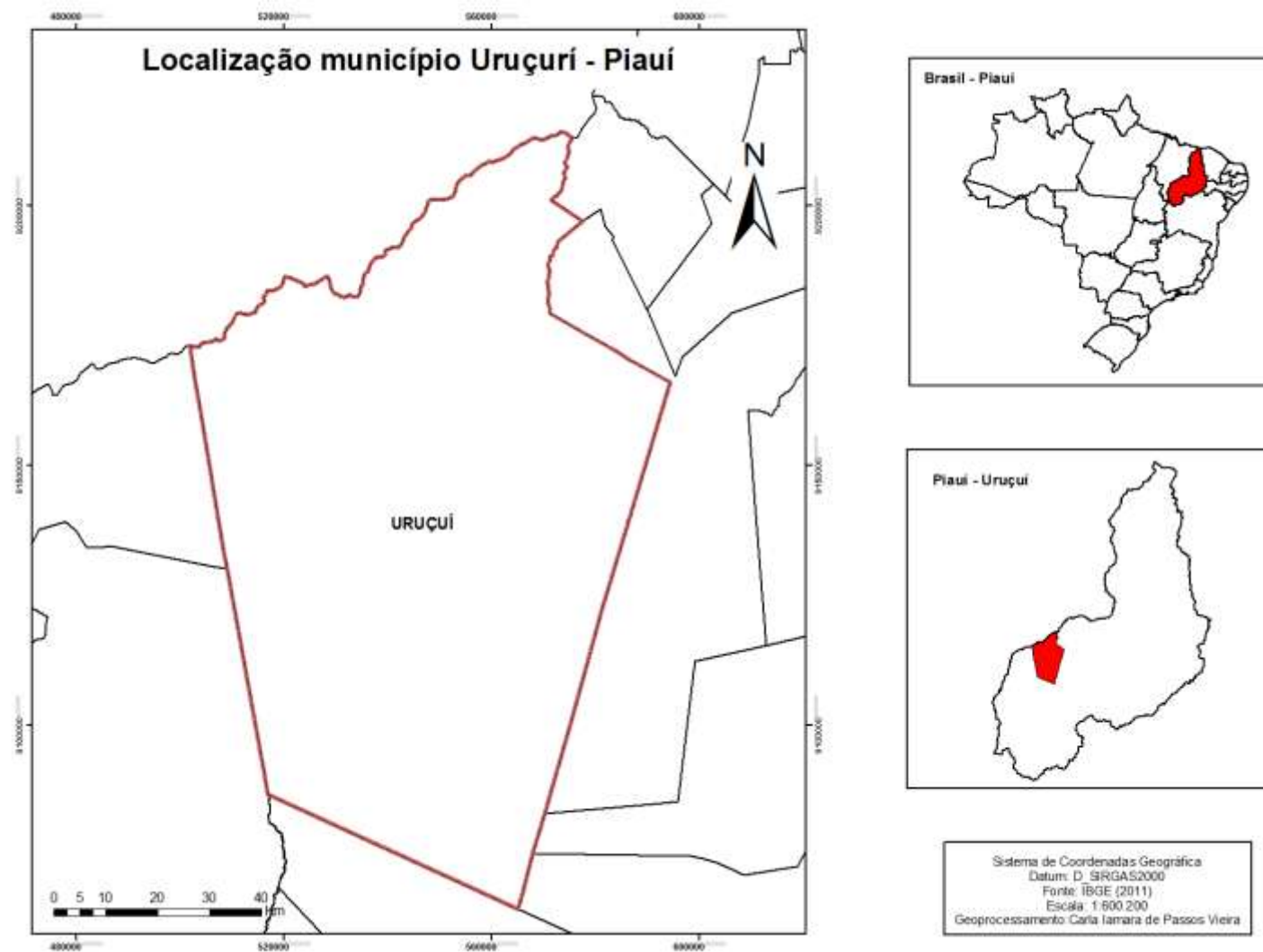
Fonte: Lei 9.393/96.

Ainda sobre o estudo do espaço rural do município de Uruçuí (PI), recorreu-se aos preços nominais de terras apurados pela FNP Consultoria e Agroinformativos,¹ que foram corrigidos tendo como referência o mês de junho de cada ano, atualizados para o mês de agosto de 2014, pelo Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna) pela Fundação Getúlio Vargas, com base nos indicadores inflacionários do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os processos de estruturação urbana foram analisados com base em dados fornecidos pela Secretaria de Fazenda do Município de Uruçuí (PI), de onde foram identificadas as atividades econômicas, ligadas ou não ao agronegócio, nos períodos de 1970 / 1980; 1981 / 1990; 1991 / 2000; 2001 / 2010; 2011 / 2013. Ressalte-se que os estabelecimentos em que não foram constatados a data de abertura foram agregados ao último ano pesquisado, ou seja, o ano de 2013. Conforme salientado, a distribuição das atividades em agrícolas e não agrícolas auxiliam a análise das transformações da economia urbana, do grau de dependência cidade-campo e da articulação campo-cidade.

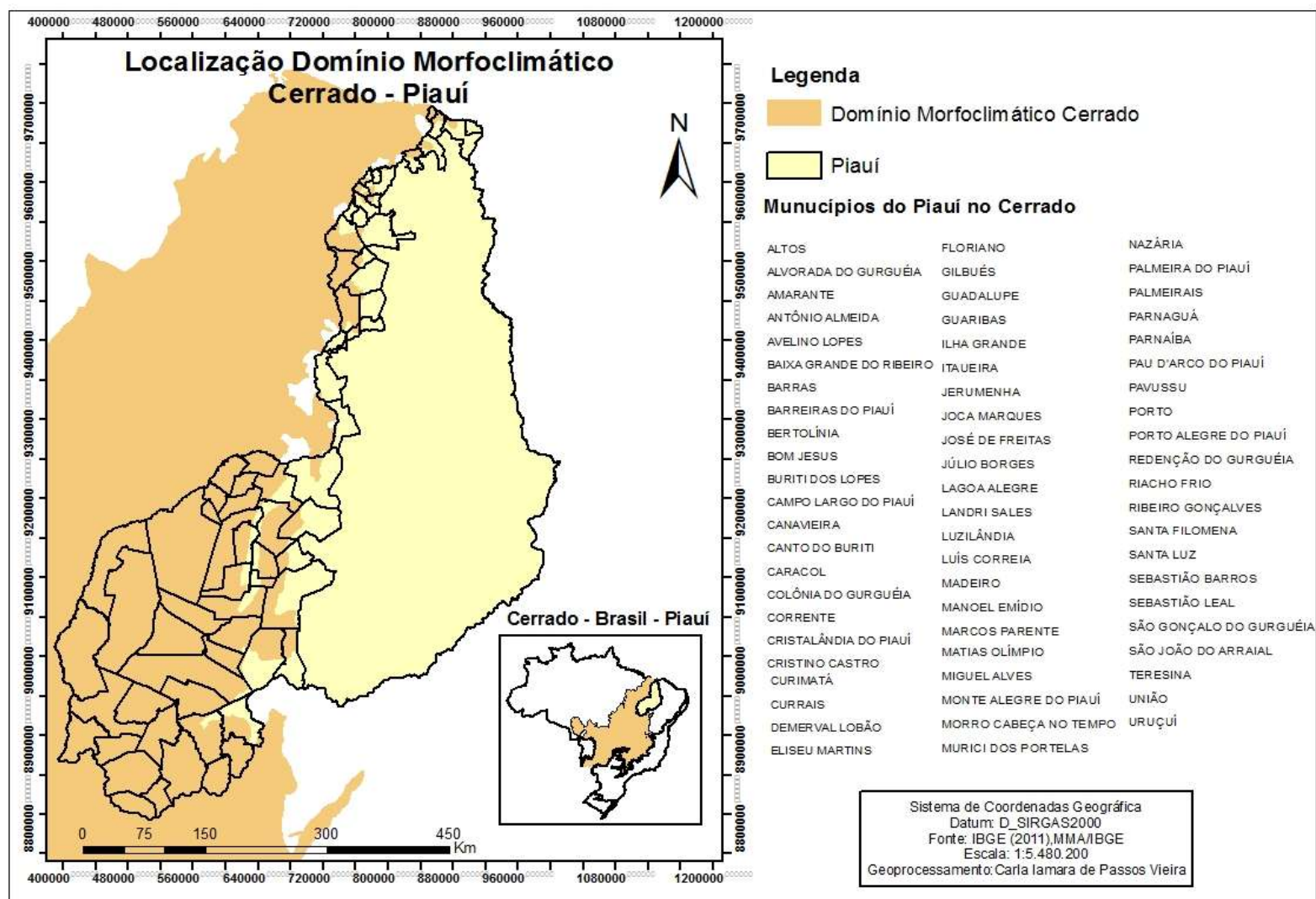
¹ Informa Economics – FNP. Agriannual 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Anuário da agricultura brasileira.

Figura 1 – Localização do Município de Uruçuí, Piauí, Brasil.



Organização: Márcia Regina S. de Araujo, 2014.

Figura 2 – Localização do Domínio Morfoclimático Cerrado - Piauí.



Organização: Márcia Regina S. de Araujo, 2014.

Para caracterizar a expansão da área urbanizada, foram utilizadas imagens de satélites que se reportam aos períodos de 1980 a 2010, período de adensamento das relações de produção agrícola na área de estudo conforme os dados disponíveis de instituições públicas e análise de imagens de satélites. Os indicadores demográficos foram analisados a partir de consultas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o intento de verificar a expansão demográfica no período. Foram elaboradas séries históricas compostas para a população total e população rural e urbana, em uma sequência que data de 1940 a 2010. No caso da expansão de loteamentos residenciais urbanos e a relação entre essa expansão e a segregação espacial, foram verificadas, por meio da observação direta, visitas a instituições públicas e privadas.

O referencial empírico da pesquisa abordou o município de Uruçuí, que se encontra à Mesorregião do Sudoeste piauiense e à Microrregião do Alto Parnaíba Piauiense,² pertencente à Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba, cujas coordenadas geográficas são 07°13'46" Lat. Sul e 44°33'22" Long. Oeste, conforme demonstrado na Figura 1. Esse município integra o conjunto de municípios piauienses que se situam à região dos cerrados piauienses, conforme se observa na Figura 2.

Possuidor de um território vasto, o município reúne uma área territorial de 8.452,025 km², e dista 453 km da capital do Estado, Teresina. Em termos demográficos, o município, no ano de 2010, possuía uma população de 20.149 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com uma densidade demográfica de 2,37 hab/km².

Com base no exposto, evidencia-se que o foco desse trabalho diz respeito aos reflexos do processo de modernização agrícola no Nordeste para a produção da soja e as suas repercussões sobre a edificação de novas dinâmicas urbanas na região dos cerrados nordestinos, em particular o município de Uruçuí, Piauí, Brasil.

Com a finalidade de lançar as bases da construção teórica acerca da reorganização dos novos urbanos gestados pelo complexo produtivo da soja, entende-se que, como suporte para a compreensão da realidade, os conceitos carregam consigo a herança fundamentada numa orientação crítica que procura, nas contradições do real, desvelar a lógica que permeia os eventos em curso na região, em particular, no município em apreço. A opção pelo conceito de território, dentre outros, contribui para este trabalho, pela promoção do diálogo entre o teórico e o empírico, na perspectiva de aproximar-se da realidade em análise.

² Divisão regional para o Estado do Piauí, estabelecida pelo IBGE em 1990, que objetiva a divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.

Concorda-se com Souza (2009) quando se refere ao papel do pesquisador em desvendar o território e buscar compreender as formas como as identidades são construídas. Acredita-se, também, que “o contato direto com a realidade pesquisada contribui para uma construção teórica mais consistente” (ELIAS, 2003), e esse é o propósito ao se lançar mão do trabalho de campo. Partindo desse ponto, acredita-se que o presente trabalho contribuirá para a compreensão dos eventos recentes na região.

Destaca-se, por fim, que os recursos pictográficos (fotografias) terão lugar neste trabalho por permitir “a cristalização de imagens reveladoras da realidade social pesquisada” (ARAÚJO, 2006). O registro fotográfico situa-se como dado primário.

Loizos (2003) elenca três razões para tratar a imagem, com ou sem acompanhamento de som, na pesquisa qualitativa. A primeira razão diz respeito à utilização da imagem para o registro de ações temporais e de acontecimentos reais. A segunda refere-se à aplicabilidade da informação visual na pesquisa social, considerando-se que essa informação prescinde de palavras escritas e/ou números, elementos constituintes das “complexas questões teóricas e abstratas” para as quais a pesquisa social serve. Por último, o autor ressalta que os elementos visuais, no âmbito dos meios de comunicação, constituem-se como influenciadores do mundo em que vivemos, e, por essa situação, não devem ser ignorados, pois desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica. Ao situar o lugar do uso da imagem na pesquisa social, o autor não despreza a ideia de que esse recurso importante também possa ser manipulado, o que constituiria um problema para a pesquisa.

3 SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Este item tem por objetivo estabelecer uma aproximação do conceito de território e suas flexões, territorialização, territorialidade, de modo a delimitar a concepção que será tomada como postura basilar ao objeto de estudo, sob sua identidade. A perspectiva específica desse conceito a ser destacada retrata a importância das apreensões acerca da edificação dos territórios a partir das relações sociais de poder.

Analisar as recentes transformações nos municípios dos cerrados piauienses, notadamente aqueles que sediam o complexo produtivo da soja, exige reflexão sobre os conceitos de território e territorialidade.

Nesse sentido, se as considerações metodológicas já apontadas e também consideradas por David Harvey³ (1994) de que os conceitos são criados a partir da realidade concreta e não são autoevidentes. Acrescente-se que os conceitos e categorias científicas guardam historicidade e dinamicidades que emanam de escolhas, visões sociais de mundo do pesquisador. No intuito de ampliar cientificamente as visões de mundo acerca da incorporação dos cerrados piauienses, como palco que sinaliza para uma reestruturação produtiva da região, acredita-se que os conceitos e categorias perfazem lentes teóricas que ajudam a compreender e atuar na dinâmica socioespacial.

Souza (2008) afirma que “as categorias são construídas à luz do desenvolvimento do homem e das formas de pensar sobre este desenvolvimento”. Elas não representariam, por sua vez, formas naturais e “linearmente ‘históricas’”. Possuem, ao invés disso, a mediação de “condições concretas de existência e do pensamento sobre esta mesma existência” (SOUZA, 2008, p. 22). Dessa forma, considera-se que os conceitos são elaborados a partir das práticas e processos materiais que contribuem para as interpretações, e posteriores ações, em relação ao mundo.

Considerado conceito-chave para a ciência geográfica, o conceito de território importa por indicar relações de poder, as mais diversas, desde o princípio de sua análise, o que remonta ao século XIX. Muito embora polissêmico, o conceito de território é apropriado por diversas áreas do conhecimento que lhe imprimem significados diversos, desde suporte físico⁴ até territórios flutuantes (HAESBAERT, 2002; SOUZA, 2003). Importa lembrar, portanto, de

³ David Harvey (1994) trata da experiência do espaço e do tempo.

⁴ Em outro trabalho já havia citado a concepção de território a partir de duas noções correntes: como suporte físico, que o qualifica a partir dos fixos, e a outra, que se relaciona ao teor qualitativo das mudanças a partir dos fluxos, ou seja, uma construção puramente humana, que prescinde do espaço natural.

que o citado conceito tem sido concebido e utilizado de maneira diferenciada ao longo da sua construção teórica, e que o contexto em que se ancora implica necessariamente em reformulações na sua semântica.

Segundo Haesbaert (2002), a história da concepção de território deve ser contada a partir de duas vertentes explicativas. A primeira, a concepção de território, partiria de uma visão naturalista na qual o imperativo seria o sentido físico, material, congruente e condição para a continuidade da humanidade na terra, ou seja, o *espaço vital*, para Ratzel;⁵ ou ainda dentro dessa concepção naturalista, há uma variante que contempla a dimensão sensitiva e de sensibilidade humana. Sua tendência seria naturalizar a relação afetivo/emocional da humanidade com o seu espaço.

A segunda é a concepção etnocêntrica que induz a pensar o território autonomizado, desligado da sua base natural. A ação humana/social edificaria o território ao cumprir sua relação de domínio material sobre o espaço. Ademais, essa relação de domínio poderia emergir no campo material ou sob o signo de apropriação simbólica.

Acrescenta Haesbaert (2002) que as duas vertentes percebem o território a partir das dimensões política e cultural do espaço para além da dimensão econômica. O autor acrescenta que a discussão acerca do território deve ser conduzida de modo a considerá-lo como espaço simultaneamente apropriado e dominado. A partir desse ponto de reflexão, pode-se considerar aqui uma terceira vertente de análise acerca do conceito de território. A dominação perfaz a construção do controle físico e origina territórios utilitários, sem que se caracterize uma relação de identidade com o espaço, enquanto que a apropriação remete aos laços de identidade social, num processo efetivo de territorialização, cujo caráter seria funcional. A apropriação seria simbólica (HAESBART, 2002).

Nesta perspectiva, o território seria um espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, seria um espaço “sobre o qual não se constrói apenas um controle físico, mas também laços de identidade territorial” (HAESBART, 2002, p. 121).

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBART, 2002, p. 121).

⁵ Ao cunhar a expressão “espaço vital”, Ratzel ganha destaque, pois ela constituiria condição premente à sobrevivência humana, e, nesse sentido, o seu controle conduziria ao fundamento das teorias de Estado (HAESBART, 1995; ARAUJO, 2006). Para Souza (2003), as análises de Ratzel acerca do território focariam sobremaneira em um referencial político do Estado, “*como se território fosse sempre sinônimo de território de um Estado*” (SOUZA, 2003, p. 86, grifo do autor).

Espaço e território tomam dimensões diferenciadas na perspectiva de Claude Raffestin (1993). Para esse autor, o espaço preexiste ao território e se constitui em “um campo de possibilidades” ao ator sintagmático. É a partir do espaço, considerado como substrato material primeiro, que o ator vai dirigir ações intencionais e premeditadas com a finalidade de ali cristalizar os seus objetivos. Por sua vez, os objetivos de cada ação para a transformação do espaço advêm de representações, que são peculiares a cada sujeito, e, por isso, lhes conferem distinção. No contexto das representações, os sujeitos sintagmáticos procedem à construção de territórios mediante a “repartição das superfícies, à implantação de nós e a construção de redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 150), pois superfície, nós e redes constituem práticas espaciais visíveis e, desse conjunto, os sistemas territoriais emanam as relações de poder.

Dessa forma, Raffestin observa que a ação dos atores no espaço consolida relações de poder que se evidenciam, na medida em que outros atores representam e atuam naquele espaço, que ora se constitui território, ao tecerem caminhos diferentes para o alcance de objetivos comuns. Haverá, pois, uma relação inequívoca de poder entre os sujeitos envolvidos. Assim posto, Raffestin realça que o território configura “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), ou ainda, “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Logo, na afirmação de Raffestin, compreender o território significa perceber as relações de poder que emanam das relações de produção impressas no espaço original pela força do trabalho da sociedade. Cabe ressaltar que a sociedade não age em uníssono para a constituição de um território. Como mencionado, o autor enfatiza as relações de poder como elementos que evidenciam as diferentes intenções dos sujeitos sintagmáticos ao perseguirem na consolidação dos seus objetivos, que são provenientes de representações próprias a cada sujeito.

Por sua vez, a compreensão de poder estaria definida pela “ligação entre os objetivos intencionais e as realizações” asseguradas por uma comunicação social (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ademais, o autor considera que toda construção da realidade se consolida como um instrumento de poder, o que nos induz a pensar que o território enquanto construção perfaz um instrumento de poder, assim como os modelos e as imagens.

Dessa maneira, a definição de território por Raffestin enfatiza a importância das representações para o autor da ação territorializante, ou seja:

[...] o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço em que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Sobre o conceito científico de território toma-se, com Souza (2003), a apreensão do território a partir das relações sociais projetadas ante a concretude espacial, ou seja, o “substrato referencial” (SOUZA, 2003, p. 97). Território, portanto, é apreendido como “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 2003, p. 96, grifo do autor).

Assim compreendido, o território seria um campo de forças constituído por redes de relações sociais complexas e coesas internamente, a ponto de sugerir alteridade. Ademais, não necessariamente haveria “superposição tão absoluta entre espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças” (SOUZA, 2003, p. 86). Nessa perspectiva, o espaço concreto (fixo) não constituiria território, mas antes aportes materiais das territorialidades. E, assim, a fluidez seria uma das características multiescalares espaço/temporal do território.

Com o intuito de analisar o conceito de território e as suas formas de apropriação teórica no âmbito da Geografia agrária, Souza (2009) atribui ao território duas propriedades. A primeira propriedade estaria pautada na constituição do território por relações sociais erigidas a partir das diferencialidades de poder, constituindo uma organização espacial da diferença. A segunda relacionar-se-ia às mudanças na organização das relações sociais, sendo que simulariam mudanças nas representações de poder que dão vida ao território. Logo, de acordo com o citado autor, a gênese do território estaria nas relações sociais que o sustenta.

O território é constituído de relações sociais fundadas sobre as diferenças de poder. O território seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder e as mudanças na organização das relações sociais correspondem às mudanças nas representações de poder, e estas mudanças não implicariam um único sentido (SOUZA, 2009, p. 101).

Ao assumir que o conceito de território se edifica a partir das relações sociais, Souza (2009) acrescenta que ele (território) não pode ser visto como implicação do Estado ou da propriedade privada, e sim o contrário. É sobre o território que essas entidades se desenrolam, assim como tantas outras, a territorialidade, por exemplo.

O território é, assim, a expressão concreta das práticas socioespaciais, das formas como se consome, vive e produz. Não representa apenas uma estrutura física, área, hectare, propriedades, limites e fronteiras, mas sintetizam relações sociais de produção, essencialidades globais/locais/globais de caráter técnico e social (SOUZA, 2009, p. 145).

Por seu turno, a constituição do território estaria ligada às relações de classe, e, dessa forma, o território expressaria um sentido de classe referente ao processo de apropriação do espaço e determinação das relações de poder sobre a terra. Deve-se deixar claro que, para o autor, o território é anterior à propriedade privada da terra, de modo que essas relações de poder se lançam além da perspectiva capitalista.

Anterior ao Estado e à propriedade privada, o território sucederia ao espaço geográfico, considerado uma “projeção humana, objetivação da vida, como sentido de sua existência” (SOUZA, 2013). Para o autor, a projeção humana constituiria o espaço, e a sua apropriação conformaria o território. O território não seria produzido com o fim da apropriação econômica, meramente, mas edificado mediante apropriação pela práxis, em que são emanadas dimensões materiais e imateriais (simbólicas) de poder. Para além da apropriação econômica, constituindo poder no seu sentido mais amplo.

Mediante a complexidade de empreender a uma definição do que de fato venha a ser poder, Raffestin o qualifica como uma palavra rebelde e ambígua, e o associa, dessa maneira, ao pressuposto da existência de uma vida social. Conforme Raffestin, “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta sua multidimensionalidade” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Esse autor é enfático ao afirmar que “o poder é parte intrínseca de toda relação” (p. 52), ou ainda, que “o poder se manifesta por ocasião da relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Nesse ínterim, as relações sociais determinam o surgimento do poder e são determinadas por ele, pois se pode considerar que os sujeitos sociais, no contexto de suas diferenças, produzem choques de interesses que evidenciam essas relações de poder. Desta forma, é a partir do exercício do poder que Raffestin pensa o espaço geográfico.

Com o intuito de demarcar a ambiguidade do termo, relata a diferenciação entre a grafia da palavra com letra maiúscula e minúscula. A primeira, o Poder relativo à soberania do Estado, é considerado como forma terminal, unidimensional, visível e perigoso, ao passo que a segunda forma de grafar constitui perigo maior, já que enseja invisibilidade. O poder difuso nas relações sociais é tido como insidioso, latente. Está em todos os lugares, no entanto, nem sempre se percebe.

Visando delinear a natureza do poder, Raffestin, com base em Foucault, para esse empreendimento, pontua alguns elementos auxiliares para a sua descrição:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Por conseguinte, esse autor rejeita as apreensões acerca do poder que o veem unicamente pela ótica das instâncias políticas. Raffestin afirma categoricamente que o poder está presente na constituição da sociedade, pois deriva das relações sociais, manifestado pelos choques ou atritos entre interesses difusos.

Souza (2003) corrobora a tese de Raffestin ao crer na imanência do poder em relação aos grupos sociais; e, em Arendt, busca liberar o conceito de poder das acepções que o vinculam à violência e dominação, ao passo que o liga à ideia de autonomia. Enfatiza a necessidade que o poder tem de ser legítimo e o opõe à dimensão da violência, pois considera que são excludentes.

Dessa forma, Souza (2009) acredita que as relações de poder cristalizadas no território pelo capital nos induzem a supor território como mera dimensão objetiva econômica de poder, como objetivo e fim (unidimensionalidade). No entanto, as formas de apropriação, para além da dimensão do poder econômico, produzem contraditoriamente, e dentro dessa mesma lógica, a exclusão da coletividade (que é trabalhadora) tanto no aspecto material como simbólico (imaterial). Seriam, portanto, destituídos os grupos sociais subtraídos pela ação capitalista ao constituir território nas dimensões materiais, pelo uso ou dispensa da sua força de trabalho (materialmente), e igualmente na modificação e, muitas vezes, na extinção de atividades de cunho cultural (até mesmo hábitos) que perfazem a dimensão simbólica suprimida pela força da expansão das atividades capitalistas em curso. Essa realidade claramente aplica-se à expansão do agronegócio nos cerrados, em particular.

O conceito de território, do ponto de vista metodológico para o autor em tela, suscitaria uma categoria explicativa, ao considerá-lo um conceito para si,⁶ que “surge para mapear um campo específico de relações, com referência às relações sociais de poder, onde quer que estejam os sujeitos concretos e suas representações” (Souza, 2009, p. 108). Nesse

⁶ Que exige explicação e produz conhecimento (SOUZA, 2009).

sentindo, o poder em questão não está unilateralmente na base das análises economicistas que o compreendem como poder de dominação do capital exclusivamente para auferir lucros. O autor salienta que do poder também emanam práticas transformadoras e emancipadoras, com sentido amplo de positividade. Assim, os movimentos sociais imprimem no território “práticas socioespaciais capazes de produzir território e territorialidades diferenciadas” (SOUZA, 2009, p. 126).

Sobre o tema territorialidade, muitos autores elencam definições as mais diversas. Considerado como expressão imaterial, interação homem e espaço, controle de área, conjunto de relações, apenas para citar algumas apreensões, a ideia de territorialidade encerra alguns elementos de intersecção, quais sejam a imaterialidade, subjetividade, dentre outras.

As reflexões a partir das relações sociais de poder, empreendidas por Souza (2009), além de contemplarem uma definição para o termo território, contribuem para a concepção de territorialidade, intrínseca a um dos elementos constitutivos do território elencados por esse autor. A territorialidade representaria expressões imateriais das relações de poder⁷ e estaria relacionada aos espaços de sociabilidade e suas representações. Os hábitos seriam uma faceta dessas expressões imateriais.

Dessa maneira, a concepção de território a partir das relações sociais de poder (SOUZA, 2009) auxilia a identificação do equívoco que é determinar a relação de poder exercida por um grupo sobre o território, unicamente dimensionando este pela ótica capitalista que lhe atribui alguns significados tangíveis, meramente relacionados aos valores mercadológicos, sobretudo quando o toma como posterior a propriedade privada. Essa concepção equivocada, de acordo com o autor, exclui e subjuga o universo simbólico e as representações coletivas dos atores sociais, que demandam dimensões subjetivas mais amplas, nas quais os valores culturais são primordiais para a realização plena da vida. Ademais, as relações sociais de poder que consubstanciam os territórios, sobretudo a partir da ação dos movimentos sociais, imprimem neles “práticas socioespaciais capazes de produzir territórios e territorialidades diferenciados” (SOUZA, 2009, p. 126). Acredita-se que essas dimensões subjetivas e representações coletivas, assim como as diferencialidades desse território perfazem o conteúdo da territorialidade.

A territorialidade como interação está em Souza (2003). O referido autor diz que territorialidade “é um certo tipo de interação entre o homem e o espaço, a qual é, aliás, sempre

⁷ O território reúne quatro elementos em sua constituição, a saber: as *relações sociais de poder*, no qual a ideia de territorialidade estaria presente por representar o elemento imaterial dessas relações; os *símbolos*; as *normas organizativas*; e a *identidade subjetiva* (Cf.: SOUZA, 2009).

uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (SOUZA, 2003, p.99). A imaterialidade é uma das características de identificação da territorialidade que pode ser observada através de duas variações. A primeira, quando se utiliza o termo no singular, intenciona-se discorrer sobre algo extremamente abstrato. Assim, seria o que individualiza o território, ou seja, as “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2003, p. 99). A segunda variação relaciona-se à utilização do termo no plural ‘territorialidades’ para designar tipos gerais em que se podem classificar os territórios mediante as suas propriedades, dinâmicas, dentre outras (SOUZA, 2003).

Cara (1996) afirma que a territorialidade é a “qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida” (p. 262). Nessa perspectiva, para o autor, a territorialidade dá visibilidade ao tema identidade no contexto da ciência geográfica, à medida que os conceitos de territorialidade e identidade oportunizam análises em diferentes escalas espaciais, e está ligada às experiências individuais. Dessa forma, acrescenta que o sentido de pertença e de identidade regional auxilia a definição da territorialidade regional que, por sua vez, tende a forjar uma tomada de consciência política.

Essas observações aferidas por Cara (1996) conduzem aos estudos dos movimentos sociais regionais, constituídos por “ações coletivas, com uma identidade de base essencialmente territorial onde a região se constitui em sujeito social” (CARA, 1996, p. 263). Essa concepção de territorialidade fortalece a compreensão do esforço da coletividade em se autoafirmar (mediante tomada de consciência), autodeterminar (mediante politização das relações sociais que edificam esse território) e construir uma mudança social a partir das dinâmicas territoriais.

A territorialidade vista como um conjunto de relações que dá origem à tríade sociedade/espaço/tempo está presente no pensamento de Raffestin pelo pressuposto da relatividade e da alteridade. Esse autor não acredita em territorialidade apenas como ligação com o espaço, mas como uma noção que pressupõe alteridade, já que se institui a partir de relações com o outro, e se registra no quadro da produção, da troca e do consumo (RAFFESTIN, 1993), tendo a ver com a satisfação de necessidades, em um processo de troca de energia e informação.

Nessa perspectiva, a territorialidade refletiria a multidimensionalidade do vivido territorial desde que abarcado pela coletividade. Essa vivência se daria mediatizada pelo “sistema de relações e/ou produtivistas”, e todas essas pressuporiam relações de poder que

modificariam o grupo social, além de si mesmos, mesmo imperceptivelmente. Raffestin ainda agrega a sua noção de territorialidade à perspectiva de simetria e dissimetria, ao considerar que esta promove identidade e estranhamento, convergências e divergências, assim como ligações e rupturas.

Prenhe de dinamicidade, a territorialidade se manifesta em diferentes escalas espaciais e temporais, o que demandaria análises de “relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço/temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162), consumando aí o que o autor denominou de sistema análise ternária (sociedade/espaço/tempo) em detrimento da bipolaridade (homem/meio). A ideia de análise ternária cinge a compreensão de que a territorialidade é tecida pela sociedade e refuta a tese de que a territorialidade corresponde à mera ligação com o espaço, o que induziria a uma linha naturalista e determinista, ou seja, retrataria a análise da bipolaridade supracitada.

Corroborando a ideia de que as análises acerca da territorialidade devem emanar do contexto sócio-histórico, Neves (2002) considera que a territorialidade encontra-se em processo de construção porque estão conjugadas ao processo de globalização excludente e perverso, pois, ao mesmo tempo em que exclui, desterritorializa, cria novas relações de aproximação, identificação, novas territorialidades, tudo isso conjugado com o processo histórico e a capacidade de ação do ser humano em realizar, incluir/excluir. Considera que na dimensão local, a territorialidade exprime as estratégias de dominação de modo mais nítido.

Compreende-se, assim, territorialidade como o conjunto de elementos do universo simbólico de uma coletividade em seu espaço vivido, que partilha o cotidiano. Esses elementos têm origem nas relações sociais de poder, e estas, edificadas dinamicamente em cada contexto sócio-histórico, que varia no tempo e no espaço. O contexto sócio-histórico, na atual fase do capitalismo e globalização em curso, por si, já evidencia o caráter contraditório de manejar ações de inclusão e exclusão, identidade e alteridade, construção, desconstrução e reconstrução de novas territorialidades. Dessa forma, como elemento social que é, a territorialidade é constantemente recriada⁸ (SOUZA, 2009; RAFFESTIN, 1993; NEVES, 2002).

As experiências e vivências determinadas pelo contexto histórico e social em curso, dialogam com a compreensão da territorialidade ao se considerar os atores sociais tradicionais situados e atingidos por ela, em processo de exclusão. — Seria o fim da territorialidade? Haesbaert (1995) e Moraes (2000), ao estudar os estados da Bahia e do Piauí,

⁸ Neves (2002) já chamou a atenção para a capacidade humana de recriar ao tratar sobre o tema territorialidade.

respectivamente, já apontavam para o alijamento da população local e camponesa que, nos discursos modernizantes (MORAES, 2000) e nas ações, sempre foram deixadas de lado ou desprezadas (como no discurso do vazio demográfico ou desprezo pelos ritmos de vida e hábitos coletivos) ou responsabilizadas pelos danos ambientais (ARAUJO, 2006) na região, conforme comunicação oral expressa a seguir:

É que as maiores agressões do meio ambiente no cerrado do Piauí, está ocorrendo nos baixões e não nas partes altas, onde estão as grandes culturas como a soja, por exemplo. Nos baixões, onde historicamente foram desenvolvidas as atividades da pecuária, principalmente extensiva, e a agricultura familiar, por não terem acesso a tecnologias adequadas desmatam a mata ciliar e levam a atividade até a margem do rio. No entanto, o mais grave é a atividade da pecuária que ocupa áreas muito mais amplas, levando o curral até a beira dos rios. Então, esse tipo de atividade econômica tem provocado muito mais agressões ao meio ambiente do que a atividade desenvolvida nas partes altas do nosso cerrado. (Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do estado do Piauí, em 2005, durante palestra proferida no I Fórum Agrocerrados, no município de Bom Jesus, PI) (ARAUJO, 2006, p. 139).

Partindo das concepções de território e territorialidade supraelencadas, acredita-se que a ação territorializadora ou a territorialização, compreendida como a relação de poder, apropriação, domínio e controle, em um amplo jogo de articulações no âmbito do espaço, contribui para o entendimento do processo de expansão da fronteira agrícola para a região dos cerrados piauienses.

Haesbaert, por sua vez, sublinha que a territorialização:

[...] envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando a disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes (HAESBAERT, 1995, p. 65).

Importa acrescentar que, embora Haesbaert priorize o sentido político/cultural, não desconsidera os processos econômicos, conforme constatado ao longo dos seus estudos sobre os cerrados baianos.

Essas concepções, importantes para os estudos direcionados para a expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses, sobretudo o agronegócio da sojicultura, revelam que a subjetividade está presente não apenas na imaterialidade, mas também na materialidade das ações empreendidas nesses espaços, haja vista que o município de Uruçuí figura no

processo de desenvolvimento das atividades agrícolas ligadas ao agronegócio da soja, assim como o município de Bom Jesus, no mesmo Estado, também situado à região dos cerrados piauienses. Esse município tem sido considerado:

Um *locus* da nova face das cidades integradas pela produção eminentemente agrícola moderna, que se estabelece naquele espaço, no que tange ao valor e volume da produção, [...] já que ali se processam atividades que dão suporte ao pleno desenvolvimento da moderna agricultura comercial no próprio município, bem como nos municípios circunvizinhos (ARAUJO, 2006, p. 36).

Considera-se que os espaços dos cerrados no Estado do Piauí são expressões dos processos de apropriação estabelecidos pelos grandes grupos econômicos materializados territorialmente pela produção de *commodities*, sobretudo a sojicultura (Foto 1), figuram esta espacialidades no cenário nacional e internacional como “celeiro” na rota da reestruturação produtiva do Nordeste, mas, não apenas, elas resultam em determinações territoriais outras sobre os espaços agrários e urbanos e que são perscrutados nesse trabalho.

Foto 1 - Cultivo de soja no município de Uruçuí (PI)



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jun. 2010.

Dessa forma, o controle dos cerrados piauienses para fins utilitários, conforme Raffestin (1993), denota o domínio territorial exercido pelos grupos hegemônicos que se estabeleceram naquela região. Esse processo é descrito por Oliveira (2012) ao sugerir o

conceito de monopolização dos territórios, que expressa o desenvolvimento de um processo de subordinação de fazendeiros capitalistas ou camponeses, por parte das empresas de comercialização e/ou processamento industrial sem, contudo, efetivamente desenvolver atividade produtiva no campo (OLIVEIRA, 2012). Para Souza (2013b, 2016), esse processo teria ainda outra centralidade como a incorporação das terras em um sentido de “valor de troca”, correspondendo a partir das dinâmicas produtivistas e do estatuto da propriedade privada, aos processos de autoprodução do valor pelas lógicas rentistas do capital fictício.

Assim atua a mundialização do capital no campo brasileiro e, em particular segundo esse estudo, nos cerrados piauienses, que, por meio de vários processos e mecanismos, transformou a agricultura tradicional local em agricultura mundializada.

4 HISTÓRICO DA AGRICULTURA PIAUIENSE

Com o objetivo de delinear o histórico da agricultura piauiense com vista a demonstrar o processo de modernização dos cerrados piauienses, construímos este capítulo. A discussão dirige-se inicialmente a uma breve caracterização do domínio morfoclimático dos cerrados, palco das transformações introduzidas pelo agronegócio. Em seguida, caminha-se para as questões relativas aos projetos de desenvolvimento que possibilitaram a condução de recursos públicos direcionados à região, referente aos créditos rurais, e à grilagem de terras, elementos importantes para o entendimento do percurso histórico da agricultura no estado do Piauí.

4.1 O domínio morfoclimático dos cerrados

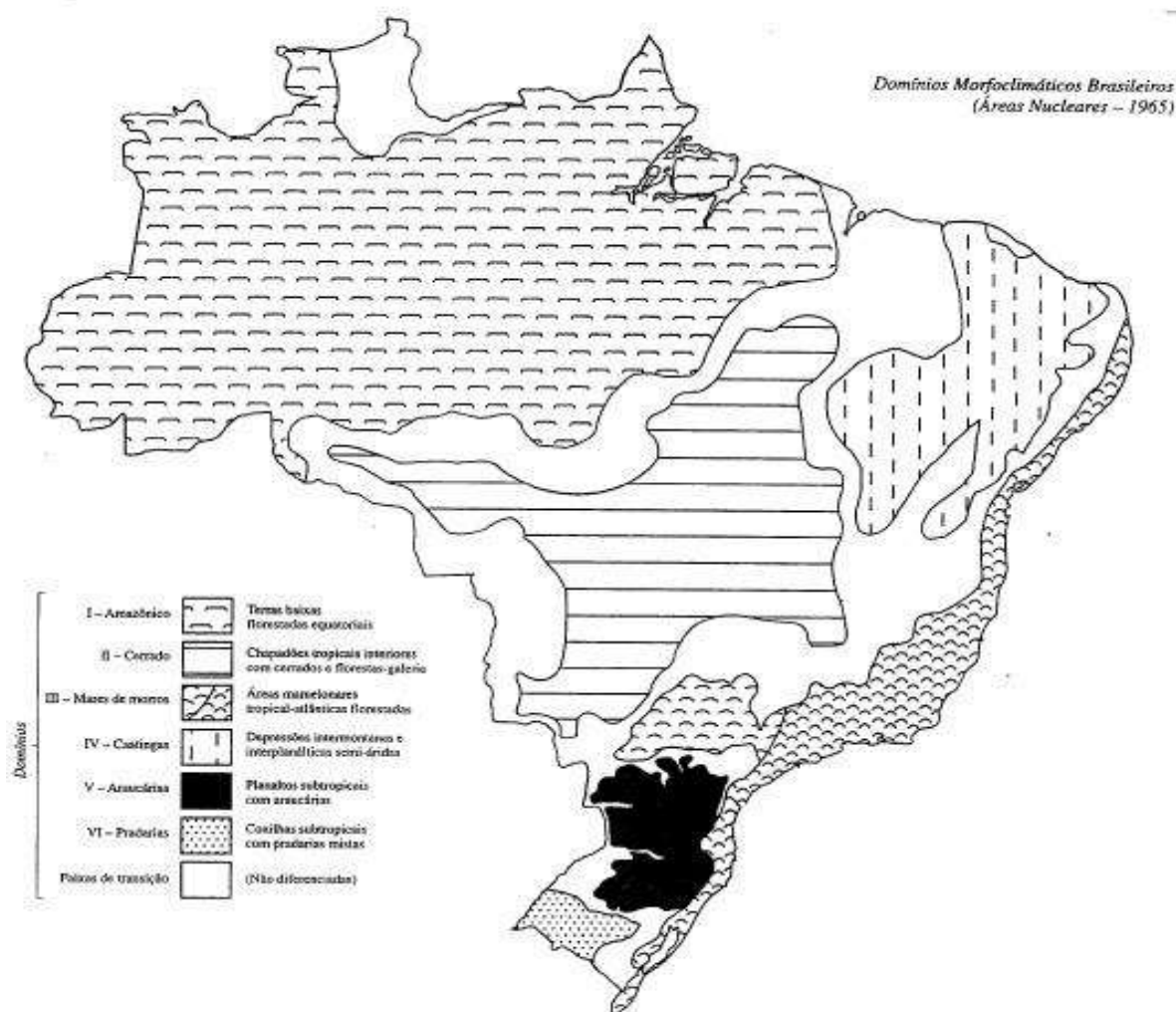
Em razão de sua amplitude espacial, o Brasil possui rica diversidade que se traduz em um complexo e heterogêneo jogo de paisagens tropicais e subtropicais. Esse mosaico paisagístico e ecológico ao qual o geógrafo Ab'Sáber se refere compõe-se de seis domínios paisagísticos e macroecológicos. São eles: I – Domínio Amazônico; II – Domínio dos Cerrados; III – Domínio de Mares de Morros; IV – Domínio das Caatingas; e V – Domínio das Pradarias, interconectadas por extensas faixas de transição e contato, conforme a Figura 3, a seguir (AB'SÁBER, 2007).

O domínio morfoclimático dos cerrados possui mais de dois milhões de quilômetros quadrados (KLINK et al., 2002), dado que representa cerca de 25% do território nacional, sendo, portanto, o segundo maior domínio paisagístico e macroecológico do Brasil. De acordo com Ab'Sáber, o domínio dos cerrados, em sua área nuclear, está situado numa área de predomínio de “maciços planaltos de estrutura complexa [...] e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis entre 300 a 1.700m de altitude” (AB'SÁBER, 2007, p. 118), constituindo, assim, mais da metade das terras altas do Planalto Brasileiro (AB'SÁBER, 2007).

Em se tratando de drenagens, o domínio dos cerrados apresenta a coexistência de cursos d'água perenes, assim como intermitentes, a depender da sazonalidade das precipitações pluviométricas. São rios principais e secundários alimentados pelo intervalo entre estações chuvosas, que oscilam com as secas do meio do ano, características do clima tropical (AB'SÁBER, 2007). Ao alimentar os lençóis d'água da região, esses corpos d'água subterrâneos concorrem para a nutrição hídrica da vegetação lenhosa da região, situação

oportunizada em aliança com a profundidade do solo. E, em se tratando dos solos desse domínio, suas características mais marcantes, além da profundidade relatada, correspondem também à pobreza relativa, boa drenagem e acidez.

Figura 3 - Domínios morfoclimáticos do Brasil



Fonte: Ab'Sáber (2017).

Enfim, da aliança entre fatores físicos, ecológicos e biológicos emerge uma paisagem aparentemente homogênea, marcada pela repetitividade das paisagens vegetais encerradas pelos cerrados, cerradões, campestres variados, que muito contribui para o “caráter monótono desse grande conjunto paisagístico” (AB’SÁBER, 2007, p. 120).

No caso dos cerrados piauienses, pode-se acrescentar que estes representam de 5,9% dos cerrados brasileiros e 36,9% dos cerrados do Nordeste. Nesse sentido, os cerrados do

Piauí distribuem-se entre áreas de domínio e áreas de transição ou ecótono, perfazendo 47,3% do território piauiense (CASTRO; MARTINS, 1999).

De acordo com a descrição de Castro e Martins, a fisionomia da vegetação que emana nesse domínio é representada por contatos entre os cerrados e a caatinga, carrasco, mata seca decídua, mata estacional subdecídua, mata de babaçu, carnaubal, mata ripícola, além dos domínios de campo cerrado, savana de *Copernicia*, campos periodicamente inundáveis e vegetação de parque (CASTRO; MARTINS, 1999).

As temperaturas oscilam em torno de 26,3°C e 27,0°C, com precipitação de distribuição irregular, concentradas entre os meses de dezembro e abril. Os valores anuais de precipitação variam entre 1.217mm a 365mm, caracterizando o clima subúmido úmido a subúmido seco (CASTRO; MARTINS, 1999).

Ressalte-se que é nesse domínio que ocorrem os maiores debates que envolvem a conflitualidade entre os mais diversos setores que se posicionam a respeito das questões ambientais, quando, na agenda desses debates, a pauta condiz com os impactos do agronegócio às regiões de domínio dos cerrados, áreas de ecótonos e demais domínios vizinhos. Assim, será aberto um item que tem como finalidade expor algumas questões relativas à complexidade das questões ambientais enfrentadas nos cerrados piauienses.

4.2 O agronegócio e a agenda das questões ambientais no município de Uruçuí

A relação entre o agronegócio e a monopolização dos territórios nos cerrados piauienses como fronteira agrícola para o capital é um tema que suscita debates acerca dos impactos ambientais negativos que permeiam a agenda política principalmente dos movimentos sociais, da população local e do próprio Estado.

A conflitualidade da questão posta supera o pretenso consenso em que muitos setores carregados de interesses particulares buscam assentar as possíveis ações, soluções ou saídas para enfrentar essa questão que já se desenhou como uma das mais complexas dos novos tempos, que é o campo de discursos e disputas sobre a questão ambiental.

No caso dos cerrados piauienses, esse panorama se desenha de maneira mais latente a partir da introdução de uma nova matriz produtiva para a região, que impõe técnicas incompatíveis com o quadro natural do domínio dos cerrados e suas áreas de ecótono para o seu pleno desenvolvimento, assim como relações sociais de produção que aceleram o desmantelamento de uma ordem de fatores socioculturais e econômicos locais, que alteram, sobremaneira, os ritmos de vida das comunidades que habitam aqueles espaços.

Os problemas ambientais mais latentes, segundo Façanha (2009), são: desmatamentos, contaminação das águas, concentração de agrotóxicos, aumento no número de carvoarias, introdução de sementes geneticamente modificadas, desrespeitos às unidades de conservação e ameaças as áreas que têm prioridade para a biodiversidade, utilização de lenha como fontes de energia, dentre outras.

De acordo com o autor referido:

Em Uruçuí, a degradação ambiental ocorre com o uso de agrotóxicos, desmatamentos, tráficos de animais silvestres e da própria expansão urbana desordenada, aliada à falta de saneamento básico. Outro aspecto importante é a ausência de um zoneamento agroecológico da região, delimitador de áreas de preservação e de utilização para as diversas potencialidades exploratórias (FAÇANHA, 2009, p. 208).

No sentido da dilapidação dos fatores socioculturais, está a alteração nos ritmos de vida e tradições locais. Práticas tradicionais de uso da terra, em que o valor mercantil submerge no quadro do valor ancestral de uso e herança para a família, como espaço de vivência e tradições, que imbrica questões relativas às concepções morais, valores tradicionais, dispostos a partir de uma organização própria, demarcada pelo sentido das categorias terra, família e trabalho (MORAES, 2000) que permeiam e constituem o universo de vida dos camponeses, habitantes dos cerrados piauienses, conforme pesquisa realizada por Moraes (2000).

Deste modo, o problema ambiental ou – nas palavras da autora – a grave crise ecológica é a violência com que esses sujeitos “vêm nos últimos vinte e cinco⁹ anos sofrendo uma paulatina, mas crescente restrição do uso do espaço no qual tradicionalmente operavam, devido à expansão da agricultura intensiva nas chapadas” (MORAES, 2000, p. 243).

Por conseguinte, a “severa imposição de limites no acesso aos elementos materiais e relacionais necessários à reprodução social desse campesinato” (MORAES, 2000, p. 243) desencadeia crises e conflitos que a lógica capitalista ou desconhece por constituir-se sobre uma outra racionalidade ou se busca soterrar para, acima dos interesses tradicionais, que se estabeleçam suas verdades e leis como únicas e prevalecentes.

A seguir, o contexto dos projetos de desenvolvimentos elaborados para o desenvolvimento do agronegócio nos cerrados piauienses será trabalhado.

⁹ Pesquisa realizada no ano 2000.

4.3 Projetos de desenvolvimento para a região dos cerrados

As atenções voltadas para a região dos cerrados brasileiros condizem com sua importância e complexidade. Pesquisadores, instituições públicas e privadas nacionais e internacionais interessam-se pela região, visando desde a conservação até a exploração desse domínio para os mais diversos fins. Nesse sentido, pode-se considerar que são variadas as ameaças as quais os cerrados brasileiros estão submetidos há séculos. As atividades de mineração, a urbanização, exploração energética (recursos hídricos), agropecuária e a representação de constituir um empecilho a ser derrotado (PEREIRA, 2007) figuram entre os eventos mais impactantes para o ambiente em tela.

Não considerado como “patrimônio nacional”, como foram a Amazônia, a Mata Atlântica e o Pantanal pela Constituição Federal de 1988, o Cerrado foi abraçado como fronteira de povoamento e desenvolvimento econômico, a critério da conjuntura internacional e demandas do modelo desenvolvimentista assumido, ainda a partir dos anos 1930. Afirmam Pereira (2009; 2007) que, ao vislumbrar o “progresso”, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), ainda na década de 1930, já se direcionava para a região na busca pela “integração nacional”. Menciona, ainda, que outro fato marcante para a região foi a implantação da sede do governo federal, o Distrito Federal, na década de 1960, pelo então presidente da República Juscelino Kubistchek (1956-1961). A construção de Brasília e todas as edificações empreendidas para darem suporte à existência e a manutenção desse grande núcleo urbano em projeção mudaria fundamentalmente a paisagem daquela região e acabaria por torná-la atrativa. Ademais, a sanha desenvolvimentista pouco considerou comunidades tradicionais, seus modos de vida, sua relação com o entorno e com o próprio meio ambiente.

Como enfatiza Alves (2006), a urbanização, no contexto interno, e a crise do petróleo no contexto externo, apresentaram-se como favoráveis à exploração agrícola dos cerrados, assentada sob as bases da agricultura moderna como estratégia de divisas e ajuste nas contas do Estado. A inserção do Brasil no roteiro do mercado internacional como fornecedor de produtos agrícolas pautados na agricultura moderna impulsionou ações públicas e privadas de fomento à expansão das áreas agricultáveis no país. Entre os anos de 1960 e 1970, cria-se um ambiente político e econômico favorável a este fim, seja por meio de acordos com investidores externos, seja pela institucionalização de políticas e programas que garantissem ações concretas a essa nova realidade no campo brasileiro.

Assim, conforme Pessoa e Inocêncio:

Fica evidente que a organização, a estruturação e a construção do espaço expressam os interesses dominantes, em especial aqueles do grande capital e do Estado. O Estado atua juntamente com os grupos e as organizações que representam esses interesses e cria uma infraestrutura (de transportes, comunicação, energia) que envolve a aplicação de um grande volume de recursos (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 5).

A função dos países em desenvolvimento, e nesse caso o Brasil, no contexto da nova configuração do capitalismo mundial está expressa em Chesnais (1996), quando o autor retrata o aprofundamento da relação de dependência desses países em relação às economias centrais, sobretudo na absorção de novas tecnologias destinadas ao aprimoramento da produção para o atendimento aos anseios do capital concentrado. Assim, a magnitude da produção agrícola deveria ser aprimorada visando o mercado externo, mesmo que esses fatores representassem em nível local, dentre outras coisas, a retração dos produtos de consumo interno, precarização das relações de trabalho e danos ao meio ambiente.

Os cerrados foram incorporados à economia de alta produtividade em decorrência de ações políticas que remontam à década de 1960, direcionadas à região Centro-Oeste. Essas ações constituíram-se em um conjunto de elementos que visavam à continuidade ao projeto primeiro, gestado no período dos governos militares, efetivados a partir de 1964.

A intervenção do Governo Federal mais contundente em relação a esse tema refere-se ao Nordeste; com vistas ao planejamento regional e ao desenvolvimento dessa região, consta a formação do Grupo de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no final da década de 1950. Esse documento foi responsável pelo diagnóstico de gargalos que conduziram às disparidades regionais e a incapacidade de o setor primário exportador alavancar o almejado desenvolvimento regional (ARAUJO, 2006). Mais tarde, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi criada em 1959, com a finalidade de estabelecer relações entre o Governo Federal, os Estados e o município, para desobstruir a via de desenvolvimento nacional (MONTEIRO, 2002) sem, contudo, atuar decisivamente em questões estruturais como a questão fundiária, dentre outras, que atenderiam as demandas sociais.

Considera-se, desta forma, que o Estado atuou decisivamente para a modernização tecnológica do campo, mas foi entre os anos de 1970 e 1980 que a incorporação dos cerrados para o capital iniciou o processo de efetivação. De acordo com Pêsoa e Inocêncio (2014, p. 12):

A modernização territorial do Cerrado nas décadas de 1970 e 1980 teve como principal ator o Estado, através do planejamento regional e da financeirização da terra. Essa modernização alicerçou-se nos subsídios do

crédito rural e no financiamento da infraestrutura de apoio técnico, além dos incentivos fiscais definidos nos programas especiais dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs).

Neste ínterim, os programas que objetivavam a integração nacional, gestados no período dos governos militares, foram fundamentais para a instituição da modernização no campo. Situa-se nesse item o I PND (1972 - 1974), criado no repressivo governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), com vistas a estabelecer corredores de exportação para o Nordeste, por meio de sistemas de transportes e armazenamento especializados, e viabilizar as exportações de produtos agrícolas e indústrias (ARAUJO, 2006). Sugere Monteiro (2002) que a condição de dependência da agricultura à indústria aparece como meio de adaptação dessa região ao novo padrão de acumulação capitalista. Pessoa e Inocêncio (2014) ressaltam que, embora os objetivos documentados nesses programas tratassem da esfera social, os Programas Especiais de Desenvolvimento Agrário para a modernização da agricultura nos cerrados acabaram por contribuir para a permanência e aprofundamento da concentração de terra e renda no País.

De modo específico, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) fez surgir dois projetos: o Programa de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (Polocentro) e o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (Prodecer) (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014). Alves resalta que, além destes, somaram-se o Polo de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste) e o Polo Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), como programas governamentais que visavam à expansão da agricultura moderna no Brasil (ALVES, 2006).

Consecutivamente, o II PND (1974-1979) foi implementado no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), com o intuito de dar continuidade e apoiar a ideia de expansão e consolidação industrial além de direcionar a agropecuária para os caminhos da modernização conservadora. No Nordeste, a pretensão era acelerar o crescimento mediante investimentos oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimento Setorial (FISSET) (MORAES, 2000; MONTEIRO, 2002). Interessa ressaltar que a implantação dos grandes projetos financiados pelo FINOR Agropecuário, através da política de desenvolvimento voltada para o setor rural e promovido pela Sudene, constituiu um facilitador para a aquisição de terras por parte dos empresários do Centro-Sul e do próprio Nordeste. No Piauí, os incentivos do FISSET constaram de incentivos fiscais para o desenvolvimento setorial direcionado ao reflorestamento, principalmente do caju (MORAES, 2000; MONTEIRO, 2002; ALVES, 2009).

Ainda sobre o Fiset, acrescenta-se que este mecanismo também atuou com investimentos fiscais, objetivando proporcionar o desenvolvimento setorial e, no caso do Piauí, inicialmente para o reflorestamento do caju, em seguida para a produção de grãos. Assim sendo, a mudança de paradigma para a economia agrícola piauiense, guiada pelo que ocorria no restante do País, desde o início da década, se deu em virtude da implantação de programas que propunham a melhoria de emprego e renda na região Nordeste, em particular carreado pelo Polonordeste.

Retomando as reflexões sobre os projetos originados a partir do II PND, Alho e Martins (1995) discorrem que o Polocentro, criado em 1975, representou o maior impacto sobre o desenvolvimento das atividades agrícolas nos cerrados, pois atuou na destinação de recursos voltados à infraestrutura e também no financiamento de pesquisas para o desenvolvimento de pacotes tecnológicos dirigidos aos cerrados. Conforme Pessoa e Inocêncio (2014), o objetivo do Polocentro consistiu em dar apoio e incentivo à ocupação das áreas de cerrado na região Centro-Oeste e Minas Gerais.

A outra intervenção do Estado resultante do II PND refere-se ao Prodecer. Este programa atuou por 34 anos, entre 1979 a 2013 e teve suas bases assentadas em um acordo de cooperação Técnica Brasil-Japão, que objetivava o aproveitamento econômico e social do Brasil, no século XXI, e a produção de alimentos para parte da população mundial. Na prática, o referido programa auxiliou a consolidação da territorialização do capital na região dos cerrados, ao estabelecer uma articulação entre o capital público e privado, pois aliou interesses entre esses dois países, em que o Brasil veio a receber investimentos externos com vistas a financiar pesquisas agropecuárias, e o Japão beneficiou-se da maior oferta de grãos no mercado internacional, em particular a soja (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014). Acrescenta as autoras, que o referido programa constituiu “tanto uma política pública de ordenamento territorial quando uma política de Estado para a ocupação do Cerrado” (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p. 10).

Ressalte-se que muitas foram as críticas oriundas de vários setores da sociedade,¹⁰ em razão dos altos custos econômicos e do agravamento dos problemas sociais no campo, decorrentes desse programa, dentre eles, o êxodo rural. Assinale-se, ainda, que o item que trata sobre o “suprimento” da alimentação da população foi severamente questionado, haja

¹⁰ De acordo com Pessoa e Inocêncio (2004), entidades como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as Federações de Trabalhadores da Agricultura de vários Estados em conjunto com as Federações Patronais da Agricultura, parlamentares e outros segmentos se posicionaram contra a internacionalização dos cerrados.

vista constituir a soja um grão não habitual na dieta básica brasileira, restando apenas a produção de óleo comestível desse enquadramento, mesmo assim à custa de uma mudança nos hábitos alimentares (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Encerra-se, portanto, a década de 1970 com o Estado a subsidiar mecanismos para a inserção da agricultura moderna no Brasil e no Nordeste, em particular. O Estado do Piauí insere-se nesse processo efetivamente a fim de se concretizar como nova fronteira agrícola para a agropecuária moderna, com o início da exploração da cultura da soja no Estado.

No contexto do Estado do Piauí, pode-se considerar que a dilatação da fronteira agrícola em direção aos cerrados piauienses, a partir de meados da década de 1970, obedece a uma lógica guiada pela incorporação da agricultura brasileira, no contexto do modo de produção capitalista, em sua nova roupagem – a fase monopolista, nas escalas regional, nacional e internacional, em que o Estado como viabilizador, e em consonância com os interesses econômicos, atuou de modo a subsidiar ações, por intermédio de políticas e programas que contribuíram para a constituição desses espaços de cerrados em celeiro produtivo. Dessa forma, o Sudoeste piauiense passa a assistir sua transformação de espaço natural em espaço construído por ações públicas e privadas – que possibilitaram sua abertura à moderna agricultura – voltadas, sobretudo, para a produção de *commodities*, direcionadas à exportação, conectadas aos interesses hegemônicos globais (ARAUJO; ARAÚJO, 2007; ARAUJO; MORAES, 2006).

Assinale-se que, anteriormente a década de 1970, esses mesmos espaços ora promissores já foram considerados inviáveis para a produção agrícola em virtude de limitações de cunho natural. O maciço investimento em capitais e a introdução de pacotes tecnológicos provenientes do que ficou conhecido como Revolução Verde operaram sobremaneira para a intensificação da agricultura moderna na região.

Nesse contexto, Moraes (2000) discute sobre a vocação agrícola piauiense, que surgiu como ideia norteadora para a modernização agrícola desse Estado na década de 1970. Essa ideia estava vinculada à implantação do Polonordeste no Piauí, em 1976, sob a orientação de melhorar o emprego e a renda na região. Ainda nessa década, houve a implementação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), tendo como área de atuação os vales úmidos – Delta do Parnaíba, Vale do Guruguéia e Vale do Rio Fidalgo – o que denuncia uma mudança de paradigma para pensar a economia agrícola piauiense, guiada pelo que ocorria no restante do País desde o início da década de 1970. Esse processo de mudança transcorreu ao longo das últimas décadas do século XX.

Em 1977, inicia-se no Piauí a negociação de recursos do Banco Mundial. Em 1981, já no governo de João Figueiredo, último militar no poder (1979-1985), visava-se ampliar a área de atuação do Polonordeste com o Projeto Vale do Parnaíba. Em 1991, no primeiro ano do governo do Presidente Fernando Collor (1990-1992), foi proposta pelo Estado do Maranhão e do Piauí, ao Conselho Deliberativo da Sudene, a criação de um programa que integrasse todos os municípios do Piauí e aqueles situados no Nordeste do Maranhão. Então o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba (Prodeplar) foi implantado entre 1991 e 1995, e se estendeu até o governo de Itamar Franco (1992-1995), sendo que, em suas recomendações e proposições, já se vislumbrava a abertura dos cerrados piauienses como fronteira agrícola para o capital, discurso do governo do Estado do Piauí que já vinha dos anos 1980 (MORAES, 2000, 2005).

Sobre as novas formas de financiamento agrícola, entre as décadas de 1980 e 1990, Alves (2006) considera que houve algumas mudanças. Segundo o autor, a liderança exercida pelo Estado até a década de 1970, com o objetivo de dar base para a modernização do País, migra para o mercado, e esse fato consolida a atuação dos agentes do mercado em par com o Estado sem, contudo, extinguir a atuação deste último por completo. Nesse sentido, Estado e mercado exerceram papel significativo que repercutiram na “formação de um moderno sistema produtor de mercadorias, não sendo possível atuação de maneira autonomizada” (ALVES, 2006, p. 21).

Enfatiza o autor que a racionalidade monetária no Brasil é verificada no sistema de financiamento rural brasileiro entre os anos de 1980 e 1990. Assim, grandes grupos empresariais privados de diferentes setores financiaram a produção agrícola brasileira, a exemplo dos grupos que controlam o comércio internacional agrícola, grupos esses constituídos por conglomerados econômicos que operam no mercado financeiro (ALVES, 2006).

Essa mudança no modelo de financiamento se deu pelo esgotamento do modelo anterior subsidiado pelo Estado. Nesse sentido, se dá a abertura privada para capitanear a atividade agrícola. A atuação do Estado para o financiamento agrícola persiste através de políticas públicas que incentivam a concessão de isenção de tributação fiscal para os produtos agrícolas, em particular aqueles direcionados ao mercado externo (ALVES, 2006). O mencionado autor ressalta ainda os elevados índices de inadimplência concentrada, principalmente no grupo dos grandes produtores, o que representa prejuízos que tendem a recair sobre o Estado.

A partir dos anos 1990, o capital privado assume grande parte das transações financeiras na agricultura brasileira, contexto das implementações das políticas neoliberais no Brasil. Essa nova fase é representada pelos bancos comerciais, seguradoras, empresas de comercialização agrícola, insumos e cooperativas (ALVES, 2006). Segundo o autor, o “sistema de financiamento dos produtores de soja mantido pela grande empresa privada é ilustrativo das formas de atuação desse capital; nelas se realiza o circuito completo de sua valorização através da forma mercadoria” (ALVES, 2006, p. 27). Parte da circulação do capital reside na especulação financeira, e outra parte na comercialização da matéria-prima agrícola; e mais ainda, quando da atuação da esfera industrial, da comercialização de produtos, além do controle do sistema de logística.

Observa-se, portanto, a amplitude da atuação das empresas do setor, contribuindo para o fortalecimento do circuito de valorização do capital. Alves enfatiza nesse item a presença das empresas multinacionais.

Em alguns anos, as empresas multinacionais assumiram no Brasil (e em outros países da América Latina, como é o caso da Argentina e do Uruguai) o controle do setor, adquirindo as principais firmas responsáveis pelo armazenamento, industrialização e comercialização de soja e de seus derivados, e pela fabricação e distribuição de insumos (ALVES, 2006, p. 28).

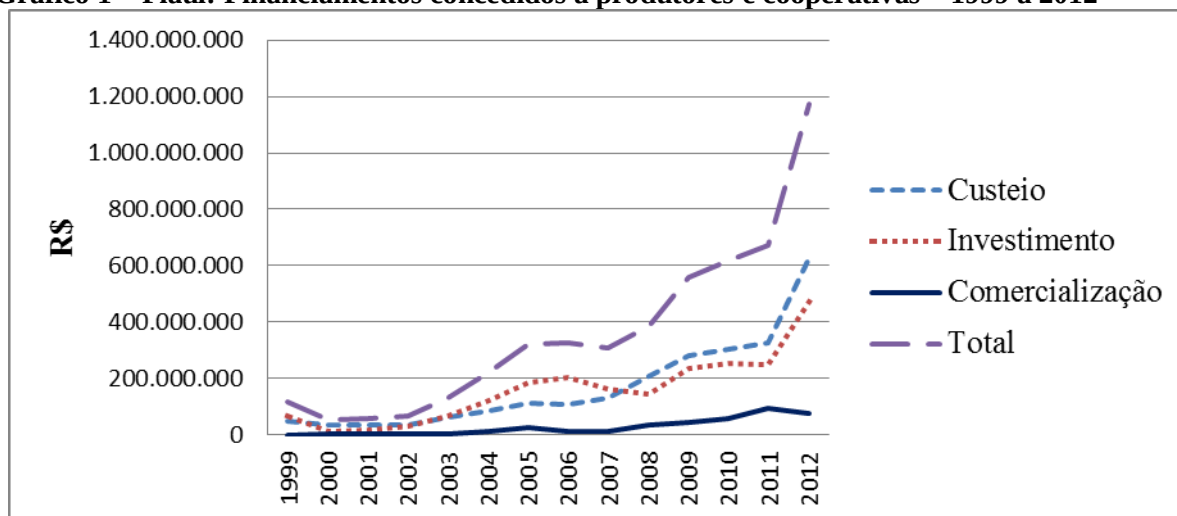
De acordo com Belik (2013), o Produto Interno Bruto (PIB) do setor agropecuário em crescimento, no período de 2000 a 2011, constituiu o produto da injeção de recursos disponibilizados por meio do sistema de crédito rural que seguiu e subsidiou todo o processo de modernização do agro brasileiro. Salienta o autor que esse sistema de crédito alinhavou as políticas que visaram à adoção de insumos modernos, mecanização e assistência técnica. Em sentido semelhante, sobre a relação crédito rural e modernização da agricultura, Pessoa e Inocêncio (2014) são enfáticas ao afirmar que “o crédito subsidiado foi o mais importante instrumento de modernização agrícola” (p. 2), a fim de elucidar a necessidade de investimentos para as demandas da agricultura moderna que chegava no campo brasileiro.

Após a turbulenta década de 1980, com a crise fiscal e o processo de democratização, houve uma queda no aporte de recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional, no entanto, o crescimento da produção agropecuária continuava ascendente. Ressalta Belik que após os anos de 1990, novos modelos de financiamento para a agricultura foram redesenhados sob a orientação de que esse financiamento procedesse de recursos livres para a agricultura de

mercado (BELIK, 2013), além de instrumentos alternativos de créditos que os bancos pudessem originar.

Com o Plano Real, os volumes de créditos começaram a subir novamente, calculados em dólar devido a estabilização da economia. “Nessa nova fase, a produção e o crédito estiveram lado-a-lado estabelecendo uma nova lógica em termos de política de financiamento da agricultura”. Quem dispusesse de melhor acesso ao mercado financeiro se beneficiaria mais. Dessa forma, o crédito rural público “representava um recurso barato e abundante, principalmente para operações de curto prazo” (BELIK, 2013, s/p).

Gráfico 1 – Piauí: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas – 1999 a 2012



Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário estatístico do crédito rural 1999 – 2012. Organizado pela Autora. Valores reais. Agosto/2014 – IGP – DI (FGV-BACEN).

A pressão da alta nos preços dos alimentos no mercado internacional também beneficiou o Brasil. A crise de 2008 favoreceu o País como “grande exportador de *commodities* agropecuárias e minerais”. O Gráfico 1, a seguir, demonstra a tendência ascendente dos financiamentos concedidos aos produtores e cooperativas no Estado do Piauí, no período de 1999 a 2012. Esse fato pode ser observado na linha ascendente que inicia no ano de 2008. Desse modo, o autor é enfático ao afirmar que a expansão da produção agrícola no Brasil não foi motivada pela alta nos preços internacionais dos produtos agrícolas nos anos 2000. Houve uma elevação dos custos, o que resultou na diminuição da rentabilidade dos produtores. Nesse mesmo período, Belik (2013) destaca a volta da ascensão do crédito rural que, em 2011, chegou ao mesmo nível da década de 1970; ou seja, um nível elevado em relação aos anos subsequentes. A origem desse crédito derivou das seguintes instituições

financeiras, de acordo com o autor: bancos oficiais federais e estaduais, em sua maior parte, cooperativas de crédito privado e bancos privados.¹¹

Em face do exposto, Belik (2013) considera que o setor agropecuário obteve um extraordinário crescimento nos últimos anos. Esse fato se deve a alguns fatores: crescimento externo, políticas econômicas e sociais que permitiram a redução da pobreza e melhor distribuição de renda, a retomada do crescimento dos grandes centros mundiais, após a crise de 2008, e a estabilidade da economia nacional. O estudo do autor demonstrou que, após a retração da utilização do crédito rural, o financiamento retoma seu crescimento já no final da década de 1990. Ressalta ainda que em relação às necessidades dos produtores, o volume de crédito rural ainda é reduzido.

Por conseguinte, Belik (2013) enfatiza que os pequenos produtores enfrentam dificuldades quanto ao acesso ao crédito, este que se torna cada dia mais seletivo e desigual; e, nesse sentido, o autor aponta para o crescimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Finaliza o autor que o crédito rural ainda permanecerá como elemento de consolidação da política agrícola no Brasil, mas que se abrem possibilidades de instrumentos menos dependentes do governo; em outras palavras, que essas possibilidades se direcionem ao capital privado.

Os autores que analisaram o processo de modernização dos cerrados nordestinos, em particular os do Piauí, chegaram as seguintes conclusões acerca da repercussão dos volumes de investimentos direcionados à área. Haesbaert (1995) pontua que, de fato, as políticas de expansão da fronteira agrícola conduziram ao que denominou de dinâmicas de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, ao concebê-los como processo de apropriação do espaço por atores sociais externos, à medida que promoveram a desapropriação de comunidades locais e, posteriormente, reterritorializaram lugares. Esse fato levou a constituição de novas elites econômicas, culturais e políticas, e não incorporou as populações locais, principalmente as camponesas.

Bandeira (1993) relatou a expansão das áreas médias dos estabelecimentos com mais de 1000 ha, em Uruçuí e outros municípios dos cerrados piauienses, entre os anos de 1970 e 1975, e, posterior redução no ano de 1980. Esse fato, segundo o autor, representa o importante fator de mudança na estrutura fundiária da região, que caminhou para a concentração de

¹¹ O autor ressalta a seletividade quanto ao volume de investimentos, pois essas instituições privadas dão preferência aos contratos de maior valor. Para os contratos de menor valor, o autor aponta que entre os anos de 2002/2003 houve um reforço para a agricultura familiar (BELIK, 2013), sobretudo aqueles relativos ao Pronaf, programa criado em 1995, com o objetivo de fornecer crédito mais acessível aos pequenos agricultores.

terras, incentivada basicamente por três projetos, cujos recursos para financiamento derivaram da Sudene.

Moraes (2000), em sentido semelhante, percebeu que os camponeses piauienses foram secundarizados nos processos de modernização agrícola dos cerrados, pois todo o processo, da forma como foi desenhado, desinteressou-se pelos saberes produzidos localmente e pelos ritmos de vida dos baixões,¹² ao abraçarem os saberes técnicos hegemônicos, pautados nas “narrativas mestras” em detrimentos dos grupos locais.

Monteiro (2002) verifica que a herança deixada pelo estabelecimento de grandes projetos agropecuários para a região não trouxe efetivamente mudanças na estrutura fundiária, além de permitir, após a dinamização do mercado de terras na região, a especulação fundiária e concentração de terras. Ressalta ainda que a concentração da estrutura fundiária esboça que o ambiente institucional continua favorecendo os interesses hegemônicos e fortalecendo os problemas fundiários do estado do Piauí, além de favorecer o uso insustentável dos recursos naturais.

Por sua vez, Alves (2009) considera que entre as transformações carreadas pela agricultura moderna está a imposição de uma “nova organização da produção e nas formas de vida da população local, especialmente no que diz respeito à transformação de seus espaços de reprodução da vida” (ALVES, 2009, p. 96). Esse movimento intenso de ocupação dos cerrados piauienses, conduzido pelo:

Avanço do capital e privatização das terras dos Gerais e de seu crescente uso pela lavoura moderna ampliando o desmatamento e reduzindo a biodiversidade do bioma, também resultou na supressão do direito costumeiro de uso comunitário da terra realizada pela população local. (ALVES, 2009, p. 96, 97).

Nesse sentido, considera-se que o problema da concentração fundiária nos cerrados piauienses já vem sendo objeto de estudo por vários pesquisadores. Dentre eles, Alves, em estudo realizado com base nos dados do Censo Agropecuário de 1975 até 1995/6, foi enfático ao afirmar que, nos cerrados piauienses “nesses últimos anos, a concentração fundiária tornou-se ainda mais acentuada, indicando que a presença dos novos grupos não contribuiu para sua fragmentação, mas, ao contrário, agravou ainda mais esse processo” (2000, p. 153).

¹² Os “baixões” constituem lugar de vivência dos pequenos produtores, onde desenvolvem as atividades agrícolas para sua reprodução e para o abastecimento da cidade (ARAUJO, 2006; MORAES, 2000).

Corroborar-se, assim, com Alves (2000) que descreveu a baixa flexibilidade da estrutura fundiária da região dos cerrados. Nesse sentido, o autor reportou-se à lenta expansão e declínio da propriedade camponesa na região.

4.4 Os cerrados piauienses e a grilagem de terras

De acordo com Alves (2006), o problema da grilagem nos cerrados piauienses remete à década de 1970. Na oportunidade, empresas mantidas pelos recursos da Sudene passaram a adquirir terras dos moradores da região por custos nulos ou irrisórios. Nessa perspectiva, a intenção era de “utilizá-las para receber os benefícios governamentais, como os do FINOR agropecuário e do Fiset” (ALVES, 2006, p. 189). As políticas governamentais procediam ao acesso aos recursos dos programas federais às empresas que possuísem terras nas áreas contempladas, com a execução dos projetos agropecuários ou projetos de reflorestamento. Para esse autor, as ramificações da grilagem no Piauí tiveram origem nesse processo e se fortaleceram nos anos posteriores (ALVES, 2006).

De acordo com a pesquisa de campo efetivada por Alves (2006), a estratégia das empresas pautava-se em gerar uma documentação simples que comprovasse a ocupação da área pelos moradores que, por sua vez, vendiam a terra para que a empresa procedesse a regularização via processo judicial em um momento posterior. Relata o autor que, entre os anos de 1970 e 1980, a fase dos projetos agropecuários e de reflorestamento coincidiu com a intensificação da prática da grilagem. Nesse período, a região passou a ser atrativa aos interesses do capital agropecuário. Na fase seguinte, o comércio fundiário ganha expansão por meio dos agricultores sulistas que visavam a obtenção de terras baratas, a partir da década de 1990. Esse agricultor delineia o perfil predominante dos proprietários de terra que detinham extensões acima de 1.000 hectares. Nesse processo, as terras devolutas eram visadas para a constituição dos cerrados como celeiro produtivo (ALVES, 2006).

A participação da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi) e do Instituto de Terras do Piauí (Interpi) nos casos de grilagem de terras no Piauí foi alvo de investigação por parte do governo. Entre os anos de 1997 e 1998, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os conflitos agrários e estabelecer uma análise jurídica das alienações das terras públicas patrimoniais do Estado do Piauí.

O Relatório Conclusivo sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais, realizado no ano de 1997, trouxe denúncias acerca das irregularidades e práticas delitivas da apropriação

privada das terras públicas. O advogado Henrique Couto Machado, na oportunidade como depoente, denunciou a

[...] atuação de empresas privadas revestidas da feição de sociedades mercantis, que adquiriram, com justificativa de promover o desenvolvimento dos Cerrados Piauienses, terras públicas patrimoniais e devolutas por preços inferiores aos praticados no mercado, para, em seguida, aplicarem os recursos financeiros oriundos de empréstimos incentivados em atividades empresariais distintas e em outros Estados da Federação (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUI, 1998, p. 13).

O tema grilagem de terras se fez presente no depoimento do Sr. Acilino José Ribeiro de Almeida, ex-superintendente regional do INCRA no Piauí, quando o mesmo denunciou “a existência de uma **máfia de grilagem** no Piauí, constituída de políticos e empresários” (grifo no original, p. 16). O presente depoente afirmou que, à época, havia comunicado o caso à presidente do Instituto de Terras do Piauí (Interpi), além de denunciar interferências políticas na Superintendência do INCRA no Piauí, que visava à “compra de terras de propriedade de grupos e facções políticas, sob a justificativa de tratar-se de terras conflitadas, mas, na verdade, tinham por finalidade o financiamento de campanhas políticas” (p. 16).

Nesse trabalho desenvolvido pela Assembleia Legislativa no Piauí, foram expressas diversas denúncias de irregularidades, práticas delituosas, interesses políticos e particulares de empresas que denotam ações criminosas no Estado do Piauí no tocante à grilagem de terras públicas no referido Estado.

No relatório em apreço, consta também, como recomendação por parte da CPI, a:

[...] extinção do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (COMDEPI), órgãos integrantes da Administração Pública, porque, no período de suas respectivas atuações na execução da Política Fundiária do Estado do Piauí, demonstraram ser ineficazes. Estes Órgãos Públicos foram e são os responsáveis pelo agravamento da estrutura fundiária do Estado do Piauí, tendo através de suas atuações originado novos latifúndios, decorrentes de alienações onerosas (vendas) que beneficiaram grupos empresariais e grupos políticos, e novos parvifúndios e minifúndios, decorrentes das injustificáveis alienações gratuitas (doações) de frações de imóveis rurais, com áreas inferiores ao módulo rural definido para cada município piauiense, através da expedição de Títulos Definitivos de Doação para os posseiros diretos, com a finalidade de garantir as carreiras políticas dos integrantes dos partidos e facções, que se alternaram no exercício do Poder (ASSEMBLEIA, 1998, p. 63).

Houve ainda a recomendação de auditorias contábeis a serem realizadas pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, para a apuração da movimentação das contas do Interpi e da Comdepi.

Dentre as conclusões da CPI, está a afirmação da existência de conflitos agrários em todo o território piauiense, cujos oponentes figuram trabalhadores rurais sem-terra e grupos empresariais que detêm imóveis rurais, em sua maioria, adquiridos por meio de compra ou desmembramento do Patrimônio Imobiliário Rural Estadual. A conclusiva da CPI situou a maioria desses conflitos nas regiões Sudoeste e Sudeste do Estado do Piauí.

Outro fato relevante concerne a atuação da Comdepi e Interpi no que denominaram “antirreforma agrária”, já que esta prática ampliou os latifúndios, produto da venda de terras públicas estaduais, e a aparição de novos parvifúndios e minifúndios, resultado da doação de parcelas de terras inferiores ao módulo rural do município em que estavam localizados (ASSEMBLEIA, 1998).

Na perspectiva da questão em apreço, Moraes (2000) afirma que o governo do Estado coordenou a apropriação das terras para empresas ou agricultores. Por sua vez, Monteiro (2002) alerta para a apropriação privada das terras de vasta extensão, aquelas situadas acima de 1000 hectares no período citado.

Em vários trechos de sua pesquisa, Alves destaca a forma conturbada em que se desenrolou o processo de aquisição de terras nos cerrados piauienses. Em uma passagem, afirma que o “processo de ocupação de tais áreas foi extremamente conturbado, revertendo numa ampla transferência, de maneira ilícita, de terras de uso comunitário para as mãos de particulares, gerando controle na jurisdição da propriedade da terra” (ALVES, 2006, p. 190). Em outro momento afirma que:

Essa situação advém da construção de uma ampla rede de grileiros com experiências em apropriação de terras públicas concebida em outras partes do país. A presença de falsificadores fundiários nos cerrados piauienses resulta da ramificação dessa rede, que se instala no Piauí disposta a usurpar um importante patrimônio de terras devolutas existentes nos municípios do sul do estado (ALVES, 2006, p. 190-191).

Para Alves, as alianças com grupos locais ou de Estados vizinhos, a suspeita da atuação fraudulenta de funcionários da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), atual Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), além da participação dos cartórios daqueles municípios, atuando em conjunto com elementos / membros do Poder Judiciário, em conjunto, ajudou a constituir de maneira inequívoca a efetivação da rede de grilagem no Piauí. Esses atores em conjunto instituíram forças que facilitaram “a titulação de terras devolutas para grupos privados” (ALVES, 2006, p. 192). A essa rede, Alves denominou de rede de falsários de terras devolutas que operavam com os mesmos interesses.

Durante o III Seminário sobre Procedimentos e Regularização Fundiária, realizado no município de Parnaíba – PI, em 29 de maio de 2015, o Dr. Heliomar Rios Gonçalves, Juiz da Vara Agrária do Piauí, Comarca de Bom Jesus, ministrou palestra intitulada “Conjuntura da situação fundiária no Piauí e experiências no judiciário”. Na oportunidade, o magistrado fez menção aos conflitos de terra no Estado do Piauí, em especial, aos casos de irregularidades e falsificação de assinaturas de juízes e desembargadores em documentos que visavam legalizar propriedades e registrar terras na região dos cerrados. O referido juiz relatou que, em um dos casos, cancelou a matrícula aberta pelo Juiz da Comarca de Avelino Lopes (PI), que se baseava em uma carta de sesmaria datada de 1996, no valor mínimo de dez bilhões de reais. A fraude ocorreu impedida pela constatação de que a última carta de Sesmaria teria sido expedida em 1822, ainda no século XIX. Dentre outros casos problemáticos relatados pelo magistrado, estão a livre interpretação da Comdepi em realizar transformações de cálculo entre braças e hectares, imperícia de engenheiros agrimensores que assinam documentos sem realizar vistoria *in loco*, desconhecimento da região por parte dos órgãos competentes, fato que conduz a sobreposição de propriedades, incorporação de cemitérios centenários ao patrimônio privado de novos empresários, dentre outros casos.

Como se pode observar, o tema da grilagem de terras no Piauí é antigo, tem direta correlação com a corrupção em órgãos públicos que deveriam ordenar o patrimônio público e zelar pelos interesses locais, no intuito de minimizar os conflitos sociais no campo.

Outra observação referente ao tema grilagem consiste na ênfase de que o volume de financiamento dos projetos agropecuários direcionados à região, ainda na década de 1970, em conjunto com a corrupção dos órgãos públicos, já citada linhas atrás, constituíram o estopim para a situação de concentração fundiária, violência no campo e grilagem de terras desencadeadas pela cobiça dos empresários de outros Estados do País em conjunto com a corrupção praticada pelos representantes políticos locais.

Adiante, serão discutidos os elos existentes entre o processo em curso na região dos cerrados do Sudoeste piauiense e a dinâmica do capitalismo mundializado, além de abordar o papel da agricultura piauiense no seio de todo esse processo.

4.5 A mundialização do capital e a acumulação por espoliação: o Piauí no contexto da agricultura mundializada

A trajetória dos países da América Latina como integrantes do grupo de países produtores de matérias-primas foi aprofundada a partir da ascensão do capitalismo

monopolista, que definiu o papel dos países no cenário do comércio internacional,¹³ enquanto os países industrializados imperialistas se consolidaram como produtores de manufatura. Iniciava-se, dessa forma, a polarização entre as principais potências capitalistas e as demais áreas coloniais e imperiais, no final do século XIX e início do século XX (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2011).

O avanço do capitalismo monopolista pelo mundo ditou a dinâmica das relações entre os países e, nesse cenário, suas crises sucessivas também se alastrariam mundialmente.

Eventos como a Quebra da Bolsa de Nova York (1929), a Grande Depressão (1930), e a Segunda Grande Guerra (1939-45) sacudiram os países centrais, de modo que o centro econômico do mundo migrou da Europa para a América, se estabelecendo nos Estados Unidos. A consolidação dos Estados Unidos como superpotência naquela Ordem Mundial Bipolar se deu concomitante à ampliação do espectro do capitalismo monopolista pelo mundo. Para este fim, procedeu-se à reconstrução da Alemanha e do Japão.¹⁴ O capital investido nesses países visava seu crescimento, ao tempo em que se estabeleciam pontos estratégicos no mundo, ao demarcar a influência capitalista e a consequente desarticulação das pretensões do “perigo vermelho”, representado pela então superpotência União Soviética (URSS).

No curso dos acontecimentos, os chamados países de terceiro mundo pouco foram contemplados, salvo medidas alóctones que visavam primordialmente à manutenção da posição de periferia, em um quadro mundial regido pelos interesses capitalistas centrais. Ressalte-se que esses interesses culminaram no aprofundamento das assimetrias socioespaciais.

Após a Segunda Guerra Mundial houve, no contexto das intervenções dos Estados centrais, para a redefinição das ações do capitalismo, a promoção de medidas de liberalização e desregulamentação que almejavam que o sistema capitalista transcendesse das instituições nacionais rumo à mundialização. Para Chesnais, a mundialização do capital é “bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização. [...] Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação” (1996, p. 13).

¹³ O comércio intercontinental, na fase inicial do capitalismo, lançou as bases para a constituição desse comércio em escala mundial, o que acarretou, doravante, transformações singulares e permanentes da organização dos países em escala mundial.

¹⁴ Chesnais (1996) denominou de tríade a junção, em nome da preponderância econômica capitalista, Estados Unidos, Alemanha e Japão.

Segundo Chesnais (1996), a mundialização resulta de uma longa fase de acumulação de capital, e a implementação de “políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas”, e que foram realizadas principalmente a partir de 1980. Nesses moldes, o autor distingue que a intencionalidade das ações dos governos inglês e americano mirava na intervenção política ativa pautada na desregulamentação, privatização e liberalização do comércio, o que resultou na perda da capacidade de muitos países capitalistas de conduzir seu próprio desenvolvimento ao aceitar tais imposições. Como resultado, esse ajustamento em favor das demandas externas obliterou as demandas sociais locais,¹⁵ submetendo-as à exploração, depauperação e ao pagamento do ônus pelos desajustes das crises econômicas mundiais.

Com o desígnio da máxima rentabilidade, o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) atuou contraditoriamente na integração e marginalização das demais economias e é nesse contexto que emerge, doravante, o novo capitalismo dominado pelas finanças. Nesse sentido, Chesnais afirma que a “busca de lucros financeiros ditará então o caminho a seguir, quaisquer que sejam as consequências econômicas e sociais últimas” (CHESNAIS, 1996, p. 261).

Em verdade, a implementação dessas medidas consubstanciou assimetrias ao passo que impunham “receitas” aos demais países, sobretudo, àqueles de economia mais frágeis. Num jogo de forças assimétricas, os países periféricos passaram a integrar os interesses do capitalismo financeiro, perfazendo campos de atuação de um sistema em fase de articulação mundial, mediante a abertura de suas economias.

Chesnais observa ainda que o desemprego ou a reestruturação do emprego, a partir da mundialização do capital, tornou-se mais ampla, evidente e agressiva, muito mais que as “ondas de mudança tecnológica desde a Revolução Industrial da primeira metade do século XIX”. A mobilidade do capital, o movimento de liberalização e desregulamentação fizeram prevalecer sobre “o quadro sociopolítico do Estado nacional [de tal forma que], mobilidade do capital, permite que as empresas obriguem os países a alinhar suas legislações trabalhistas e de proteção social àquelas do Estado onde foram favoráveis a elas” (CHESNAIS, 1996, p. 306). Como contribuição, Esteves (2008) ressalta que o ajustamento dos países periféricos resultou em aprofundamento da dívida externa, além da dependência aos recursos externos.

Essa fase descrita por Chesnais (1996) como o período de mundialização do capital, cujas características abarcaram medidas neoliberais, também se apresenta no pensamento de

¹⁵ Chesnais ressalta a flexibilização dos direitos sociais e a precarização das relações de trabalho, além de ressaltar também a dilapidação dos recursos naturais, deteriorados pelos interesses do capital.

David Harvey (2011; 2012). O período do pós-guerra e o momento de sobreacumulação experimentado pelo capitalismo mundial requisitaram estratégias por parte do próprio sistema para sua manutenção, já que este autor afirma que as crises são inerentes ao próprio capitalismo. É justamente nesse período, a partir de 1973, que a acumulação por espoliação aparece como pedra angular da acumulação capitalista.

No contexto dos ajustes estruturais por que passaram vários países, dentre eles o grupo da América Latina no pós-1970, o Estado atuou de modo a permitir e garantir a acumulação por espoliação; ou seja, concedeu ao capitalismo mundial meios de reforçar a acumulação capitalista utilizando “os seus poderes não apenas para fomentar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, mas também para adquirir e privatizar ativos como a base original da acumulação do capital” (HARVEY, 2012, p. 80).

Como saída para o período de crise, cogitaram-se lançamentos temporais e espaciais de investimentos a fim de retomar o processo de acumulação. No primeiro caso, a projeção temporal seria materializada por meio de investimentos em longo prazo, como investimentos em educação, por exemplo. No último caso, o lançamento espacial projetaria investimentos materializados em regiões distantes, mediante abertura de mercados novos, a fim de explorá-los e saldar os gargalos deixados pela crise. Essa situação ou ambas as situações seriam orientadas, permitidas e garantidas pelo Estado.

Dessa forma, seria o Estado o sustentáculo que daria suporte a essas estratégias, respaldado pelo monopólio da violência e a orquestração de legislações que ordenassem todo o processo. Dessa forma, a acumulação por espoliação constituiria o “Novo Imperialismo” percebido por Harvey, que produziu ainda mais desigualdades socioespaciais; ou seja, fazendo com que a riqueza e o bem-estar de territórios particulares fossem produzidos às expensas de outros territórios (HARVEY, 2012, p. 35).

Ademais, os investimentos estrangeiros, a ação orientada pelo Estado brasileiro e pelos governos estaduais para o desenvolvimento da agropecuária mundializada assentou-se sob as bases da acumulação, por espoliação; e, desse modo, comporta-se a favorecer a desigualdade, espoliação, alheia às necessidades de determinados territórios, conforme será demonstrado ao longo do trabalho.

A crise da década de 1970 ensejou uma nova roupagem para o capitalismo que, por sua vez, pautou-se na revolução técnico/científica. Para Santos (2002), o fim da Segunda

Guerra Mundial e seus efeitos¹⁶ coincidiram com o aparecimento de um novo sistema técnico em que a informação, em conjunto com o consumo, produziu um denominador comum inédito na história da humanidade. Esse seria o contexto de surgimento de técnicas que triunfariam e revolucionariam a economia e a política. Instituída estava a “base material da globalização” (SANTOS, 2002, p. 192); ou seja, a simultaneidade de um único sistema técnico comum a todas as civilizações no período do pós-guerra.

Ao analisar a mundialização do capital, Chesnais acredita que o papel das novas tecnologias foi importante para o atendimento das demandas do capital concentrado. O papel fundamental das novas tecnologias consistiu, assim, em ampliar o poder de decisão do capital, “como nunca nenhuma época anterior da história do capitalismo” (CHESNAIS, 1996, p. 211).

Mediante a consonância desses eventos na esfera política, econômica e científica, a mundialização do capital,¹⁷ facilitada pela revolução técnico/científica/informacional, fez com que o mundo conhecesse um momento inédito em que ações passassem a ser tomadas e seguidas por todos os países, sobretudo os da periferia, sob o comando dos países centrais. A informação, como elemento onipresente, garantiu esse fato. A partir de então, tornou-se possível a emergência das empresas multinacionais, assim como as ações coordenadas na esfera política e econômica.

Compreende-se, portanto, que as multinacionais “ocupam um espaço dominante no comércio mundial” (CHESNAIS, 1996, p. 224). Para Oliveira (2012), todo esse processo foi gestado pelas empresas multinacionais nascidas ainda no final do século XIX, nos Estados Unidos, fato que teria conferido a esse país a posição de vanguarda no mundo. O advento das multinacionais promoveu no seio do capitalismo monopolista e financeiro em processo de consolidação a integração produtiva que corresponde ao intercâmbio direto entre as filiais, atualmente bem mais volumosos do que o comércio com as matrizes, fato que ocorre nos países avançados. No caso dos países em desenvolvimento, o que predominou foram os fluxos provenientes das matrizes (multinacionais) e dos países-sede dessas empresas para as filiais. Considera-se, pois, que essa dinâmica de fluxos é:

Consequência direta da liberalização do comércio exterior. As consequências são bem conhecidas: aumento das importações e déficit comercial dos países em desenvolvimento, redução dos suprimentos locais, acarretando o fechamento de empresas e elevação do desemprego, e enfraquecimento do

¹⁶ Os vetores facilitadores desse processo seriam o surgimento de vários Estados nacionais, a criação de organismos supranacionais, além dos elementos já citados, informação e consumo como universais (SANTOS, 2002).

¹⁷ Para Santos (2002), globalização.

setor industrial, onde houvera algum desenvolvimento industrial (CHESNAIS, 1996, p. 228).

De acordo com Esteves (2008), até 1980 um pequeno grupo de países latino-americano, composto por Cuba, Brasil e Peru, não havia adotado o modelo neoliberal. Naquele momento, as crises do fim da década de 1970 promoveram a “retomada do poder das forças conservadoras que foram responsáveis por reorganizar o cenário político e econômico mundial” (ESTEVES, 2008, p. 185).

Interessa ressaltar que ao se referir à década de 1980 como um momento “crísico”, deve-se considerar que esse processo de crise não constituiu a realidade dos grandes grupos; estes, ao contrário, obtiveram crescimentos importantes, de modo a consolidar sua expansão internacional, sustentando pelos investimentos internacionais cruzados ou pelas fusões e/ou aquisições de empresas em outros países (CHESNAIS, 1996).

Vê-se, portanto, que a crise a que a literatura referencia à década de 1980 condiz com um momento de agravamento das demandas sociais, no tocante ao desemprego, baixos salários, flexibilização das leis trabalhistas, dentre outras formas de precarização do trabalho, o que sinaliza para a constatação de que os países que não se encontram em posição central capitaneiam a acumulação capitalista dos países centrais.

Consolidado o capitalismo financeiro em escala mundial, surge paralelamente a mundialização monopolista por volta do início da década de 1980. Para Chesnais (1996), foram três os elementos constitutivos para o estabelecimento da mundialização financeira: 1) a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira; 2) a desintermediação; e 3) a abertura dos mercados financeiros nacionais. A forte mobilização do capital é que caracteriza essa etapa. Diz Chesnais:

A esfera financeira apresenta o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades e dos operadores e as necessidades mundiais (CHESNAIS, 1996, p. 239).

Dessa forma, o que individualiza o fenômeno da mundialização do capital financeiro é a grande mobilidade que o capital ganhou a partir da revolução técnico/científica. Essa mobilidade conferiu ao capital o poder de escolher seletivamente o que é de seu interesse. Mais que a produção, a circulação do capital é o que define a rentabilidade e a liquidez da lucratividade, objetivo último do capitalismo. Vale considerar que a nova forma que se investe o capitalismo não prescinde do capital produtivo, pois, como afirma Chesnais, “[é] na

produção que se cria a riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é na esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza” (CHESNAIS, 1996, p. 15).

De modo conclusivo, é pela acumulação rentista que o capital produtivo realiza a maximização da acumulação do capital. De modo específico, os países seletivamente escolhidos necessitarão se revestir em uma nova roupagem para que a acumulação se realize de modo mais otimizado. Em verdade, a estratégia de optar por comportamentos ditados exteriormente, sobretudo pelos organismos internacionais relacionados ao capital, condiz com a inserção desses países, de modo amplo, no capitalismo mundializado monopolista e financeiro, por meio, obviamente, de suas “inclinações naturais” como a agricultura, por exemplo. É nesse contexto que a produção agrícola nos cerrados piauienses se encontra atrelado ao capitalismo monopolista e financeiro. A partir de então se questiona: — Serviriam, as atividades agrícolas, à acumulação rentista?

4.6 Consenso de Washington e a agricultura mundializada

No contexto da substituição do keynesianismo e desenvolvimentismo pelas políticas neoliberais como forma de apaziguar a crise na década de 1970, elaborou-se para a América Latina um elemento que viria a determinar o curso das políticas econômicas da região. Em 1989, foi criado um conjunto de políticas que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina, cuja finalidade era inserir os países devedores (de terceiro mundo) à nova ordem do capital vigente. Esses dez itens elaborados por John Williamson ficaram conhecidos como Consenso de Washington (TALAMINI; FERREIRA, 2007).

Na conjuntura da mundialização da economia, os países passaram a ter a delimitação dos papéis no âmbito do comércio internacional. Aos países que enfrentavam crises financeiras, cujo saldo da dívida externa era premente, e que se constituíam em periferias do mercado internacional, restou a reafirmação da posição de produtores e exportadores de produtos primários, em larga escala com alta tecnologia, e produtos manufaturados. Esse é o contexto em que a América Latina¹⁸ enfrentou as piores crises de crescimento e desenvolvimento econômico.

De uma maneira geral, a mundialização do capital teve sua origem na chamada “revolução conservadora”, momento em que o capitalismo solta os freios rumo à integração e marginalização na busca da máxima rentabilidade. O mercado, nessa perspectiva, passa a

¹⁸ Brasil, década de 1980, inflação, recessão, planos econômicos fracassados, desvalorização da moeda vigente.

dominar graças à intervenção política dos Estados capitalistas poderosos, sobretudo aqueles liderados por Thatcher e Reagan (1979-81) (CHESNAIS, 1996).

Doravante, os Estados abraçam esse modelo de desenvolvimento, de modo diferenciado, onde poucos serão os beneficiários e os demais subsidiários dessa situação à custa de demandas sociais locais. Assim exposto, observa-se que o Brasil, no seio da América Latina, passa a constituir-se como vetor do desenvolvimento do comércio internacional a partir da assunção do papel de produtor de *commodities* e produtos manufaturados, levada a cabo, principalmente, pelo chamado ajustamento brasileiro à economia mundial, datada do início da década de 1990.

O plano de ajustamento ditado pelo Consenso de Washington possibilitou, aos países envolvidos, programas de adequação aos preceitos das instituições financeiras internacionais, de modo que a desregulamentação e a liberalização serviram como leme para a abertura comercial em vários países, como o Brasil. Dessa forma, ressalte-se que foi uma opção de os Estados alinharem-se de maneira assimétrica e paradoxal à integração competitiva no cenário do capitalismo mundializado, fortalecendo e aprofundando as assimetrias sociais. Assim, as crises que se estabeleciam nesse momento espaço/temporal foram consideradas no seio das intervenções internacionais como recurso à ampliação do domínio do capital monopolista e financeiro, bem como ao reforço da condição de periferia dos países latino-americanos.

Do ponto de vista empírico, os mandamentos do Consenso de Washington se cristalizaram no espaço geográfico à medida que alteraram o ritmo e o modo de produzir, com isso alterando as relações sociais que constituem esses espaços. Ao se apropriar dos espaços selecionados para tal fim, edificaram territórios capitalistas mundializados cujas transformações transcenderam a arena econômica.

Por outro lado, ao transformar as relações sociais para se enquadrarem àquele fim, alteraram sobremaneira o ritmo de vida da sociedade na sua mais profunda complexidade. Aspectos sociais, culturais, políticos – para além do econômico, da vida dos atores sociais locais – foram modificados e essas transformações engendraram em muitos casos bandeira de luta contra a ordem vigente. A ausência ou mesmo a “inexistência de mecanismos sociais de gestão territorial” (SOUZA, 2008, p. 52) desse modelo de desenvolvimento reforça e dá forma a vários conflitos sociais, posto que a busca pela máxima rentabilidade degrada a vida social ao impor ritmos de ganhos que desconhecem ou mesmo impõem mudanças em legislações trabalhistas e ambientais, por exemplo.

O território contempla uma multiplicidade de relações de poder oriundas dos mais diversos setores sociais. Nesse contexto, o território possui determinações que o constituem e que são o reflexo da atuação dessa multiplicidade de relações sociais de poder, que passam a caracterizá-lo e que são (Souza, 2015) nomeadas de determinações territoriais. Nessa perspectiva, o referido autor elenca as seguintes determinações territoriais impressas no território pelo capital financeiro nessa fase eminentemente rentista: a homogeneização da paisagem, a homogeneização do território, a reconfiguração do espaço de circulação e consumo, a concentração fundiária e do capital, os financiamentos privados e públicos e o antivalor, o preço da terra e renda da terra.

Por conseguinte, algumas dessas determinações territoriais serão analisadas a seguir, com base na situação atual do Estado do Piauí no contexto da agricultura mundializada.

4.7 A concentração fundiária e o índice de Gini

Como é conhecida, a produção agrícola das *commodities*, como a soja nesse caso particular, é demandante de várias extensões de terra. Esse fato dialoga diretamente com a mudança da matriz produtiva na região, como também com o processo descendente do índice de diversidade produtiva que tendência à homogeneização das paisagens.

Por demandar maiores espaços para a produção, esse processo reforça e aprimora o caráter concentrador de terras nos espaços territorializados pela agricultura mundializada; e tudo isso direciona a uma situação de exclusão, conforme discute Souza (2013b):

Nesse sentido, o processo de concentração de terra no Brasil revela uma situação de exclusão no campo, e de um padrão de homogeneização marcado pela escala de produção que elimina a diversidade produtiva e ambiental (SOUZA, 2013b, p. 45).

Como forma de corroborar os argumentos acima elencados, apresenta-se um dos saldos da modernização dos cerrados piauienses, retratados a partir do índice de Gini, ferramenta teórica que aponta o nível de desigualdade do acesso à terra, ao indicar, por meio de metodologia própria, os elevados níveis de concentração que o Estado do Piauí e o município de Uruçuí possuem.

A Tabela 2 demonstra, para o Piauí, uma forte tendência à concentração que remonta à década de 1970, conforme explicitado pelos números em análise. No período compreendido entre 1970 e 1985, houve estabilidade nos resultados do índice. Esse resultado de $IG = 0,89$ para todos esses anos integra o estrato de concentração forte a muito forte, segundo classificação de Câmara (1949).

No período subsequente, em 1995, houve uma pequena tendência à desconcentração que pontuou apenas em 0,02 em relação ao período anterior; e, em 2006, ocorreu uma inflexão, também apontando para a tendência a desconcentração, em 0,03, respectivamente, $IG = 0,87$ e $IG = 0,84$ para os anos de 1995 e 2006. Embora tenha havido mobilidade, os índices permaneceram na faixa indicativa de concentração forte a muito forte.

Tabela 2 – Índice de Gini do Estado do Piauí, Brasil

Ano	IG
1970	0,89
1975	0,89
1980	0,89
1985	0,89
1995	0,87
2006	0,84

Fonte: IBGE – Composição da Autora.

Nessa perspectiva, deve-se observar com Alcântara Filho e Fortes (2009) que, além do Piauí, todos os Estados do Nordeste demonstraram, nas análises dos autores, altos níveis de concentração de terras. Para os autores, a tendência concentradora de terras no Brasil é histórica, desde o período Sesmarial (1530-1850), passando pela Lei de Terras em 1850 (Lei nº 601, ou Lei Eusébio de Queiroz), pela Lei da Reforma Agrária em 1964 ou Estatuto da Terra, até a Constituição Federal, em 1988. Com poucos avanços, as referidas legislações não conseguiram transformar a estrutura fundiária concentradora do Brasil. Nesse sentido, os autores pontuaram algumas das razões da concentração fundiária no País, dentre elas, a aquisição para fins de especulação, ausência de políticas governamentais que contemplem as pequenas propriedades, além do avanço do capitalismo pelo campo.

Pode-se concluir, portanto, que, de fato, “o Brasil é um país cuja distribuição de terras está altamente concentrada e altos níveis de desigualdade ainda perduram” (FILHO; FORTES, 2009, p. 83). Além disso, a situação em tela nos permite comungar com a posição de Delgado (2001) que criticou esse processo de modernização sem reestruturação dos pilares básicos para equacionar a questão distributiva de renda e acesso à terra, que vem ocorrendo no Brasil ao longo dos anos.

Nesse íterim, e em seguida, serão observados os elementos cruciais que conduziram a região dos cerrados piauienses à inserção no quadro da agricultura mundial a luz dos

elementos que traduzem as determinações territoriais da lógica do capital financeiro na fase rentista.

5 O AGRÁRIO E O URBANO: QUESTÕES CONCEITUAIS E EMPÍRICAS NO MUNICÍPIO DE URUÇUI

A finalidade deste capítulo é discutir a dinâmica territorial do município de Uruçuí. Antes, será realizada breve discussão sobre o rural e o urbano no contexto mundial, e posteriormente no Brasil. A seguir, terão início as discussões com base no trajeto percorrido pela sua constituição territorial, culminando com a apresentação de um esboço da configuração atual do município com base em dados sociodemográficos. A ideia é introduzir os temas seguintes relativos às determinações territoriais da produção de *commodities* no espaço agrário e urbano expressos nos capítulos a seguir.

5.1 Relação cidade-campo: breve análise histórica

O germe do capitalismo ajudou a contar a história da urbanização mundial a partir dos últimos séculos da Idade Medieval.¹⁹ Nessa fase, os excedentes da produção agrícola e as trocas fizeram renascer a cidade como um marco transicional entre o feudalismo e o capitalismo, de modo a figurar como *lócus* das atividades não agrícolas, sem características propriamente urbanas, no entanto, constituindo o berço para o processo de acumulação primitiva. Este é o pensamento de Sposito (1991) acerca das origens da cidade, sua função e sua relação com o modo capitalista de produção.

A autora considera ainda que, anterior ao renascimento das cidades, possibilitado pela liberalização do comércio externo que fora interrompido pelos árabes, as cidades feudais não possuíam funções econômicas, políticas nem de moradia. A atividade religiosa era a razão da existência desses aglomerados a-funcionais e a atividade agrícola predominava nos latifúndios. Nesse momento, as relações de trabalho eram servis. As atividades de produção de alimentos e o regresso das artesanais àquele espaço eram de responsabilidade do campo. Por conseguinte, os burgos, enquanto aglomeração humana, faziam par com as cidades episcopais.²⁰

Por sua vez, os burgos constituíam:

¹⁹ Embora saliente a dificuldade de datação das cidades da Antiguidade, acredita-se que surgiram há aproximadamente 3.500 anos antes da Era Cristã, mais precisamente na Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates. As funções predominantes eram religiosas e políticas. O excedente era regulado pelos governantes, e havia uma complexa organização interna no tocante a especialização do trabalho e a consequente divisão trabalho (SPOSITO, 1991).

²⁰ As cidades episcopais eram aglomerados cuja sustentação econômica se dava pelos tributos recolhidos dos latifúndios pertencentes aos religiosos. Constituía centros de administração e eclesiástica (SPOSITO, 1991).

Pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram constituídos sob as ordens dos senhores ou príncipes feudais, com o objetivo de servir de refúgio a eles e seus servos, e armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo. Abrigavam também, geralmente, uma igreja (SPOSITO, 1991, p. 28).

Esse quadro de relativa apatia funcional dos burgos, da produção agrícola em latifúndios senhoriais e da produção artesanal localizada no campo foi se modificando com a reabertura das relações comerciais, com a produção de excedentes de alimentos e com o adensamento populacional que se ampliava. Esses elementos vão constituir uma mudança estrutural na relação cidade/campo, pois configuram transformações na divisão do trabalho próprias desse momento histórico. Aqui se demarca o destaque da cidade em detrimento do campo, a partir da intervenção do mercado.

Os burgos, então, passam a desempenhar funções mercantis que vão influir na divisão de classes da sociedade. O resgate a produção artesanal (manufatura), mais tarde, vai inaugurar as corporações. E, sobretudo, o fortalecimento do comércio propiciará o acúmulo de riquezas nas mãos dos burgueses, consolidando-os como classe hegemônica. Configura-se aqui o surgimento de uma divisão social do trabalho.

Nesse sentido, a divisão social do trabalho se traduz na diferenciação do papel do homem no processo de produção, distribuição e apropriação da riqueza, o que originou a sociedade de classes e, por fim, a cidade. Por conseguinte, Sposito (1991) considera que a história da cidade, bem como a relação cidade/campo estaria condicionada ao aparecimento da divisão do trabalho.

Nesse panorama, o campo passa a produzir agora para corresponder a demanda crescente de alimentos para os burgos, devido ao adensamento populacional e a relação de comércio e trocas que se reinauguram. Deve-se destacar também que o trabalho servil inicia um processo de decadência, seja pela expropriação da terra, devido aos interesses dos proprietários em extrair a renda da terra, a partir do arrendamento, visando o mercado, ou pelo fato de se vislumbrarem outras possibilidades de emprego de sua mão de obra na cidade, que despontava como símbolo de liberdade, ao oferecer alternativas de trabalho que não apenas a agrícola, como a produção artesanal.

O campo aparece nessa análise como *lócus* da participação horizontal na labuta e apropriação dos produtos oriundos das atividades primárias. Portanto, o dismantelamento dessa relação horizontal, verticalizada a partir da instituição de papéis diferenciados no

interior daquela sociedade, para a autora, foi um fator decisivo para a origem da cidade, ou seja, da sociedade de classes (SPOSITO, 1991).

O renascimento comercial como atividade econômica urbana, em conjunção com o artesanato, inaugura a cidade pós-medieval ou capitalista.

Este processo de retomada da urbanização, de renascimento das cidades, foi possível pela reativação do comércio, enquanto atividade econômica urbana. Ao se desenvolver, esse comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista e, simultaneamente, a destruição dos pilares da economia feudal (o latifúndio sua economia “fechada” e a servidão) (SPOSITO, 1991, p. 32).

A cidade mercantil acentuou a divisão social do trabalho, e, pela complexificação das relações que nesse espaço se desenvolviam, iniciou-se o processo de acumulação de capital necessário a maquinofatura, ou seja, a industrialização de fato. Ressalte-se que outras indústrias, por uma questão de estratégia espacial, pela proximidade das fontes de energia, por exemplo, surgiram fora do espaço urbano, à margem da cidade.

A produção industrial em larga escala fez mudar o papel das cidades e a maneira como se relacionavam. A autonomia que as cidades pontuais gozavam foi interrompida pela intensa necessidade de articulação, de modo que redes urbanas se instituíram sob a força do desenvolvimento do capitalismo. O aprimoramento técnico, sobretudo nas áreas de comunicação e transportes, ativou o adensamento dessas redes. Esse adensamento das articulações permitiu a posterior subordinação de umas às outras, instituindo as hierarquias urbanas.

Embora todo esse desenvolvimento das forças produtivas capitalistas chame a atenção para o espaço urbano, transformando as cidades em espaços manifestos da concretização do modo de produção capitalista, a autora afirma que o “modo de produção não produz cidades de um lado e campo de outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços” (SPOSITO, 1991, p. 64).

Assim, a cidade tem determinado o papel do campo no interior do capitalismo, pois esta constitui um lugar de gestão, que comanda a divisão territorial do trabalho, e que promoveu a industrialização do campo. Afirma que “a acentuação da especialização funcional que a indústria provocou, estendeu-se ao campo” (SPOSITO, 1991, p. 64). Assim:

A cidade deixou de ser apenas o lugar onde se concentra o excedente agrícola produzido no campo [...], mas passou a ser o lugar de toda a produção agrícola da sua transformação industrial, da sua comercialização, e, portanto, da sua redistribuição para o campo.

A partir da fase atual do capitalismo, a industrialização do campo visou o aumento da produtividade:

Pela ampliação da capacidade de produção agrícola, através da absorção das formas de produção da indústria pelo campo – concentração dos meios de produção (neste caso, especialmente a da propriedade da terra), especialização da produção e mecanização (SPOSITO, 1991, p. 65).

Nestes termos, pode-se considerar que os mecanismos dos quais o capitalismo lançou mão para fazer a produção agrícola atender as demandas do alto volume da produção do setor industrial são os mesmos que acentuaram a articulação cidade/campo, de tal forma que, de acordo com a autora, chega-se a colocar em dúvida a própria distinção entre esses dois espaços (SPOSITO, 1991).

A compreensão da relação entre a cidade e o campo deve passar por uma análise histórica do processo de construção desses espaços, que se deu concomitantemente, embora com sentidos, conteúdos e formas diferenciados. Assim, ora o pêndulo da centralidade econômica pendia diametralmente para um lado, ora para outro.

A análise histórica empreendida por Lefebvre para descrever o surgimento das cidades demarca a tipificação de três tipos funcionais: a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial (LEFEBVRE, 2008). A partir de então, a complexidade da relação entre a cidade e o campo passam a ser demonstradas e serão aqui brevemente expostas.

Para ele, a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia na Antiguidade. Esse filósofo indica uma possível concomitância de acontecimentos entre a cidade e a aldeia. Não houve um possível “evolucionismo” em que o campo cultivado, a aldeia e a civilização camponesa “teriam lentamente secretado a realidade urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 18), pois essa concepção, por ele considerada ideológica, generaliza os acontecimentos gestados na Europa para as demais realidades. Ademais, a utilização dessa lógica formal daria base para comparações “entre si [de] ‘sociedades urbanas’²¹ que nada têm de comparáveis” (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

A cidade política, cujas funções estariam ancoradas na administração, proteção, exploração do território para o cultivo, seria anterior ao fenômeno ou realidade urbana (a cidade) (LEFEBVRE, 2008). Nela, a propriedade do solo seria propriedade do monarca. A efetivação da posse da terra se daria por meio do pagamento de tributos. A atividade de troca e comércio seria exercida por “estrangeiros” e em locais excluídos pela cidade política

²¹ Lefebvre (2008) considera o termo ‘sociedade urbana’ àquela sociedade que têm suas origens na industrialização.

(LEFEBVRE, 2008). Nesse sentido, a integração do mercado e da mercadoria (pessoas e coisas) à cidade demoraria alguns séculos, pois a cidade política lutava contra o mercado.

Ao campo estaria fadado o lugar de centralidade naquele momento histórico. A cidade detinha poder político/administrativo, no entanto, era dependente das atividades do campo. A inversão dessa relação se daria mais tarde, entre os séculos XVI e XVII, com a reabertura comercial.

A relação entre a cidade e o campo ainda conferia a primazia a este último: à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos nobiliários). A cidade conservava, em relação aos campos, um caráter heterotópico marcado tanto pelas muralhas quanto pela transição dos *faubourgs*.²² Num dado momento, essas relações múltiplas se invertem, há uma reviravolta (LEFEBVRE, 2008, p. 21).

Lefebvre (2008) exemplifica que na Europa há testemunhos da coexistência entre a cidade política e a cidade comercial, e que as ruínas da antiga cidade política possam ter servido de base à edificação da forma sucessora da cidade, ao serem escolhidos pelos mercadores para fazer frente aos senhores territoriais. Nessa perspectiva, a forma da cidade política foi revestida pela nova função pautada na atividade mercantil. Pode-se considerar, dessa maneira, que a cidade política se constituiu em uma rugosidade²³ cuja função, à época, migraria para a função comercial e, que, mais tarde, essa migração a transformaria.

Logo, e de acordo com o autor, essa luta de classes (mercadores e senhores territoriais) promoveria a centralidade da praça do mercado, destituindo, assim, a ágora grega, enquanto espaço do encontro político. É nesse contexto que o “espaço urbano se torna um lugar do encontro das coisas e das pessoas, de troca” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). Desta forma, a cidade mercantil tem seu lugar, nesse percurso, após a cidade política.

Santos afirma que, ao significar o lugar onde se realiza a possibilidade de trabalho livre, a “cidade aparece, então, como uma semente de liberdade” (SANTOS, 1997, p. 53), pelo menos até a sua transfiguração em cidade industrial, quando os ritmos da atividade industrial se impõem como prisão para os cidadãos, então operários industriais (LEFEBVRE, 2008). A conformação do avanço técnico para a produção agrícola, à época, foi o que possibilitou o ressurgimento da cidade, haja vista que esse avanço empreendeu celeridade à produção e a consequente ampliação do montante dos bens produzidos (excedentes). Assim construída, a cidade passa a ter uma relação estreita *a priori* e *a posteriori* das técnicas. Essas

²² O autor se refere a determinadas extensões das cidades para além das muralhas no período Medieval. Seria algo próximo à tradução “fora do burgo”.

²³ Nos termos de Santos (2002).

técnicas, no seio da cidade, criaram condições para o seu aperfeiçoamento constante, além da renovação e ampliação. Nesse sentido, e por diversos motivos, a cidade torna-se um “lugar de ebulição permanente” (SANTOS, 1997, p 53).

Na cidade industrial, a realidade urbana torna-se causa e razão.

[O] crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

O campo e a produção agrícola adentram no processo de subordinação e absorção pelas atividades industriais. As relações industriais, sem dúvida, alteraram permanentemente a relação estabelecida historicamente entre o campo e a cidade. No movimento implosão/explosão (LEFEBVRE, 2008), os elos industriais originados na cidade se lançam para além de seus limites. A nova divisão do trabalho proporcionou e aprimorou esse movimento, ao estabelecer intercâmbio entre diferentes espaços, ou nos dizeres de Souza, “o capitalismo passou a explorar cada local de maneira diferenciada conforme seus interesses” (2013, p. 29).

Considera-se, por sua vez, que a relação campo-cidade foi determinada historicamente, e a determinação do papel de cada espaço refere-se à composição da função assumida por ambos ao longo da construção da sociedade, sobretudo, a capitalista. O campo, especializado em atividades agrícolas, e a cidade, ao assumir diversas formas e funções, até o início da sociedade industrial, constituíam os espaços construídos naquele momento. Entretanto, o campo tende a assumir outros vieses para além da vocação às atividades agrícolas unicamente. O tema da multifuncionalidade do campo tem garantido um mimetismo ao seu desempenho no âmbito da sociedade, o que tem ajudado a dar uma nova tônica à relação campo-cidade ou cidade-campo.

O item seguinte propõe tratar da relação cidade-campo no Brasil, como forma de abordar a indissociabilidade desses espaços para a compreensão da atual conjuntura dos municípios dos cerrados piauienses, em destaque, Uruçuí, foco deste trabalho.

5.2 Indicações sobre a relação cidade-campo no Brasil

Conforme supramencionado, a relação cidade-campo deve ser considerada a partir do desenvolvimento da divisão do trabalho; e, como diz Whitacker (2010), a reestruturação

econômica, produtiva e espacial, no período histórico contemporâneo, impôs transformações nos processos geradores da relação²⁴ cidade-campo, assim como na forma como esses processos se manifestam. Esses fatores em latência, em particular e para este estudo, no Brasil, “têm levado novas áreas e cidades a ocuparem posições distintas daquelas de poucos anos atrás no sistema urbano nacional” (2010, p. 190). Pode-se acrescentar que a dinâmica econômica promovida pela abertura comercial do Brasil para o mercado externo representou para as instâncias cidade-campo mudanças estruturais significativas naqueles espaços seletivos, em que o capital incorporou nessa fase e que reclamam compreensão e análises ou estudos sobre essas realidades.

Segundo Whitacker:

[a] discussão sobre as relações cidade-campo e sobre cidades médias e pequenas é especialmente pertinente num país com grande diversidade regional e que passa por intenso processo de reestruturação econômica, produtiva e urbana (WHITACKER, 2010, p. 193).

Em estudo realizado sobre os subespaços rurais na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, Souza recorreu à análise da relação cidade-campo no contexto brasileiro, de forma que a autora constatou que o processo que conduziu à diferenciação entre a cidade e o campo se deu diferenciadamente entre a Europa e o Brasil. No caso brasileiro, o processo de urbanização não passou pelas fases de estruturação da divisão territorial entre a cidade e o campo. O que houve de fato foi a imposição histórica do processo de urbanização, de modo acelerado, e apoiado nas atividades primárias da economia, como agricultura e extrativismo (SOUZA, S. V., 2013).

Pode-se considerar com Souza, S. V. (2013), que as primeiras cidades brasileiras constituíam, na verdade, parcas unidades cuja função político-administrativa buscava organizar a produção econômica agrícola que era destinada para o mercado externo. Esse processo se deu até o século XVIII, cuja produção de cana-de-açúcar e extração de ouro se realizava com vistas ao mercado externo. Cita a autora que os espaços rurais e urbanos se confundiam, desprovidos de uma delimitação entre o campo e a cidade.

De acordo com Souza (1993), as cidades configuravam tão somente verdadeiros “arquipélagos”, pois não possuíam relação interurbana, tampouco se articulavam em rede.

Não existia uma divisão do trabalho entre a cidade e o campo que fosse baseada em atividades produtivas, já que, na cidade, não havia produção

²⁴ No seu artigo, o autor se refere à questão cidade-campo.

econômica, e a vida socioeconômica se concentrava nas propriedades rurais (SOUZA, S. V., 2013, p. 32).

A partir do século XIX, a economia nacional passa pelo processo de diversificação produtiva, de modo que, na pauta de exportação, encontram-se o café, algodão, cacau e fumo (SOUZA, S. V., 2013).

Outras aglomerações urbanas despontavam no interior, “impulsionadas pelo estabelecimento das fazendas de gado no sertão nordestino” (SOUZA, S. V., 2013, p. 33). Nesse contexto, as cidades adquirem função comercial, pois o excedente alimentar produzido é direcionado para o comércio nas cidades. Ensaia-se uma divisão espacial do trabalho, em definição, com o litoral e a produção canavieira, e o sertão e o agreste, espaços de produção de algodão, gado e lavouras de subsistência (SOUZA, S. V., 2013).

Entende-se com essa descrição que o Brasil “urbano”,²⁵ naquele contexto em análise, equiparava-se ao burgo europeu, na medida em que o urbano em construção era dependente do rural, seja no sentido do abastecimento de produtos agrícolas para o comércio seja para o provimento alimentar, pelo “movimento financeiro quanto o populacional, pois, na cidade, não se tinha produção econômica considerável, e a maior parte da população vivia do/no campo” (SOUZA, S. V., 2013, p. 34).

Ao final do século XIX e início do século XX, vislumbrando a substituição de importações, as cidades brasileiras apresentaram uma dinâmica diferenciada tanto na configuração econômica, quanto na socioespacial. A função industrial em ascensão, seletivamente, elegeu espaços propícios à reprodução do capital, de modo que estas cidades instituíram um novo elemento que iria diferenciá-las das demais: a produção no espaço urbano, algo até então inédito, pois a produção realizava-se, mormente no meio rural.

Torna-se mister ressaltar que “as cidades se tornam os principais elementos espaciais a se reestruturarem mediante essa fase de dinamização econômica no Brasil” (ARAÚJO, 2006, p. 79), após o surto industrial referente ao período 1950/1960, o que atribuiu à relação entre a cidade e o campo, o urbano e o rural, mais complexa pela dinâmica socioespacial doravante em construção. Certamente, esse processo não teria sido possível se prescindisse da revolução das técnicas, da ciência e da informação, que dificultaram a distinção entre o rural e o urbano (HESPAHOL, 2013), assim como se pode inferir que, no “Brasil, o processo de urbanização teve níveis e dinâmicas diferentes, dependendo da localização, do período e, principalmente, das políticas econômicas” (SOUZA, S. V., 2013, p. 35).

²⁵ Nesse caso, consideramos o urbano/urbanização como relativo às cidades e expansão das cidades.

Chegava-se aos meados do século XX e o Brasil iniciava de fato uma divisão do trabalho entre regiões. A partir de então, a cidade passa a se dinamizar pela concentração industrial, provocando a virada demográfica em que a população urbana ultrapassa historicamente a população rural já na década de 1970. O Gráfico 2 demonstra as taxas de urbanização no Brasil entre os anos 1940 e 2010.



Fonte: IBGE, Censos demográficos 1940-2010.

Pode-se considerar que:

Os desdobramentos desse processo atingem significativamente, além do espaço urbano, o rural que, a partir dos anos 70 do século XX passa a ser incorporado ao modo de produção capitalista via introdução de processos industriais nas atividades agrícolas (ARAUJO, 2006, p. 79, 80).

É possível se notar que a modernização na cidade alavancou a modernização no campo, sobretudo com a introdução das tecnologias no meio rural. Esse fato apresentou, dentre outras consequências, a ampliação da produção e produtividade, a migração campo-cidade (êxodo), a concentração fundiária, dilapidação da natureza, precarização das relações de trabalho e a minimização das oportunidades das famílias camponesas.

Em conformidade com o exposto, hoje a modernização do campo intensifica a relação cidade-campo, a redefine de maneira seletiva, mediante a modernização, a reestruturação produtiva e a territorialização seletiva do campo pelo capital monopolista, mais recentemente. Nesse sentido, mais que novas discussões, a complexificação e a recolocação da relação cidade-campo, certamente, suscitam reflexões acerca da relação rural-urbano, partindo do

princípio do que se compreende com Hespanhol (2013) que cidade e campo são formas concretas, e que o urbano e o rural são relações sociais, que derivam de representações sociais construídas a partir das formas concretas: cidade e campo.

A seguir, para o conhecimento da origem do município de Uruçuí, será traçado um pouco de sua dinâmica territorial e as conexões com a dinâmica econômica atual da região.

5.3 Uruçuí: de território indígena a território da soja

A bacia hidrográfica do rio Parnaíba, por sua perenidade, tem sua história de povoamento assinalada basicamente por dois momentos: o chamado “povoamento primitivo” que, por sua vez, divide-se em “primitivo pré-histórico”, “primitivo nativo”, e o “povoamento colonial”. O primeiro confere ao Piauí o título de “Berço do Homem Americano”, pois testemunhos descobertos no Sul/Sudeste do Estado datam de cinquenta mil anos e remetem a uma ocupação pré-histórica (Foto 2). O segundo momento, o “povoamento colonial”, teve início no século XVI, foi levado a cabo pela Coroa Portuguesa e Igreja Católica (CEPRO, 2003).

Foto 2 - Pinturas rupestres. Parque Nacional da Serra da Capivara, município de São Raimundo Nonato (PI)



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. São Raimundo Nonato (PI), nov. 1999.

Deve-se registrar que a fase de povoamento primitivo nativo demarca a existência de muitas sociedades humanas, que constituíam entraves aos interesses de povoamento do governo português e que acabaram por ser praticamente exterminados, por sua bravura e resistência, com requintes de perversidade. Desses grupos humanos, pode-se enfatizar a presença do grupo Timbira, da nação indígena Jê, na área que hoje abrange o município de Uruçuí. Na mesorregião do Sudoeste Piauiense,²⁶ constituíam habitantes também os grupos Gueguê e Acroá, também pertencentes à nação Jê. A fertilidade de seus vales (do rio Parnaíba) subsidiou condições de sobrevivência para estes grupos, até o momento da sua dizimação pelos fazendeiros-exploradores orientados pela Coroa Portuguesa e Igreja Católica. Esse processo de combate aos indígenas foi consolidado até o século XVIII, “com a ausência dos personagens indígenas exterminados²⁷ já no final do século XVIII, aproximadamente” (ARAÚJO, 2006, p. 104).

Nesse processo, o século XVI marca o início do povoamento colonial na área em apreço, fato comprovado por meio dos seguintes aspectos:

- a) A implantação de fazendas de gado para exploração da pecuária extensiva, respondendo, dessa forma, às diretrizes mercantilistas da Coroa Portuguesa.
- b) O interesse de grupos aventureiros que objetivavam acumular riquezas preando os povos nativos (CEPRO, 2003, p. 11).

Como se pode observar, a história de povoamento se confunde com a história de luta no fértil território da Bacia do rio Parnaíba, que foi encenada pelos nativos e os agentes bandeirantes em um primeiro momento; e, posteriormente, a partir da segunda metade do século XX, quando os conflitos passaram a se travar entre os trabalhadores rurais sem-terra e latifundiários (MACHADO, 2002).

Em conformidade com o exposto, importa salientar que a criação da nova Capitania de São José do Piauí, instalada em 1758, ocorreu devido à execução de uma política de reestruturação do Estado português no Brasil, com vistas a incrementar a administração territorial colonial (NUNES; ABREU, 1995). Assim, foi criada Vila da Mocha, como cidade/sede e uma das primeiras cidades do Brasil no *hinterland* brasileiro, além de primeira

²⁶ Esta é a regionalização vigente para o Estado do Piauí, citada de acordo com a divisão regional do Brasil, em mesorregiões e microrregiões geográficas, estabelecidas pelo IBGE em 1990.

²⁷ Há registros recentes de remanescentes indígenas no Piauí. Outros fugiram para o que se tem hoje como Estado do Maranhão e Goiás (CEPRO, 2003).

capital do Piauí, por nome Oeiras. A contar de Oeiras, mais seis vilas foram criadas, dentre as quais se considera Jerumenha²⁸ que mais tarde originaria o município de Uruçuí.

Há registros de que além dos sujeitos que iniciaram o povoamento do município, e dos indígenas nativos em declínio, existia uma população negra escravizada e fazendeiros que praticavam uma agricultura insipiente. Até meados do século XIX, esse era o quadro social existente, embora os segundos sejam muito pouco referenciados pela história oficial, o que demonstra a carência de pesquisa sobre o assunto.

A origem do município de Uruçuí remonta a 7 de setembro de 1902, quando ocorre a instalação desse município pela Lei Estadual n. 290 de 23 de junho de 1902 (CEPRO, 2003). Seu vasto território foi fracionado a primeira vez em 1º de janeiro de 1939 para emancipação do município de Ribeiro Gonçalves. Um novo fracionamento ocorreu em 9 de novembro de 1957, com a finalidade da instalação do município de Landri Sales. Em 1º de janeiro de 1997, houve o último desmembramento, até o momento, com a criação do município de Sebastião Leal²⁹ (ARAÚJO, J., 2006).

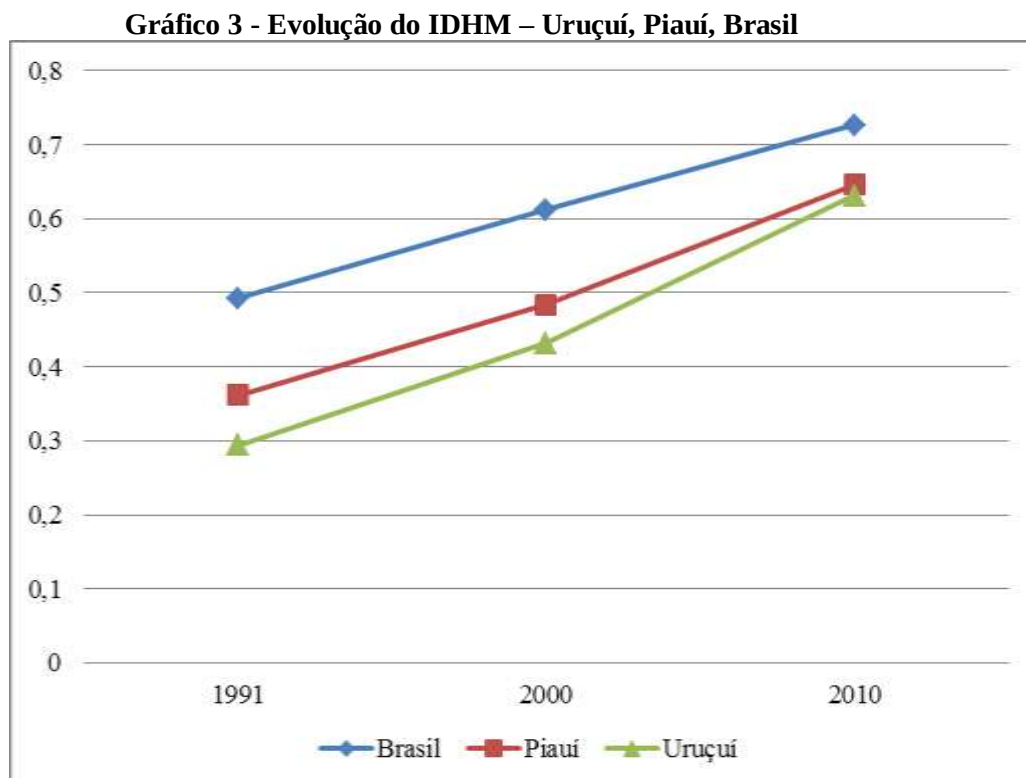
Popularmente se diz que o município foi povoado a partir da zona rural para a cidade. A história da constituição das fazendas no processo de ocupação territorial dá sentido a essa crença. Embora as atividades econômicas do meio rural, até meados da década de 1980, não tenham conseguido sobrepujar a economia local, tampouco regional; a partir de então as atividades agrícolas, sob outro comando que não o local/tradicional, vão reescrever a história do município no cenário nacional e internacional, determinando sua inserção na divisão territorial do trabalho como o principal produtor de *commodities* do Estado do Piauí. Doravante, a dinâmica do município tomaria novo impulso, de modo a repercutir em diversos aspectos, sejam eles demográficos, econômicos, sociais, dentre outros.

O Gráfico 3, a seguir, propõe demonstrar a evolução do comportamento de indicadores que foram dispostos em conjunto, com o intuito de ponderar sobre o desenvolvimento humano a partir da renda, saúde e educação. Nesse caso, e para essa medida, o desenvolvimento humano se aproxima de um processo de expansão das escolhas pessoais, de modo que possuam condições de elegerem aquilo que desejam ser (IDH, 2015). Assim, o IDH contempla a renda entre seus indicadores, considerando-a um meio de alcançar o desenvolvimento, e não um fim em si mesmo.

²⁸ Município originário de Bertolândia, criado em 1890, pelo Decreto Estadual nº 11 (CEPRO, 2003). Doze anos depois, o município de Uruçuí seria desmembrado de Bertolândia, conforme exposto ao longo desse trabalho.

²⁹ De acordo com outra fonte, o município de Sebastião Leal teria sido criado em 1994, pela Lei Estadual 4.680 (CEPRO, 2003).

Ademais, os números em tela (Gráfico 3) representam um crescimento do IDH para o município de Uruçuí de 0,337 pontos no período entre 1991 e 2010, ao atingir a marca de 0,631 para este ano. Já o Estado do Piauí obteve crescimento inferior ao do município em apreço. Entre os anos de 1991 e 2010, os valores correspondem a 0,284. No plano nacional, para esse mesmo período, o crescimento pontuou em 0,234.



Fonte: PNUD: Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: jun. 2015.

Registra-se que tanto o Piauí quanto Uruçuí transpuseram a faixa de baixo IDH somente em 2010, situando-se na zona que abriga o índice de países em desenvolvimento, com IDH mediano.

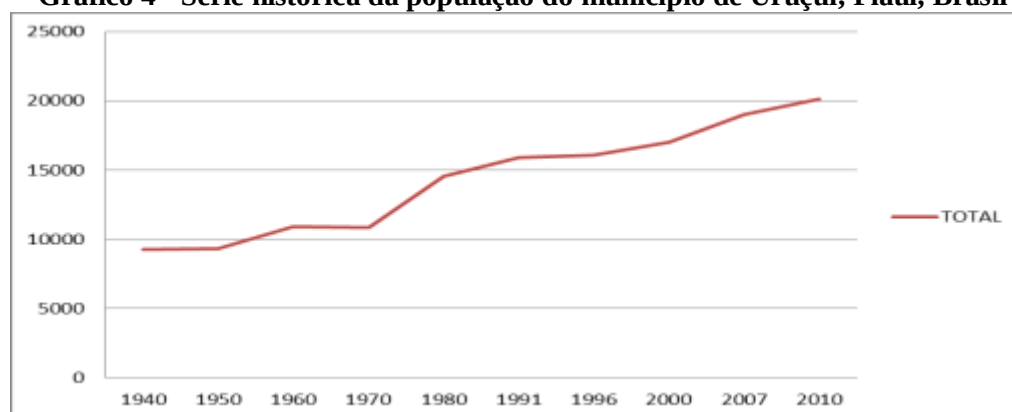
De modo específico, a Tabela 3 traz os indicadores que contemplam renda, longevidade e educação; estes cresceram para 0,173, 0,202 e 0,419 entre os anos de 1991 e 2010, respectivamente. Nota-se que a educação ajudou a sobrepujar a ascendência do IDH, enquanto a saúde e a renda apresentaram pequena mobilidade no período analisado.

Tabela 3 - IDHM e Indicadores - Uruçuí, Piauí, Brasil

ANO	IDHM	IDHM - Renda	IDHM - Longevidade	IDHM - Educação
1991	0,294	0,441	0,592	0,097
2000	0,432	0,498	0,687	0,236
2010	0,631	0,614	0,794	0,516

Fonte: PNUD. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: jun. 2015.

Em se tratando de demografia, os dados relativos à população total do município de Uruçuí demonstram ascensão tímida entre as décadas de 1940 até 1970. Para esse município, o incremento populacional se deu a partir de 1970, e avançou sensivelmente após a década de 1990, momento em que se registra uma mudança na composição econômica e tecnológica da produção. As transformações na economia do município, sobretudo no espaço rural, ajudaram a provocar a expansão da população residente, haja vista que, até a inserção dos cerrados piauienses para a produção de grãos em larga escala, essa área era considerada como fadada ao fracasso econômico pela ausência de fertilidade natural, fato que não possibilitaria o desenvolvimento satisfatório das atividades agrícolas (ARAUJO, 2006; MORAES, 2000). Entre a década de 1970 e 1980, houve uma sensível ascensão. A partir da década de 1990, a linha em ascensão retrata o ritmo do crescimento populacional do município como constante. É importante enfatizar que, no período pós-soja (1990), a defasagem da população rural em relação à população urbana se acentuou, o que reduziu ainda mais a densidade demográfica rural (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Série histórica da população do município de Uruçuí, Piauí, Brasil

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Contagem da População 1996 e 2007.

Demarca-se a esse tempo a chegada de imigrantes oriundos das regiões Sul/Sudeste do Brasil. Haesbaert (1995) denominou essa frente de mobilidade de “rede regional gaúcha”.

Não resta dúvida de que esses atores sociais dispersados pelo território nacional, objetivando a produção de *commodities* nas áreas de cerrado, contribuíram significativamente para as mudanças nos dados demográficos dos lugares em que aportaram, assim como contribuíram para dar visibilidade a esses locais no mapa das migrações, que tinham por finalidade a exploração econômica dos cerrados como potencial produtivo. A territorialização dos cerrados pelo capital, em todo o Brasil, acabou por constituir lugares atrativos para pessoas advindas de outras áreas³⁰ (Tabela 4).

Tabela 4 - Série histórica da população do município de Uruçuí, Piauí, Brasil

ANO	TOTAL
1940	9241
1950	9339
1960	10904
1970	10853
1980	14543
1991	15913
1996	16069
2000	17011
2007	19017
2010	20149

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Contagem da População 1996 e 2007.

No que se refere aos aspectos demográficos rurais e urbanos, até a década de 1940, a população rural correspondia a quase o dobro da população urbana. A superioridade quantitativa da população rural é demonstrada pelos dados do IBGE até o Censo de 1991, quando ocorre a inflexão da população rural em detrimento da população urbana. Esse fato se deu em 1991, no município de Uruçuí, bem como no Estado do Piauí, enquanto no Brasil a superação da população rural pela urbana aconteceu ainda na década de 1970.

De acordo com o Censo 2000, apenas nove anos mais tarde, a população urbana salta para quase o dobro em relação a população rural. Entre os Censos de 2000 e 2010, a população urbana mais que triplica em relação ao rural. Segundo os dados apresentados, a população urbana perfazia 15.505 habitantes, enquanto a população rural correspondia a

³⁰ Será demonstrado mais adiante que a origem dos investidores na região dos cerrados do Piauí é diversa na atualidade. Além de investidores do Sul e Sudeste, encontram-se hoje investidores do próprio Nordeste, como o caso dos Estados do Piauí e Pernambuco.

4.644 habitantes (Tabela 5). As atividades do setor de serviços, ligados ou não ao agronegócio, contribuíram para esse crescimento, ao atrair pessoas de outros lugares. Pode-se citar como exemplo, no início de 2010, a implantação e funcionamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que atraiu pessoas de vários Estados para assumir as vagas do concurso público destinado a essa instituição.

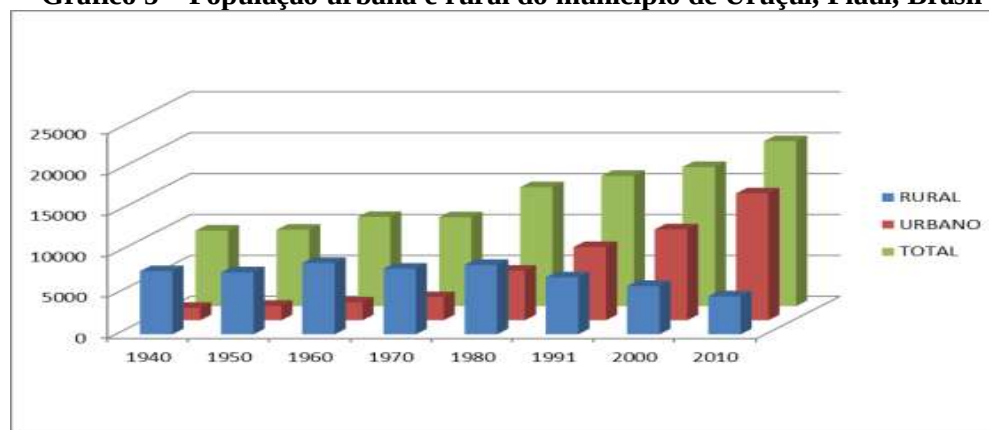
Tabela 5 - Série histórica da população rural e urbana do município de Uruçuí, Piauí, Brasil

ANO	RURAL	%	URBANA	%	TOTAL
1940	7717	83,5	1524	16,5	9241
1950	7575	81,1	1764	18,9	9339
1960	8719	80,0	2185	20,0	10904
1970	8024	73,9	2829	26,1	10853
1980	8494	58,4	6049	41,6	14543
1991	6960	43,7	8953	56,3	15913
2000	5899	34,7	11112	65,3	17011
2010	4644	23,0	15505	77,0	20149

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A partir de 1991, há um decréscimo da população rural, que entra em fase de declínio, como demonstram os dados referentes a 2000 (5.899 habitantes) e a 2010 (4.644 habitantes). Dessa forma, constata-se o decréscimo da população rural em relação aos censos anteriores e em relação à população urbana (Gráfico 5). Crê-se que as atividades ligadas ao setor rural, com destaque para o agronegócio, não ofereceram mudança na tendência de declínio da população rural.

Gráfico 5 – População urbana e rural do município de Uruçuí, Piauí, Brasil



Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A pequena dinâmica demográfica urbana, retratada pelos dados analisados até o ano de 1990, é coerente com as atividades econômicas rarefeitas desenvolvidas nesse período. Até então, como se pode observar, a população urbana era inferior quantitativamente à população rural.

Com o adensamento das atividades econômicas desenvolvidas no campo, mais propriamente delimitadas pela territorialização do capital monopolista, traduzidos pela agricultura mundializada, a tendência da taxa de urbanização sofreu significativa reorientação. Esse reposicionamento demográfico, sem dúvida, sofreu influência das oportunidades econômicas veiculadas pelos discursos oficiais de desenvolvimento econômico intrínseco à introdução do agronegócio como mola propulsora da economia regional.

Para ilustrar essa afirmação, o município de Uruçuí é referenciado como um dos dez polos do agronegócio no Brasil, pela revista Exame, de circulação nacional. Dentre os atrativos apontados pelos entrevistados (consultores, empresários, produtores rurais, integrantes do governo, dentre outros), estão as vastas extensões de terras agricultáveis e os números recordes de produtividade (OS 10 NOVOS... 2015). Resumidos, esses fatores impactaram sobre a dinâmica demográfica municipal, sobretudo, no espaço urbano.

6 DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS DA LÓGICA DE *COMMODITIES* NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ

Pretende-se neste capítulo discutir as determinações territoriais da lógica do capital monopolista no campo, na perspectiva de resgatar as matrizes produtivas anteriores e demarcar a mudança da matriz produtiva atual à luz da economia mundializada.

6.1 Da agricultura moderna à agricultura mundial

Segundo Oliveira (2007), a estruturação do capitalismo monopolista no campo delimitou a condição dos países na divisão territorial do trabalho. O padrão de acumulação e circulação do capital que modificou o mapa do poder político e econômico mundial assistia ao florescimento do comércio internacional, que, segundo Chesnais (1996), redesenhou transformações territoriais em países centrais e periféricos. O papel que os diferentes países desempenhariam na divisão territorial do trabalho impactou as atividades agrícolas e industriais, e, com isso, as relações de poder estabelecidas nesses espaços, ao evocar transformações no meio urbano e rural.

Enquanto as relações de poder afirmavam-se assimétricas entre colônias e imperialistas, definindo claramente a posição de dependência das primeiras em relação aos segundos, a situação das categorias espaciais cidade/campo, até a Revolução Industrial, conferia ao campo posição de polaridade em relação ao meio urbano, as pequenas cidades (FAVARETO, 2006). A atividade industrial em ascensão, assim como a acumulação capitalista, e o êxodo rural favoreceram a migração da situação polar para as cidades, adensando as atividades econômicas e a demografia, de modo a demarcar o poderio da cidade sobre o campo a partir de então, sobretudo pelas demandas consuntivas. Nesse sentido, a posição do campo na organização do desenvolvimento capitalista começa a ser delineada, certamente de modo diferenciado, para os grupos de países centrais e periféricos.

A separação entre as atividades agrícolas e industriais ajudou a provocar a disseminação do capitalismo no mundo. Em um processo contraditório, esse fato ditava o ritmo de industrialização dos países dependentes de modo a enfraquecer sua autonomia e condicioná-los à submissão. Ademais, a produção industrial urbana³¹ em ascensão, além de promover a dissolução da pequena indústria rural existente, atuou na transformação das

³¹ Oliveira (2007) sublinha que o processo de desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista se deu de maneira diferenciada em cada país, embora traços comuns estivessem presentes.

relações socioespaciais e econômicas, de modo a demarcar a eliminação paulatina dos resquícios das relações de trabalho e produção feudais (sobretudo as relações servis que constituíam a base da economia feudal) em prol da edificação das relações capitalistas (OLIVEIRA, 2007).

Não obstante, Oliveira (2007) frisa que, pelo caráter contraditório, peculiar do próprio modo de produção capitalista, a necessidade de relações não capitalistas no interior desse modo de produção é um fato que, amiúde, se tornou um imperativo para sua existência. Em outras palavras, o autor afirma que a crise³² da economia agrícola europeia criou condições para as alterações estruturais que comandaram a agricultura na etapa do capitalismo monopolista. Assim sendo, destacou fatores como a fragmentação da terra e a alteração da estrutura fundiária, que resultou na constituição do trabalho assalariado no campo, e a ampliação da indústria agrícola, a partir da formação de cooperativas.

As cooperativas se constituíram como meios de proteção do produtor ante a sua sujeição à grande indústria e aos comerciantes, que ditavam os preços para os produtos originados pelo campesinato (OLIVEIRA, 2007). Ou seja, o próprio capitalismo, contraditoriamente, lançou mão de estratégias não capitalistas para manter e ampliar a sua reprodução por meio de sujeição da renda da terra ao capital. Considere-se que esta sujeição é feita na medida em que o camponês abandona a reprodução simples, e, pela necessidade de sobrevivência, se sujeita a extrair a renda da terra tornando-se um camponês especializado, cuja produção é destinada à indústria; no entanto, esse camponês não é expropriado da sua terra.

Nesse caso, [o capital] quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo pela via não especificamente capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Ante a discussão sobre o processo de mundialização do capital em François Chesnais (1996), compreende-se com Oliveira (2012) que o marco da mudança na trajetória da agricultura no Brasil foi a observância das recomendações do Consenso de Washington, que contribuíram para o ajustamento da política econômica brasileira frente aos novos paradigmas da mundialização da economia e do neoliberalismo. Esse processo fez sucumbir, por sua vez,

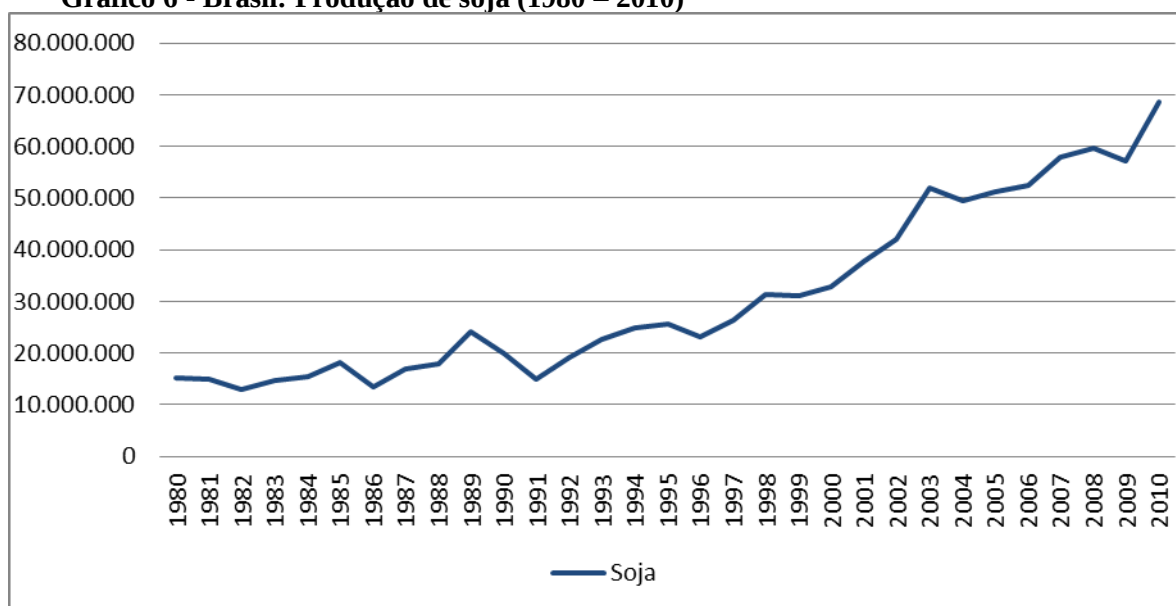
³² De acordo com Oliveira (2007), a crise na agricultura europeia decorreu da baixa de preços dos produtos agrícolas que, por sua vez, foi promovida pela concorrência externa (comércio internacional).

a agricultura familiar de base camponesa ao canalizar as atenções para a produção das *commodities*, mediante especialização produtiva. Por Oliveira, no Brasil:

A produção de alimentos deixou de ser questão de estratégia nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

Inserido como produtor de produtos primários e manufaturados, o Brasil entra na lógica esquartejadora do capital monopolista e financeiro, por diversos motivos, dentre eles a abertura da economia brasileira ao mercado internacional em expansão. A produção de *commodities* se destaca como elemento basilar para as relações comerciais externas,³³ e, nesse contexto, o Brasil avança na produção de soja no cenário internacional, ampliando a produção e os espaços produtivos a cada ano (Gráfico 6). Observa-se que a expansão da produção da soja traduz o movimento expansivo da demanda mundial, com ênfase no mercado asiático, que culmina no aumento do preço do produto e na atração de produtores para o desenvolvimento dessa atividade.

Gráfico 6 - Brasil: Produção de soja (1980 – 2010)



Fonte: IBGE, Ministério da Agricultura. Os dados referem-se à soja em grãos.

Ao demarcar sua função na divisão internacional do trabalho, abrem-se debates sobre a reprimarização e a *commoditização* da economia brasileira, movimento em curso que retrata

³³ Diversos autores recolocam a questão da modernização da agricultura brasileira e da instituição da agricultura mundializada no Brasil de forma a demarcar o movimento de intensificação da mecanização do campo, da necessidade criada pelos governos militares em preencher os espaços vazios na região Centro-Oeste, balança comercial, dentre outros.

a expansão altamente especializada de capitais internacionais e nacionais; estes, privados e públicos, dão base para a consolidação da integração competitiva no cenário do comércio internacional.

Sobre a monopolização do capital no campo, a absorção das recomendações do Consenso de Washington e suas consequências para o setor primário no Brasil, Souza afirma:

As teses do Consenso de Washington se especializam, engravidam o território, incorporam capitais. A mobilidade espacial dos projetos neoliberais se refina nas técnicas, nos processos de fusão e de aquisição absorvendo, mais do que reconhecendo, as vantagens comparativas/competitivas dos setores agropecuários brasileiros, migrando capitais alterando as taxas de investimento direto estrangeiro na agricultura (IDE) (SOUZA, 2008, p. 52).

Nesse sentido, a compreensão do avanço do capitalismo monopolista e financeiro no campo conduz a temas como a tendência à reprimarização da economia brasileira, caracterizada pelos aspectos da macroeconomia, como uma mudança na balança comercial, ou seja, caracterizada pela reversão da pauta das exportações de produtos primários (VITTI; SOUZA, 2012).

A reprimarização, tendência levada a cabo pelo ajustamento do Brasil na divisão internacional do trabalho pelos interesses hegemônicos do capital, promoveria a caracterização de outro processo, no setor primário da economia, o da *commoditização* da agricultura, intensificado a partir do acerto de um ajustamento dependente e da abertura econômica do Brasil nos anos de 1990.

Por seu turno, a *commoditização* da agricultura constituiria a nova dinâmica de padronização de produtos demandados pelo mercado externo; ou seja, pelo comércio internacional de *commodities*, engendrado pela definição das recomendações do Consenso de Washington. Além de promover o aumento da competitividade do Brasil no cenário mundial, os efeitos da *commoditização* vêm sendo amplamente estudados pelo fato de alterarem as matrizes produtivas locais e regionais, de modo a determinar a especialização produtiva regional e o comprometimento da diversidade produtiva (SOUZA, 2008; 2009a; 2010; 2013a; 2013b).

Como resultado desses trabalhos, interessa observar que a inserção do Brasil nos moldes orientados pelo Consenso de Washington, assim como a reprimarização, a *commoditização*, dentre outras consequências, promovem a destruição e limitação da diversidade produtiva; ou seja, promovem a “depredação e aniquilação do diverso e de modos culturais específicos de reprodução social” (Souza, 2008), além de alargarem o abismo da exclusão via materialização da dependência.

Impõem-se, portanto, ritmos frenéticos de produção e produtividade desconectados com os ritmos da natureza, o que implica necessariamente em lançar mão de métodos e técnicas de manejo, insumos e mão de obra que deem celeridade a esse ritmo natural que passa a ser negado. A introdução de elementos tecnológicos no campo remete à imposição de elos da indústria, elemento historicamente emblemático à cidade.

Logo, desenha-se a nova fase da atividade agrícola mundial que se refere à agricultura globalizada, nos moldes da mundialização do capital. Sob esse cenário, a agricultura passou a se sustentar em três pilares: a produção de *commodities*; as bolsas de mercadorias e de futuro; e os monopólios mundiais (OLIVEIRA, 2012).

O capitalismo monopolista que reverte a atividade agrícola a seu favor, a partir da constituição de monopólios mundiais, levou à produção das *commodities* ao controle das empresas mundiais, criadas pela associação de empresas estrangeiras e nacionais. A ação da mundialização do capital na agricultura capitalista se dá, por sua vez, por meio da cristalização de dois processos territoriais: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2012).

O primeiro dos processos territoriais descritos por Oliveira (2012) refere-se à territorialização dos monopólios, que, segundo este autor, atua no “controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Incluem-se aqui dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada.

Já a monopolização dos territórios na agricultura, que constitui o segundo processo territorial, é desenvolvida pelas “empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo” (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Por outro lado, e aprofundando as discussões sobre o avanço do capital monopolista no campo, Souza (2012) constrói outro sentido para o termo territorialização do monopólio ao considera-la produtora da homogeneização da paisagem.³⁴

Em conformidade com a apreensão do autor a respeito do conceito de território, Souza (2013b) diverge da conceituação de Oliveira (2012) ao enfatizar que a territorialização, nesse processo, avança sobre as relações sociais de produção, como elementos imateriais, de modo a considerar que estas relações sociais são territorializadas.

³⁴ Além da territorialização do monopólio, a concentração e a acumulação do capital igualmente contribuem para a conformação da homogeneização da paisagem (SOUZA, 2013b).

Nesse caso, e como ponto fundamental de divergência, a territorialização do monopólio prescindiria da apropriação, real, do fator de produção terra para ampliar o seu domínio no campo. Em outras palavras, as formas de verticalização do capital no processo de incorporação de terras à produção, pela propriedade privada da terra, é que daria a tônica ao processo em tela. SOUZA (2013b) cita, ainda, o Piauí, dentre outros estados como Bahia, Tocantins e Mato Grosso do Sul, como exemplos da estratégia capitalista de incorporação vertical de terras que tem se ampliado vigorosamente nessas últimas décadas. Acrescenta, assim, que há a territorialização das “relações sociais de produção capitalistas, mediadas pelos contratos de arrendamento e comercialização, pelos pacotes tecnológicos e apropriam-se da renda da terra” (SOUZA, 2013b, p. 4).

Por conseguinte, pela territorialização do monopólio entende-se que:

Não se realiza o monopólio sobre a terra, mas sim, sobre as relações sociais produtivas, territorializando-as na lógica da mercadoria. Assim, a primeira (monopolização do território) atua sobre a propriedade privada e a segunda (territorialização do monopólio) sobre as relações sociais de produção (SOUZA, 2013b, p. 4).

Para Souza (2013), a territorialização do monopólio relaciona-se à “imposição de relações sociais de poder aos sujeitos sociais camponeses e às comunidades tradicionais nos processos produtivos” (SOUZA, 2013b, p. 4), ao passo que a monopolização do território refere-se à relação de poder imposta sobre e a partir da propriedade privada.

Após as discussões sobre os efeitos que o capitalismo monopolista impôs ao campo, segue-se pequena discussão sobre o que se compreende como rural. Essa tomada de direção faz parte da ideia de que há a necessidade de se exponham as transformações do meio rural no Brasil, nos últimos tempos, uma vez que essas transformações não o isolam de uma totalidade, mas recolocam novas discussões sobre a dinâmica das relações entre esse espaço e o meio urbano / cidade. Assim, no seguinte item, a compreensão do rural no Brasil passará por uma breve análise.

6.2 O rural no Brasil: breve discussão conceitual

De modo geral, as definições do que seja rural e urbano não possuem o mesmo parâmetro. As realidades dos países são diversas, tanto do ponto de vista da formação territorial, da dinâmica social quanto da trajetória de desenvolvimento seguida por cada um. De acordo com Favareto (2006), as definições do que seja rural nos países europeus, por

exemplo, giram em torno de categorias como: o tamanho da população, a densidade demográfica, as formas de utilização do solo e as dinâmicas socioeconômicas.

No caso do Brasil, existe uma normatização jurídica, o Decreto-Lei 311/38 que define como cidade toda sede de município. A vigência dessa tipologia instituída ainda no período do Estado Novo suscita críticas, seja pela caducidade seja pela inadequação com a realidade vigente. Acredita-se, nesse sentido, que trazer do passado parâmetros para o ordenamento territorial do Brasil atual induz à imprecisão os pesquisadores de várias áreas que se interessam pelo tema, assim como para os formuladores de políticas governamentais para o planejamento territorial do país (REIS, 2006; VEIGA, 2003).

Áreas urbanas e rurais são definidas pelo IBGE de acordo com a situação de domicílio, classificado como urbano ou rural. Mediante essa classificação, área urbana corresponde “às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas”. A definição do limite entre área urbana e rural se dá pela linha demarcatória do perímetro urbano, a considerar que as áreas rurais coincidem justamente com toda abrangência que esteja fora desse limite estabelecido pelas legislações municipais (IBGE, 2015).

Para além das normas técnicas e leis, existem outras discussões atuais sobre a relação entre os espaços rurais e urbanos e as funções que ambos os espaços desempenham. Perde espaço também as análises pautadas nas visões dicotômicas que pretendiam enxergar diferenciações estanques entre o meio rural e o meio urbano. Logo, assim como assevera Reis (2006), a noção de *continuum* em oposição à noção de dicotomia entre os espaços tem superado esta última, e se apresenta como a mais adequada perspectiva de compreensão para a presente realidade em estudo.

De modo geral, o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980 foi significativo para as mudanças territoriais no Brasil. As áreas urbanas assistiram a uma virada demográfica carregada por maciços investimentos, oriundos, sobretudo, do setor público para subsidiar a industrialização do País. Esse desiderato representou a consolidação do País como país industrial, mediante a implantação de empresas estrangeiras em espaços selecionados, que ofertassem infraestrutura para suportar o adensamento futuro dessas atividades e o seu desdobramento posterior. Advieram daí as raízes da macrocefalia das cidades, a constituição das metrópoles, assim construídas por se tornarem atrativas devido à oferta de empregos e serviços, bem como alternativa para a população em processo de expulsão do campo.

Por outro lado, esse movimento populacional tornou-se interessante para as indústrias, pelo fato de estar ali constituída uma reserva de mão de obra. Caracterizou-se, assim, o acelerado processo de declínio demográfico, pois o processo de migração se intensificou em direção aos núcleos urbanos. De fato, a década de 1960 anunciou mudanças profundas no território brasileiro, que culminaram em transformações na divisão territorial do trabalho, e repercutiram de modo amplo e significativo nas relações das mais diversas instâncias da vida social. A partir de então, a categorização oficial sobre o rural e o urbano passa a se tornar defasada.

Nesse panorama, a partir da década de 1970, inicia-se uma mudança na fisionomia das atividades rurais. Vislumbram-se e põem-se em prática políticas e programas de fomento a agropecuária empresarial, custeada pelo capital internacional, como foi o caso do Jica-Prodec, de capital japonês. É nesse contexto que diversos pesquisadores referenciam essa data como marco para a modernização agrícola no Brasil, por causa da introdução das fases avançadas do capitalismo monopolista no campo.

A partir de 1980, pesquisas dão conta das transformações significativas vivenciadas no espaço rural brasileiro com novas formas de produção e sobrevivência, que efetivamente não mais correspondem ao contexto das atividades agropecuárias, puramente. Esse seria o caso do trabalho rural não agrícola. A expansão da urbanização das áreas rurais no Brasil muda a configuração do significado do campo, inclusive mudando a tendência da alocação de atividades preponderantemente urbanas, como a indústria, o comércio e os serviços (REIS, 2006). Essas atividades econômicas se espriam em direção ao meio rural, e tornam complexa a configuração espacial, as relações de trabalho, as vivências e demais segmentos da organização da vida social.

Observa o autor que novas atividades, como turismo, lazer e outras mais pertencentes ao setor terciário, e típicas da vida urbana, denotam o que se refere como pluriatividade do meio rural, que se desenha no Brasil desde então, e que ocorre também em países desenvolvidos, no entanto, de forma menos contundente (REIS, 2006). O fato é que, no caso brasileiro, a nova dinâmica de pluriatividade no campo condiz com a possibilidade de se vislumbrarem “alternativas de ocupação e renda para um grande número de pessoas que sofrem com o desemprego urbano” (REIS, 2006, p. 7), além daqueles que recorrem a lugares menos caóticos que as metrópoles, do ponto de vista de mobilidade e habitação.

Ainda com base em Reis (2006), deve-se sublinhar que a diversidade econômica nas áreas rurais do Brasil manifestou-se inicialmente nas regiões Sul e Sudeste, e, posteriormente,

no Centro-Oeste. Foram esses espaços que inauguraram a modernização e transformação fundamental nas funções do meio rural do Brasil.

Mediante esse cenário, Reis afirma que se verifica, a partir de então:

A emergência de um espaço rural multidimensional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma socioespacial no Brasil (REIS, 2006, p. 2).

Adiante, o referido autor enfatiza que:

O espraiamento do fenômeno urbano faz surgir novos limites entre as áreas urbanas e rurais, difíceis de serem percebidos e cada vez mais indefinidos. Sendo assim, a linha que divide o perímetro urbano dos municípios torna-se um mecanismo de separação cada vez mais grosseiro e distante da realidade socioespacial (REIS, 2006, p. 8).

Diante desse panorama, uma mudança metodológica e jurídica se faz necessária. Dessa forma, acredita-se que tratar espaços urbanos e rurais tão somente a partir de dados demográficos quantitativos, estanques ou dicotômicos transformou-se em uma estratégia obsoleta. O relacionamento cada vez mais tênue entre esses espaços permite procurar traçar um esboço do nível ou grau de ligação entre as atividades desenvolvidas em cada um. Nesse sentido, compreender essa dinâmica requer a compreensão das ligações existentes entre eles, a correlação desses fatores que se desenvolvem em escala local sem, contudo, descuidar dos circuitos superiores da economia mundial que orquestram essas manifestações locais.

Doravante, com o desígnio de relacionar a conjuntura decorrente da introdução da agricultura mundializada na região dos cerrados piauienses e as determinações territoriais que decorrem desse processo, toma-se parte das análises e discussões que se seguem.

6.3 Agricultura piauiense e matriz produtiva agrícola: da agricultura tradicional à agricultura mundializada

6.3.1 O contexto da agricultura tradicional

A partir de meados do século XX e, sobretudo, a partir da década de 1970, a disseminação seletiva e excludente do meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 2002) transformou, em alguns lugares, as relações entre os espaços urbano e rural. Nesse

período, pode-se considerar que, para a influência do capitalismo monopolista e financeiro e para o meio técnico-científico-informacional, a região dos cerrados piauienses ainda não havia ganhado a visibilidade nos discursos sobre o desenvolvimento do Estado do Piauí, e, com isso, ainda se vivia a condição de ponto ofuscado para o capital.

Ao se pensar os sistemas de produção agrícola piauienses, sublinha-se que estes se constituem em basicamente dois: a agricultura tradicional e a agricultura moderna. O primeiro sistema encontra-se disseminado por todo o Estado onde os fatores de produção utilizados são a terra e o trabalho humano. O segundo, desenvolvido nos cerrados piauienses além da terra, lança mão de aporte tecnológico para se desenvolver em escala empresarial (CEPRO, 2003).

No contexto da produção agrícola municipal anterior a década de 1980, o que predominava era a agricultura tradicional. É possível observar, com o apoio dos dados anteriores ao Censo Agropecuário de 1989, que a área destinada às culturas tradicionais era reduzida, indicando baixa produção e pequena demanda voltada para consumo interno, mercado local e regional, apenas, além do pequeno espaço dedicado a essas culturas. Os dados demonstram baixa diversidade nos tipos produzidos, no entanto, todas as culturas condizem com itens destinados ao provimento alimentar familiar (Tabela 6).

Tabela 6 - Áreas das culturas existentes no Município de Uruçuí, Piauí até 1989 (em hectare)

Culturas	1950	1970	1975	1980	1985	1989
Arroz	986	603	995	2848	1870	10500
Mandioca	270	245	236	412	609	600
Feijão	339	222	290	487	406	275
Milho	343	261	566	898	881	4000
Cana de açúcar	73	40	24	28	12	70
Algodão (caroço)	0	4	8	33	29	5
Banana	20	43	23	49	35	50
Soja	0	0	0	0	0	70
Batata doce	0	0	0	0	2	4
Fava	0	0	0	0	182	110
Melancia	0	0	0	0	2	40
Castanha caju	0	0	0	0	0	10600
Laranja	0	3	3	8	23	25
Manga	0	0	1	0	0	29
Tangerina	0	0	0	0	0	2
Abacate	0	0	0	0	0	7

Fonte: IBGE. Censos agropecuários 1950, 1970, 1975, 1980, e 1985; PAM 1989.

Chama-se a atenção para a ampliação da área destinada à cultura do arroz, após o ano de 1950, que passou de 986 ha para 10.500 ha em 1989, correspondendo a aproximadamente 965% de ampliação da área de cultivo. Pondera-se, ainda, que essa cultura é considerada preparatória para o cultivo da soja (ARAUJO, 2006; MORAES, 2000).

A área destinada à cultura da mandioca representou, para esse período, pequena retração a partir de 1950 até 1975. Após 1980, inicia-se um processo lento de expansão da área até 1989. Inicialmente, contava-se com 270 ha em 1950, para 600 ha em 1989.

A área de cultivo do feijão apresentou uma oscilação mínima no período em apreço. Considera-se que houve uma retração da área plantada. No caso do milho, a tendência foi ascendente. Em 1985, o milho se estabelecia em uma área de 881 ha passando para 4.000 ha em 1989, o que corresponde a 354%.

A cultura da cana-de-açúcar representou uma tendência à retração entre 1950 e 1989. Acompanhando essa tendência à retração está o algodão, e as culturas de banana, que acompanharam um ritmo de estabilidade, totalizando 50 ha na Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1989.

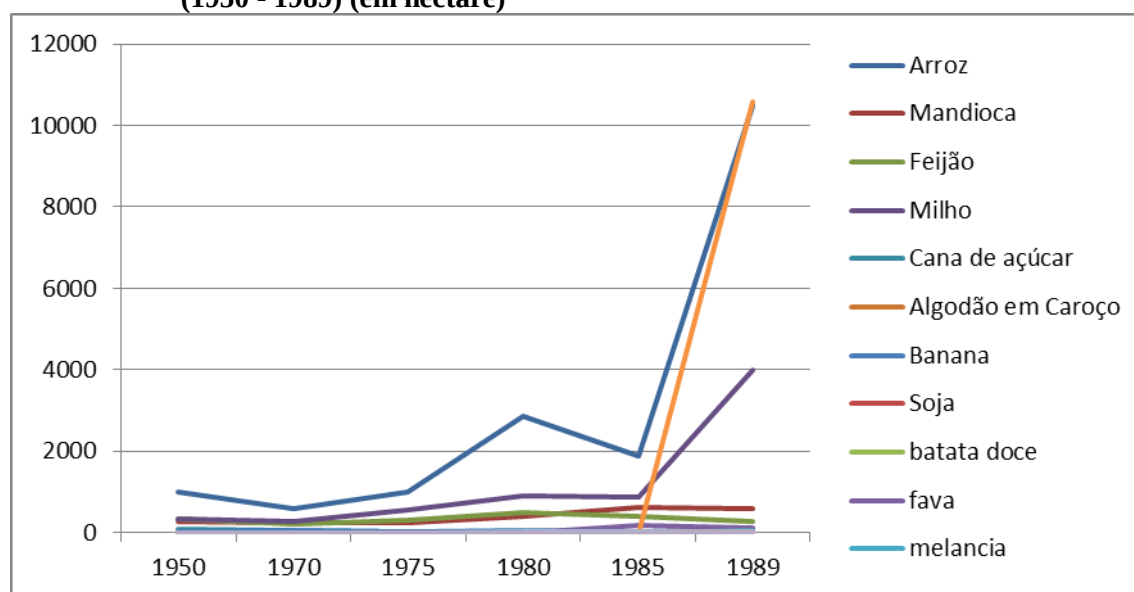
O destaque no cenário econômico, advindo da incorporação da região pela agricultura globalizada, segundo interesses do capitalismo que se renovava, dar-se-ia propriamente a partir da década de 1990, momento em que as primeiras culturas passaram a ser direcionadas, sob o comando do estado. Em pesquisa realizada sobre o avanço dos Complexos Agroindustriais (CAI's) no município de Rio Verde, Estado do Goiás, Borges relata:

A cultura da soja surgiu na China, sendo utilizada, inicialmente, como alimento para animais. Contudo, o seu uso foi rapidamente revertido para alimentação humana, além de ser também usada como adubo verde. Com manejo relativamente fácil e com exigência de solos próximos ao do milho e do trigo, expandiu-se para várias regiões do mundo (BORGES, 2006, p.78).

O mesmo autor especifica que, no Brasil, a soja teria chegado a Campinas (SP), trazida pelas famílias de imigrantes japoneses, no final do século XIX. Mais de cem anos depois, a soja se estabelece no Piauí para reescrever a história econômica desse Estado ao introduzi-lo nos circuitos de produção mundial de *commodities*. O primeiro registro dessa cultura no município de Uruçuí remonta à Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1989, com apenas 70 ha utilizados, o que denota a inserção desse município na agricultura moderna. As culturas registradas nesse período, além da soja e da castanha de caju, corresponderam à manga, tangerina e abacate. Essas últimas com áreas bem pouco expressivas. As áreas destinadas à batata doce, melancia, laranja e fava tiveram registros pouco expressivo.

Nesse processo, a cultura de caju, no município de Uruçuí, mediante política pública para reflorestamento, constituiu o primeiro tipo de monocultura produzido na região. Os registros da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1989 demonstram e confirmam os efeitos dessas políticas públicas, pois, anteriormente inexistente, esse tipo de lavoura permanente ocupou inicialmente a área de 10.600 ha. A evolução da área ocupada por culturas no município é apresentada no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Evolução da área ocupada por culturas no município de Uruçuí, Piauí (1950 - 1989) (em hectare)



Fonte: IBGE. Censos agropecuários 1950, 1970, 1975, 1980 e 1985; PAM 1989.

A Tabela 7, a seguir, apresenta o uso das terras no município entre os anos 1950 e 1995/1996, com base nos Censos Agropecuários do período. Os dados demonstram que, até 1985, a terra era destinada principalmente às pastagens naturais, com o percentual de 88,03% em 1950 e 70% e 1985, e, em segundo lugar, estavam as matas naturais. No Censo Agropecuário de 195/1996, a situação acima se inverte. A principal forma de utilização da terra são as matas naturais, que saltaram de 13,65% (em 1985) para 74,4% (em 1995/96). Em segundo plano ficou a área de pastagem natural.

Pode-se considerar que, além de constatar a queda das áreas destinadas às pastagens naturais, interessa observar que esses dados falam muito sobre as lavouras temporárias.

Embora representando apenas 10,24% em 1995/1996, deve-se observar que houve intensa expansão das áreas destinadas a essas lavouras, figurando um aumento de 96% em relação ao Censo anterior. Os dados analisados adiante estabelecerão uma correlação com a monocultura em expansão nos cerrados piauienses (Gráfico 8).

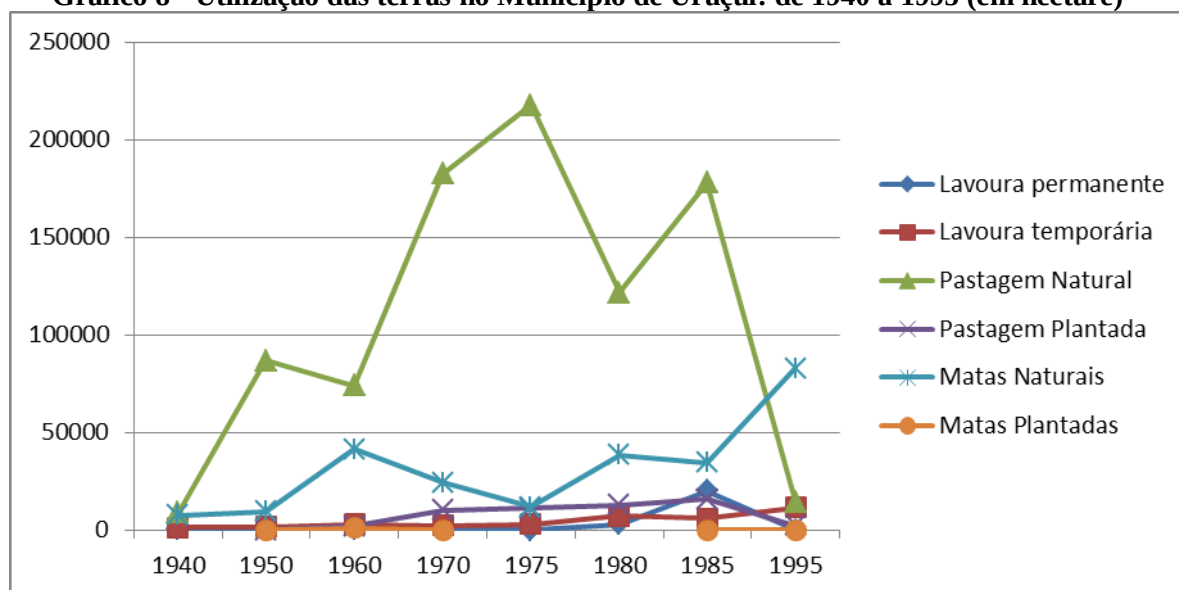
Tabela 7 - Utilização das terras no município de Uruçuí: de 1940 a 1995 (em hectare)

Censos agropecuários	1940	%	1950	%	1960	%
Lavoura permanente	265	1,45	124	0,13	412	0,34
Lavoura temporária	1349	7,38	1793	1,81	3171	2,60
Pastagem Natural	8984	49,14	86869	88,03	74130	60,72
Pastagem Plantada			98	0,10	1950	1,60
Matas Naturais	7685	42,03	9591	9,72	41363	33,88
Matas Plantadas			205	0,21	1049	0,86
Total	18283	100	98680	100	122075	100

Censos agropecuários	1970	%	1975	%	1980	%
Lavoura permanente	130	0,06	182	0,07	2951	1,61
Lavoura temporária	2236	1,02	3155	1,29	7351	4,01
Pastagem Natural	182641	83,13	217698	89,20	121775	66,40
Pastagem Plantada	10181	4,63	11078	4,54	12732	6,94
Matas Naturais	24504	11,15	11936	4,90	38576	21,04
Matas Plantadas	11	0,01				
Total	219703	100	244049	100	183385	100

Censos agropecuários	1985	%	1995	%
Lavoura permanente	20084	7,90	182	0,16
Lavoura temporária	5821	2,28	11409	10,24
Pastagem Natural	178022	70,00	14521	13,03
Pastagem Plantada	15678	6,16	2420	2,17
Matas Naturais	34714	13,65	82917	74,40
Matas Plantadas	31	0,01	0	
Total	254350	100	111449	100

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários de 1940 a 1995/96.

Gráfico 8 - Utilização das terras no Município de Uruçuí: de 1940 a 1995 (em hectare)

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários de 1940 a 1995/1996.

Os dados analisados até agora apontam para a primazia das atividades agrícolas, sob o sistema agrícola tradicional, conduzindo a história econômica do município. Nesses termos, pode-se compreender por que a parcela Sul do território piauiense sempre foi considerada um entrave para o desenvolvimento econômico do Estado. Vastos territórios, baixa densidade demográfica e econômica serviram de base para o discurso de pobreza e fracasso sobre o qual a região estaria fadada. De acordo com Araujo, os solos dos cerrados piauienses eram considerados “desfavoráveis para a atividade agrícola, em virtude de suas limitações naturais” (ARAUJO, 2006, p. 11), de modo a constituírem “entrave” para o desenvolvimento econômico do Piauí. O próprio discurso do “vazio demográfico” (MORAES, 2000; ARAUJO, 2006), muito utilizado pelos órgãos oficiais, como o IBGE, ajudou a ofuscar as necessidades das comunidades locais, a considerar que o ímpeto pelo crescimento não passaria pelo atendimento das demandas locais.

Dessa forma, os elementos culturais e as demais especificidades das comunidades tradicionais que ancestralmente encontram-se nessas regiões nunca foram considerados de fato em programas e políticas oficiais, o que facilitou a territorialização dessas áreas, mais tarde, pelo capital monopolista e pelas culturas alheias àquela realidade.

Doravante, um novo capítulo passa a ser escrito na história do município, e por extensão na região do Sudoeste piauiense, com a abertura dessa área de ecótono para a agricultura científica, guiada pelo capitalismo monopolista. Ressalte-se que a introdução do

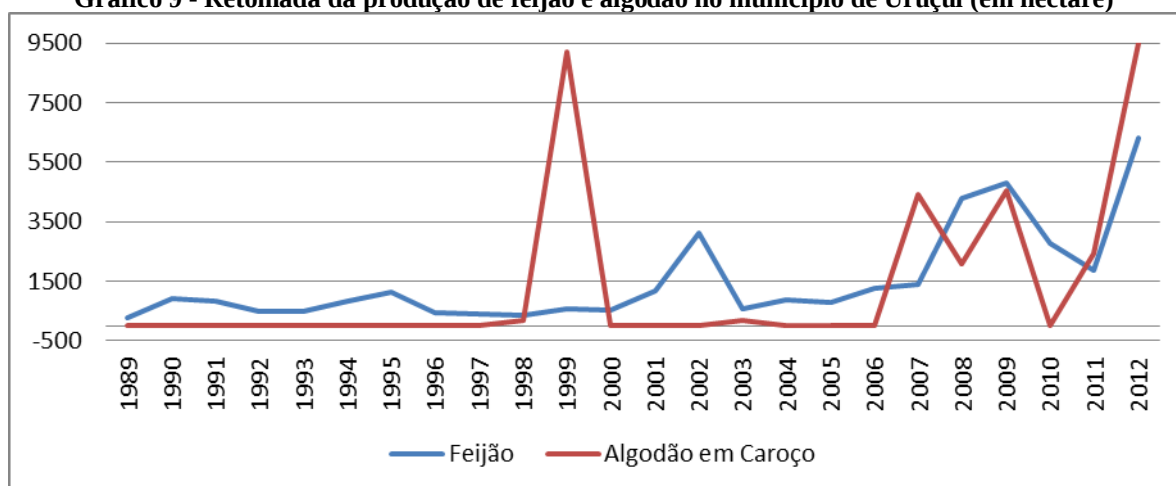
meio técnico-científico-informacional constituiria a única forma de reverter as limitações naturais e econômicas dos cerrados piauienses, na visão dos agentes hegemônicos.

6.3.2 A modernização da matriz produtiva agrícola e a agricultura mundializada

Após a introdução da agricultura moderna, conforme visualizado no item anterior, observa-se que a área destinada à cultura do arroz nos cerrados de Uruçuí declina, sobretudo, em 2008, ano de crise.³⁵ A área produtora de arroz declina a partir de 2008. Em 1989, a área destinada a essa cultura era de 10.500 ha, e em 2007, 12.331 ha, e caiu em 2008 para 6.221 ha, o que representou uma retração de cerca de 50% da área em relação ao ano anterior, 2007. Em 2012, a cultura de arroz possuía 5.640 ha destinada a essa cultura.

A cultura do milho apresentou uma retração da área em 1996 e 1997, iniciando uma recuperação no ano seguinte, e nova queda em 2003 a 2005. Após esse período, voltou a expandir sua área e chegou ao total de 33.910 ha (Foto 7). No caso da área destinada à cultura do feijão, houve uma ascensão de 2.198,5% entre os anos de 1989 e 2012, passando respectivamente de 275 ha para 6.321 ha. Esses dados demonstram que produtores se voltam ao interesse em produzir a referida leguminosa, e também um retorno ao algodão, cultura histórica no Estado do Piauí, conforme demonstra o Gráfico 9.

Gráfico 9 - Retomada da produção de feijão e algodão no município de Uruçuí (em hectare)



Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal (PAM), entre os anos 1989 e 2012.

Em relação ao primeiro ano da produção da soja no município, registrou-se uma área total de 70 ha ocupada pelas primeiras lavouras de soja, houve uma ampliação exponencial de 128.222,8% para essa cultura, em relação ao ano de 2012 (Tabela 8).

³⁵ Crise nos Bancos em relação ao dólar e aos fazendeiros fizeram paradas e impediram o tráfego nas estradas dos cerrados.

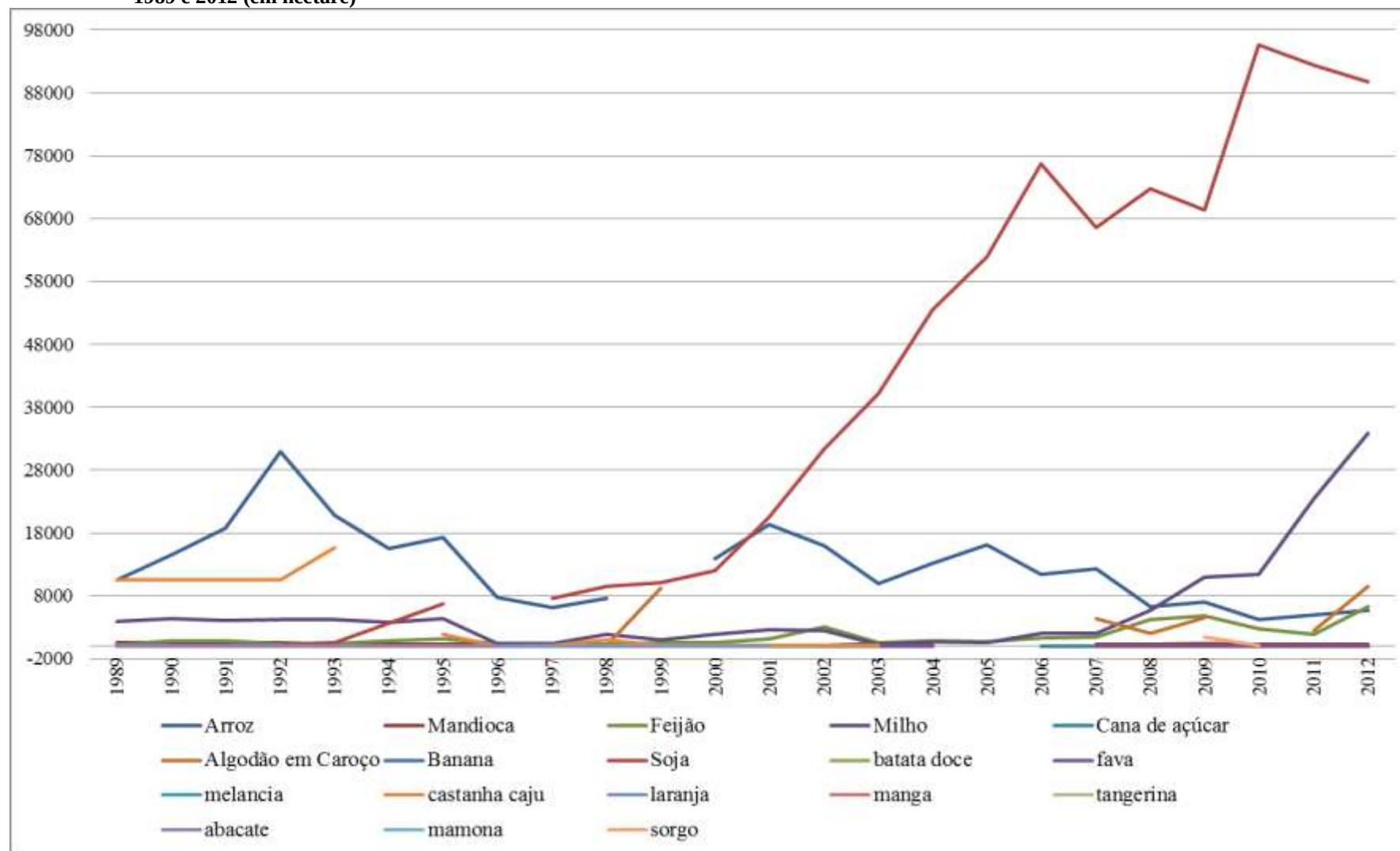
Tabela 8 - Evolução da área ocupada por culturas no município de Uruçuí, Piauí, entre os anos 1989 até 2012 (em hectare)

(cont.)

Culturas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Arroz	15967	10000	13192	16160	11466	12331	6221	7062	4227	4936	5640
Mandioca	130	375	192			300	250	358	300	250	257
Feijão	3109	574	874	780	1240	1383	4261	4805	2782	1883	6321
Milho	2484	222	676	580	2028	1986	5729	11011	11462	23495	33910
Cana de açúcar	6	6	10		3	10	10	10	10	10	10
Algodão (Caroço)		160				4403	2063	4520		2440	9488
Banana	20	23	26		22						
Soja	31416	40119	53552	61868	76695	66657	72800	69311	95592	92364	89826
Batata doce											
Fava	22	25	30			27	20	20	20	20	20
Melancia	10	10									
Castanha caju	170	170									
Laranja											
Manga											
Tangerina											
Abacate											
Mamona						15					
Sorgo						650		1500	60		

Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal (PAM), entre os anos 1989 e 2012.

Gráfico 10 - Evolução da área ocupada por culturas no município de Uruçuí, Piauí, entre os anos 1989 e 2012 (em hectare)



Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal (PAM), entre os anos 1989-2012.

Foto 3 - Época de colheita da soja.

Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

Foto 4 - Máquina agrícola e a colheita

Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

Foto 5 - Preparação para o cultivo I

Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

Foto 6 - Preparação para o cultivo II

Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

As décadas subsequentes à introdução da soja no município de Uruçuí atestam o avanço da agricultura moderna na região (Fotos 3, 4, 5, 6 e 7), assim como a produção de milho por meio de técnicas modernas.

Foto 7 - Cultivo de milho

Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

As áreas destinadas à produção do caju tiveram uma forte retração entre os anos de 1989 e 2012, de modo que obtiveram seu ápice em 1995, com uma área de 1.850 ha e, por fim, desaparecendo das estatísticas do IBGE em 2004.

Pode-se considerar que diversos cultivares desapareceram dos registros da PAM, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, como é o caso da cana de açúcar, banana, batata doce, melancia, laranja, manga, tangerina e abacate.

Por fim, houve o registro da cultura de sorgo e mamona, em 2007, de modo que desapareceram das estatísticas. Registra-se apenas o sorgo nos anos 2007, 2009 e 2010, chegando ao ápice com 1.500 ha e decaindo para 60 ha, desaparecendo em 2011 (Gráfico 10).

Os dados analisados até aqui atestam a expansão das áreas agrícolas, o que denota um processo evolutivo entre as décadas de 1980 e 2010. Essa evolução pode ser visualizada no mapa da Figura 4. Observa-se que os vinte anos posteriores à década de 1990, período referente à abertura de linhas de crédito para a região, assim como a consolidação de projetos agrícolas e introdução de tecnologias e culturas modernas resultaram na ampliação da territorialização do capital monopolista no campo em toda região dos cerrados piauienses, já que se verifica a interrupção das áreas de cultura nas proximidades dos limites municipais nas direções Oeste, Leste e Sul. Esses limites pertencem aos municípios que também produzem soja: Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Palmeira do Piauí, Alvorada do Gurgueia, Manoel Emídio, Sebastião Leal e Antônio Almeida.

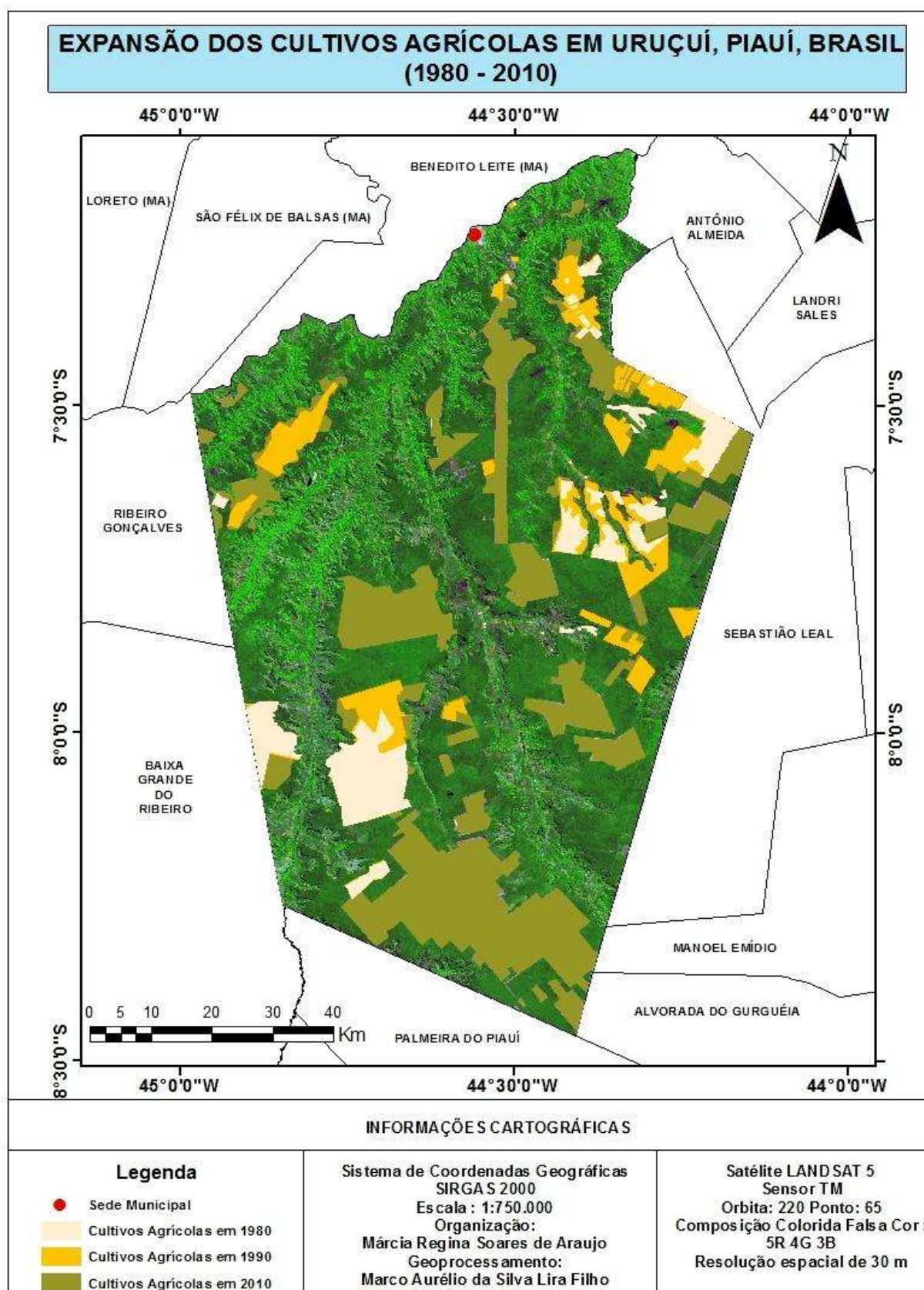
Assim, o comportamento dos dados em relação à utilização das terras em Uruçuí, em termos gerais a partir da territorialização do capital na terra, foi ampliado em 85,8%. Em 1995/96, o total de terras utilizadas era de 111.449 ha e em 2006, o total passou a 207.136 ha, de acordo com os números dos Censos Agropecuários dos referidos períodos (Tabela 9).

**Tabela 9 - Utilização das terras no município de Uruçuí: 1995 e 2006
(em hectare)**

Censos agropecuários	1995-96	%	2006	%
Lavoura permanente	182	0,16	355	0,17
Lavoura temporária	11409	10,24	71864	34,70
Pastagem Natural	14521	13,03	29060	14,03
Pastagem Plantada	2420	2,17	10726	5,18
Matas Naturais	82917	74,40	94511	45,63
Matas Plantadas	0	0	620	0,30
Total	111449	100	207136	100

Fonte: IBGE: Censos Agropecuários: 1995-96 e 2006.

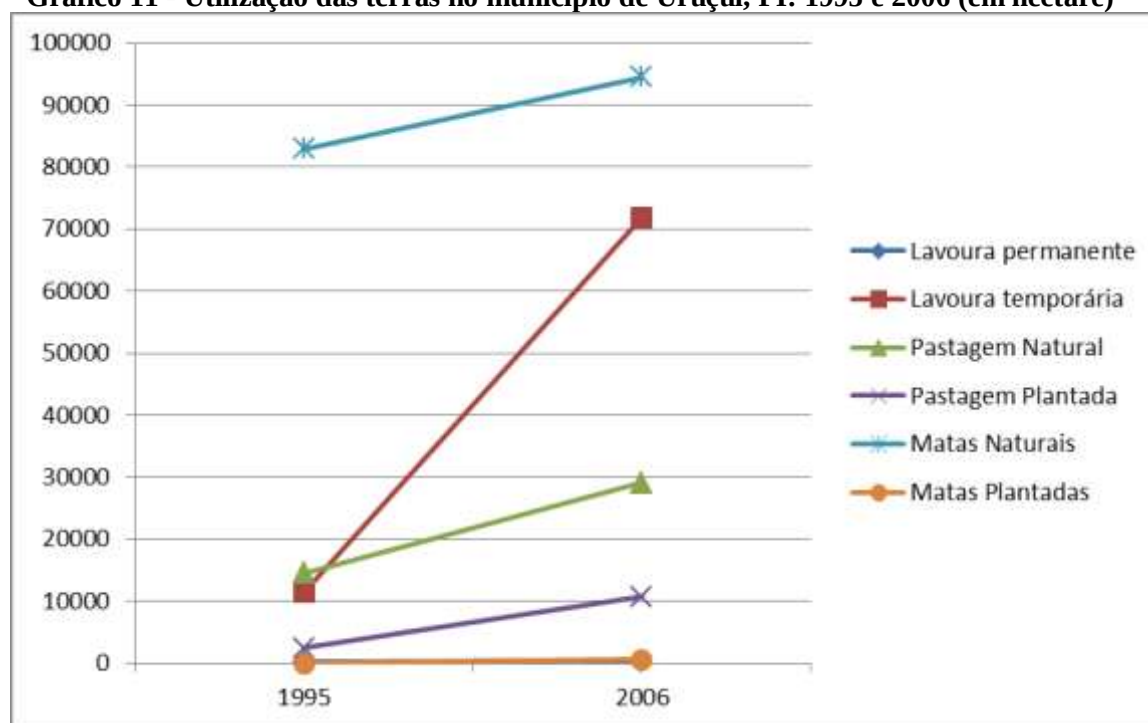
Figura 4 - Expansão dos cultivos agrícolas em Uruçuí, Piauí, Brasil (1980-2010)



Organização: Márcia Regina S. de Araujo (2016)

Embora se constate ampliação da área em matas naturais, em 13,9% em relação ao Censo Agropecuário de 1995/96, observa-se que esse tipo de uso da terra, em 2006, perdeu terreno para as lavouras temporárias. Em 1995/1996, como exposto anteriormente, as matas naturais compunham 74,4% do total de área utilizada, enquanto em 2006 esse percentual atingiu 45,65%. No caso das lavouras temporárias, o crescimento foi de 529,8%, ao se comparar os dois censos em análise. Esse tipo de lavoura ocupou 10,24% da área total em 1995/96, e em 2006, passa a ocupar 34,7% (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Utilização das terras no município de Uruçuí, PI: 1995 e 2006 (em hectare)



Fonte: IBGE: Censos Agropecuários: 1995-1996 e 2006.

Em termos percentuais, as pastagens naturais mantiveram-se estáveis, acrescentando apenas um ponto percentual em relação a 2006. No entanto, houve, em dez anos, uma incorporação de mais de 100% para as áreas destinadas a esse fim, quando saltou de 14.521 ha para 29.060 ha.

No caso das áreas destinadas às pastagens plantadas, o aumento vertiginoso foi de 343,2% nesse período de dez anos. Em relação às matas plantadas, houve o registro de 0,3% em relação aos dados para o ano de 2006. Esse aumento deve ser observado e comparado com o ano anterior do Censo, já que, para esse fim, a terra não foi utilizada.

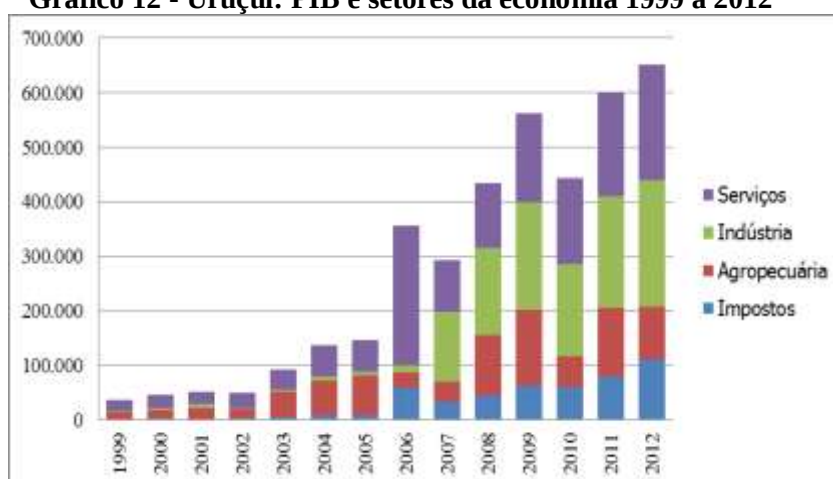
Por fim, as lavouras permanentes continuaram inexpressivas e estáveis de modo geral, haja vista que, para esta, a percentagem é de 0,17% para o ano de 2006. Em termos relativos e

comparando os dados 1995/1996 com 2006, a ampliação foi de 95%. No Gráfico 11, as linhas que demonstram o comportamento das lavouras permanentes e matas plantadas se confundem.

Ao dar continuidade as análises das pesquisas oficiais as quais têm o município de Uruçuí como foco, pode-se dizer que, em se tratando do Produto Interno Bruto, a década de 1990 foi muito significativa para a economia desse município. Ao se observar o final dessa década, tendo como referência o PIB municipal correspondente a R\$ 36.254.000,00 no ano de 1999, constata-se um crescimento exponencial de 1.694,90% se comparado com os registros do PIB do ano de 2012.

De posse dos dados do Gráfico 12, que se reporta ao período compreendido entre 1999 e 2012, vê-se que a dinâmica impressa na economia local foi carregada exclusivamente pela agricultura comercial, sobretudo pelo elo do setor industrial. De fato, a instalação da Bunge Alimentos S/A no município, em 2002, alterou o quadro econômico nos três setores, agrícola, de serviços e industrial.

Gráfico 12 - Uruçuí: PIB e setores da economia 1999 a 2012



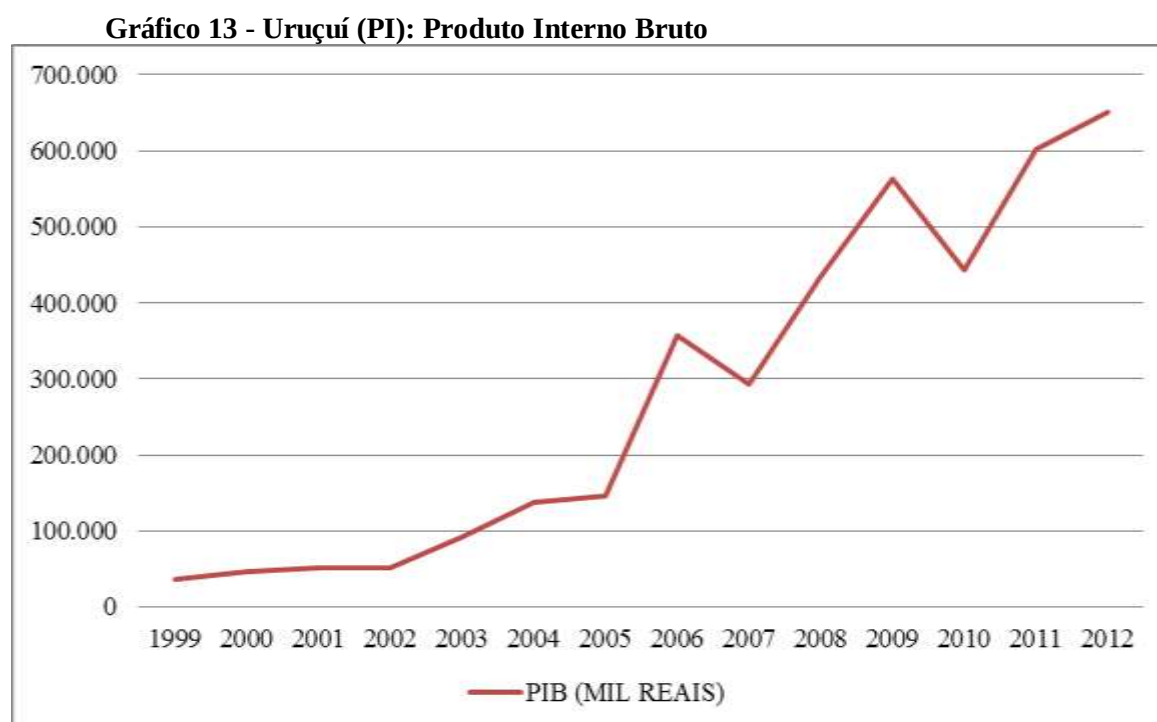
Fonte: IBGE: 1999-2012.

A mudança na fisionomia do referido gráfico se deu de fato nos anos de 2006 e 2007. Em 2006, a guinada nos números do Piauí se deveu ao crescimento de 338,12% no setor de serviços em relação ao ano anterior. Em 2007, o setor industrial ultrapassou o setor de serviços e continuou em tendência de ascensão até o último ano analisado, 2012.

Nessa conjuntura, o município de Uruçuí figura como uma das principais economias do Estado, cuja estrutura produtiva se assenta na agricultura comercial. A nova dinâmica econômica evidencia, para o ano de 2012, uma estrutura produtiva caracterizada pela primazia do setor industrial, com R\$ 231.519.000,00 (35,5%), seguido pelo setor de serviços, com R\$ 211.710.000,00 (32,5%), e, por último, o setor agrícola que contabiliza um volume de R\$

97.069.000,00, ou seja, 17% do total. Os 15% restantes correspondem aos valores dos impostos sobre produtos líquidos.

O PIB municipal, dessa forma, totalizou em 2012, R\$650.724.000,00, colocando o município na quinta posição do ranking das economias municipais do Piauí (Gráfico 13). A capital, Teresina, lidera o *ranking*, seguida pelos municípios de Parnaíba, Picos e Floriano (IBGE, 2015).



Fonte: Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2015. (Valores Reais Agosto/2014 – IGP-DI FGV – BANCEN).

Ainda sobre o aspecto econômico, os dados do PIB *per capita* do município de Uruçuí conferem-lhe a liderança no *ranking* dos municípios piauienses nesse quesito, com o total de R\$ 31.553,32 por habitante. Contudo, não se pode deixar de sublinhar que diversas foram as matérias jornalísticas que deram a esse fato uma conotação de incoerência aos resultados em apreço. Essas matérias enfatizam as péssimas condições de saúde, educação, infraestrutura, coleta de lixo e serviços de saneamento que afligem os cidadãos uruçuienses e visitantes.

Saliente-se, por fim, que, na lista dos dez maiores PIB *per capita* do Estado, três localizam-se na área de cerrados e estão envolvidos com a nova dinâmica do agronegócio das *commodities* no Estado.

Em prosseguimento, após discorrer sobre as transformações na matriz produtiva agrícola no município é possível trazer ao debate elementos que auxiliarão na compreensão

acerca das determinações territoriais da lógica das *commodities* no campo uruçuiense. Nessa perspectiva, serão abordados nos itens seguintes elementos que lastrearam o advento da agricultura mundializada no município foco dessa pesquisa.

6.4 O financiamento agrícola e a abertura para os novos espaços para a agricultura mundializada

Conforme observado em linhas anteriores, o financiamento de projetos agrícolas no Brasil, e em particular no Piauí, motivou a procura por novos espaços para o desenvolvimento da agricultura de alto desempenho.

No caso do município de Uruçuí, o financiamento inicia uma tendência ascendente no ano de 2003, interrompida com um decréscimo em 2005. Essa queda nos valores do financiamento destinados ao município para os produtores e cooperativas atinge o ponto mais crítico no ano de 2007 para, no ano seguinte, iniciar uma nova fase de ascensão, conforme demonstra o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas – município de Uruçuí, Piauí, Brasil, 1999-2012



Fonte: Banco Central do Brasil: 1999-2012. (Valores Reais Agosto/2014 – IGP-DI FGV – BANCEN).

Como um movimento que não destoou do que ocorreu nos demais municípios piauienses, localizados na faixa dessa fronteira agrícola, o volume de financiamentos direcionados à região proporcionou a ampliação dos latifúndios, atribuindo caráter concentrador a esse processo, assim como a constituição de uma nova elite econômica oriunda de outros rincões do País.

Interessa observar que, movido por esses acontecimentos, pode-se observar o movimento migratório oriundo originalmente da região Sul do Brasil. São agricultores

empresariais, detentores de aporte financeiro capaz de dar continuidade, no Estado do Piauí, ao trabalho agrícola de alta produtividade, iniciado décadas atrás no Estado de origem. Esses produtores sulistas, em muitos casos, já vêm de outros Estados, que não o seu de origem, notadamente da região Centro-Oeste, território inicialmente incorporado pelo capital estrangeiro destinado a produção em larga escala.

Por sua vez, esse movimento também denota várias mudanças no espaço agrário do município de Uruçuí, que vão desde a mudança na titularidade das terras dos imóveis rurais do município, bem como o processo avançado de concentração fundiária, como será verificado a seguir, a partir dos dados dos Cadastros de Certificados de Imóveis Rurais do INCRA, dos anos de 1990, 1991 e 2005, conforme demonstra a Tabela 10.

Tabela 10 - Estados de origem dos proprietários dos imóveis rurais do município de Uruçuí: evolução nos anos de 1990, 1991 e 2005

Estados	1990		1991		2005	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
PA	0	0	1	1.1250	2	190,8
TO	0	0	0	0	1	361,2
BA	0	0	0	0	2	7.650
CE	0	0	2	8.880,7	0	0
MA	0	0	1	1.306,7	3	3.246,1
PB	0	0	1	20.000	0	0
PE	0	0	8	144.710	11	99.874,5
PI	552	307.456	548	465.326,2	448	374.454,7
DF	1	17,2	0	0	4	1.547,6
GO	2	4.172,6	2	4.172,6	6	7.860,8
MS	0	0	1	1.400	9	13.430,4
MT	0	0	0	0	3	9.195,9
RJ	0	0	0	0	1	136
SP	0	0	7	28.052,7	10	35.208,3
PR	0	0	0	0	22	27.504,7
RS	0	0	0	0	92	51.701,4
SC	0	0	0	0	1	494,1
TOTAL	555	311.645,8	571	685.098,9	615	632.856,5

Fonte: CCIR, INCRA, 1990, 1995, 2005.

Em 1990, poucos eram os imóveis rurais do município de Uruçuí que possuíam titularidade de terra de proprietários oriundos de outros Estados do Brasil.

Neste trabalho, a pesquisa demonstrou que apenas três proprietários perfaziam esse conjunto: dois do Estado de Goiás e um do Distrito Federal. Os três imóveis rurais representavam 0,5% do total daqueles cadastrados pelo INCRA no ano em tela. Os proprietários piauienses, originários em outros municípios, que não em Uruçuí, detinham

títulos de terra que somavam vinte e nove imóveis rurais, valor que representava apenas 5,2% do total. Já os uruçuienses, titulares majoritários, detinham 523 imóveis, ou seja, em porcentagem, 94,23. Dessa forma, o total de imóveis cadastrados e registrados nesse Instituto correspondia, naquele ano, a 555 imóveis rurais.

Em relação à área total cadastrada no referido Instituto, a distribuição entre esses três grupos era a seguinte: proprietários oriundos de outros Estados somavam, em hectare, 4189,8, o que representava apenas 1,34% do total de imóveis rurais. Piauienses de outros municípios diferentes de Uruçuí possuíam 11.177,1 ha, ou seja, 3,5% em relação à área total cadastrada. Já aos uruçuienses, representava, em porcentagem, o valor de 95,07, que correspondia a 296.278,9 ha a dimensão total dos imóveis rurais desse grupo analisado.

Os números acima descritos denotam o pequeno interesse de empresários de outros Estados do Brasil em se instalarem e efetivarem a produção de *commodities* no município de Uruçuí, naquele período, fato que já ocorria em outros Estados do Centro-Sul do Brasil, e até mesmo no Estado da Bahia, no Nordeste brasileiro. Assim, pode-se afirmar que este constitui o início de um processo que, a seguir, será delineado pela mudança de titularidade das terras nesse município piauiense; fato que foi motivado, sobretudo, pela oferta de créditos para essa região e das demais vantagens que os grandes grupos econômicos, anos mais tarde, tomarão à frente e dirigirão à reestruturação produtiva local e regional que hoje se observa.

No ano de 1991, os investimentos públicos materializaram-se em forma de aquisição de terras, promovendo transformações quanto à posse da terra em Uruçuí. A ampliação na titularidade da terra no município de Uruçuí dos sujeitos oriundos de outros Estados já demonstra um crescimento que respalda a porcentagem de 666,67%, pois partiu de apenas três títulos do ano anterior, 1990, para o número de vinte e três títulos de terra em 1991, um crescimento bastante expressivo. Os títulos pertencentes a piauienses não oriundos de Uruçuí correspondiam a quarenta e dois títulos. No caso dos uruçuienses, os títulos de imóveis rurais cadastrados no INCRA, em 1991, perfaziam um total de 506. Em termos relativos, o primeiro grupo possuía 4,02%; o segundo grupo possuía 7,35%, e o terceiro grupo 88,61% dos títulos de terras no município de Uruçuí.

Diante do exposto, verifica-se uma mudança substancial na titularidade de terra. De acordo com os certificados cadastrados no INCRA, denota o início da territorialização do capital monopolista nessa região, de modo a representar igual magnitude de concentração de terras, haja vista o reduzido número de títulos cujos proprietários pertenciam a outros Estados aliados à expressiva área envolvida nessas propriedades, como se verá a seguir.

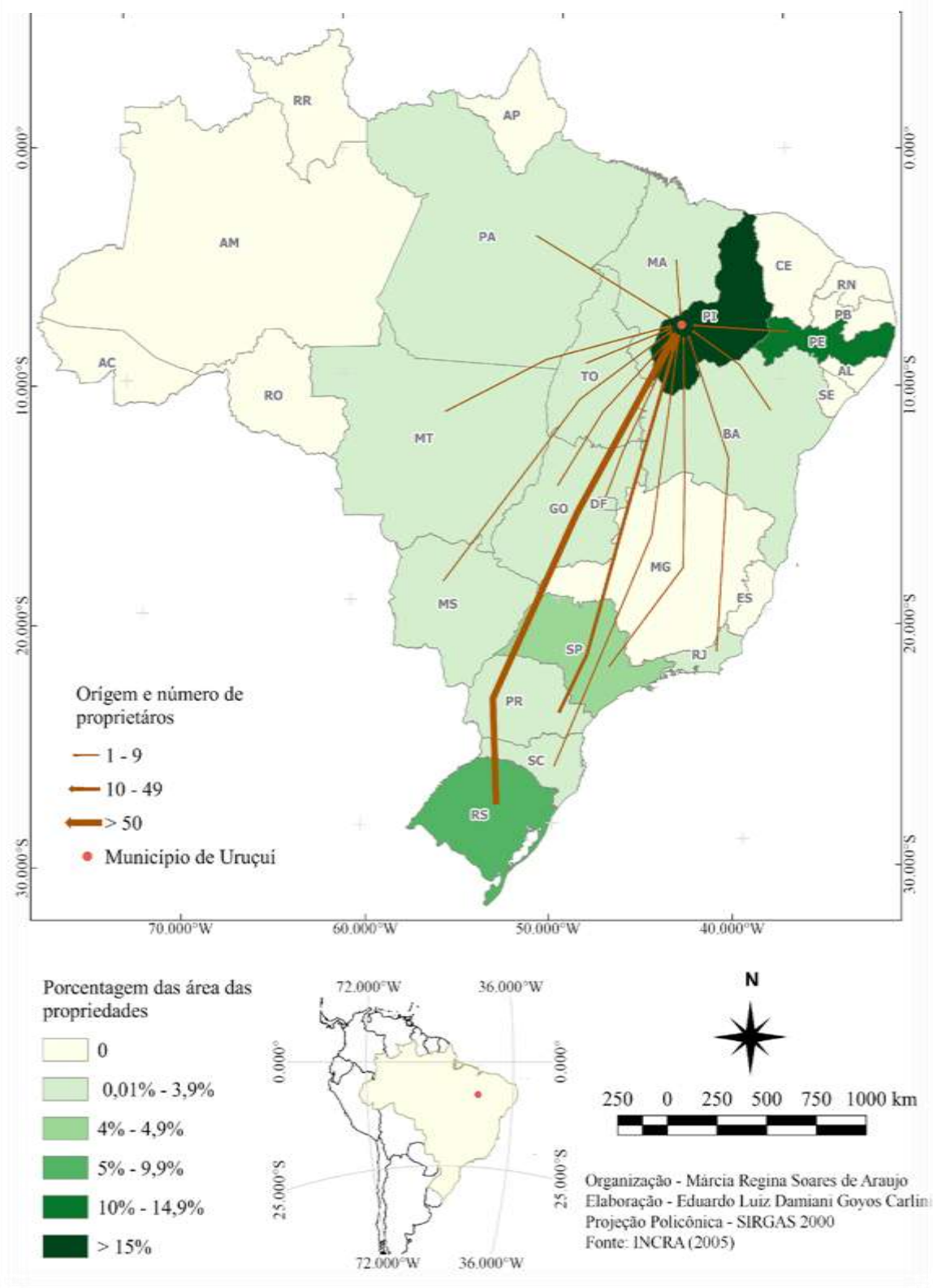
Além da expansão numérica em propriedades, as áreas dessas propriedades também se expandiram e começaram a demonstrar o processo concentrador que identifica a apropriação capitalista dessas áreas. Nesse sentido, os novos sujeitos, nesse período, eram responsáveis por uma área equivalente a 219, 772,7 ha, ou seja, 32,07% da área total, quase um terço da área dos imóveis rurais do município de Uruçuí. Em menor proporção, os proprietários piauienses que não pertencem ao município de Uruçuí possuíam uma área de 137.774,2 ha e, em termos relativos, um total de área de 20,1%. No caso dos proprietários uruçuienses, a área total disposta era de 327.552 e, em termos percentuais, de 47,8%.

Ressalte-se ainda que a incorporação dessas áreas que conduzem à ampliação dos imóveis rurais, compõe um requisito para a produção de *commodities* que se viabiliza em vastas áreas, e promove a homogeneização das paisagens, e, com elas, a redução da diversidade produtiva, ambos os fenômenos emblemáticos das determinações territoriais impostas pela incorporação do capital monopolista nos cerrados desse município.

Mais tarde, o ano de 2005 representou o que de fato simboliza a consolidação desse processo em curso no município, tanto no que representa o fluxo migratório para a região, quanto para imposição de uma nova matriz produtiva na região, e incorporação das terras nos cerrados piauienses para a agricultura mundializada.

Nesse ano, de acordo com o CCIR, totalizam em 167 os títulos de terra cujos proprietários não eram piauienses, o que representava um fluxo migratório de produtores maior que os anos anteriores (Figura 5). Esses sujeitos, provenientes de quatorze Estados brasileiros, possuíam juntos 258.401,8 ha, o que representava pouco menos da metade de toda a extensão de terras com cadastros ativos no INCRA. Diametralmente, 448 proprietários piauienses (incluindo os proprietários uruçuienses) possuíam juntos 374.454,7ha.

Figura 5 - Origem dos proprietários por Estado da federação e porcentagem das áreas das propriedades no município de Uruçuí-PI (2005)



Organização: Márcia Regina S. de Araujo (2016).

Esses números permitem concluir que, para cada proprietário não piauiense, em 2005, estavam relacionados 1.547,3ha, aproximadamente. Já para o proprietário originário no Piauí, esse número é mais reduzido, e aponta para 835,8ha aproximadamente. Ressalte-se que os proprietários uruçuienses ainda eram maioria numérica em termos de títulos de terras no município, o que não correspondia à sua condição como detentor das maiores áreas. Estes representavam 388 proprietários, que abarcavam 295.862,6ha; ou seja, para cada proprietário uruçuienses havia 762,5 ha de terras, menos da metade da área teoricamente destinada a cada proprietário não piauiense.

Concorda-se, pois, que, em curso, esse processo caracteriza o conceito de monopolização do território, que dialoga com a mudança da titularidade das terras e que tem uma tênue relação com a concentração fundiária ora expressa e com a homogeneização da paisagem na região. Assim, concorda-se que, além do uso, a concentração de terras “entre outros fatores que inferem mudanças nas representações sociais sobre a terra, a natureza e o trabalho” (BENEDITO; SOUZA, 2010, p. 64), estão presentes na realidade dos cerrados piauienses, em particular Uruçuí, desde que se deu início à monopolização desse território para o capital monopolista.

Para Souza (2008), o uso e a ocupação do solo figuram “como representação objetiva das formas de apropriação capitalista da terra, na consolidação territorial das relações sociais de produção. Poder e hegemonia de um bloco socioterritorial que sobre determinadas circunstâncias revelam padrões de homogeneidades e singularidades produtivas, modos de fazer” (SOUZA, 2008, p. 42).

Dessa forma, é possível considerar que, além da imposição da matriz produtiva ancorada nas *commodities*, ocorre, desde então, um processo avançado na mudança dos títulos de terra, concentração fundiária e intenso fluxo migratório direcionado à produção agrícola especializada. Esses sujeitos trazem consigo, dentre outros fatores e elementos, uma nova dimensão técnica produtiva que se alia com os interesses de grupos monopolistas, como, por exemplo, a Bunge, instalada no município de Uruçuí no início dos anos 2000, momento de grande expansão nos números da produção da soja naquele município e região.

Ainda com base na Figura 5, observa-se que o fluxo migratório de produtores que aportaram no município de Uruçuí condiz com a descrição estabelecida por Haesbaert (1995), em meados da década de 1990, sobre o que denominou de “rede regional gaúcha”. Os dados do INCRA permitem demonstrar que a rede migratória direcionada aos cerrados piauienses se expandiu, complexificou e incorporou sujeitos de outras unidades da federação interessados

na produção de soja nos cerrados, principalmente. Deve-se destacar a presença de produtores pernambucanos, como grandes latifundiários, à época, retratada nos dados disponíveis.

Ainda nesse sentido, em estudo realizado em meados dos anos 2000, Araujo constatou a influência do PRODECER em relação às correntes migratórias direcionadas ao Piauí.

O PRODECER, que instituiu as redes migratórias, fez atrair gaúchos a todos os estados em que se deu a expansão da fronteira agrícola, notadamente para a produção da soja. Desde a década de 1980, aproximadamente, e após a territorialização dos espaços agrícolas do Centro-Sul, a dispersão se deu para a região Norte, principalmente para os estados do Amazonas e Tocantins e, só recentemente, incorporou os cerrados baianos, maranhenses e, ultimamente, os cerrados do sudoeste piauiense, difundidos na imprensa como a última fronteira agrícola do país (ARAUJO, 2006, p. 69).

Os sujeitos que redesenham a história econômica agrícola do Sudoeste piauiense migraram de outras regiões e Estados, o que faz dos cerrados piauienses um *locus* receptor, na atualidade, de produtores e empresários de todas as regiões brasileiras. Com a chegada dos financiamentos e empresários de outras partes do País, a estrutura fundiária cedeu à tendência concentradora e produtora de desníveis sociais, situações que impuseram, dentre outras consequências, a alta no preço das terras agrícolas, conforme demonstram os dados a seguir.

Após a demonstração, por meio dos instrumentos escolhidos para a análise e compreensão da realidade uruquiense, do movimento dos processos territoriais aos quais o capitalismo monopolista lançou mão para engendrar um território de espoliação e acumulação de riqueza mediante o desenvolvimento da agricultura mundializada, faz sentido apresentar um breve histórico da empresa que exerce a hegemonia no processo de produção e “impõe [...] uma nova configuração nas relações de produção e de comercialização de grãos nos cerrados piauienses, tornando-se a principal empresa vencedora da concorrência local” (ALVES, 2006, p. 255), no caso, a empresa Bunge Alimentos.

6.5 A Bunge Alimentos e os cerrados piauienses

Dentre as empresas que foram atraídas pelo aumento da produção da soja nos cerrados piauienses, está a Bunge Alimentos (ALVES, 2006). Por sua vez, Borges (2006) corrobora esta ideia, ao enfatizar que, dentre os Estados contemplados com o deslocamento das indústrias esmagadoras de soja, estão os Estados do Nordeste: Bahia, Maranhão e Piauí.

De modo geral, a Bunge & Cia. foi fundada na Holanda, em 1818, com o intuito de comercializar produtos importados das colônias (madeira, especiarias, algodão e borracha) e também grãos (FUNDAÇÃO BUNGE, 2016). Nesse momento, inaugurava-se o exercício de

uma das maiores empresas do mundo no setor de alimentos. Em 1876, um dos herdeiros da empresa cruza o Atlântico e se estabelece na Argentina e, junto com outro empresário do setor, criam a Bunge y Born para atuarem na área de comercialização externa de grãos. Anos mais tarde, em 1905, a empresa chega ao Brasil e associa-se à S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, para atuar na área de compra e moagem de trigo em Santos (SP). A partir de então, como relata Alves:

Esse foi o começo de uma rápida expansão no país, em que as aquisições se estenderam para diversos setores, incluindo o de alimentação, o de agronegócios, o de minero-químico, o de têxteis etc. Nos anos 1990, a empresa fez uma grande investida de capital conquistando empresas importantes brasileiras, como o grupo Ceval, uma das mais importantes do ramo de processamento de soja e de frigoríficos; contam-se também a aquisição de diversos moinhos espalhados pelo Brasil, tais como: os moinhos Fluminense, Recife, Porto Alegre, Natal, Joinville, Ponta Grossa, Marilu, dentre outros (ALVES, 2006, p. 260, 261).

Acrescenta-se que, nesse mesmo sentido de importantes aquisições, somam-se os setores de fertilizantes e combustíveis, como, por exemplo, o recente interesse pela produção e comercialização de biodiesel (ALVES, 2006).

Em 2002, mesmo ano em que houve uma reestruturação societária na marca Bunge, uma vez que foram vendidos os negócios que não correspondiam ao interesse direto da empresa, passaram, desde então, a focar nos setores de fertilizantes, agronegócios e alimentos. Foi nesse ano que houve uma importante ampliação nos negócios da empresa e o direcionamento para os setores de óleos comestíveis e biodiesel, além de fortalecer a atuação na Europa e Estados Unidos, contexto de criação da Bunge Europa.

Nesse ano, então, a história da Bunge Alimentos no Piauí começa a ser contada a partir de sua instalação no município de Uruçuí. Conforme relata Alves:

A sua chegada foi marcada por uma agitação geral tanto entre os produtores agrícolas modernizados e comerciantes quanto nos setores governamentais. Estes últimos disponibilizaram todos os suportes (incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura etc.) para que a empresa se interessasse pelo Piauí. A sensação mantida por todos era a de que a presença da empresa nos cerrados constituiria uma alavanca definitiva para a inserção do sul do estado no patamar de modernização retardatária de outras regiões de fronteira mais consolidadas do país. A Bunge impõe, a partir de então, uma nova configuração nas relações de produção e de comercialização de grãos dos cerrados piauienses, tornando-se a principal empresa vencedora da concorrência local (ALVES, 2006, p. 255).

Efetivamente, a Bunge Alimentos é considerada a empresa mais importante a se instalar nos cerrados piauienses. De início procurou efetivar o controle de setores estratégicos

da cadeia de distribuição de grãos, como a fase de secagem e armazenamento. Além de Uruçuí, o município piauiense de Bom Jesus também passou a contar com silos para estocagem, controlando, assim, a produção de soja da região (ALVES, 2006).

Atualmente são cinco municípios piauienses que contam com unidades da Bunge: Bom Jesus, Currais, Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí. À exceção de Uruçuí que possui uma Planta da Fábrica, os demais detêm silos de armazenagens que atendem aos produtores do Estado do Piauí e de Estados vizinhos. Em Uruçuí, esta empresa atua nas áreas de esmagamento da soja para obtenção de farelo e óleo. Inicialmente operou com a capacidade de esmagamento de 6.000 toneladas de soja por dia (ALVES, 2006).

Conforme Alves, essa oferta de armazenamento disponibilizada pela Bunge no Piauí conduz a uma situação de dependência direta do produtor modernizado, que possui menor aporte financeiro para armazenagem autônoma e duradoura dos grãos produzidos em suas fazendas. Nesse sentido, o monopólio dessa atividade por essa empresa “praticamente obriga o produtor agrícola modernizado a comercializar suas safras com a empresa” (ALVES, 2006, p. 264).

Deve-se considerar que os mecanismos de subordinação dos produtores criados por essa empresa vão além da armazenagem dos grãos. Como relata Alves:

[...] essa mesma empresa traça outro mecanismo de subordinação imposto aos agricultores. Trata-se do comércio de defensivos e serviços agrícolas necessários ao produtor. Nessa ponta do processo produtivo o grupo Bunge atua com as empresas da Bunge Fertilizantes. Esta controla parte significativa do setor. Nos cerrados piauienses sobram poucas opções aos agricultores, pois a empresa os cerca estabelece uma intrincada relação de compra do produto agrícola, venda de defensivos e serviços e, ainda, de empréstimos nos mesmos moldes do sistema bancário, porém o pagamento não ocorre em dinheiro, mas em produto (ALVES, 2006, p. 265).

Esse produto ao qual Alves se refere é uma modalidade de crédito gerada pela empresa para subordinar o agricultor que recorre às processadoras de grãos em busca de empréstimos. Esse mecanismo atrela a produção do produtor agrícola modernizado, de modo que este se obriga a saldar seus débitos mediante compromissos, tais como: contratação de empréstimos com elevadas taxas de juros, destinar parcela considerável de sua produção à empresa financiadora, além de estabelecer “contratos de venda antecipada do produto cujo preço é fixado no mercado futuro” (ALVES, 2006, p. 25). Denomina-se, esse tipo de contrato, de “Soja Verde”. A relação de dependência vai além, e atinge o nível da subordinação do

produtor induzindo-o a adquirir os mais diversos produtos e serviços que a empresa dispõe como aporte financeiro, serviços especializados e insumos agrícolas (ALVES, 2006).

O processo de subordinação acima descrito, exercido pela Bunge nos cerrados do Piauí, ilustra a territorialização do monopólio descrita por Souza (2013b); a considerar que são as relações sociais de produção que estão inseridas pela lógica do capital monopolista no campo. Além da territorialização do monopólio, a concentração e a acumulação do capital ajustam aquele espaço ao processo de homogeneização da paisagem (SOUZA, 2013b).

A seguir, serão tratados os temas sobre o valor das terras nos cerrados piauienses, a concentração fundiária e os desníveis sociais, através da construção e análise do índice de Gini, com base na classificação de Câmara em 1949.

6.6 Valor das terras, concentração fundiária e desníveis sociais

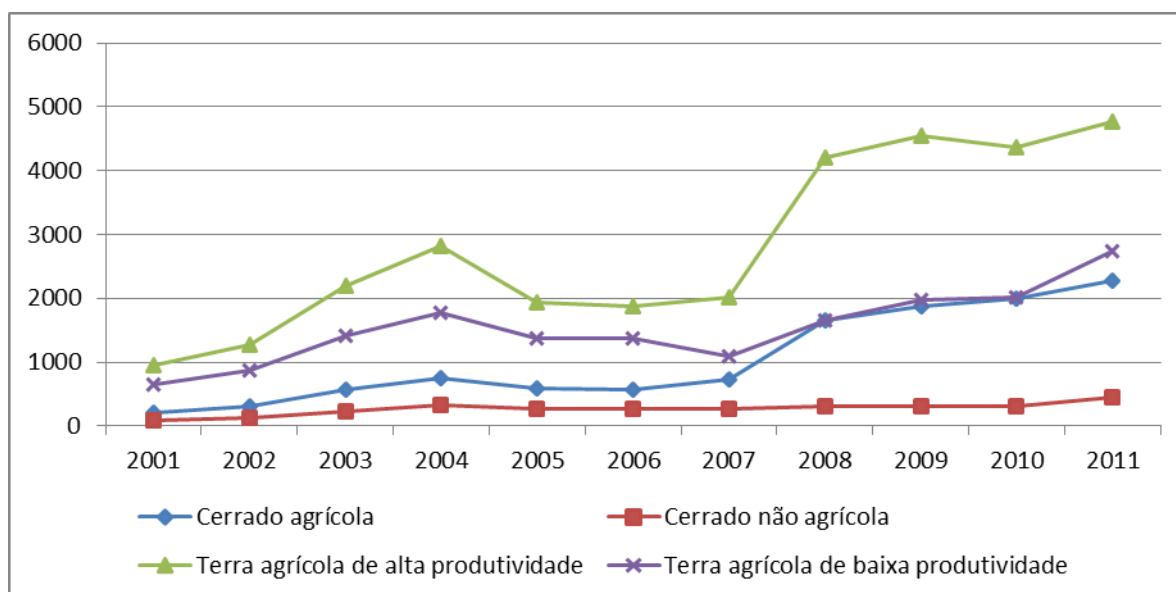
De acordo com os dados apurados, Uruçuí detém as terras agrícolas mais caras do Estado do Piauí, fato que pode ser explicado em razão de o município manter-se como o mais atrativo, por deter o maior potencial agrícola da região; a considerar que em 2009, a terra agrícola de alta produtividade atingiu a marca de R\$ 6.110,77/ha³⁶. Conforme dados expressos a seguir (Gráfico 15), a comparação referente aos anos de 2001 até 2011 demonstra a valorização no preço das terras agrícolas de alta produtividade, em especial. À exceção das áreas de cerrado não agrícolas, que se mantiveram estáveis e sem aumento expressivo; as áreas de cerrado agrícola e de terras de baixa produtividade também passaram por valorização crescente.

Sobre os tipos de terra classificados pela AgroFNP, têm-se as áreas de cerrado agrícola com uma valorização de R\$ 2.137,52 em termos absolutos; e, em termos relativos, esse valor representa 396,4%. A maior valorização ocorreu no ano de 2011 e a menor em 2001.

As terras de cerrado não agrícola obtiveram maior valorização no ano de 2004 e menor valorização em 2001. O crescimento registrado foi de R\$ 288,70, indicando um percentual anual de 118,9%.

As áreas mais caras do Piauí, as terras agrícolas de alta produtividade valorizaram para maior e menor, respectivamente, nos anos de 2009 e 2001. Entre os anos em apreço, o crescimento foi de 119,7%, em termos percentuais, e absolutos, R\$ 3.067,41.

³⁶ FNP - Base: 08/2014 -IGP (DI) FGV. Conf. Tabela 11.

Gráfico 15 - Evolução do preço da terra, por hectare, no município de Uruçuí - PI, 2001 a 2011

Fonte: FNP - Base: 08/2014 - IGP (DI) FGV.

É interessante observar que, no Piauí, onde a terra não possuía valor de troca elevado, como nos dias atuais, se dirigia primordialmente a garantir a exploração daqueles que não possuíam terra do que para gerar renda fundiária propriamente dita, pois o gado era moeda de compra e venda nessa região.³⁷

Dessa maneira, esse momento instaurado pela agricultura mundializada no Piauí se torna o divisor de águas nesse processo, visto que, ao invés do gado, a terra passa a compor além de um espaço de produção, objeto de comércio e, mais tarde, de especulação imobiliária (ALVES, 2006); o que se destaca nesse momento é a valorização das áreas de platôs, as chamadas áreas de chapadas³⁸ (em oposição aos baixões) (MORAES, 2000), *lócus* de produção agrícola dos camponeses, e as chapadas, espaço de criação do modesto rebanho, na perspectiva da agropecuária extensiva, pertencente às famílias do Sudoeste piauiense. Ressalta, ainda Alves, que:

Os gerais foram aproveitados, nesse sentido, para tudo aquilo que se torna escasso nos vales úmidos: caça, madeira, lenha, mel, plantas medicinais, frutas etc. Esse uso é facilitado, ainda no período colonial, pelo fato de serem terras não cercadas, apesar de sua constituição privada, pois eram terras concedidas através de sesmarias (ALVES, 2006, p. 46).

³⁷ Há a necessidade de pesquisas sobre esse tema por causa da escassez de produção bibliográfica sobre a questão do papel do gado, da renda da terra e da concentração fundiária no Piauí, no contexto que antecede a expansão da fronteira agrícola para esse estado.

³⁸ Segundo Alves (2006), as chapadas também são denominadas localmente de “gerais”.

Ainda sobre os preços das terras agrícolas, as de baixa produtividade obtiveram uma taxa de valorização de 84,1%. Representou aquela que menos se valorizou em termos percentuais. O ano de 2007 apresentou os menores preços e o ano de 2011, o valor mais elevado. Entre os anos de 2001 e 2011 o aumento nos preços representou R\$ 1.474,59 (Tabela 11).

A valorização das terras dessa região dialoga diretamente com a homogeneização da paisagem existente na área, pois figuram elementos que constatarem desigualdade e concentração da terra pela lógica do valor de troca. Ainda no sentido da concentração, a posse da terra alheia à distribuição é fator preocupante nesse processo em estudo.

Em se tratando de avanço do capitalismo no campo, as consequências da expansão da fronteira agrícola para os cerrados piauienses não permitem indicar qualquer rastro de distribuição e minimização das disparidades socioeconômicas nesses espaços. Desde o início da fomentação de ações políticas voltadas a dar visibilidade aos cerrados, com vistas à exploração agrícola moderna, como a liberação de financiamento para grandes projetos que dinamizaram a ação dos grileiros na região, aquela região padece com os elevados desníveis sociais. A Tabela 12, a seguir, demonstra os números que auxiliam a identificação da situação da estrutura fundiária de Uruçuí.

Nesse contexto, consegue-se observar, através dos cálculos do índice de Gini, a forte tendência à concentração, que, ao longo dos anos inferidos, sempre excederam o patamar da concentração forte a muito forte (faixa de $IG = 0,701$ a $0,900$), ou concentração muito forte a absoluta (faixa de $IG = 0,901$ a $1,000$), seguindo a classificação de Câmara (1949). A Tabela 13, a seguir, construída com base nos números cadastrais do INCRA sobre a estrutura fundiária do município de Uruçuí, demonstra que entre os anos de 1990 a 1991 houve um pequeno acréscimo, direcionado à concentração de terras, no valor de 0,03. Já entre os anos de 1991 a 2002, num período de 11 anos, desenhou-se uma linha tendencial positiva, de 0,11 pontos, direcionada à desconcentração, para mais tarde, três anos adiante, voltar a direcionar-se para a concentração fundiária com 0,02 pontos, totalizando, assim, o $IG = 0,83$ para 1990, $IG = 0,86$ para 1991, $IG = 0,75$ para 2002 e, finalmente, $IG = 0,77$ para o ano de 2005.

Tabela 11 - Evolução do preço da terra, por hectare, no município de Uruçuí-PI (2001-2011)

Tipo de terra / Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cerrado agrícola	539,18	736,77	1.082,02	1.318,10	941,03	937,50	1.129,55	2.287,38	2.511,84	2.577,81	2.676,70
Cerrado não agrícola	242,63	298,16	426,37	593,23	424,35	423,33	421,06	415,64	414,38	408,58	531,33
Terra agrícola de alta produtividade	2.561,10	3.134,36	4.157,53	4.942,43	3.135,68	3.054,17	3.121,40	5.838,29	6.110,77	5.638,95	5.628,51
Terra agrícola de baixa produtividade	1.752,33	2.143,79	2.685,15	3.129,38	2.235,14	2.231,83	1.699,76	2.291,53	2.667,91	2.599,72	3.226,92

Fonte: FNP - Base: ago. 2014 IGP (DI) FGV.

Tabela 12 - Imóveis rurais e áreas, em hectares e porcentagem, no município de Uruçuí (PI)³⁹

ANO	1990			
Área	Nº de unidades	%	Área	%
Até 50	170	30,63	3.813,80	1,22
Maior que 50 até 200	154	27,75	17.728,70	5,70
Maior que 200 até 500	116	20,90	38.712,50	12,42
Maior que 500 até 1000	61	10,99	43.237,90	13,87
Maior que 1000 até 5000	42	7,57	73.422,60	23,56
Maior de 5000	12	2,16	134.730,30	43,23
Total	555	100	311.645,80	100

ANO	1991			
Área	Nº de unidades	%	Área	%
Até 50	157	27,50	3.638,90	0,53
Maior que 50 até 200	142	24,87	15.860,10	2,30
Maior que 200 até 500	108	18,91	36.154,70	5,28
Maior que 500 até 1000	59	10,33	41.464,00	6,06
Maior que 1000 até 5000	76	13,31	152.030,70	22,20
Maior de 5000	29	5,08	435.950,50	63,63
Total	571	100	685.098,90	100

ANO	2002			
Área	Nº de unidades	%	Área	%
Até 50	69	15,97	1.698,4	0,64
Maior que 50 até 200	146	33,80	17.429,2	6,57
Maior que 200 até 500	94	21,76	29.822,7	11,24
Maior que 500 até 1000	49	11,34	34.566,1	13,02
Maior que 1000 até 5000	69	15,97	141.806,7	53,42
Maior de 5000	5	1,16	40.120	15,11
Total	432	100	265.443,1	100

ANO	2005			
Área	Nº de unidades	%	Área	%
Até 50	62	10,08	1553	0,24
Maior que 50 até 200	153	24,88	18.246,6	2,90
Maior que 200 até 500	193	31,38	63.941	10,10
Maior que 500 até 1000	74	12,03	55.699,6	8,80
Maior que 1000 até 5000	114	18,54	262.669,6	41,50
Maior de 5000	19	3,09	230.747,3	36,46
Total	615	100	632.856,5	100

Fonte: CCIR, INCRA, 1990, 1991, 2002, 2005.

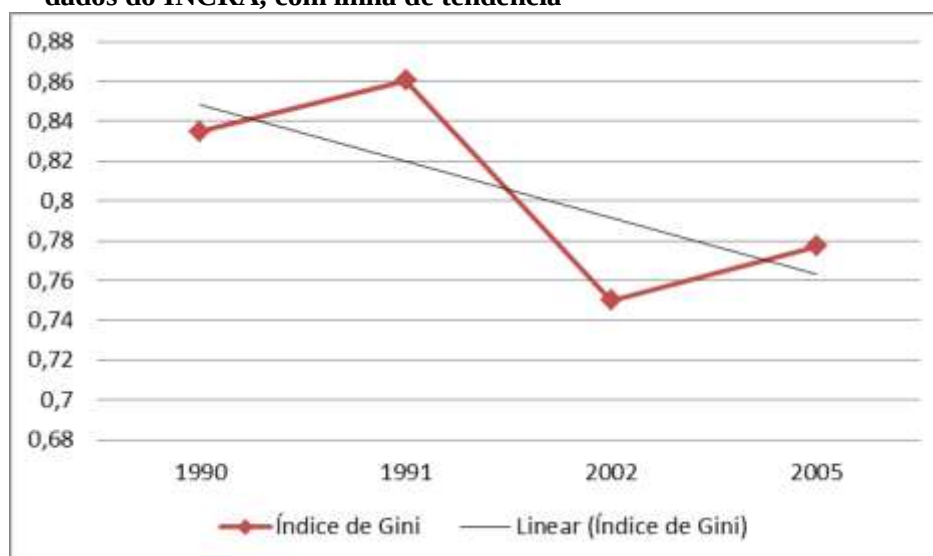
³⁹ Conforme exposto na metodologia desse trabalho, os dados aqui apresentados aparecem, a cada ano, com uma distorção quanto à área. Segundo a responsável do setor, no INCRA (Piauí), esse fato se deveu à depuração no sistema que visou buscar títulos de imóveis em duplicidade.

Tabela 13 - Uruçuí-PI: Índice de Gini segundo dados do INCRA

ANO	IG
1990	0,83
1991	0,86
2002	0,75
2005	0,77

Fonte: CCIR, INCRA, 1990, 1991, 2002, 2005. Composição da Autora.

Conforme dito anteriormente, a estrutura fundiária do município de Uruçuí segue uma tendência dirigida à concentração. A má distribuição de terras no município converge ao que se detectou em outros estudos realizados por pesquisadores que focalizam essa região como objeto de estudo. Mais uma vez, os dados do Gráfico 16 são usados para ilustrar a situação de que são muitos os estabelecimentos com uma área reduzida, ao passo que existem reduzidos números de estabelecimento com estratos superiores a 1.000 ha.

Gráfico 16 - Índice de Gini para o município de Uruçuí (PI), segundo dados do INCRA, com linha de tendência

Fonte: CCIR, INCRA, 1990, 1991, 2002, 2005. Composição da Autora.

Diferentemente dos dados do INCRA, o quadro do IBGE, como se pode observar, demonstra mais uniformidade em relação ao tamanho e área dos imóveis ao longo dos anos em análise. É curioso perceber que, no ano de 1995/1996, os dados são inferiores aos do ano seguinte. Situação curiosa, já que o município de Uruçuí sofreu uma perda territorial para a emancipação política do município de Sebastião Leal, em 1º de janeiro de 1997.

De acordo com o IBGE, o município de Uruçuí apresenta uma estrutura fundiária com tendência à concentração. Na Tabela 14, observam-se numerosos estabelecimentos com áreas reduzidas, ao passo que nos estratos superiores de mais de 1.000 ha, o número reduzido de estabelecimentos denota grandes extensões de terra.

Tabela 14 - Estabelecimentos e área (ha) segundo grupos de área do Município de Uruçuí (PI)

ANO	1970							
Município		Total	Menos de 2 ha	De 2 a 10 ha	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Uruçuí	Estab.	902	58	112	384	219	68	61
	Área	251509	40	567	14948	50973	45949	139032
ANO	1975							
Município		Total	Menos de 2 ha	De 2 a 10 ha	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Uruçuí	Estab.	925	149	226	259	186	43	62
	Área	361.523	167	735	10.263	45.881	30.024	274.453
ANO	1980							
Município		Total	Menos de 2 ha	De 2 a 10 ha	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Uruçuí	Estab.	1.346	532	285	233	185	54	57
	Área	314.703	592	998	10.226	43.202	34.905	224.780
ANO	1985							
Município		Total	Menos de 2 ha	De 2 a 10 ha	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Uruçuí	Estab.	1.413	423	393	277	197	63	60
	Área	361.650	427	1.319	11.945	46.251	42.405	259.303
ANO	1995/1996							
Município		Total	Menos de 2 ha	De 2 a 10 ha	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Uruçuí	Estab.	866	129	205	287	181	33	31
	Área	188.724	125	844	9.702	35.900	21.835	120.318
ANO	2006							
Município		Total	Menos de 2 ha	De 2 a 10 ha	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha
Uruçuí	Estab.	1.060	223	135	414	173	50	65
	Área	327.642	201	511	16.969	38.194	30.759	241.008

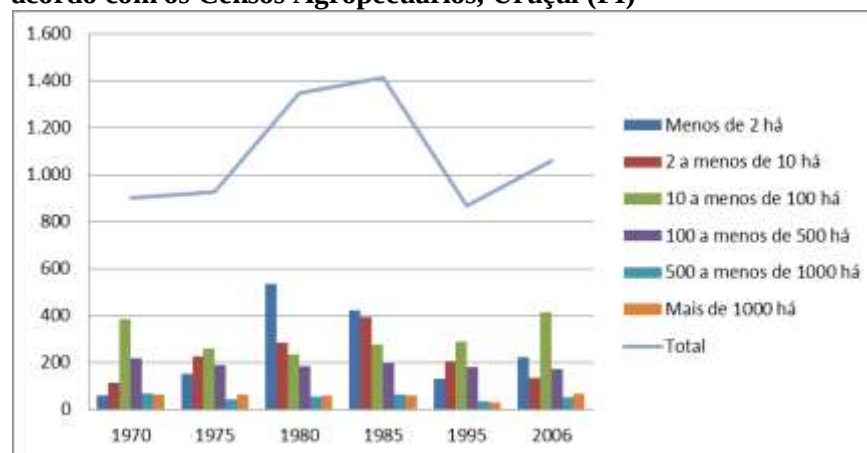
Fonte: FIBGE: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Nos estratos com menos de 2 ha, a média das áreas nos estabelecimentos é de menos de 1 ha por unidade de estabelecimento, ao passo que, no último estrato, a média é de 3.707 ha por estabelecimento.

Em 1995, os estabelecimentos superiores a 1.000 ha totalizam 31 unidades; e em 2006, foram constatados 65 estabelecimentos, registrando um acréscimo de 34 estabelecimentos, ou seja, cerca de 110% em relação ao censo anterior. Assim, como no estudo de Alves, verificou-se número maior de pequenas propriedades que, ao observar os anos de 1970 e 2006, vê-se que a média dessas propriedades, menores de 10 hectares, a área média de cada estabelecimento foi reduzida para cerca de 2 ha; nota-se que houve um aumento de cerca de 110% na quantidade de estabelecimentos. Esse fato nos leva a crer que, embora com o crescimento no número dos estabelecimentos, as suas áreas têm sido reduzidas, enquanto o número de estabelecimentos com área acima de 1.000 hectares tem tido movimento ascendente.

Vale lembrar que, de acordo com Alcântara Filho & Fontes (2009), o Estatuto da Terra mensurou e definiu os parâmetros para minifúndios e latifúndios. Assim, a classificação das propriedades rurais, em se tratando de tamanho, se dá da seguinte forma: considera-se pequena propriedade ou minifúndios, aqueles estabelecimentos que possuem entre um e quatro módulos fiscais; média propriedade, aqueles estabelecimentos que possuem entre cinco e quinze módulos fiscais; e latifúndios ou grandes propriedades os estabelecimentos rurais que excedem a dimensão de quinze módulos fiscais. Para o município de Uruçuí, o módulo fiscal equivale a 77 ha, ou seja, as propriedades rurais que excedem 1.155ha são classificadas como latifúndios. Importa observar que existem imóveis cadastrados com mais de 20.000ha no município (Gráfico 17).

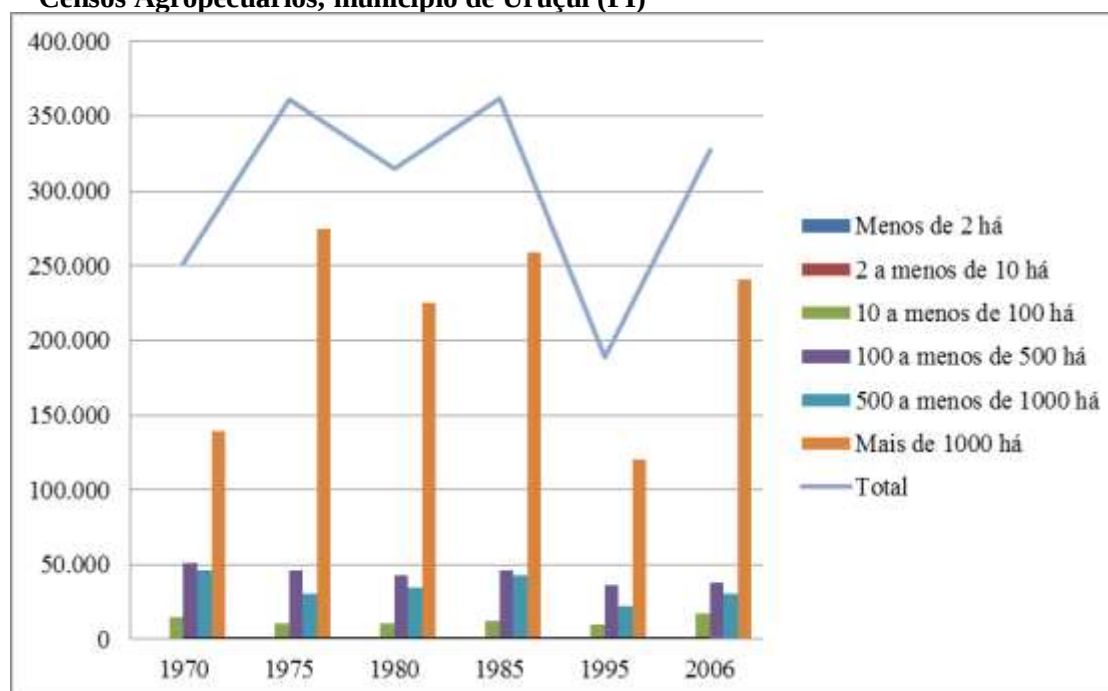
Gráfico 17 - Evolução do quantitativo de estabelecimentos rurais de acordo com os Censos Agropecuários, Uruçuí (PI)



Fonte: FIBGE: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Ao observar o Gráfico 18, pode-se ver que a estrutura fundiária parece inalterada, à exceção de pequenas mudanças, ao longo dos anos. Isso reforça a tese de ausências de políticas distributivas que efetivem a distribuição de terras e minimizem as mazelas das disparidades socioeconômicas no município.

Gráfico 18 - Evolução das áreas dos estabelecimentos rurais de acordo com os Censos Agropecuários, município de Uruçuí (PI)



Fonte: FIBGE: Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006.

Nestes termos, utiliza-se o índice de Gini, nesse caso produzido a partir dos dados disponíveis no IBGE, para demonstrar a tendência concentradora de terras no município. Dos números abaixo, verifica-se que todos caminham a uma situação de forte concentração de terras, conforme classificação de Câmara (1949); a considerar que nos anos 1980 e 1985, as disparidades estavam caracteristicamente agravadas pelo caráter centralizador com que se desenvolveram inicialmente os projetos direcionados à região.

A Tabela 15 demonstra que entre os anos de 1970 e 1975 houve aumento na concentração fundiária de Uruçuí em 0,08 pontos. Essa tendência à concentração continuou no ano seguinte, 1980, atingindo a marca de 0,03. Os anos de 1980 e 1985 constituíram o ápice da concentração, já que pela classificação de Câmara (1949) houve a migração de um estrato em que a concentração era considerada forte a muito forte, e passa para o estrato de concentração muito forte a absoluta, pois nesses dois anos, o resultado do cálculo apontou um $IG = 0,91$. A partir de 1995, e em 2006, ocorreu breve decréscimo nos números relativos à

distribuição, e o retorno ao estrato de concentração forte a muito forte, pois, em ambos os anos, o resultado do cálculo apontou $IG = 0,87$.

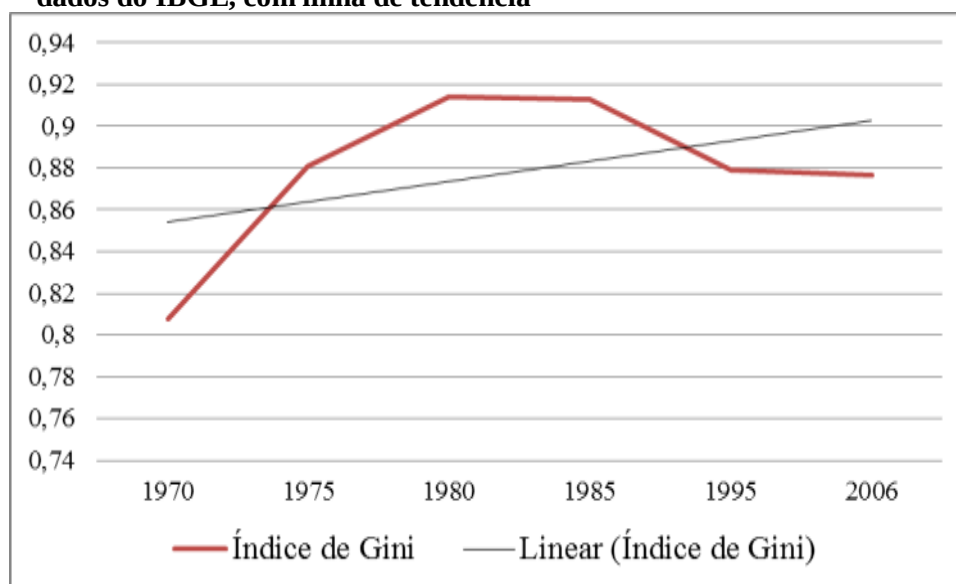
Tabela 15 - Uruçuí (PI): Índice de Gini segundo dados do IBGE

ANO	IG
1970	0,80
1975	0,88
1980	0,91
1985	0,91
1995	0,87
2006	0,87

Fonte: IBGE - Composição da Autora.

Deve-se salientar que todos os anos foi alarmante a tendência a concentração mensurada pelo Índice de Gini no município e no Piauí como um todo, conforme demonstra o Gráfico 19 a seguir.

Gráfico 19 – Índice de Gini para o município de Uruçuí (PI), segundo dados do IBGE, com linha de tendência



Fonte: IBGE - Composição da Autora.

Ressalte-se que este foi um período de tentativas diversas de apropriação de terras com vistas ao acesso de crédito público. Esse acesso se deu através de compra ou grilagem de terras. A violência com que se desenvolveu esse processo não poderia resultar em outra situação que não fosse à obliteração da população camponesa e também ribeirinha, situação demonstrada pela forte migração do campo à cidade por parcela significativa da população.

Embora antigo, o tema grilagem de terras na região piauiense dos cerrados aparece cada vez mais como desafio para a questão fundiária local. O representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Uruçuí confirma o fato e relata sua repercussão para além do campo. Para ele, a questão da grilagem de terras é vista como um desafio.

A questão da grilagem de terra. Esse é um problema no nosso município. Nós temos problemas com cartório, nós temos problemas hoje assim. Nunca é chegado um julgamento de um processo de um agricultor familiar. Sempre há uma resistência para ele ser julgado um processo de 94, ele nunca chega no julgamento no final dele, certo? Isso são os desafios que a gente encontrou. Aqueles agricultores que estão na comunidade, que tem a sua área, quando você pensa que não, o cara está enfiando um georreferencial, um poste dentro do seu curral, no terreiro da sua casa, pegando a sua área e é um constrangimento para o agricultor familiar, o cara diz: 'Não, isso aqui eu comprei. Isso aqui é área de reserva minha'. Estes são os desafios que a agricultura familiar tem encontrado com o desenvolvimento que tem acontecido. Isso é muito preocupante. Assim, faz com que às vezes o agricultor familiar venda aquela área, até mesmo por impulso de achar que não vai adquirir aquela área, não é só um caso que a gente tem no município. Nós já ocupamos a delegacia, nós já fizemos caminhada-protesto contra isso aí. Já acampamos o Fórum... mas, mesmo assim, a insistência do agronegócio é muito grande. Tem muitos empresários bons que veio, que faz a sua coisa legal, que quer comprar aquilo que está legal, mas tem outros que agem de má fé. Isso em todas as classes acontece dessa forma, né? Isso é só um desafio que a gente encontra, porque são questões da questão mesmo da área, da questão agrária, da questão fundiária mesmo. E aí, os nossos processos hoje é em Bom Jesus. Para ser julgado um processo da área agrária tem que ser em Bom Jesus. Ainda tem que acompanhar, além de que eu vou acompanhar aqui, mas se você não estiver lá, para olhar mesmo, com o juiz, para falar mesmo com o seu advogado que esteja acompanhando, o seu processo... não anda. Essas são as dificuldades que a agricultura familiar encontra dentro desse desenvolvimento econômico tão grande aqui nessa região. Nós encontramos (Marcelo).⁴⁰

Os desdobramentos da expulsão dos trabalhadores familiares de suas terras, seja pelo processo violento da grilagem, seja pela falta de perspectiva em relação à oportunidade de vivência, permanência e reprodução, por meio do trabalho da família no campo, têm se direcionado à zona urbana do município. As famílias que saem do campo direcionam-se à cidade para viver em situações consideradas precárias, de total insalubridade, em bairros sem condições, sem oportunidade de emprego, haja vista a reduzida oferta de postos de trabalho. Esses fatores conduzem ao desemprego e ao agravamento dos problemas sociais do município e da região.

⁴⁰ Entrevista concedida à Márcia Regina S. de Araujo, pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Uruçuí (PI), em 16 abr. 2015.

A imprensa tem veiculado constantemente esses fatos, segundo consta na reportagem do Portal O Dia, intitulada “Grileiros tentam falsificar assinatura de juiz para registrar terras no Piauí”. Nessa matéria, o fato noticiado se deu no município de Uruçuí, quando duas pessoas foram apreendidas em flagrante delito, ao tentar registrar terras naquela região utilizando assinaturas falsas. De acordo com a reportagem, acredita-se que as duas pessoas presas sejam “integrantes de uma organização criminoso maior de grilagem de terras no Sul do Piauí” (PORTAL O DIA, 2015).

Corroborando as determinações territoriais da lógica do capitalismo monopolista do campo, segue-se a análise da homogeneização da paisagem e território porque passa o município de Uruçuí, assim como os demais atingidos pela lógica da agricultura mundializada.

6.7 Homogeneização da paisagem e do território

A importância de compreender as formas de uso e ocupação do solo é condizente com o entendimento de que essas formas constituem:

Representação objetiva das formas de apropriação capitalista da terra, na consolidação territorial das relações sociais de produção. Poder e hegemonia de um bloco socioterritorial que sobre determinadas circunstâncias revelam padrão de homogeneidades e singularidades produtivas, modos de fazer (SOUZA, 2008, p. 42).

A consolidação do domínio do capital monopolista no campo deixa suas marcas para além da implementação de medidas de ajuste, abertura comercial e alinhamento aos dizeres do neoliberalismo. Os processos de articulação com o capital monopolista no campo (SOUZA, 2009a) compromete a diversidade, seja ela produtiva, social, cultural e/ou espacial, pois o fato de tornar hegemônico um padrão de produção conduz as atividades em curso a um caminho único, no qual as particularidades perdem o sentido para a lógica capitalista, nesse aspecto da produção. As *commodities* são pensadas e efetivadas em larga escala. A abrangência espacial atua produzindo o que Souza (2008) denominou de monocromagem na paisagem.

Configuram-se aí, com a uniformização das técnicas de produção, o processo de homogeneização da paisagem e do território ao se considerar que as atividades hegemônicas passaram a constituir um padrão de homogeneização, que tangencia a

paisagem, os padrões técnicos de exploração do solo e das relações sociais de produção levadas a cabo pela disseminação da prática da monocultura (SOUZA, 2008).

Ante o exposto, concorda-se que:

A homogeneização territorial se consolida efetivamente nas relações de poder que são impostas dentro do sistema de produção na lógica de apropriação da terra e nos elementos centrais desse processo e que se coadunam com as relações sociais de produção, expressas, concretamente, pelas dinâmicas de monopolização do território e territorialização do monopólio (SOUZA, 2013a, p. 50).

Ao passo que:

A homogeneização da paisagem se inscreve em uma espacialidade superior. Elas adquirem dimensões materiais e imateriais mais profundas no âmbito das relações de poder estabelecidas no território. A homogeneização da paisagem extrapola, tem sua gênese e está imbrincada ao território (SOUZA, 2013a, p. 50).

Afirma-se, portanto, que a homogeneização da paisagem busca consolidar-se como antítese do território (SOUZA, 2013); ou seja, um contraponto ao território, de modo a consolidar determinado discurso como hegemônico, direcionador e construtor de novas percepções acerca do fato concreto. Nos cerrados do Piauí, pode-se explicitar como exemplo o discurso hegemônico que é disseminado em função de um possível processo de desenvolvimento vivenciado pelas comunidades do Sudoeste do Estado a partir da introdução da sojicultura na região. Assim, a homogeneização da paisagem pelo agronegócio intenciona embutir no espaço geográfico uma estética urbano/agro/industrial, como “sentido único da projeção humana” (PERES; SOUZA, 2012, p. 5).

No intuito de aprofundar a análise de homogeneização do território como uma dinâmica de apropriação de relações de poder, posse e propriedade que expõem a redução da diversidade produtiva em favor das *commodities*, é que se considera metodologicamente o índice de diversidade produtiva. Essa metodologia intenciona revelar a lógica da homogeneização dos usos e apropriações no âmbito do capitalismo monopolista no campo. Esse índice visa definir o perfil de homogeneização territorial e, de maneira qualitativa, observar a determinação da vulnerabilidade social, ambiental, decorrentes da concentração da propriedade privada da terra.

A seguir, a fórmula para cálculo (SOUZA, 2008; BENEDITO; SOUZA, 2010).

$$H = - \sum_{i=1}^n \left(y_i \cdot \ln \frac{1}{y_i} \right), \text{ com } 0 \leq H \leq \ln n, \text{ onde:}$$

$$y_i = \frac{A_i}{A}, \text{ onde:}$$

A_i = área ocupada pela cultura i na área analisada;

A = área total analisada.

No caso de perfeita diversidade na distribuição de culturas (ou seja: $y_i = \frac{1}{n}$, i n):

$$H = \ln n$$

No caso de perfeita dominação na distribuição de culturas (ou seja: quando a probabilidade y_1 é igual a 1 e as demais são nulas):

$$H = 0.$$

Portanto, $0 \leq H \leq \ln n$, ou seja, a entropia é uma medida do grau de diversidade de uma distribuição de culturas em certa área

Os dados em apreço auxiliam a compreensão de que a rápida ascensão das lavouras temporárias para exportação constitui o dado empírico dos projetos hegemônicos do capital, para os países que estão à margem do bloco desenvolvido, desde os desígnios do Consenso de Washington e a definição desses territórios na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, acredita-se, de fato, que a produção agrícola crescente seria criadora de riquezas (CHESNAIS, 1996), e isso constitui o grande objetivo da acumulação rentista guiada pelo capital produtivo.

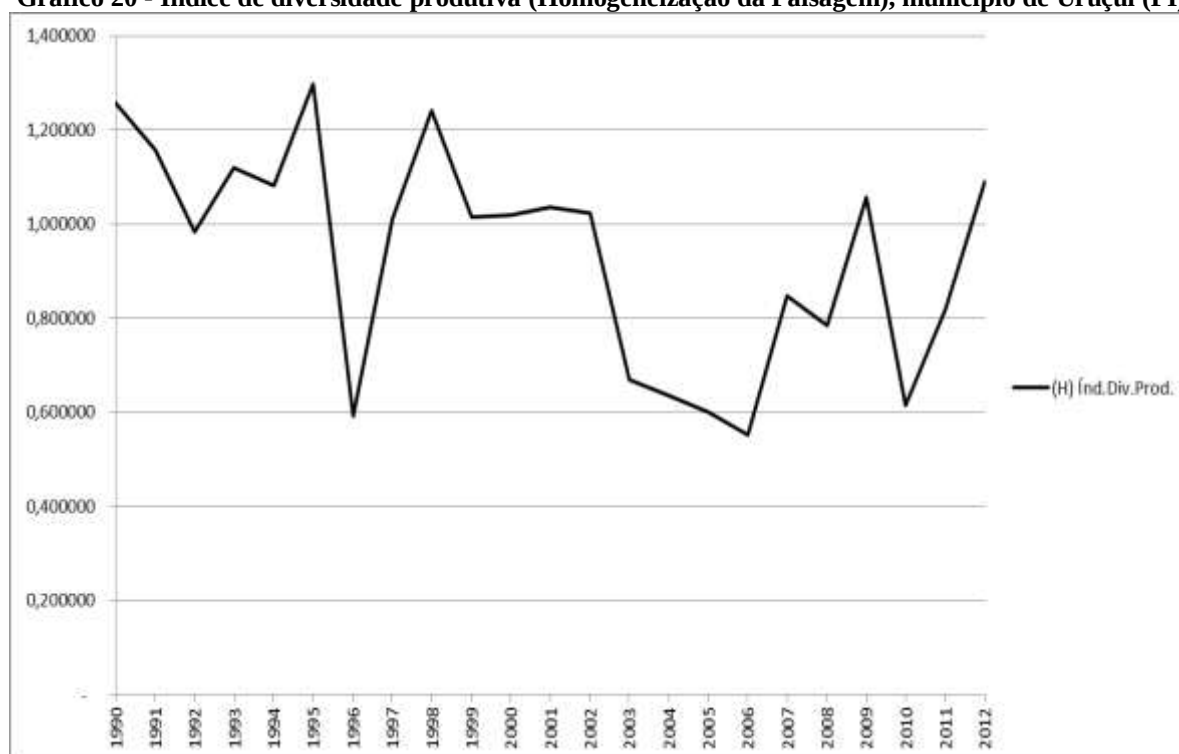
Delgado (2001) reforça essa ideia ao citar o importante papel do Estado, atuando como lastro para o capital financeiro, através de sua ação com o sistema nacional de créditos e mercado de terras, que tanto foram imprescindíveis para a consolidação do agronegócio no Brasil a partir da década de 1960. Em outras palavras, a produção agrícola de *commodities* nos cerrados piauienses constitui o elo entre esse território (e sua territorialização) e a acumulação capitalista atual nos moldes da economia mundializada.

A crescente produção de *commodities* também indica uma mudança da matriz produtiva, correlacionada ao processo de especialização produtiva na região. Esses números anteriores que tratam sobre a evolução das áreas para cultivo, em linhas anteriores, remetem à ampliação da área para a produção de *commodities*, e uma retração nas culturas da agricultura familiar. Essa é a situação atual do uso e ocupação da terra no município, que é a expressão territorial dos fatos demonstrados, que constituem a concretização das novas relações de

poder em curso (VITTI; SOUZA, 2012), e são elementos que apontam as lógicas de determinação do capital monopolista no campo (BENEDITO; SOUZA, 2010).

Conforme exposto, tem-se para o município de Uruçuí, em relação ao índice de diversidade produtiva, um quadro que tende a redução da diversidade produtiva, com a consequente ampliação da homogeneização da paisagem. Os dados revelam que a diferença entre o índice de diversidade produtiva para os anos de 1990 e 2012 representou um declínio de 0,168084. O ano de 1995 obteve o valor mais alto de H, traduzindo maior diversidade de culturas. Em uma situação oposta, o ano de 2006 apresentou o valor mais baixo de H, com menor diversidade produtiva, revelando maior homogeneização da paisagem (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Índice de diversidade produtiva (Homogeneização da Paisagem), município de Uruçuí (PI)



Fonte: IBGE - Composição da Autora.

Considera-se, portanto, que a homogeneização da paisagem ou índice de diversidade produtiva, identificado no município, auxilia o entendimento do processo de constituição das determinações territoriais, impostas pela territorialização do capital financeiro em sua fase atual. Esses elementos até aqui descritos propõem o entendimento acerca da reestruturação produtiva regional.

A homogeneização das paisagens e dos territórios, valorização, especulação e concentração fundiária são temas essenciais para a compreensão do processo de crescimento econômico em curso na região e constituem as determinações territoriais à lógica do capital

rentista. Como crescimento econômico não traduz necessariamente distribuição equitativa dos bens produzidos, muito menos sustentabilidade socioambiental das ações do capital, acredita-se que o conceito de desenvolvimento está a cada dia mais distante da realidade, figurando apenas como uma possível realidade nos discursos que visam amortizar a resistência popular em seu clamor na busca de uma sociedade mais justa e participativa.

7 DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS DA PRODUÇÃO DE COMMODITIES NO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ (PI)

O presente capítulo foi construído no intuito de se compreender as transformações no espaço urbano do município de Uruçuí (PI). Nele, foi desenvolvido um esquema com base em dados demográficos, atividades econômicas, material cartográfico, dados sociais, além do levantamento empírico, construído mediante pesquisa de campo, na perspectiva do passado e do presente, de modo a delinear a trajetória desse município pelo fato de ser receptor da agricultura mundializada.

Nessa trilha, foi possível constatar que a valorização do espaço, na transformação da terra como mercadoria, carregada pelo capitalismo monopolista, para além do discurso do desenvolvimento econômico inexorável, tem se traduzido também no aprofundamento das desigualdades sociais, na medida em que esses fatores descritos representam, em grande medida, elementos fomentadores de desigualdade e concentração.

7.1 Quando o rural se assenta no moderno e essa lógica moderniza a cidade

Nos chamados países de Terceiro Mundo, a produção e o consumo mundializados se assentam, a partir de meados do século XX, no processo dinâmico de urbanização e de crescimento das cidades, fazendo com que esses urbanos sejam considerados a sua base material (ELIAS, 2003). As causas e impactos decorrentes desse processo de urbanização são diversos, e essa diversidade resulta das “características econômicas, sociais, políticas e espaciais de cada país, que tanto agem como freio quanto como acelerador das transformações” (ELIAS, 2003, p. 42).

Elias ainda enfatiza a entrada do Brasil no ritmo acelerado da urbanização, pois faz parte desse contexto espacial; ressalta que esse fenômeno se processou ao tempo em que as atividades que giravam a economia brasileira, à época, eram essencialmente agrárias e que o meio natural e técnico ainda predominavam na determinação das paisagens. Ressalta ainda que a complexidade da urbanização brasileira se deu pela multiplicidade de fatores como:

A modernização agrícola, a dispersão espacial da produção material e imaterial, o aumento da quantidade e da qualidade do trabalho intelectual, a ampliação do terciário e de novas formas de consumo (ELIAS, 2003, p. 44).

Segundo essa autora, as principais características da urbanização nesses moldes e nesses espaços são a má distribuição das variáveis sociais e econômicas pelo território (ELIAS, 2003); essas variáveis tendem à concentração.

Ademais, algum atributo de determinado território se destaca ante os interesses da acumulação capitalista, e, a partir dessa circunstância, recebe investimentos e passa a acumular recursos técnicos e econômicos (ELIAS, 2003), que darão suporte a sua consolidação como ente espacial polarizador. Os territórios polarizados assumem essa condição pela oferta disponível em produtos e serviços, peculiares àquele eixo polarizador que se desenha, de modo a dinamizar as relações de poder entre eles. Um deles oferta e depende da demanda do outro para se hegemonizar; o outro requer acesso aos bens materiais e/ou imateriais (produtos /serviços) e reforça o laço da sujeição ao primeiro, podendo vir a constituir-se adiante um novo polo irradiador de produtos e serviços (especialização), ampliando, dessa forma, a hegemonia das diversas relações que se estabelecem pelo princípio capitalista de acumulação e sujeição ao capital.

O deslocamento da urbanização do litoral para o interior pode ser explicado por esse processo de complexificação das relações entre as cidades, ou seja, pela complexificação da rede urbana. Essa situação de complexificação se dá por meio técnico/científico/informacional (SANTOS, 1993), onde há a “presença da ciência e da técnica nos processos de remodelagem do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização” (SANTOS, 1993, p. 36).

Santos afirma que, a partir de 1970, as “remodações” que se impõem, tanto no meio rural quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente “em relação à ciência, a técnica e a informação” (SANTOS, 1993, p. 63). Disso decorrem mudanças significativas na composição do território: a técnica, pelos investimentos em infraestrutura; e a orgânica, graças à cibernética, à biotecnologia, dentre outros (SANTOS, 1993).

O processo de modernização agrícola vivenciado pela região dos cerrados nordestinos remete às transformações territoriais e a uma recomposição no território de ordem técnica, sobretudo, orgânica. Essa reestruturação territorial adorna vários fatores que induzem as cidades, por exemplo, preexistentes a se revestirem de acordo com as dinâmicas oriundas do campo. Deve-se salientar que o processo de urbanização dos cerrados esteve ligado às atividades econômicas ali desenvolvidas, desde a mineração, conforme será visto a seguir.

Diniz (2006) associa a evolução da malha urbana nos cerrados com o processo de colonização e a exploração da mineração, permeada pela precariedade, e, mais tarde, decadente, tanto quanto a atividade mineradora.

No século XIX, o autor se refere à influência de São Paulo e à expansão ferroviária como responsável pela sobrevivência dos centros urbanos da região, mesmo que considerados “poucos e com baixa capacidade de polarização e de irradiação do crescimento econômico” (DINIZ, 2006, p. 203).

Em prosseguimento, Diniz (2006) cita a construção de Goiânia e de Brasília, na década de 1950, como responsáveis pela impulsão da malha urbana, devido a programas de migração e colonização. Por sua vez, ainda em 1960, as taxas de urbanização eram inferiores a nacional. Daí em diante, ocorreu uma virada no ano 2000, quando essas taxas superaram a nacional, processo em ascensão desde 1970 (DINIZ, 2006).

Justifica o autor que “o processo de urbanização da região está ligado às diferenças estruturais da agropecuária do Cerrado, onde predominam atividades agrícolas mecanizadas (soja e milho principalmente), portanto, com baixa demanda de trabalho” (DINIZ, 2006, p. 2006). Mais adiante comenta que esse processo de urbanização é um reflexo da agricultura que se desenvolve na região dos cerrados.

Aqui se encontram características semelhantes à lógica que organiza o urbano uruçuense. Assim, como nos achados da pesquisa de Diniz (2006), mediante observação *in loco*, constatou-se que a parcela da força de trabalho do campo reside na cidade já que, como característica da agricultura modernizada, a economia em termos de mão de obra destoa da elevada necessidade de “bens e insumos e de serviços, que se localizam nas cidades” (DINIZ, 2006, p. 204, 205).

Dos três tipos⁴¹ de malha urbana identificada pelo autor, aquela ligada à expansão da agricultura moderna é que se assemelha a realidade uruçuense, notadamente em expressividade inferior; é aquela “altamente dependente dos serviços urbanos qualificados, impostos pela dinâmica e articulação da agricultura no mercado mundial” (DINIZ, 2006, p. 205). A expressividade inferior diz respeito à carência de elementos básicos para o desenvolvimento das atividades modernas, como, por exemplo, as relacionadas à infraestrutura e à mão de obra qualificada, por exemplo, conforme apontou a pesquisa de campo.

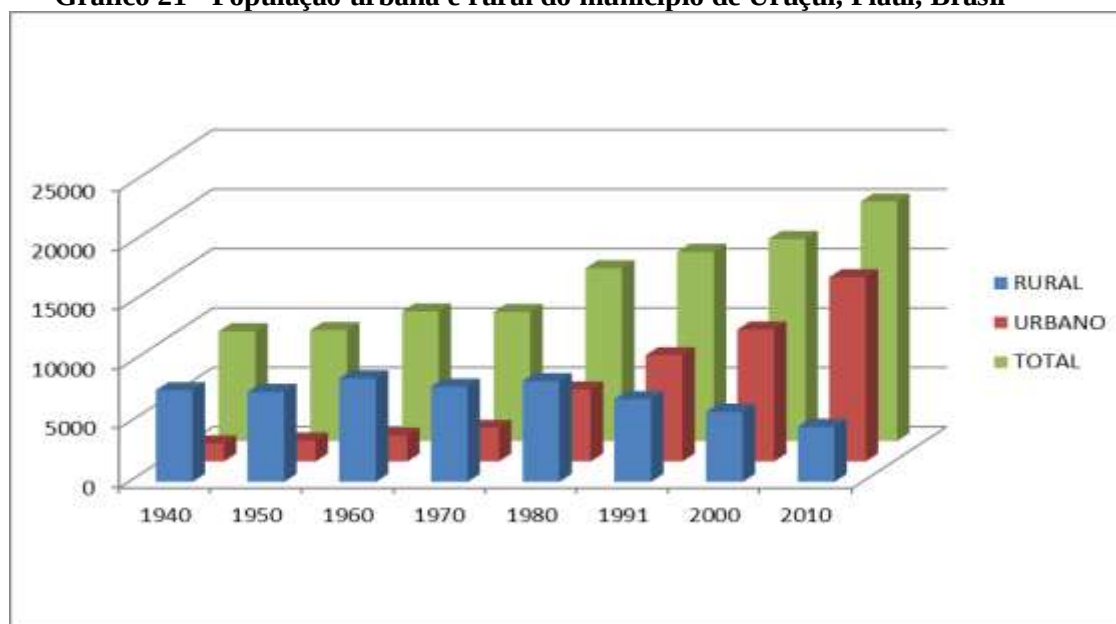
⁴¹ As outras são Brasília, capital federal, e a malha ligada à pecuária.

Para o caso do município de Uruçuí, retoma-se a consideração de Sposito (1991) no que concerne a articulação campo e cidade. De acordo com a autora, o “modo de produção não produz cidades de um lado e o campo de outro, ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços” (1991, p. 64). Com relação a esse aspecto, pode-se considerar o espaço em foco. A cidade edificada há décadas, apenas como sede municipal, pouco possuía de desconecta ao campo. Com o histórico de uma produção agrícola insipiente, embora diversificada e que se propunha a abastecer as demandas internas dos camponeses e parques citadinos, apenas, presenciou uma dinâmica diferenciada após o início da exploração do agronegócio.

A partir de meados da década de 1990, já contando com a produção agrícola nos cerrados, com fins à exportação, a cidade de Uruçuí passou a ser atingida com um fluxo migratório proveniente de outras regiões do País, produtos e serviços que anteriormente não existiam. Observou-se claramente que se passou a atrelar as dinâmicas espaciais e econômicas da cidade à econômica do campo; e este, a partir desse período, tomou a frente no processo de condução das transformações acometidas pelo espaço urbano.

Desse modo, esses fatores contribuíram para o adensamento populacional do município, conforme demonstra o Gráfico 21.

Gráfico 21 - População urbana e rural do município de Uruçuí, Piauí, Brasil



Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Além de atender à demanda principal daqueles que chegavam ao município, a oferta desses produtos e serviços minimizaram a dependência de elementos necessários à produção

agrícola, mesmo que os mais elementares, até a chegada, mais recentemente a partir dos anos 2000, das empresas multinacionais, fundamentalmente a Bunge Alimentos. Essas empresas atuaram em vários segmentos, desde a produção, beneficiamento, financiamento e transporte da produção. Com essa nova demanda os serviços de eletrificação, insumos, combustíveis, peças e serviços, os mais variados, também ali se estabeleceram. Foi nesse cenário que se iniciou a inserção do município de Uruçuí no processo de reestruturação produtiva regional sob o comando das *commodities*.

A partir de então, o papel da cidade na relação com o campo seguiu a intimidade com a produção agrícola, no entanto, com uma magnitude absolutamente diferenciada. Ao invés de atender às demandas elementares locais, no caso da oferta de produtos básicos oriundos do campo para a rarefeita população citadina, a cidade atual oferece, além de produtos, serviços especializados para o atendimento à produção agropecuária, mesmo que de maneira parcial, e, sabendo-se que as redes que conectam as grandes empresas que dão vulto à produção conectam várias partes do Brasil e do mundo, alterando significativamente a antiga forma de relação hierárquica entre os territórios.

A figura da Capital do Estado, Teresina, não aparece como figura central na relação hierárquica entre esses territórios que são investidos pela produção agrícola capitalista especializada. Outros municípios, de outros Estados, como Balsas (MA) e Luís Eduardo Magalhães (BA), iniciam um relacionamento muito mais próximo em razão das mercadorias e dos serviços que dispõem para essa nova economia que se consolida.

Em se tratando da relação campo/cidade, considera-se que retrata uma complexa rede de ligações, mediada pela divisão social do trabalho. A importância da atividade industrial, no campo, em Uruçuí, demonstra centralidade através dos dados observados. No entanto, são atividades industriais dependentes e entrelaçadas às atividades agrícolas desenvolvidas na região. São as agroindústrias. Nesse contexto, à cidade cabe apenas o comércio de produtos, haja vista que o comércio e a distribuição do maquinário, fertilizantes e oferta de transportes para distribuição da produção se dá no campo.

Há, claramente, na zona urbana do município os vestígios da reestruturação produtiva do campo, de maneira observada nos dados do IBGE disponíveis em linhas anteriores, evidenciados pela dinâmica da cidade, mesmo em processo de crise. Na fala dos sujeitos da pesquisa, muito se extrai nesse sentido, sobretudo quando se trata da oferta atual e anterior de produtos e serviços, bem como pelo volume de investimentos e demanda pelos mais diversos ramos comerciais e de serviços.

A zona urbana de Uruçuí, nos dias atuais, conta com uma infraestrutura mínima, aquém do que anseiam empresas e cidadãos. Aliás, como empresas, as instituições que se estabelecem no município, de modo geral, trazidas pela modernização agrícola, ainda encontram minimamente a oferta de bens necessários à sua reprodução, através da disposição de condições materiais, e a depender dessas condições, e na impossibilidade do atendimento de sua demanda especializada e de alto nível, reúne meios para a satisfação fora da região, muitas vezes recorrendo ao mercado internacional, conforme já mencionado.

No entanto, os cidadãos e cidadãs não dispõem da mesma sorte. O dito processo de modernização em curso na região dos cerrados, em particular do caso em estudo, não está consonante com a demanda social dos menos abastados, o que os tornam expropriados desse processo. A situação dos serviços básicos à população está sempre em destaque na mídia, principalmente em épocas de divulgação do PIB *per capita* do município. Conforme noticiado, “o PIB *per capita* do município de Uruçuí é o maior do Estado, maior até que o de Teresina. Mas a cidade com o maior PIB do Piauí tem péssimo serviço de saneamento, coleta de lixo, educação e saúde” (PIB, 2015). A precariedade dos serviços públicos é visível a todos os que visitam o município. Incompetente para sanar as disparidades sociais, o poder público muitas vezes estimula a especulação imobiliária e a privatização de serviços essenciais, de modo a fazer com que o ônus da “modernização” recaia sobre a maior parte da população. São-lhes negados os espaços e serviços públicos, restando-lhes finalmente a marginalização e as migalhas do processo em curso.

Pode-se considerar, portanto, que os municípios sediados em áreas de cerrados e que vivenciam ao longo dos últimos trinta anos a chegada da moderna agricultura, observam o seu espaço urbano passar por diversas transformações que perpassam o aspecto material e simbólico. As cidades, como a base para a produção e para o consumo, recebem marcas culturais forasteiras, assim como se adaptam, forçosamente, ao ritmo da produção capitalista, ditadas por relações de poder alheias e conflitantes, muitas vezes, com os interesses e demandas locais. Além de todas as transformações que não cabem em uma só tese, foi identificada a evolução da área urbanizada e a lógica dessa evolução, elementos que serão tratados a seguir. Esses constituem retratos do processo de homogeneização das paisagens que visam instituir uma única forma de produção socioespacial (PERES; SOUZA, 2012).

7.2 Expansão urbana, agricultura moderna e a relação campo-cidade uruçuiense

O adensamento demográfico e o atual processo de urbanização que ocorre no município de Uruçuí, juntos e interligados, retratam o advento da transformação no teor das relações de produção no campo do Sudoeste piauiense, particularmente nas áreas de cerrado. Com base nessas transformações territoriais de produção, o espaço urbano se reveste, cada vez mais, como a base material da produção e do consumo capitalista, segundo mencionado em linhas anteriores (ELIAS, 2003).

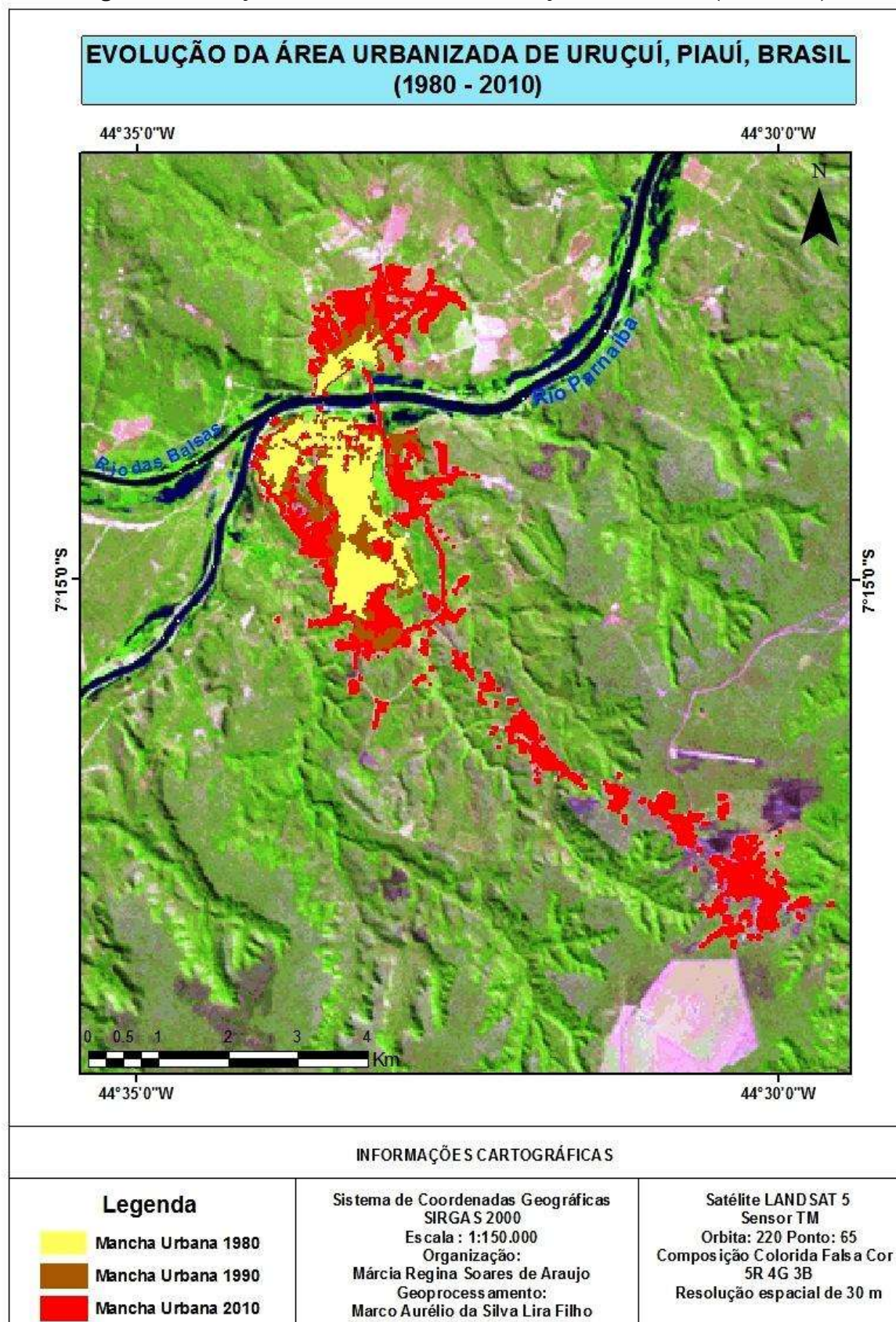
Conforme mencionou Alves, assim como Uruçuí, muitas outras cidades dos cerrados piauienses tinham alcançado o *status* de cidade, sede administrativa do município, bem antes da produção agrícola moderna. Para esse autor, a novidade estaria na relação cidade/campo, demarcada após esse período. Este autor enfatiza que:

Tal fato demonstra, portanto, que os espaços urbanos dos cerrados piauienses já estavam consolidados antes do atual processo de aceleração da modernização. O que se coloca como novidade para essas cidades, sobretudo Bom Jesus e Uruçuí, é a imposição de um sentido de construção do urbano, agora sob o controle dos agentes socioeconômicos representantes da agricultura moderna, que se organizam essencialmente pela lógica do dinheiro. O tempo que prevaleceu, portanto, atualmente, é o da produção de mercadorias para a exportação, a velocidade nas transformações do urbano sul piauiense obedecerá agora a esse tempo (ALVES, 2006, p. 236).

Mediante expressiva mobilidade demográfica nos últimos tempos, pode-se observar que a paisagem urbana tem passado por um adensamento de objetos construídos que alteram a fisionomia e o antigo cotidiano dos habitantes. Na Figura 6, observa-se o Mapa que traz informações dos anos de 1980, 2000 e 2010. Essas informações dão conta de que a rota de expansão tem se direcionado à região serrana e ao município maranhense de Benedito Leite.

Além da evolução da área urbanizada em Uruçuí, observa-se claramente, na outra margem do rio Parnaíba, a evolução urbana do município maranhense de Benedito Leite (Foto 8). Em virtude da valorização imobiliária, o avanço do preço da terra, no espaço urbano em Uruçuí, migrantes muitas vezes são impelidos por residir no município vizinho, onde, acredita-se, tem se tornado possível fixar moradia ante os elevados preços cobrados no município vizinho de Uruçuí. Benedito Leite, dessa forma, passa a ser vista como uma alternativa à moradia em virtude da especulação que se instala no município de Uruçuí, fato que indicia o problema da segregação socioespacial.

Figura 6 - Evolução da área urbanizada de Urucuí, Piauí, Brasil (1980-2010)



Organização: Márcia Regina S. de Araujo (2016).

Foto 8 - Município de Benedito Leite (MA), ao fundo, adornado pelo rio Parnaíba, em período de cheia (março)



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), mar. 2010.

Cotidianamente, a proximidade entre os dois municípios faz surgir a migração pendular entre os habitantes dos municípios. São pessoas em busca de empregos e estudos. A implantação de instituições, como a Universidade Estadual do Piauí *Campus* Uruçuí (UESPI) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) *Campus* Uruçuí (Foto 9, 10), dinamizaram esse processo para pessoas que buscam a qualificação profissional em nível médio e superior, e foi facilitada inauguração da Ponte José Martins Neiva, que liga os dois Estados: Piauí e Maranhão. Em 2012, essa obra substituiu o transporte aquático das barcas e balsas que, rotineiramente, faziam o transporte de veículos e pessoas (Fotos 11, 12).

Foto 9 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) *Campus* Uruçuí



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

Foto 10 – Universidade Estadual do Piauí (UESPI) *Campus* Uruçuí



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jun. 2010.

Foto 11 - Ônibus e transportes de cargas transportados através de balsas no rio Parnaíba



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), mai. 2010.

Foto 12 - Embarcações e ponte em último plano



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.

Observa-se que, mesmo após a inauguração da ponte, as precárias embarcações ainda são utilizadas na travessia do rio Parnaíba (Foto 13, 14).

Foto 13 - Ponte José Martins Neiva



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2013.

Foto 14 - Pequenas embarcações utilizadas após a inauguração da ponte



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.

No contexto dos novos urbanos gestados nos cerrados piauienses recentemente, Araujo e Alves afirmam que:

Essas transformações, a princípio próprias no espaço rural, refletem sobremaneira no espaço urbano já que o processo de modernização da produção agrícola fez surgir novas atividades especializadas, como a de comércio e de serviços, que sobrepujam uma nova dinâmica urbana nos municípios interioranos piauienses, como efeito do que ocorre nas demais frações do espaço brasileiro atingidas pela modernização agrícola (ARAUJO; ALVES, 2008, p. 4).

Feitas essas observações em relação à dinamização do espaço urbano do município em apreço, segue-se para a análise da paisagem urbana tendo como referências as ideias de homogeneização e diferenciação aplicadas ao espaço urbano de Uruçuí.

7.3 Paisagem urbana: o ponto de vista da homogeneização e diferenciação do espaço urbano em Uruçuí

A trajetória urbana do município de Uruçuí revela uma organização espacial peculiar a várias outras cidades brasileiras que denotam desigualdade e concentração. Apesar de seus 113 anos de emancipação política, os eventos recentes, que muito contribuíra para a transformação da economia da região dos cerrados piauienses, em escala mais ampla, pouco têm alterado as fundamentais e mais elementares questões sociais.

Essas transformações no campo da economia deveriam andar em par com o amplo espectro da vida social. Questões básicas, tais como: renda, moradia, saúde, educação e emprego, de modo amplo, têm ficado aquém do que poderia se esperar do município mais rico do Estado do Piauí, segundo recentes dados do PIB.

O descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento social encontra, no modelo econômico que se vem discutindo até aqui, suas razões de ser. Ao analisar a organização do espaço da região de Ribeirão Preto, Elias afirma:

Desde a aceleração contemporânea da urbanização da região de Ribeirão Preto, a história de suas cidades mostrou o agravamento dos problemas urbanos provocados pelo descompasso entre evolução econômica e social, inerente ao modo de produção capitalista, especialmente na sua fase monopolista (ELIAS, 2003, p. 327).

A citada autora ainda faz referências à responsabilidade atribuída à expressão das formas capitalistas de produção na fase monopolista, a contradição entre a geração e a concentração de riquezas, ao tempo em que se cresce e se dissemina a pobreza, no espaço

urbano e rural, de modo a gerar um “espaço corporativo e fragmentado” (ELIAS, 2003, p. 324). Nesse sentido, os estudos da referida autora deram conta de que os interesses econômicos e os interesses sociais não dialogam, e que, de fato, a organização desses espaços, sobre a égide do capital monopolista, cria, recria e agrava os problemas sociais ao invés de atenuá-los e muito menos solucioná-los.

Não resta dúvida que a produção agrícola dinamizou a economia local, sobretudo ao aglutinar bens e serviços anteriormente raros ou inexistentes naquela região, seja para servir à cidade ou ao campo. Esses são o reflexo do modelo de modernização agropecuário implantado na região, posto que a desigualdade esteve presente desde a apropriação do aparato financeiro e tecnológico pelos grupos socioeconômicos envolvidos (ALVES, 2006). O depoimento a seguir dá conta de algumas contradições inerentes a esse contexto no município.

O agronegócio chegou? Chegou! Melhorou? Melhorou umas partes e outras, não! Porque ela é visada no mundo inteiro, no Piauí, Uruçuí é visto como a cidade da capital da soja. É. Na verdade é. Tem muita soja, só que por outro lado, as pessoas de baixa renda, quem vive... esses que vieram para o nosso município e, principalmente, migrou muito agricultor familiar para a zona urbana, para os bairros que foram surgindo sem oportunidade de emprego. Aí aumentou o que? A cidade inchou, ela cresceu sem um planejamento, sem água nos bairros, sem energia, sem o posto de saúde, e aumentou a demanda. Aí causou um problema para a saúde, na educação e os filhos desses agricultores que vieram, uns tiveram sucesso, e outros caíram no mundo das drogas, na prostituição, as mulheres e os jovens, e isso... assim... nós tivemos uma perda total nisso aí. A ilusão de muito dinheiro sem, e não tinha esse dinheiro no bolso, esse jovem. Você imagina você viver na cidade que é uma movimentação muito grande, o comércio começa a crescer, por umas partes, e você não ter dinheiro para comprar.⁴²

O depoimento acima relata questões pontuadas ao longo do trabalho: o modelo de desenvolvimento desigual imposto à região e os reflexos no campo e na cidade, bem como os reflexos na mobilidade da população que se direciona a um espaço urbano, que não tem preparo para a captação desse contingente populacional se traduz em expropriação. Em sua fala, a ausência de planejamento e o desinteresse por parte do poder público em viabilizar condições dignas de moradia, vivência e desenvolvimento para a sociedade local tornam-se evidentes. Ademais, a forma como a territorialização do capital monopolista se apropriou e se apropria desses territórios ancestrais dos nativos da região descortina conflitos em que a comunidade camponesa e também a cidadina vivenciam.

⁴² Entrevista concedida à Márcia Regina S. de Araujo, pelo presidente do STTR, em abr. 2015.

Não há que se esperar uma organização equitativa do espaço urbano em uma região em que se estabelece a territorialização do capitalismo monopolista, operado na prática, através da modernização da agropecuária. Nesse modelo, o crescimento quantitativo, sempre vislumbrado, tem ofuscado as necessidades da população local. Não foi verificado no núcleo original da cidade, edificações luxuosas compatíveis com o volume de recursos que emana do campo.

As melhores habitações, em sua maioria, ainda representam edificações antigas. Em se tratando de um padrão residencial moderno, cujo valor e arquitetura possam ser mais compatíveis com uma situação superior de renda, este padrão se encontra no bairro denominado Portal dos Cerrados, na serra, a cerca de 10km do núcleo urbano original. Naquela localização, residências bem construídas e porte diferenciado foram projetados inicialmente para os funcionários das empresas que aportaram no município (Foto 15).

Ao longo da pesquisa de campo, observou-se o abandono e a degradação dessas residências, assim como o abandono das áreas de lazer (praças e parques) como se pode verificar nas Fotos 16 e 17, respectivamente.

Foto 15 - Residências. Bairro Portal dos Cerrados, 2015



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.

Foto 16 - Casa abandonada. Bairro Portal dos cerrados em 2015



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.

Foto 17 - Parque infantil na praça. Bairro Portal dos cerrados, 2015



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.

No núcleo urbano original, observa-se a escassez e precariedade dos equipamentos urbanos elementares e fundamentais, como calçamento, rede de saneamento básico, coleta de lixo habitual (Fotos 18, 19, 20 e 21).

Foto 18 - Ruas sem pavimentação asfáltica



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jun. 2010.

Foto 19 - Terrenos baldios



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jun. 2010.

Foto 20 - Serviços públicos ineficientes



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jun. 2010.

Foto 21 - Bairro Novo Horizonte



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jun. 2010.

Registram-se novos bairros, compatíveis com o interesse em valorização imobiliária, que denotam o aproveitamento dos espaços urbanos mais acessíveis para a criação de uma paisagem mais abastada, proveniente de estratos sociais elevados e que caracterizam uma nova dinâmica no mercado fundiário do espaço urbano, por meio da valorização do solo urbano e da transformação da terra urbana em mercadoria de alto valor. Assim, pode-se

exemplificar com o Loteamento Novo Horizonte, nas proximidades da subida da serra e margeado pela rodovia PI 247 (Fotos 22, 23, 24 e 25).

Fotos 22, 23 - Valorização imobiliária: Loteamento Novo Horizonte



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.

Fotos 24, 25 - Valorização imobiliária: Loteamento Novo Horizonte



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), abr. 2015.

Diante do exposto, cabe reiterar que o montante dos fluxos de recursos orientados para a região dos cerrados piauienses, discutida amplamente como uma fronteira promissora para o desenvolvimento do Estado do Piauí, assevera o processo de concentração e exclusão. As oportunidades mínimas ofertadas à grande parcela da sociedade local são precárias e conduzem a minimização do exercício básico da cidadania, ao passo que não se observa movimento em prol da oferta de elementos básicos, como saúde, habitação, emprego e renda.

A precarização das relações de trabalho, desemprego e ausência de mão de obra qualificada, a dificuldade de acesso aos bens de consumo básico, como, por exemplo, às precárias habitações e serviços ambientais urbanos, e a inadimplência são apenas alguns aspectos da face oposta da acumulação de capital que se desenrolam nesses espaços.

Se as considerações acerca do desenvolvimento e riqueza, trazidos pelo agronegócio, partirem do polo onde se situam o exercício da cidadania e a propulsão de uma vida digna e plena de direitos básicos para a maioria da população, será constatado fatalmente que a propaganda que se faz desses eventos no Sul do Estado do Piauí, de fato, está circunscrita apenas no campo do discurso, jamais da realidade prática em que vive aquela comunidade. As formas de apropriação desse território produzem contraditoriamente a exclusão da coletividade, tanto no aspecto material como imaterial. A força da expansão das atividades capitalistas destitui, subtrai, modifica os ritmos de vida e as mais diversas relações, dentre elas as de trabalho, subjugando a população local ao comando do sistema capitalista.

A seguir, a vida econômica do núcleo urbano uruçuiense será historiada com base em dados da Secretaria Municipal de Fazenda, que perfazem os alvarás de funcionamento das empresas sediadas no município até julho de 2013.

7.4 Um esquema histórico da dinâmica da economia urbana do município de Uruçuí

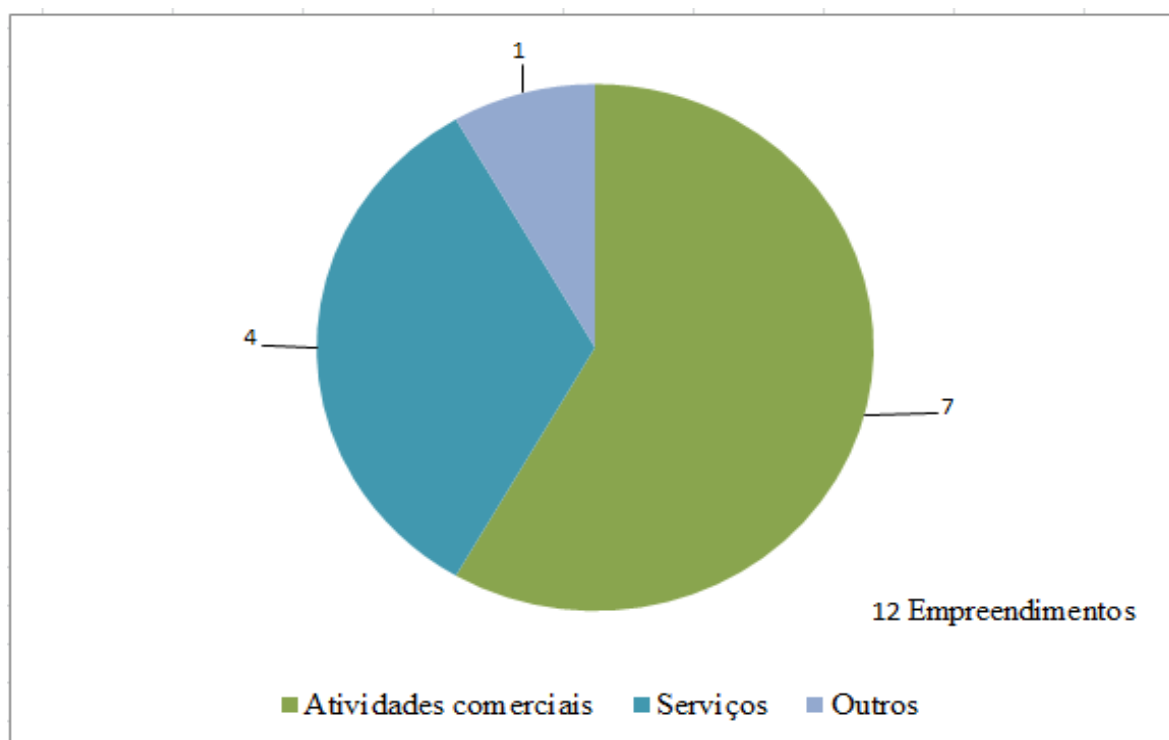
Até a década de 1990, a vida econômica do município de Uruçuí foi determinada pelo ritmo das atividades tradicionais agrícolas que objetivavam o mercado interno. A demanda consumptiva era praticamente proporcional à produção campestre, a considerar-se que a demanda local também era provida pela oferta regional, especificamente pela produção realizada em municípios circunvizinhos. A carência por produtos industrializados existia e estes igualmente eram trazidos de outras localidades.

Corrobora-se a ideia de Pitaudi (1999) que a análise do comércio favorece melhor compreensão do espaço urbano, pois considera que o comércio e a cidade são indissociáveis. Acrescente-se, nessa perspectiva, que, além da atividade comercial, outros setores das atividades econômicas também auxiliam na compreensão desse espaço, traduzindo inclusive transformações e, muitas vezes, periodizações dos eventos socioeconômicos que têm ditado o ritmo das transformações na estrutura produtiva regional, assim como em análise local, a cidade também se transforma.

Nesse itinerário, procede-se, a partir de então, à análise dos dados oriundos da Secretaria Municipal de Fazenda de Uruçuí, como meio de tornar próxima a realidade anterior e posterior à introdução dos circuitos produtivos da agricultura mundializada na região.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Fazenda de Uruçuí, os anos que se estendem de 1970 a 1990 apresentam pequena oferta de empresas comerciais e de serviço. A inexpressividade dessas empresas também reflete um período de estagnação econômica do Brasil, sobretudo no período conhecido como “década perdida”, correspondente à década de 1980. Deve-se salientar que foram constatados dez estabelecimentos comerciais sem data de abertura e que, arbitrariamente, foram agregados ao grupo do período de 1970 a 1980 (Gráfico 22).

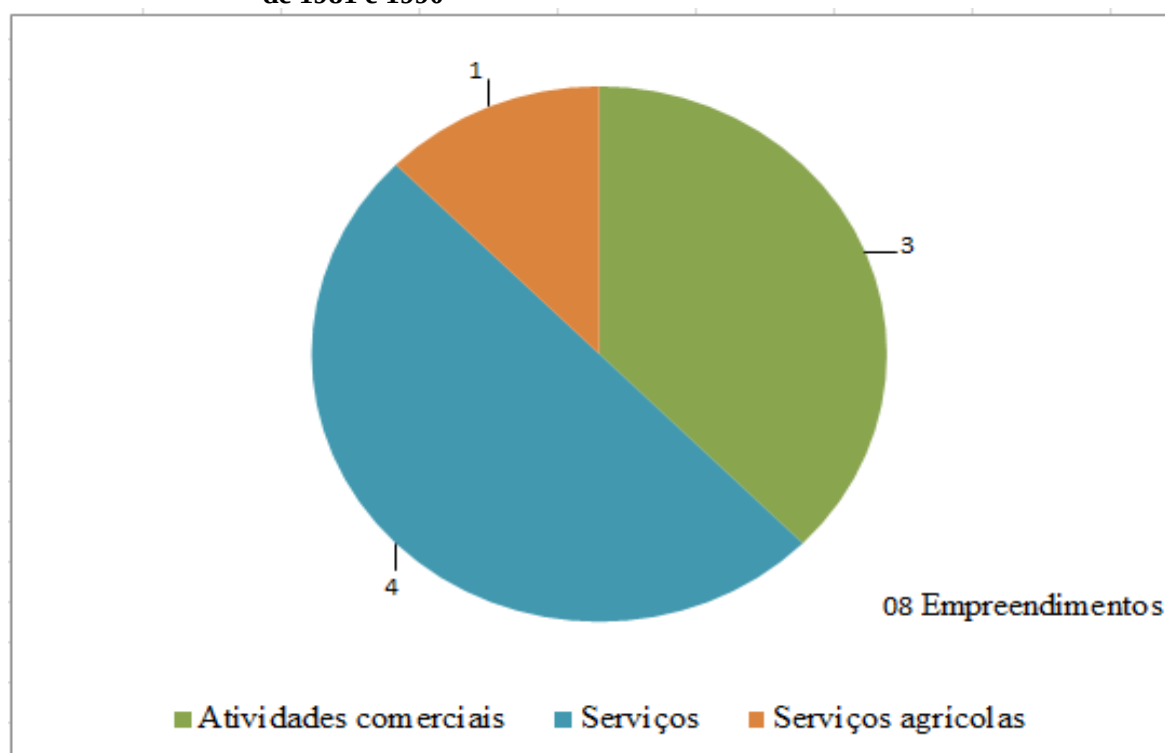
Gráfico 22 - Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 1970 e 1980



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Arrecadação e Tributos, jul. 2013.

No período de 1981 a 1990, os números demonstram o início de uma dinamização, ainda tímida, na economia urbana uruçuiense. A escassez de produtos e serviços para a população ainda era um ponto problemático. No entanto, foi nesse período que se constatou o primeiro estabelecimento ligado ao setor agrícola, que corresponde a associação de pescadores (Gráfico 23).

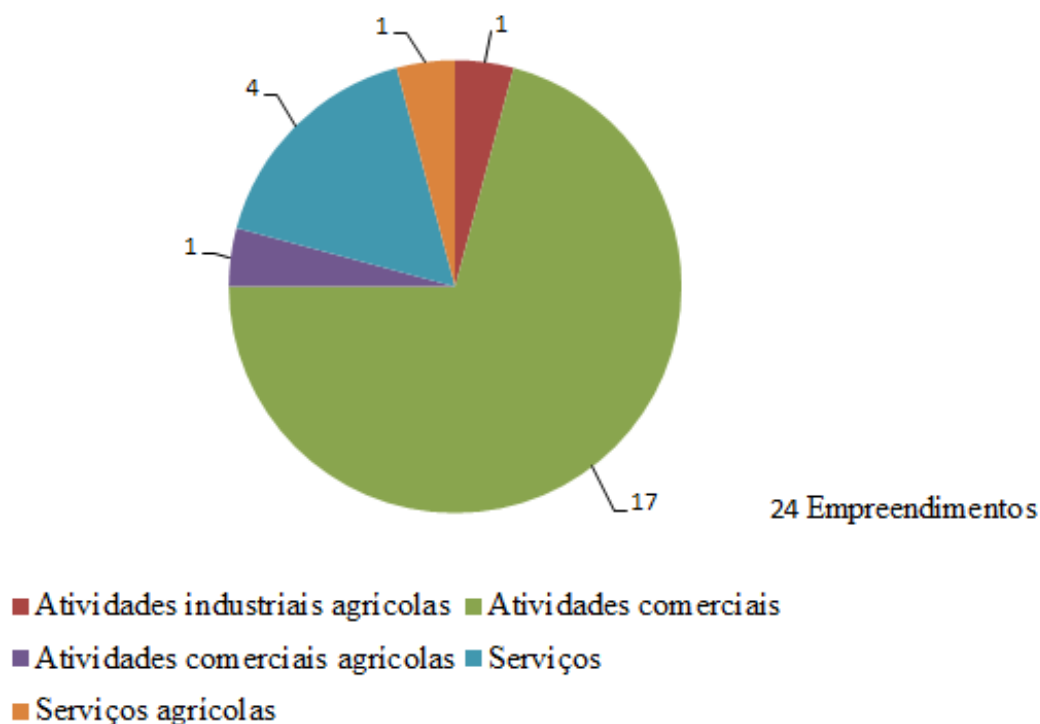
Gráfico 23 - Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 1981 e 1990



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Arrecadação e Tributos, jul. 2013.

A agricultura moderna introduziu novos modos de produzir, novas relações de trabalho, assim como a oferta de novos produtos e serviços que vieram dinamizar a economia local e o rompimento com a disponibilidade rarefeita de bens materiais e imateriais.

Conforme se observa a seguir, houve ampliação na oferta de empresas, de modo geral, com destaque àquelas ligadas ao setor agrícola. Chama-se a atenção para as atividades industriais ligadas ao setor agrícola, com o ano de instalação datado de 1998, referente a uma indústria de beneficiamento de arroz, localizada na zona rural. Nesse mesmo período, há a instalação da Bunge Alimentos S/A para atuar no setor de transporte rodoviário de carga, compondo o setor de serviços agrícolas inicialmente (Gráfico 24). Poucos anos depois, a agroindústria se instala, conforme será visto adiante.

Gráfico 24 - Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 1991 e 2000

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Arrecadação e Tributos, jul. 2013.

As empresas que aportaram no município, no período de 2001 até 2010, contribuíram para uma expansão vertiginosa na oferta de produtos e serviços. A ampliação foi de 375%, se for considerado o momento anterior (1991 a 2000), com apenas vinte e quatro estabelecimentos registrados no Departamento de Arrecadação e Tributos do município, e 114 empresas registradas no período subsequente, 2001 a 2010. Dentre eles vale ressaltar a instalação da Caixa Econômica Federal, além do registro da instalação de uma Casa Lotérica. Em 2002, houve a instalação da Bunge Alimentos S/A, inaugurada no dia 15 de julho de 2003 (FREITAS, 2014), atuando no setor agroindustrial, para a fabricação de óleos vegetais, exceto de milho, e no setor das atividades comerciais, nesse caso, o comércio atacadista de soja.

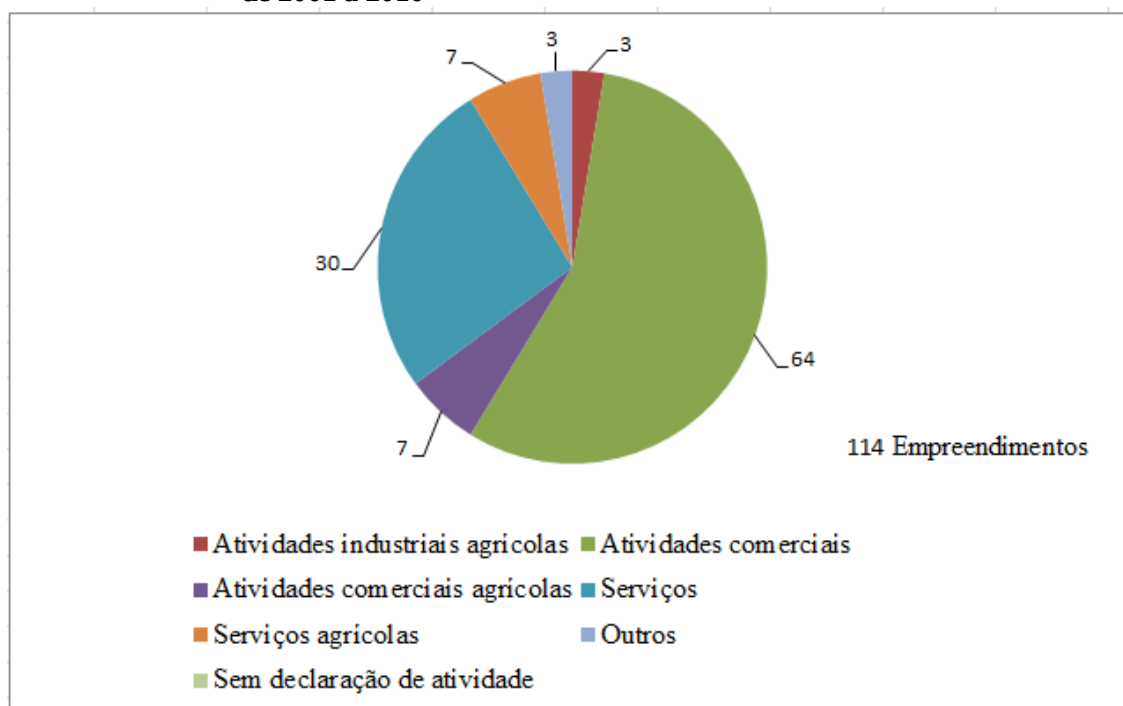
Vale frisar que essas empresas, quando instaladas no município, ilustram o conceito de territorialização do monopólio, pois aqui ficam patentes as transformações das relações sociais de produção, sob a égide do capital monopolista, que subordina camponeses e capitalistas (SOUZA, 2013b), e modifica as paisagens tradicionais do Sul piauiense, em uma homogeneização das paisagens que induzem, dentre outras coisas, a redução da diversidade produtiva.

Foto 26 - Unidade da Bunge Alimentos em Uruçuí (PI)



Fonte: Arquivo da empresa. Freitas (2014).

Gráfico 25 - Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 2001 a 2010



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Arrecadação e Tributos, jul. 2013.

Em 2007, ocorre a instalação da Risa Fertilizantes S/A, cuja atividade concentrou-se na fabricação de adubos e fertilizantes; e, em 2010, a Risa Agricultura S/A, atuando no cultivo da soja, milho e arroz e comércio atacadista de soja, emissão de warrant e armazenagens gerais (Gráfico 25).

Essa empresa detém a Fazenda Tunísia que, de acordo com o site da instituição, possui uma área arrendada de 11.919 ha (Foto 27).

Foto 27 - Fazenda Tunísia, Uruçuí (PI)



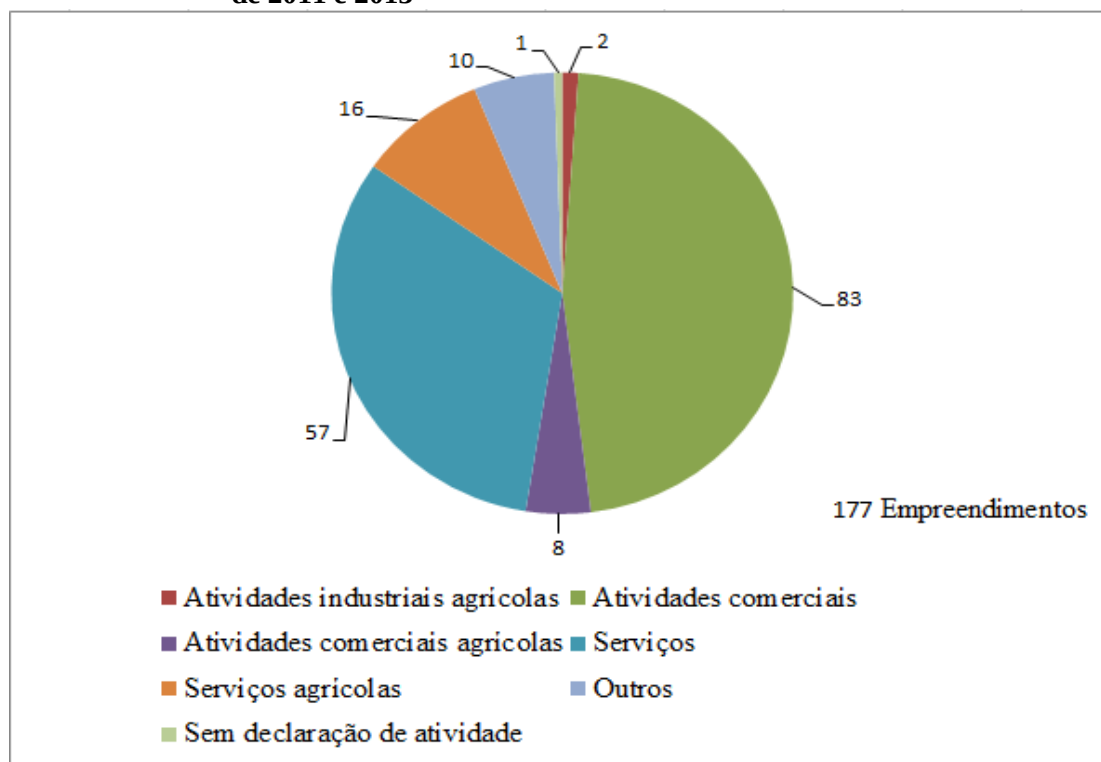
Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

No recorte temporal a seguir, as atividades econômicas registradas no município obtiveram um salto quantitativo de 55,26%, totalizando 177 empresas. Em relação ao período de 2011 a 2013 e ao total dos estabelecimentos, as atividades industriais ligadas ao setor agrícola totalizaram 1,12%; as atividades comerciais agrícolas totalizaram 4,51%; e as atividades ligadas ao setor de serviços agrícolas constituíram 9,03%. Essas últimas ganham destaque pela necessidade de escoamento da produção, reparação e manutenção de máquinas agrícolas e veículos automotores e locação de máquinas agrícolas.

Em se tratando das atividades comerciais agrícolas, destacam-se a comercialização de peças e acessórios para máquinas agrícolas, comercialização de agrotóxicos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, comércio de produtos veterinários e comércio atacadista de soja. Importa registrar a instalação do Banco Bradesco S/A no ano de 2011.

As indústrias relativas às atividades agrícolas registradas para o período, e até o momento em apreço, constituem-se em uma empresa situada à zona rural, para o abate de aves, especificamente criação de frangos para o abate (Guaraves: Guarabira e Aves Ltda.) e beneficiamento da soja (Gráfico 27).

Gráfico 26 - Uruçuí: distribuição das atividades econômicas entre as décadas de 2011 e 2013



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Arrecadação e Tributos, jul. 2013.

O poder de transformação da atividade industrial, com destaque para a Bunge Alimentos, nesse espaço, é de tal magnitude que conseguiu, para os anos subsequentes, inverter os números do PIB municipal, como já observado anteriormente. A introdução do setor secundário e terciário no meio rural é uma tendência já constatada por vários pesquisadores. Dentre eles, Reis afirma que a “população rural brasileira vem se ocupando menos com as atividades de natureza agrícola” (REIS, 2006, p. 7). Nesse caso, visualizam-se os setores secundários e terciários acolhidos no meio rural mudando a configuração da função exercida pelo campo tradicionalmente no Brasil. Ressalte-se que essa tendência de expansão das atividades urbanas para o meio rural, nos países desenvolvidos, se deu em momentos históricos anteriores aos países em desenvolvimento, haja vista o adiantamento das etapas do capitalismo nesses espaços.

A dinâmica produzida no município de Uruçuí, como já exposto, remete, sobremaneira, ao intenso relacionamento entre o campo e a cidade, o meio urbano e o rural. O campo se moderniza e, com ele, a cidade ganha novos contornos. As indústrias advindas da expansão da fronteira agrícola estão assentadas no campo, tanto impulsionadas pela atividade agrícola, que delineiam na cidade demandas até então inexistentes ou pouco expressivas, como moradias para os trabalhadores especializados que migram em direção ao município, serviços de saúde e os mais diversos produtos comerciais para o consumo consumptivo dos cidadãos, quanto para o consumo produtivo que visa abastecer as atividades que se desenvolvem localmente. Não se pode deixar de considerar que essas demandas ultrapassam os limites estaduais e as fronteiras nacionais, haja vista a incrementação na pauta de importação, além da de exportação, que o município presencia nos novos tempos.

Uruçuí, portanto, caracteriza-se também como lugar de fornecimento de mercadorias para atender às várias demandas do campo, mesmo que ainda não consiga abarcar todas as demandas dos novos agentes econômicos que se instalam no município. Muitas mercadorias e serviços ainda são adquiridos em outros lugares mais estruturados para atender à demanda do campo, e essas localidades não coincidem diretamente com a oferta oriunda da capital do Piauí, Teresina, o que aponta para a nova configuração da hierarquia urbana atual.

Foto 28 - Consumo produtivo: Multinacional norte-americana da área de produção agrícola. Uruçuí (PI)



Fonte: Márcia Regina S. de Araujo. Uruçuí (PI), jul. 2013.

Sobre essas questões, Elias pondera que a modernização da produção agropecuária fez expandir novos tipos de consumo, dentre os quais o consumo produtivo ganha ênfase (Foto 28). Acrescenta a autora que:

A modernização da produção agropecuária, redefinindo o consumo no campo, atendendo às demandas até então inexistentes, adaptando as cidades ao tipo de consumo exigido pelas produções agrícolas mais próximas, registra uma inversão monumental do que existia até então, e não é mais o campo que molda à cidade, mas sim esta que se organiza em razão das necessidades prementes do seu campo (ELIAS, 2003, p. 296).

Não se pode duvidar que o adensamento das atividades econômicas desenvolvidas no município, nos tempos atuais, dá conta das transformações em curso na região. O ritmo de todo esse processo pode ser abstraído dos números expressos sobre as atividades econômicas desde a década de 1970 até o ano de 2013. A considerar a década de 1990 como início do processo em curso de fato, as atividades econômicas obtiveram um incremento de 1.575% em cerca de apenas 23 anos (Tabela 16).

Tabela 16 - Registro das atividades econômicas no município de Uruçuí, Piauí, segundo ano de instalação

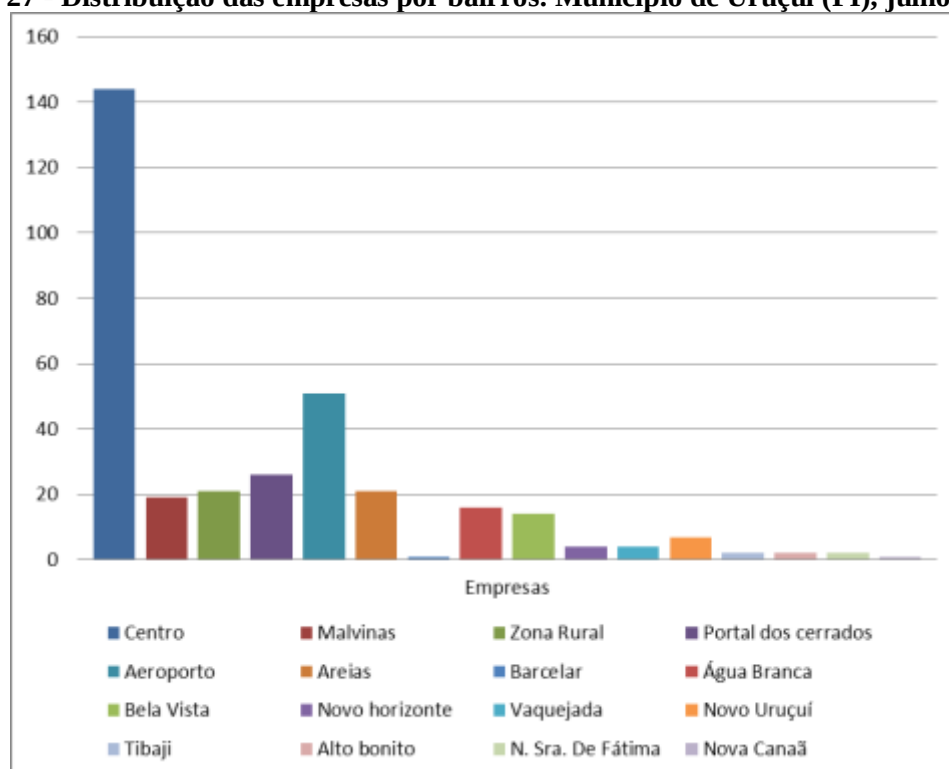
ATIVIDADES ECONÔMICAS	1970 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2010	2011 a 2013	Sem data	TOTAL
Atividades industriais	0	0	0	0	0	0	0
Atividades industriais agrícolas	0	0	1	3	2	0	6
Atividades comerciais	1	3	17	64	83	6	174
Atividades comerciais agrícolas	0	0	1	7	8	0	16
Serviços	1	4	4	30	57	3	99
Serviços agrícolas	0	1	1	7	16	0	25
Outros	0	0	0	3	10	1	14
Outros agrícolas	0	0	0	0	0	0	0
Sem declaração de atividade	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	2	8	24	114	177	10	335

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Arrecadação e Tributos, jul. 2013.

Dos 335 estabelecimentos registrados, menos de 6% corresponderam àqueles que tiveram suas atividades iniciadas anteriormente até 1991, o que totaliza em 94% o percentual

de estabelecimentos, iniciando suas atividades a partir de então. Registra-se que a maioria dos estabelecimentos está situada no centro da cidade (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Distribuição das empresas por bairros. Município de Uruçuí (PI), julho, 2013



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Arrecadação e Tributos, jul. 2013.

Embora em menor proporção, as empresas situadas na zona rural alavancam a economia do município. São as indústrias, os comércios e os serviços, em sua maioria, ligados ao setor agrícola. Neles se realizam a produção, circulação e serviços destinados ao desempenho da agricultura mundializada, espacialmente alocados de modo estratégico, com o fito de maximizar e dinamizar a dinâmica econômica em curso na região.

Adiante serão apresentados e discutidos os dados referentes às arguições aos empresários e responsáveis pelas empresas instalados no município, tanto na zona rural quanto na zona urbana. A caracterização dessas empresas e de seus empresários constitui o ponto central do item a seguir.

7.5 Caracterização das empresas situados em Uruçuí (PI)

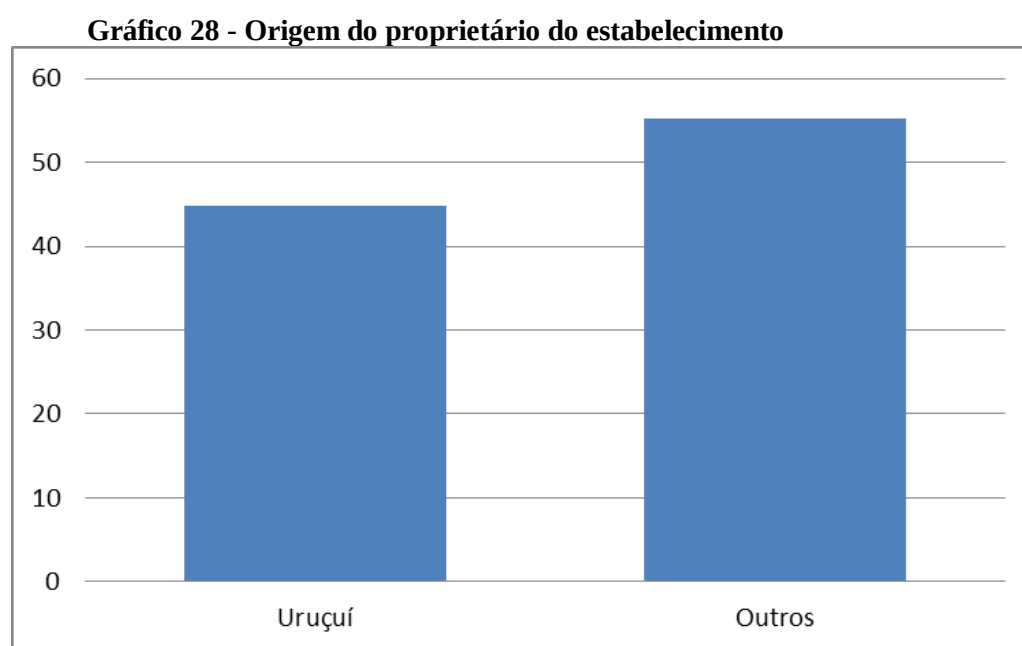
Durante a pesquisa de campo, pôde-se inferir algumas características principais das empresas e empresários,⁴³ que serão explicitados a seguir. A partir dos achados da pesquisa,

⁴³ Os sujeitos de pesquisa que responderam os questionários resumiram-se a empresários e gerentes das empresas, estes apenas na ausência do proprietário do estabelecimento.

buscou-se relacionar a caracterização desses com a dinâmica vivenciada no município e a dinâmica econômica do município, assim como dos demais pertencentes aos cerrados piauienses.

a) Sobre os proprietários: características, origem, residência, tempo de residência no município e nível de escolaridade.

A pesquisa de campo revelou que a maioria dos empresários não é de origem uruçuiense. Um total de 55,2% dos empresários pertence aos Estados do Ceará, Pará, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão e outros municípios piauienses diferentes de Uruçuí. Verificou-se que 44,8% são de origem uruçuiense, conforme revela o Gráfico 28.

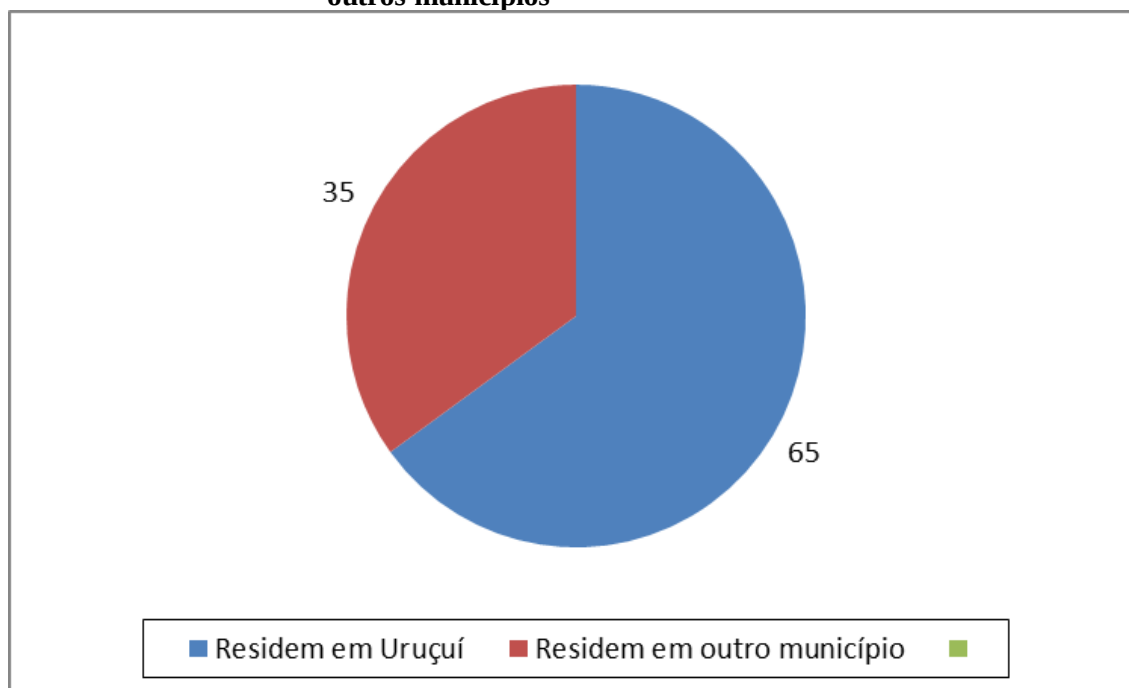


Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Nota-se, com esses números, que migrantes de posse do capital gerado no campo chega para investir na cidade com diversas atividades, sejam elas demandas ou não pelo campo, como é o caso de comerciantes originários no Rio Grande do Sul que aportaram no município com o fim de lidar no campo, e, após acumularem algum capital, passaram a ofertar, na cidade, mercadorias e serviços para camponeses e alguns empresários do setor mais moderno da atividade agrícola.

Quanto à situação dos empresários originados de outros municípios, o Gráfico 29 revelou que 65% residem em Uruçuí e 35% residem em outros municípios dos quais Teresina (PI), Belém (PA), Benedito Leite, Balsas, Riachão (MA) e mais um município não informado.

Gráfico 29 - Situação de residência dos empresários originários de outros municípios



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Questionados sobre o tempo de residência no município, 42% residem há mais de 15 anos; 29% dos empresários residem em Uruçuí entre 10 e 15 anos; 21% entre 5 e 10 anos; 4% entre 3 e 5 anos; 4% entre 2 e 3 anos. Dentre os questionados, nenhum empresário chegou a menos de dois anos (Tabela 17).

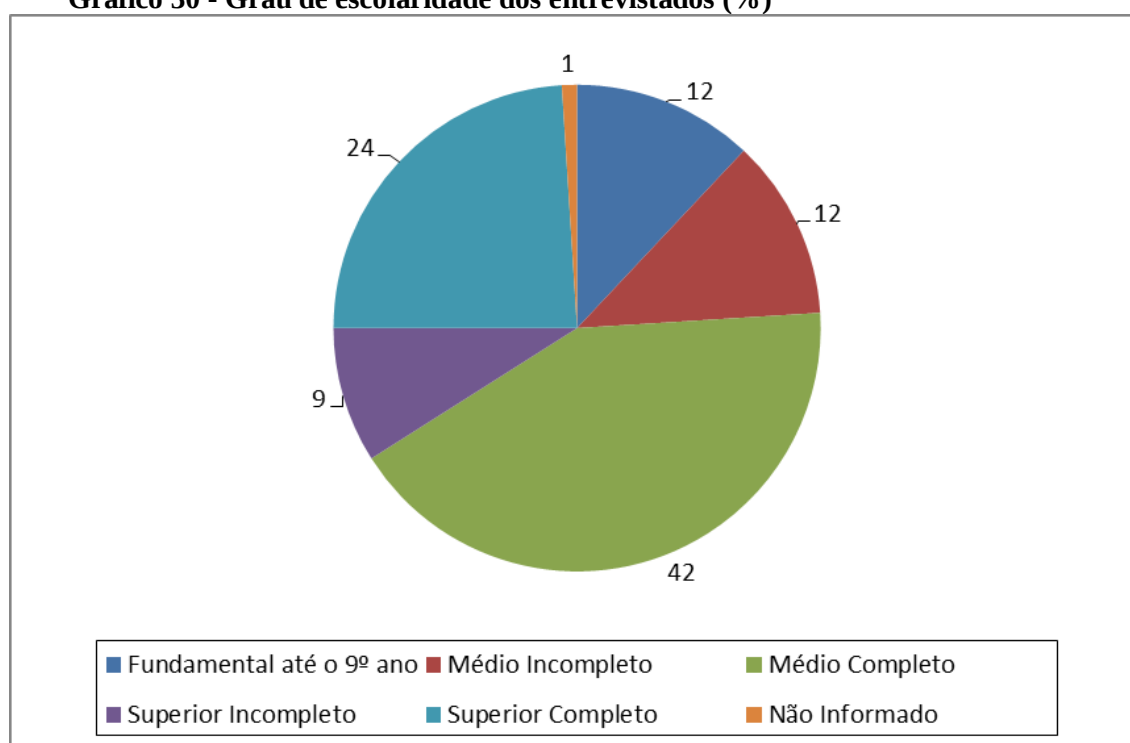
Tabela 17 - Tempo de residência dos empresários não originários de Uruçuí

Tempo de residência (anos)	Nº de pessoas	%
Menos de 1 ano	0	0
1 a 2 anos	0	0
2 a 3 anos	1	4
3 a 5 anos	1	4
5 a 10 anos	5	21
10 a 15 anos	7	29
15 a 20 anos	5	21
Mais de 20 anos	5	21
Total	24	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os dados apontam, no Gráfico 30, para um cenário em que a maioria dos empresários declarou possuir o Ensino Médio completo (42%), seguidos de 24% que declararam nível superior completo; 12% possuem Ensino Médio incompleto; e 12% frequentam ou frequentaram Ensino Fundamental incompleto até o 9º ano; 9% frequentam ou frequentaram ensino superior incompleto. Apenas 1% dos questionados não efetivou declaração.

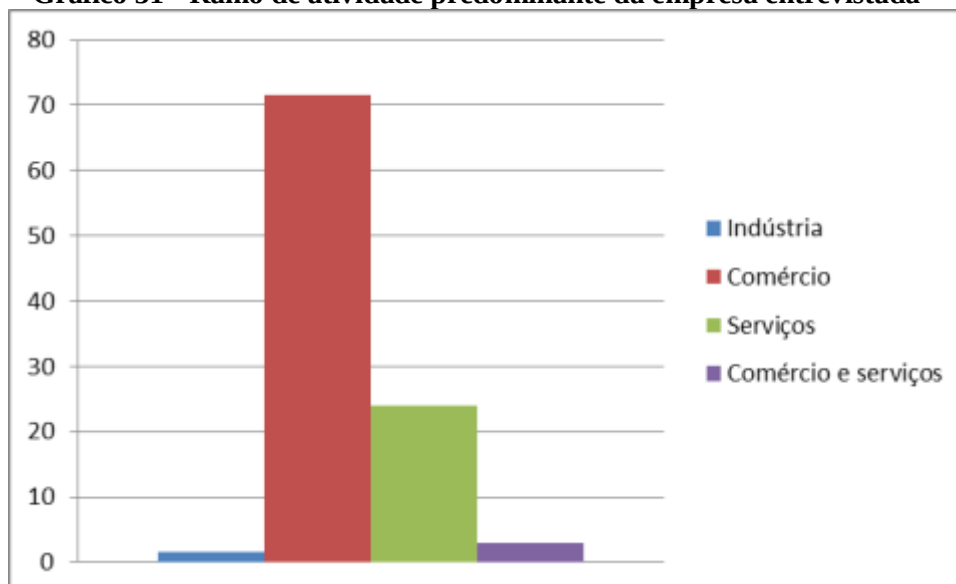
Gráfico 30 - Grau de escolaridade dos entrevistados (%)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Mediante amostragem estipulada, a pesquisa de campo constatou que o ramo de atividade predominante nas empresas pesquisadas é o comércio, com 71,6% do geral. O ramo de serviços figura com 23,9%, e apenas 1,5% refere-se ao ramo industrial, conforme Gráfico 31. Ressalte-se que em 3% das empresas aferidas ocorreu simultaneamente a atividade comercial e de serviços.

Conforme verificado em linhas anteriores, o insipiente quantitativo de empresas industriais é que tem movido positivamente os números da economia local. Esse ramo de atividade mudou significativamente, ou seja, inverteu o PIB local, representando ou caracterizando o foco da dinâmica local.

Gráfico 31 - Ramo de atividade predominante da empresa entrevistada

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Arguidos sobre o tempo de existência da atividade atual, a pesquisa revelou que 46% dos estabelecimentos estão ativos há mais de cinco anos e menos de quinze anos. Conforme a Tabela 18, apenas 15% das empresas possuem entre um e três anos; e 16% dos estabelecimentos permaneceram ativos no período entre três a cinco anos. Quanto às empresas, 10% afirmaram estar ativas há mais de vinte anos. Apenas 5% não informaram tal período.

Tabela 18 - Tempo da atividade atual

Tempo de trabalho na atividade atual (anos)	Nº de entrevistados	%
1 a 2	3	5
2 a 3	7	10
3 a 5	11	16
5 a 10	17	25
10 a 15	14	21
15 a 20	5	8
Mais de 20	7	10
Não informado	3	5
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A Tabela 19 mostra a grande diversidade de atividades em que os empresários desempenhavam funções. Embora 20,9% não tenham informado a atividade que antecedeu a

atual empresa, 14,9% afirmaram trabalhar no mesmo ramo de atividade. Muitos destes relataram ser herdeiros de negócios da família. Dentre as atividades relatadas, estão os empresários locais que já atuaram no ramo do magistério, comércio de material para a construção civil ou pedreiros e serventes de pedreiros nessa mesma área, vendedores, motoristas, funcionário público, mecânico, bancário, escrivão, secretário, marceneiro, dentre outros.

Tabela 19 - Ramo de atividade anterior exercida pelo empresário

Ramo de atividade	Empresários	%
Material de Construção	1	1,5
Professor	4	5,9
Encarregado	1	1,5
Prestador de Serviços	1	1,5
Marceneiro	1	1,5
Vendedor	4	5,9
Vendedor de calçados	1	1,5
Pedreiro / Servente	2	3
Vendedor de antena parabólica	1	1,5
Sempre trabalhou na mesma atividade	10	14,9
Secretária	1	1,5
Motorista	2	3
Funcionário	2	3
Mecânico	1	1,5
Escrivão	1	1,5
Apontador	1	1,5
Bancário	1	1,5
Não informado	14	20,9
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Para compor as análises da Tabela 20, seccionaram-se os dados conforme ramos de atividade. Nesse sentido, inferiu-se que, dos empresários que atuaram no comércio, em sua maioria, 68,75% declararam não exercer outra atividade econômica, sendo que 31,25% afirmaram o contrário.

A considerar pelos relatos dos sujeitos pesquisados, o comércio local passa por sérios problemas que estão relacionados à inadimplência, a baixa procura e a pouca rotatividade dos produtos. Esta situação poderia ser indicativa da necessidade de diversificação de alternativas de renda, no entanto, a pesquisa demonstrou o contrário. Pode-se observar que esse resultado também coincidiu com as declarações dos empresários do setor de serviços, em que cerca de 70% não lançam mão de outra alternativa de renda para a continuidade dos trabalhos propostos.

Deve-se ressaltar que muitos comerciantes que possuem algum tipo de relação com atividades agrícolas se utilizaram do comércio para ampliar seus rendimentos, ao ofertarem ao mercado local produtos agrícolas como insumos, maquinário, sementes, produtos veterinários e até animais de pequeno porte, como aves, por exemplo, dentre outros. Observou-se que grande parte dos empresários é oriunda da região Centro-Sul do País. Estes empresários aportaram em Uruçuí e região atraídos pela dinâmica da soja, conforme mencionado anteriormente.

Tabela 20 - Empresários que exercem outra atividade

Exercem outra atividade	Nº de empresários	%
Sim	21	31
Não	46	69
Total	67	100

Pesquisa de campo, 2015.

Questionados sobre a predominância da atividade em exercício, os empresários que relataram como misto o seu ramo de trabalho, por envolver atividades comerciais e de serviços, afirmaram ser essa a atividade principal, constituindo 100% das respostas. Já a declaração do responsável pelo estabelecimento industrial foi negativa para esta questão.

No setor de serviços, 81,25% declararam que esta é a principal, ao passo que 18,75% negaram o fato e atribuíram a outras atividades como prevalecente.

Em sentido semelhante, 93,75% dos comerciantes atribuíram ser o comércio seu ramo principal, em detrimento de apenas 6,25%.

Nestes termos, conforme a Tabela 21, 89,5% dos pesquisados afirmaram que a atividade em questão é a principal em oposição a 10,5% que declararam possuir outra atividade principal.

Tabela 21 - Atividade atual é a principal

Principal atividade econômica	Nº de empresários	%
Atividade entrevistada	60	89,5
Outra atividade	7	10,5
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Arguidos sobre o porquê de se iniciar a atividade, as repostas predominantes referiram-se à afinidade em relação ao negócio, pois vários relataram gostar do ramo. Também foi citada a necessidade de possuir um negócio próprio e se tornar independente ou diminuir a dependência em relação a outras funções.

Outros se referiram à falta de oportunidade de emprego na cidade e, dessa forma, idealizaram outra opção de trabalho, ou uma forma de integrar a família em torno de um ramo de atividade, aumentar a renda, e também pela escassez de produtos ou serviços no município, constatado através de pesquisa de mercado.

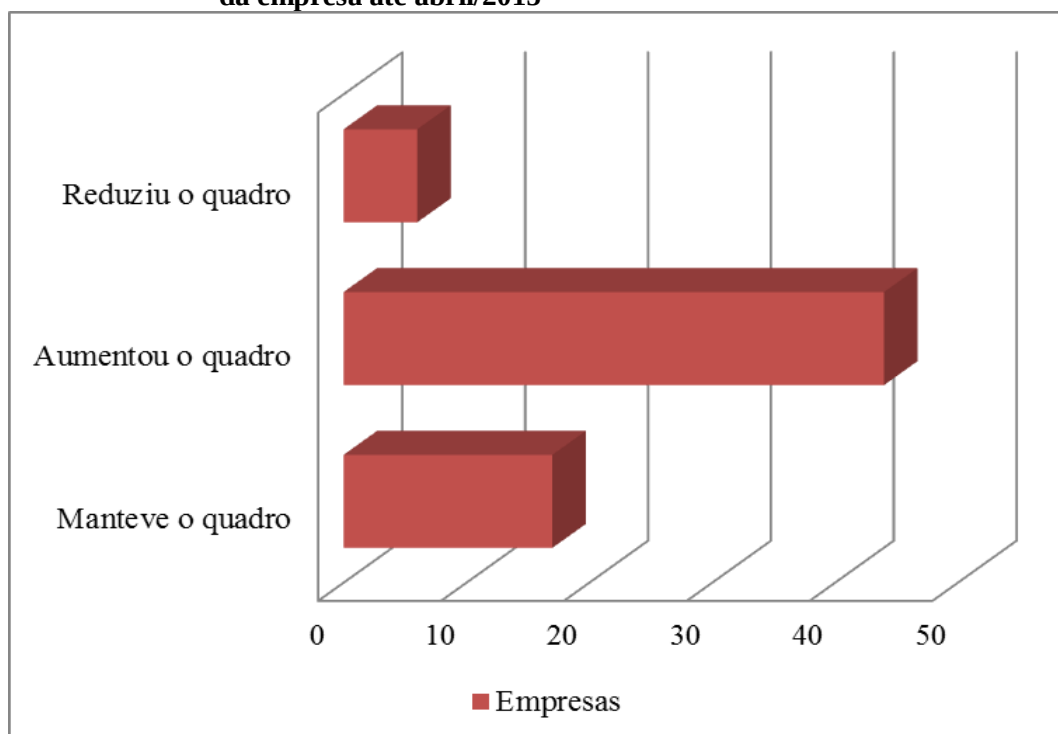
Houve ainda aqueles que declararam ter voltado para o município de origem após a formatura em cursos de nível superior e iniciado atividades de prestação de serviços dentro de sua área de formação, por meio de academias, laboratórios de análises clínicas, dentre outros, assim como pela ideia de disponibilizar produtos e serviços em virtude da atração exercida por empresas que chegaram ao município, como a Bunge Alimentos, conforme citado na entrevista.

Além da procura por lucratividade e oportunidades de trabalho, muitos declararam que aspiravam realizar sonhos com o ramo em atuação.

A partir dos dados construídos com base na pesquisa de campo, foi possível constatar a evolução no quadro de funcionários da empresa, da data de abertura até o mês da pesquisa, abril de 2015. Constatou-se que houve um crescimento no quadro em porcentagem de 66%, enquanto apenas 9% declararam ter reduzido esse número.

Nesse sentido, 25% dos arguidos afirmaram manter o mesmo quadro de trabalhadores na empresa, notadamente aquelas que contam com mão de obra familiar, conforme demonstra o Gráfico 32.

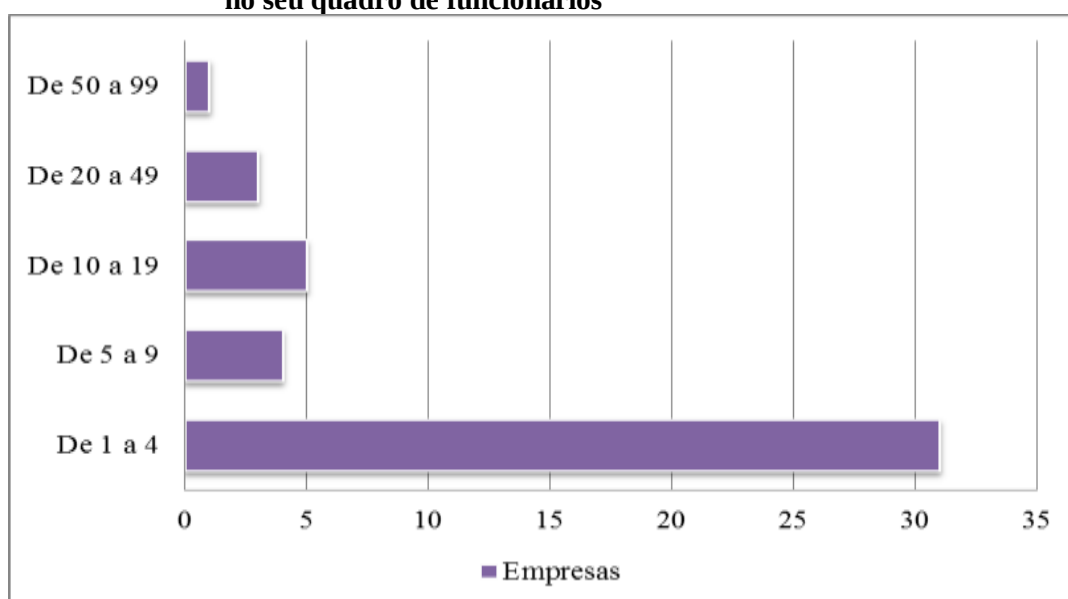
Gráfico 32 - Evolução do quadro de funcionários da data de abertura da empresa até abril/2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Por conseguinte, a considerar apenas as quarenta e quatro empresas que declararam crescimento, pode-se inferir a seguinte situação demonstrada no Gráfico 33:

Gráfico 33 - Evolução do quadro de funcionários da data de abertura até abril de 2015 referente às empresas que obtiveram ampliação no seu quadro de funcionários



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Observou-se que, das quarenta e quatro empresas que ampliaram o seu quadro de funcionários no período de abertura até o momento da pesquisa de campo, 70,5% obtiveram aumento na faixa entre um a quatro funcionários; e 9% na faixa de dez a dezenove funcionários, à medida que o porte de recursos foi movimentado no município através desse grupo de empresários.

A faixa entre vinte a quarenta e nove funcionários representou apenas 7%, assim como a faixa de cinquenta a noventa e nove representou apenas 2% das empresas arguidas.

Sobre o tipo de mão de obra, se familiar ou contratada, conforme se observa na Tabela 22, constatou-se que em 24% das empresas o tipo de mão de obra é familiar, enquanto a maioria deles (67%) é contratada. Em 9% das empresas são utilizados ambos os tipos.

Tabela 22 - Tipo de mão de obra

Tipo de mão de obra	Nº de estabelecimentos	%
Familiar	16	24
Contratada	45	67
Ambos	6	9
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Deve-se verificar, na Tabela 23, que nos casos em que as empresas utilizam os dois tipos de mão de obra, em 66,7% predominam a mão de obra contratada; e, em 33,3%, a ajuda da família perfaz a maior parte da força de trabalho.

Tabela 23 - Mão de obra predominante

Mão de obra predominante	Nº de estabelecimentos	%
Familiar	2	33,3
Contratada	4	66,7
Total	6	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Uma questão que se apresentou como delicada referiu-se ao tema faturamento. Os dados declaratórios foram observados pela pesquisadora como um ponto delicado, já que muitos empresários desconversaram e evitaram emitir as respostas, praticamente.

Os questionamentos foram recebidos com desconfiança pelos empresários ou responsáveis pela empresa. Raramente objetivas, as respostas foram emitidas em meio a desconfiança e muitos desconversaram, de onde citaram médias que se apresentaram sem uma base real. Nesses termos, a grande maioria afirmou que houve crescimento no faturamento; poucos chegaram a afirmar decréscimo em relação ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, quando muitos migrantes aportaram no município. À exceção de um empresário que optou por não responder, os demais utilizaram termos como estagnação, rendimento cíclico, estável e até razoável para elucidar essa questão subjetiva da pesquisa.

No contexto do faturamento médio mensal declarado, 65,5% dos arguidos representaram um teto de R\$50.000,00 reais. Para 12%, a média de faturamento mensal oscila entre R\$50.000,00 a R\$100.000,00 reais. Aqueles que declararam faturar mensalmente nas faixas médias entre R\$100.000,00 a R\$200.000,00 e mais de R\$200.000,00 reais constituíram um percentual de 10,5% para ambas as faixas. Apenas um arguido optou por não responder ao questionamento, conforme demonstra a Tabela 24.

Tabela 24 - Faixa de faturamento médio mensal

Faturamento mensal (R\$)	Nº estabelecimentos	%
Até E\$ 50.000,00	44	65,5
R\$ 50.000,00 - R\$ 100.000,00	8	12
R\$ 100.000,00 - R\$ 200.000,00	7	10,5
Mais que R\$ 200.000,00	7	10,5
Não Respondeu	1	1,5
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme relatado anteriormente, os sujeitos pesquisados foram representados pelos próprios empresários ou pelos gerentes, pessoas responsáveis pela empresa no município. Algumas informações não foram emitidas como esperado pelo fato de o gerente, muitas vezes, desconhecer a questão, ou mesmo não ter autorização para emití-la. Essas foram as condições em que a questão sobre a origem do capital que iniciou a empresa foi construída.

De acordo com a Tabela 25, 80,5% das empresas, segundo declaração dos responsáveis, foram originadas com o capital próprio, ao passo que 9% dos arguidos realizaram empréstimos para iniciar suas atividades. Apenas 1,5% originaram suas atividades

com capital misto, próprio e empréstimo. Registra-se que 9% afirmaram que não sabiam a origem do capital da empresa, se de origem particular ou se recorreram a empréstimos com instituições financeiras.

Tabela 25 - Origem do capital das empresas

Origem do capital	Empresas	%
Próprio	54	80,5
Empréstimo	6	9
Ambos	1	1,5
Não soube	6	9
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em se tratando de volume de investimento aplicado na empresa por ano, foi significativa a quantidade de empresários que afirmou desconhecer essa informação, conforme se observa na Tabela 26; logo, 22% representam essa faixa. Com relação a esse item, cerca de 3% afirmaram investir anualmente até R\$10.000,00 reais na atividade. Consequentemente, 10,5% dos arguidos revelaram investir entre R\$20.001,00 e R\$30.000,00 reais, e 9% situaram seus investimentos anuais na faixa entre R\$10.001,00 e R\$20.000,00 reais. As menores percentagens de empresários constituíram 6% e 4,5%, que afirmaram respectivamente estar nas faixas de investimentos anuais entre R\$30.001,00 a R\$50.000,00 e 50.001,00 a R\$100.000,00 reais, respectivamente.

Tabela 26 - Volume investido por ano (em reais)

Volume de investimento por ano (R\$)	Empresas	%
Até 10.000	20	30
10.001 a 20.000	6	9
20.001 a 30.000	7	10,5
30.001 a 50.000	4	6
50.001 a 100.000	3	4,5
Mais de 100.001	12	18
Não soube informar	15	22
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ademais, a referida questão deu suporte para demonstrar, via dados declaratórios, o valor do investimento inicial, em reais, pelos empresários e responsáveis pesquisados. Observou-se que, praticamente a metade dos arguidos teve dificuldade de apontar o valor do investimento inicial de suas empresas, inclusive por não conseguir lembrar a moeda corrente à época de sua abertura. Outros, como responsáveis ou gerentes, por perfazerem o quadro de funcionários, não souberam informar, e, também houve casos em que a resposta foi omitida. Quanto a esse conjunto que não respondeu, ou não soube responder, o total foi de 46% dos arguidos (Tabela 27).

Tabela 27 - Investimento inicial (em reais)

Investimento inicial (R\$)	Empresas	%
Até 10.000	13	19,5
10.001 a 20.000	10	15
20.001 a 30.000	4	6
30.001 a 50.000	6	9
50.001 a 100.000	3	4,5
Não soube informar	31	46
Total	67	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em um segundo grupo estão 19,5%, que afirmaram ter utilizado até R\$10.000,00 de capital inicial, seguido de 15% que afirmaram ter investido inicialmente entre R\$10.001,00 a R\$20.000,00. Os investimentos que giraram em torno de R\$30.001,00 a R\$50.000,00 reais foram utilizados por 9% dos empresários, enquanto 6% desembolsaram entre R\$20.001,00 e R\$30.000,00 reais. A minoria dos entrevistados, apenas 4,5%, afirmaram constituir o grupo cujo investimento esteve entre R\$50.001 e R\$100.000,00. Esses estratos caracterizam bem a concentração de renda e oferta de produtos no município, já que a maioria dos empreendimentos, o investimento inicial foi inferior a R\$50.001 reais, e apenas uma pequena parcela ultrapassou esses valores em investimentos com capital inicial.

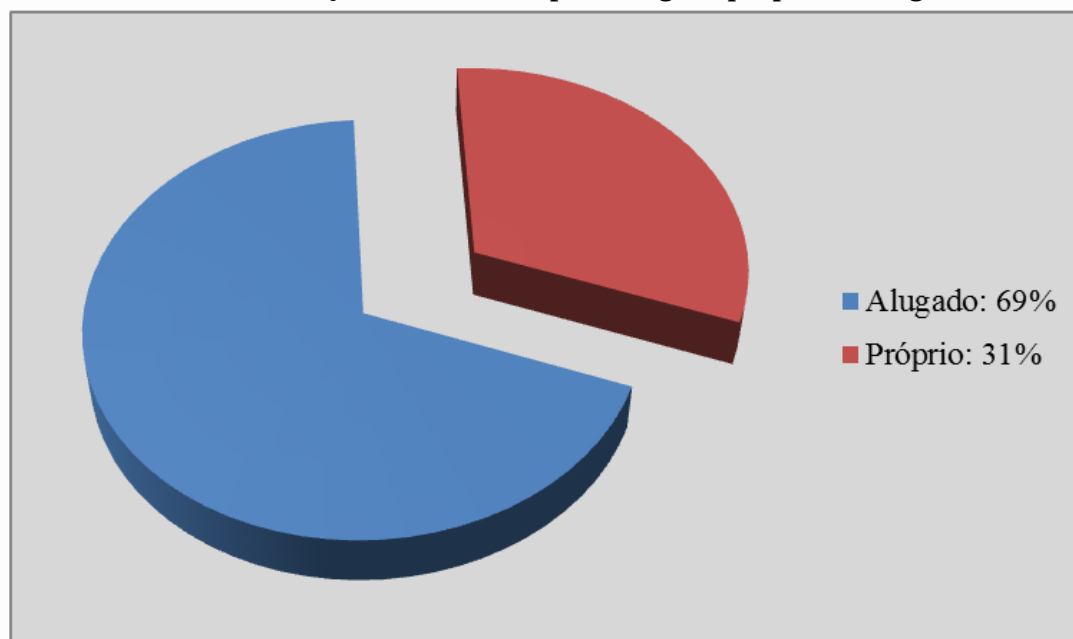
Em virtude da demanda variada de produtos citados, no decorrer da pesquisa, os empresários que lidam com o comércio foram arguidos sobre a origem dos produtos comercializados. Sobre essa questão, as respostas foram variadas, abrangendo o território nacional e exterior, empresas físicas e virtuais. Nesses termos, os Estados que estavam

presentes nas respostas dos entrevistados foram Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, devendo-se considerar que muitos municípios piauienses também foram ressaltados.

Nesses estabelecimentos são comercializados os mais diversos produtos como peças de vestuário, peças para automotivos, móveis, produtos veterinários e farmacêuticos, combustíveis e lubrificantes, máquinas e peças agrícolas, papelaria e aviamento, cosméticos, perfumaria e medicamentos, óculos, produtos de hortifrutigranjeiro, carnes, bebidas, refeições, produtos alimentícios, madeira, motocicletas e peças, material de construção, eletrodomésticos e eletrônicos, pneus, ferro, bijuterias, aviamentos, livros e demais materiais escolares.

De modo geral, analisados todos os setores em questão, contabilizou-se, conforme Gráfico 34, a situação do imóvel dos estabelecimentos da seguinte maneira: 69% dos estabelecimentos pesquisados são alugados, ao passo que 31% dos imóveis são de propriedade do empresário.

Gráfico 34 - Situação do imóvel em percentagem: próprio ou alugado



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Solicitados a descrever a dinâmica econômica do município de Uruçuí, os entrevistados ora apontaram para percepções otimistas ora pessimistas. Alguns deles posicionaram-se sobre a situação econômica como boa ou muito boa, chegando a perceberem-na como fantástica, como se reportou um entrevistado ao descrever o município como “um

dos lugares de maior renda no Piauí”, além de citarem-na como crescente, atribuíram que “houve um despertar para trabalhar” no município.

Em várias situações, a dinâmica do agronegócio foi referenciada como propulsora dessa dinamicidade expressa nesses relatos.

O termo crise foi amplamente utilizado, para sugerir problemas econômicos e políticos em escala local e mundial. Nessa perspectiva, houve quem tivesse essa possível “tendência a afundar devido à crise mundial”. Outros citaram-na como uma economia estagnada ou dependente do agronegócio, assim como “dependente de uma economia de fora para manter o comércio”, e ainda relataram que “não é boa, pois não atende às necessidades para fixar o comércio”.

Esse aspecto passou a ser associado com a fragilidade da economia local, sobretudo os empresários de menor porte mais dependentes desse setor, que se sentem subordinados a adimplência do setor público. Nesse caso em questão, a Prefeitura, que, segundo a maioria dos entrevistados, não tem cumprido rigorosamente o pagamento do funcionalismo público, situação que conduz a inadimplência e aumento de dívidas pelos comerciantes e demais empresários.

Durante o trabalho de campo, muito se relatou sobre o atraso de salários dos servidores municipais, assim como o processo de uma citada demissão em massa, executada pelas três maiores fazendas alocadas no município. O transtorno causado por esses dois fatores tem sido nefasto para a economia local, pela queda de vendas, e aumento do desemprego.

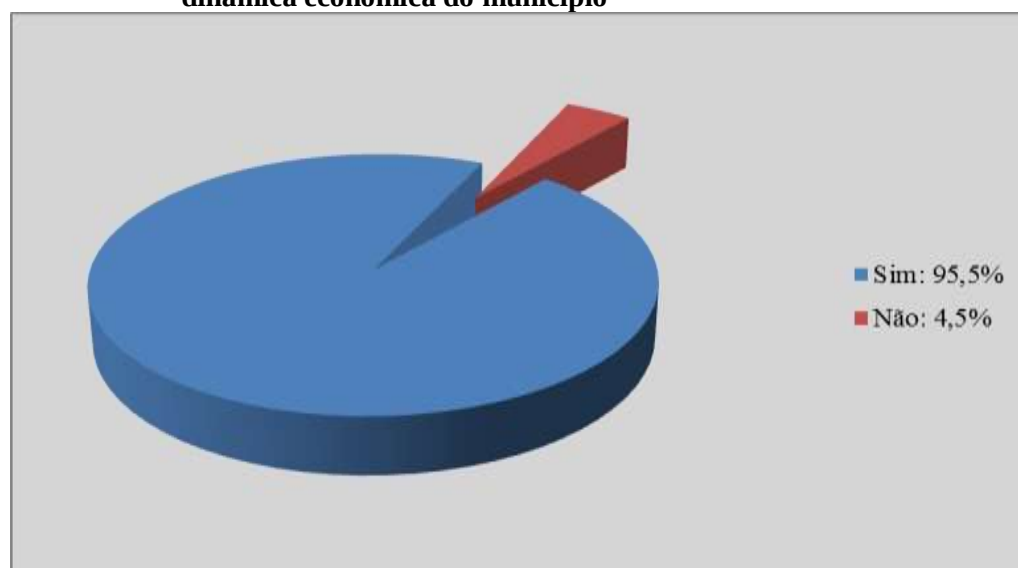
A dinâmica econômica municipal também foi considerada nos aspectos negativos, pois associada à “carência de investimentos” e à “má distribuição”. Um elemento que foi pontuado várias vezes referiu-se à mão de obra, tanto no quesito necessidade de qualificação, quando no que se refere à precarização das relações de trabalho. Muitos empresários antigos se queixaram de estabelecimentos comerciais e de serviços, em razão de estes não seguirem a legislação trabalhista, de modo que influencia na concorrência, que foi considerada como desleal.

Assim, a carga tributária se eleva e impede a negociação e oferta de preços melhores. Sem funcionários registrados em carteira profissional, a carga tributária é menor, há uma oferta de produtos de menor preço, atraindo os consumidores. Houve ainda aqueles que se reportaram a uma situação de “retração, pois há dez anos o movimento [do comércio] era maior”.

Observou-se, portanto, que, em sua maioria, os arguidos referenciam o campo influenciando à dinâmica local, conforme Gráfico 35, a seguir.

Muitos dos relatos ora apresentados acerca da descrição da dinâmica econômica local repercutiram sobre as percepções dos entrevistados, sobre os principais desafios encontrados para permanência da atividade em exercício. Elementos (ou categorias) como qualificação de mão de obra, inadimplência, crise econômica, dependência e inadimplência do poder público, sobretudo a Prefeitura do município e carga tributária foram citadas diversas vezes. Houve, inclusive, sujeitos da pesquisa que relataram que a situação atual das empresas não apresenta desafios. Infere-se, portanto, a amplitude das respostas proferidas, em que mais de 95% dos entrevistados acreditam que as atividades agrícolas modernas desenvolvidas no campo em Uruaú influenciam na dinâmica econômica do município.

Gráfico 35 - Percepção sobre a existência da influência do campo sobre a dinâmica econômica do município



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outros elementos também foram referenciados, como, por exemplo, “falta de profissionalismo na área de laboratório”, “falta de um setor industrial”, “necessidade de melhorar o padrão tecnológico”, “falta de esforço pessoal”, “falta de estradas, energia, internet e mão de obra”, “necessidade de capital de giro e financiamento [...] problemas devido aos juros”, “muita burocracia”, “falta disponibilidade de produtos” e “ter reservas para a crise”.

Elencou-se, portanto, ampla gama de elementos que proporcionaram uma visão sobre os principais problemas enfrentados pelos empresários, assim como pela sociedade local com

um todo, a considerar-se que os efeitos dos gargalos sugeridos acima refletem sobre o consumidor final.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico/metodológico, trilhado ao longo deste trabalho, permitiu a constatação das situações que envolvem diretamente a incorporação dos cerrados piauienses ao viés da agricultura mundializada. Deste modo, foi possível estabelecer uma relação plausível entre os eventos condizentes com a exploração econômica em larga escala dos cerrados piauienses, em particular no município de Uruçuí, locus da pesquisa, com o processo de commoditização da agricultura brasileira.

Pode-se dizer que os cerrados piauienses foram incorporados por grupos hegemônicos às atividades exploratórias da agricultura mundializada, para fins utilitários, através do auxílio do poder público em vários níveis. No âmbito nacional, essa incorporação remonta a década de 1970, momento da revisão nas relações internacionais que impuseram aos países em desenvolvimento o aprofundamento no papel de exportador de produtos primários do ponto de vista internacional, e que, no Brasil, fortalecia-se o processo de substituição de importações. Anos mais tarde, o acolhimento das diretrizes do Consenso de Washington traduziu os ajustes estruturais para a América Latina e aprofundaram a relação de dependência do Brasil com o mercado internacional, redesenhando o seu papel da divisão territorial do trabalho como produtor de commodities. Assim, o capital externo passa a circular e a fomentar políticas e programas mediante pares de ligações com o setor público e capital privado nacional.

No bojo das políticas e programas direcionadas ao campo em vias de modernização e, posterior, mundialização, encontram-se o SNCR, os PND's I e II, PRODECER, POLOCENTRO, FINOR, Fiset, este último fundamental para o desenvolvimento desse processo no Estado do Piauí. Saliente-se que estas ações foram antecedidas por diversas atividades que constituíram, por muito tempo, o foco das atenções internacionais no âmbito da exploração econômica do território nacional, tais como a mineração, exploração energética e, mais recentemente, as atividades agropecuárias modernas. Outra questão que não pode ser esquecida no âmbito da antropização dos cerrados brasileiros refere-se ao intenso processo de urbanização.

Especificamente, no caso do Piauí, a atuação desse Estado, a fim de subsidiar mecanismos para a inserção da agricultura moderna no Brasil e Nordeste, remonta à década de 1970. A partir de então, os interesses hegemônicos guiaram todo o processo, doravante, possibilitando à agricultura mundializada nesses espaços constituir novos territórios

capitalistas demarcados por relações sociais de poder que se apresentariam mais tarde, em seu reflexo, como multilaterais e conflituosas. A partir de então, lançadas estavam as bases para a homogeneização das paisagens e do território, diferenciação, concentração e segregação socioespaciais que, juntos, compõem as determinações territoriais promovidas pela produção de *commodities* nos moldes contemporâneos.

Houve, nesse contexto, um massivo investimento por parte do Estado, via financiamento, que anos mais tarde apresentaria sinais de esgotamento, mas que o fluxo de recursos se sustentou a partir dos capitais privados que já conseguiram edificar um patamar de autossustentação. No Piauí, a tendência de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas foi ascendente mediante os créditos rurais.

Como resultado desse jogo de fatores que favoreceram a expansão da fronteira agrícola está a concentração fundiária e a grilagem de terras. Esta última, situação antiga e persistente, está entranhada na territorialização do capital naquela região, vasta em possibilidades de exploração, pela ótica capitalista. Foi possível constatar a mão do poder público, através de órgãos do governo estadual, diretamente envolvidos no favorecimento dessas ações criminosas, conforme apontou a CPI, como também matérias jornalísticas.

A pesquisa possibilitou ainda caracterizar o processo de expansão produtiva agrícola no Piauí como veemente, de alta produção e produtividade, movimentadora de altas cifras, concentradora, segregadora, produtora e reforçadora dos desníveis socioespaciais. Identificou-se, ainda, o caráter tendencioso à concentração no que se refere à estrutura fundiária, fato que subjaz a história fundiária do Piauí.

A mudança na base técnica propiciou a mudança na matriz produtiva e, com isso, a queda do índice de diversidade, o que põe em curso o processo de homogeneização das paisagens. Fato peculiar, em meio à tendência da monocromagem das paisagens dirigidas pelo agronegócio, foi a constatação da retomada e elevação da área plantada para culturas tradicionais como algodão e feijão. Todos esses fatores elencados desembocam na situação de exclusão no campo e segregação nas cidades.

A pesquisa também demonstrou, com base no índice de Gini para o Estado do Piauí e para o município de Uruçuí, forte tendência à concentração. Calculando o IG com base em dados da estrutura fundiária disponíveis no IBGE, o Piauí apresentou nos últimos anos uma discreta tendência à desconcentração, no entanto, os números ainda assim apontam que os índices permaneceram na faixa indicativa a concentração forte a muito forte.

Debruçando-se sobre o resultado das pesquisas referentes às determinações territoriais da produção de *commodities* para o espaço agrário e urbano de Uruçuí, chegou-se ainda às seguintes indicações conclusivas:

O adensamento das atividades desenvolvidas no campo relativos à introdução do agronegócio como mola propulsora da economia regional fez com que o município ganhasse respaldo no cenário nacional como um dos dez polos do agronegócio brasileiro, de acordo com opiniões de especialistas da área do agronegócio, embora os conflitos decorrentes da valorização da terra, no espaço urbano e rural, tenham obliterado cada vez mais a população local desse processo, citadinos ou camponeses.

Com os fatores de trabalho principais – terra e trabalho humano – o sistema de produção agrícola tradicional em Uruçuí perdurou até a década de 1980, cuja área destinada às culturas tradicionais predominava no espaço agrário local. As análises construídas a partir dos dados do IBGE possibilitaram constatar a mudança para o sistema agrícola moderno a partir de 1989, com simbólicos 70 ha, quando houve a introdução da cultura da soja.

A partir de então, os dados permitiram concluir que a primazia das atividades agrícolas tradicionais até a década de 1980 deu lugar à visibilidade da expansão exponencial da cultura da soja, portanto, moderna. Certificou-se também, pelos números da utilização das terras, que as lavouras temporárias ampliaram suas áreas consideravelmente.

Foi possível constatar que o conjunto agricultura comercial e setor agroindustrial no município foi responsável pelo impulso positivo do PIB municipal, de modo a atribuir ao município o *status* de mais rico do Estado, em razão de possuir o PIB *per capita* mais elevado do Piauí superando, inclusive, a capital Teresina.

Em se tratando dos financiamentos que estimularam a abertura dos espaços dos cerrados para a agricultura comercial, constatou-se que a movimentação total desses recursos foi ascendente, principalmente a partir do ano de 2007. Tendo esses recursos como condutores, os migrantes que aportaram no município possuíam as mais diversas origens. Há registros de todas as regiões brasileiras, constituindo a maioria do Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e São Paulo, de acordo com os dados do INCRA do ano de 2005.

Acrescente-se que esses dados do CCIR permitiram concluir que, entre os anos de 1990 e 2005, houve uma expressiva mudança na titularidade das terras do Piauí. Os imóveis rurais, sobretudo no que se refere à área, são fortemente concentrados entre os migrantes dos quatro Estados citados em linhas anteriores. Esse processo enfatiza o princípio da territorialização do capital nos cerrados piauienses e o deslanchar da homogeneização das

paisagens e da redução da diversidade produtiva, elementos componentes das determinações territoriais do capital impostas pela incorporação do capital monopolista nos cerrados piauienses.

No que concerne ao valor das terras uruçuienses, foi possível identificar que estas constituem as mais caras do Estado do Piauí, sendo que as terras de alta produtividade despontam entre as demais. Dessa forma, pôde-se afirmar que essa valorização está diretamente ligada à homogeneização da paisagem, haja vista os elementos que indicam desigualdade e concentração de terra pela lógica do valor de troca, e não valor de uso. Esse processo expressa a utilização da terra como mercadoria, o que iria alterar sua função de espaço de produção para mercadoria que iria servir à especulação imobiliária.

Quando a referência do debate foram as desigualdades, o município apresentou tendência à concentração fundiária nas duas referências utilizadas: INCRA e IBGE. De acordo com os dados do INCRA, a concentração fundiária apresentou-se de forte a muito forte, mesmo com uma breve oscilação positiva, para os anos de 2002 e 2005, se comparada com os anos anteriores. Da mesma forma, os dados provenientes do IBGE apontaram igualmente para uma tendência forte a muito forte de concentração fundiária, segundo Câmara (1949).

Por esse caminho perverso também andou a questão da posse da terra. A pesquisa oportunizou verificar que há na região um forte esquema de grilagem de terras, o que provocou a instalação de uma CPI para investigar conflitos agrários e estabelecer uma análise jurídica das alienações das terras públicas patrimoniais do Estado do Piauí, ainda na década de 1990. No entanto, as ocorrências sobre esses fatos ainda persistem e inspiram atenção das autoridades locais.

Quanto à homogeneização das paisagens no quadro das determinações territoriais da lógica do capitalismo monopolista do campo, considera-se que a tendência, em relação ao índice de diversidade produtiva, é de redução da diversificação e ampliação da homogeneização das paisagens.

Nesse sentido, em se tratando do espaço agrário uruçuiense, a homogeneização da paisagem, valorização da terra, especulação e concentração fundiária constituem elementos emblemáticos para a compreensão do processo de crescimento econômico unilateral que se expande na região dos cerrados piauienses.

Como reflexo das determinações territoriais no espaço agrário, as transformações expressas em Uruçuí, como cidade de fronteira agrícola, também contribuem para o

entendimento do processo em curso, posto que também há o rebatimento da monopolização do território também no espaço urbano. As atividades econômicas desenvolvidas no espaço urbano e a dinâmica demográfica do município ensejam reflexões que dão conta da transformação que o município vivencia, como se pode observar.

Um dos primeiros elementos tomados para a caracterização das transformações do espaço urbano diz respeito à virada demográfica urbana, que se deu na década de 1990, momento coincidente com o fluxo migratório, oriundo de diversas partes do País, dos interessados na produção dos cerrados, sobretudo da região Sul do Brasil. Esse fator não foi o único responsável por essa virada. Soma-se a ele a baixa expectativa de oportunidades no meio rural, decorrente da ausência de ações políticas que visassem à fixação da população camponesa, com condições dignas de vivência e reprodução social, o que causou expropriação da população camponesa da propriedade e da produção, além de seus ritmos e modos particulares de organização social. Esses fatores são indicativos de futuros problemas que serão enfrentados por esses sujeitos ao aportarem à cidade, como habitação e emprego, elementos considerados básicos à vivência social.

No entanto, o que houve de fato, foi à exclusão dos camponeses desse processo, como bem lembra Moraes (2000), ao denunciar a apropriação das terras de vivência dessas comunidades ao processo de territorialização do capital no campo. Ao tratar sobre a “lógica do baixão e da chapada”, a autora perseguiu o intuito de dismantelar o mito da inutilização das áreas de chapadas pelos residentes dos baixões, como também corroborou a reflexão contra o discurso tendencioso do “vazio demográfico”, que seria característico da região. Como se pode observar, esse discurso intenta legitimar a apropriação das áreas de cerrado pelo agronegócio, de modo a poupar os agentes desse processo das responsabilidades sociais para com a ancestralidade dos viventes naqueles espaços.

Em seguida, foi possível averiguar que a cidade de Uruçuí possui uma infraestrutura precária, aquém do que anseia cidadãos e empresas. No entanto, não há dúvida que a produção agrícola dinamizou a economia local e regional, sobretudo por aglutinar bens e serviços praticamente inexistentes em tempos passados, tanto para o campo quanto para a cidade, mesmo considerando que grande parte dessa população permanece alheia aos serviços públicos essenciais à vivência digna.

Foi possível verificar, a partir de imagens de satélites das décadas de 1980, 1990 e 2010, que há expansão da mancha urbana direcionada à serra, nas proximidades da localização da empresa Bunge Alimentos, onde estão sendo lançados novos loteamentos, e

também onde há o abandono de casas edificadas para atender a demanda dos trabalhadores migrantes inicialmente contratados para trabalhar nessa empresa. Outro fator interessante, foi a constatação do espraiamento da mancha urbana no município maranhense de Benedito Leite, divisa com Uruçuí, e local de interesse para quem busca habitações, haja vista os elevados valores de aluguéis e do solo urbano praticado no município de Uruçuí.

Ao analisar as empresas registradas no município desde o setor dos serviços, comércio e indústrias, constatou-se a íntima relação entre a ampliação no número deste e a introdução da agricultura moderna nos cerrados, onde até 1980 a predominância eram comércios e serviços; e, a partir de então, houve a expansão da oferta de variadas atividades comerciais, serviços, indústrias, ligadas ou não ao agronegócio.

Com o material analisado, constatou-se que essas empresas estão dispostas por toda a cidade, constituindo a área central o seu foco, onde a maioria está alocada. A Bunge Alimentos, empresa carreadora da grande parte da dinâmica econômica regional, está instalada na zona rural, na região serrana, próxima à cidade, onde se alocam diversas atividades, como postos de combustíveis, empresas reparadoras de máquinas automotivas, peças e serviços que sirvam à logística do agronegócio.

No que se refere à caracterização dessas empresas, a pesquisa permitiu chegar as seguintes considerações:

A maioria dos empresários é oriunda de outros municípios do Piauí ou até mesmo de outros Estados da federação. Destes, a maioria reside no município há mais de dez anos, de modo que apenas uma pequena parcela migrou mais recentemente para o município, ou seja, residem há menos de cinco anos.

De acordo com os dados declaratórios, grande parte dos entrevistados possui nível médio e superior e está inserida nessa atividade entre cinco a quinze anos. Outra característica marcante dos empresários ou responsáveis pelas empresas em Uruçuí condiz com ampla diversidade de atividades anteriores, desempenhadas por essas pessoas, antes de se dedicarem ao ofício atual. Nesses termos, a maioria também credita a essa atividade a exclusividade e a consideram como fundamental.

Houve relatos de que a afinidade com o ramo de atividade foi o que motivou a abertura da empresa, embora a falta de oportunidade de trabalho também constituísse preocupação dos arguidos.

De modo geral, o quadro de funcionários daquelas empresas que contavam com número reduzido de funcionários, em maioria, evoluiu, já que as empresas que demandam maior efetivo continuaram praticamente inalteradas.

Em se tratando de faturamento, os dados declaratórios indicaram que houve crescimento no faturamento ao longo do tempo, e que o capital inicial partiu, sem sua maioria de origem própria.

A pesquisa oportunizou endossar o que outros pesquisadores já haviam afirmado sobre a variada oferta de produtos que hoje podem ser encontrados no município. Notou-se que os produtos ofertados no mercado uruçuiense, nos dias atuais, são originários de outros Estados e até outros países. O município dispõe de bens e serviços destinados ao consumo consumptivo e produtivo. Também foi possível verificar que os imóveis que abrigam as empresas, em sua maioria, são alugados. Isso indica o crescente mercado para locadores de imóveis, mais um indicativo da valorização imobiliária local.

As empresas apontaram o advento do agronegócio como dinamizador da economia, e, em sua maioria, as apreensões acerca da realidade local são tidas como positivas, embora haja o descontentamento com o atual período de dificuldades econômicas em que o País está envolvido. A dinâmica econômica municipal foi considerada problemática e muito se reportou ao descaso do poder público em cumprir com os compromissos frente aos servidores públicos; ou seja, o atraso salarial foi um dos grandes responsáveis pela inadimplência que está levando os estabelecimentos de menor porte à falência.

Ainda com relação aos pontos frágeis da economia local, foram levantadas questões como a carência na qualificação profissional de mão de obra, a má distribuição de renda, o desemprego, a elevada carga tributária que, segundo eles, têm prejudicado, sobretudo, as pequenas empresas.

Com base nos estudos, pesquisas e análises realizadas sobre o município de Urucuí (PI), tomando este como elemento tradutor do processo de territorialização do capital monopolista no campo, foi possível constatar a forma excludente e concentradora como os eventos econômicos recentes têm se estabelecido na região.

Além do rastro das determinações territoriais apontadas ao longo deste trabalho, pôde-se observar a vastidão do campo de pesquisas que se abre aos olhos dos pesquisadores ao adentrar por esses espaços, pois eles suscitam a necessidade de compreensão para o melhor desenvolvimento de ações que, de fato, possam coadunar com as necessidades da comunidade

receptora, ou mais, para a participação destes na produção de estratégias que visem à equidade, solidariedade e respeito para com a comunidade local e com o ambiente.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4. ed. São Paulo: Ateliê, 2007.

ALCÂNTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 63-85, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ALVES, V. E. L. O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão. **Agrária**, São Paulo, n. 10/11, p. 73-98, 2009.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2006.

ALVES, V. E. L. **Formação territorial sul piauiense: modernização agropecuária e resistência camponesa**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ARAÚJO, J. L. L. (Coord.). **Atlas escolar do Piauí: geo-histórico e cultural**. João Pessoa (PB): Grafset, 2006.

ARAUJO, M. R. S. **Expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses, (des) territorialização e os desafios para o desenvolvimento territorial: o caso do município de Bom Jesus**. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - UFPI/TROPEN/PRODEMA, 2006.

ARAUJO, M. R. S.; ALVES, Vicente E. L. **As novas dinâmicas urbanas produzidas pelo agronegócio nos cerrados piauienses**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo, 2008.

ARAUJO, M. R. S.; ARAÚJO, J. L. L. A instituição dos cerrados como fronteira agrícola: o Estado e os capitais privados reorganizando espaços. In: LOPES, W. G. R. et alii. **Cerrado Piauiense: uma visão multidisciplinar**. Teresina: EDUFPI, 2007.

ARAUJO, M. R. S.; MORAES, M. D. C. Cerrados piauienses: de espaço natural a espaço construído. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM SOCIEDADE E AMBIENTE, 3, 2006, Brasília, **Anais...** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT1.html>. Acesso em: set. 2015.

BANDEIRA, W. J. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-1970**. 493 f. Tese. (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1993.

BENEDITO, C.; SOUZA, J. G. Análise do uso, da tributação e da concentração da terra em Piracicaba (SP): o setor sucroalcooleiro e a homogeneização da paisagem. **Agrária**, São Paulo, n. 13, p. 62-79, 2010.

BRANDÃO, C. R. **Diário de campo**: a antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CÂMARA, L. A concentração da propriedade Agrária no Brasil. Rio de Janeiro, **Boletim Geográfico**, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n77_ago.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Annablume; Hucitec; Anpur, 1996.

CASTRO, A. A. J. F.; MARTINS, F. R. Cerrados do Brasil e do Nordeste: caracterização, área de ocupação e considerações sobre a sua fitodiversidade. In: **Pesquisa Foco**, São Luís, v. 7, n. 9, p. 147-178, jan./jun. 1999.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 1998.

CEPRO. **Piauí**: visão global. 2. ed. Teresina, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. In: **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

DINIZ, B. P. C. **O grande cerrado do Brasil central**: geopolítica e economia. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, 2007, Belém. **Anais...** Belém, UFPA, 2007. Disponível em: <http://www3.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT2-958-725-20070107182126.pdf> >. Acesso em: 16 mar. 2008.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto (SP). São Paulo: Edusp, 2003.

ESTEVES, T. J. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista IDeAS**, v. 2, n. 2, p. 172-202, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4059516>>. Acesso em: 31 out. 2013.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FUNDAÇÃO BUNGE. **Histórico do grupo Bunge**. Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br/acervocmb/assets/historicos/historico-grupo-bunge.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

GRILEIROS tentam falsificar assinatura de juiz para registrar terras no Piauí. Disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/policia/grileiros-tentam-falsificar-assinatura-de-juiz-para-registrar-terras-no-pi-232951.html>. Acesso em: 6 maio 2015.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. “**Gaúchos**” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HESPANHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**. Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 103-112, set. 2013.

IBGE. Normas técnicas. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm. Acesso em: 8 ago. 2015.

KLINK, C. A.; et al. O bioma cerrado - Site 3. In: SEELIGER, U.; CORDAZZO, C.; BARBOSA, F. (Org.). **Os sites e o programa brasileiro de pesquisas ecológicas de longa duração**. Porto Alegre: 2002.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACHADO, P. **As trilhas da morte**. Teresina: Corisco, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. 2002. 250 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 2002.

MORAES, M. D. C. Desenvolvimento rural sustentável, multifuncionalidade e modo de vida de populações rurais: algumas questões. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2005, Brasília. **Trabalhos apresentados...** Brasília: Condraf, 2005.

MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense**. 2000. 481 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2000.

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, ANPUR, 2002.

NUNES, M. C. P.; ABREU, I. G. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12, 2012. Bogotá. **Actas...** Universidad Nacional de Colômbia, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

OS 10 NOVOS polos do agronegócio. **Revista Exame**. 8 ago. 2005. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/849/noticias/os-10-novos-polos-do-agronegocio-m0080017>>. Acesso em: 18 out. 2015.

PEREIRA, M. H. Cerrado e políticas públicas: relações complexas e antagonismos num bioma ameaçado. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS: PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS, 4, 2009. São Luís, **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2009.

PEREIRA, M. H. **As ONGs como mediação político-jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades**. 2007. 324 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PERES, R. T.; SOUZA, J. G. *Commodities* e água: fundamentos da questão agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17, 2012, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: AGB-Nacional, 2012. Disponível em: <<http://www.eng2012.org.br/lista-de-artigos?download=1765:eng2012&start=1300>>. Acesso em: 13 out. 2013.

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA – 2012, p. 1-22, jun. 2014.

PIB. **Sem saneamento e infraestrutura Uruçuí é a cidade mais rica do Estado**. Disponível em: <www.portalaz.com.br>. Acesso em: 16 set. 2015.

PNUD. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em: 1 jun. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.

REIS, D. S. O rural e urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu, **Anais...** Caxambu, 2006.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiário**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/050260.pdf>. Acesso em: 16 maio 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. et al. (Org.). **Geografia: Conceito e Temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, J. G. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Íthala, 2015.

SOUZA, J.G. A produção Brasileira de etanol e seus efeitos sobre o valor da terra, sobre a concentração fundiária e sobre a homogeneização da paisagem. **Diversitates**, v. 5, p. 29-58, 2013a. Disponível em: <<http://diversitatesjournal.files.wordpress.com/2013/08/v5n1-artigo3.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SOUZA, J.G. A geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 34, n. 68, 2009a.

SOUZA, J.G. Os limites do território. **Agrária**, São Paulo, n. 10/11, 2009.

SOUZA, J.G. **Questão de método: a homogeneização do território rural paulista**. 2008. 161 f. Tese (Livre Docência em Ciências Humanas e Sociais) – UNESP, Jaboticabal, 2008.

SOUZA, J.G. A questão indígena: a acumulação por espoliação e monopolização do território (A economia política do agronegócio). **Prima Facie**, João Pessoa, v. 12, n. 22, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primaface/article/download/19136/10599>>. Acesso em: 18 set. 2014.

SOUZA, S. V. **Relação cidade-campo**: permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPB, João Pessoa, 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1991.

TALAMINI, E.; FERREIRA, G. M. V. A agricultura brasileira antes de depois do Consenso de Washington. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 45, 2007. Londrina, **Anais...** Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/611.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

THIOLLENT, M. Definição das técnicas de pesquisa. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VENÂNCIO, M. PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

VITTI, G. S.; SOUZA, J. G. Reprimarização da economia e especialização regional produtiva: análise do EDR de Pindamonhangaba (SP). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17, 2012. Belo Horizonte, v. 1, **Anais...** Belo Horizonte: AGB-Nacional, 2012.

WHITACKER, A. M. Cidade e campo: cidades médias e pequenas. Algumas proposições para pesquisa e o debate. In: LOPES, D. M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: CEI, 2010.

Apêndices

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EMPRESÁRIOS E RESPONSÁVEIS
PELAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ (PI)

QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

OBJETIVO: Conhecer as empresas instaladas no município de Uruçuí, no intuito de constatar a possível mudança na composição socioeconômica do município, a sua trajetória da história econômica urbana, sobretudo após o advento da agricultura mundializada.

1 Qual a origem do proprietário?

- ☐ Uruçuí
☐ Outros.

Qual?

2 Reside no município de Uruçuí?

- ☐ Sim
☐ Não

Onde?

3 Em caso afirmativo, há quanto tempo reside no município?

- ☐ Menos de 1 ano
☐ 1 a 2 anos
☐ 2 a 3 anos
☐ 3 a 5 anos
☐ 5 a 10 anos
☐ 10 a 15 anos
☐ 15 a 20 anos
☐ mais de 20 anos

4 Qual o seu nível de escolaridade?

- | | |
|---|---|
| ☐ Fundamental até a 4ª série ⁴⁴ | ☐ Fundamental até a 8ª série |
| ☐ Médio incompleto | ☐ Médio completo |
| ☐ Superior incompleto | ☐ Superior completo |

⁴⁴ Atualmente, 5º ano, assim como no item seguinte subentende-se 9º ano.

5 Qual o ramo de atividade de sua empresa (assinale a atividade predominante)?

() Indústria () Comércio () Serviços

6 Qual o tempo da atividade atual?

7 Qual a atividade anterior (se houver)?

8 Exerce outra atividade?

9 Essa é a atividade principal?

10 Por que e quando decidiu iniciar a atividade?

11 Qual a quantidade de pessoas que trabalham em sua empresa? Estabelecer uma evolução por ano.

12 A mão de obra familiar ou contratada? Qual predomina?

Número de Empregados: atual: _____

Número de Empregados: no Início da Atividade: _____

13 Como avalia a evolução do faturamento da empresa por ano?

13a Indique a faixa de faturamento mensal

- () Até R\$ 50.000,00
() R\$ 50.000,00 – R\$ 100.000,00
() R\$ 100.000,00 – 200.000,00
() Mais que R\$ 200.000,00

14 O capital da empresa é próprio ou não? Origem? Qual o volume investido na abertura da atividade

14a Qual o volume investidos por ano de atividade?

15 De onde vem o produto que comercializa (em caso de comércio)?

15a Quais principais produtos comercializa?

16 O estabelecimento é alugado ou próprio?

17 Como descreve a dinâmica econômica em Uruçuí?

18 A citada dinâmica sobre influência do campo?

19 Quais os principais desafios encontrados para a permanência da atividade em exercício?

Grata pela colaboração com a pesquisa.

Anexo



**III SEMINÁRIO SOBRE PROCEDIMENTOS E REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA – PARNAÍBA
DIA 29 DE MAIO DE 2015**

14:00h

Tema: Conjuntura da situação fundiária no Piauí e experiências no judiciário

Palestrante:
Heliomar Rios Gonçalves
Juiz da Comarca de Bom Jesus

15:30h

Tema: Procedimentos das instituições na regularização fundiária:

Legislação e Procedimento dos Cartórios

Palestrante:
Manoel Barbosa do Nascimento Filho
Tabelião Titular do Cartório de Luís Correia

15:45h

Legislação e Procedimento do INCRA

Palestrante:
Miguel Alves Nonato Filho
Eng. Agrimensor e Analista em Regularização Fundiária do Incra

17:00h

Tema: Legislação, padronização de procedimentos e alinhamento de conceitos na regularização fundiária

Palestrante:
Wolteres Miranda
Assessor de Relações Institucionais do Crea-PI

17:30h

Mesa-redonda

Um representante de cada entidade presente terá 5 minutos à disposição para expor dilemas, experiências e propostas que a dinâmica da organização apresenta para a regularização fundiária.